

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - UFPEL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS



Dissertação

O POPULISMO NAS ELEIÇÕES DE 1989:
a constituição do povo nos discursos de Collor e Lula

LUÍS EDUARDO SANDIM BENITES

PELOTAS – RS

2012

LUÍS EDUARDO SANDIM BENITES

O POPULISMO NAS ELEIÇÕES DE 1989:
a constituição do povo nos discursos de Collor e Lula

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais da Universidade
Federal de Pelotas, como requisito
parcial para obtenção do título de
Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Daniel de Mendonça

PELOTAS – RS

2012

C467p

Benites, Luís Eduardo Sandin

O Populismo nas eleições de 1989: a constituição do povo nos discursos de Collor e Lula. / Luís Eduardo Sandin Benites. Orientador: Daniel de Mendonça. – Pelotas, 2012.
198f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Instituto de Sociologia e Política. Universidade Federal de Pelotas.

1. Populismo. 2. Povo. 3. *Status Quo*. 4. Antagonismo. 5. Articulação. I. Mendonça, Daniel de orient. II. Título.

CDD: 320.981

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação de
Mestrado

O POPULISMO NAS ELEIÇÕES DE 1989:
a constituição do povo nos discursos de Collor e Lula

Elaborado por
Luís Eduardo Sandim Benites

Como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Ciências Sociais

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dr. Daniel de Mendonça
(Presidente/Orientador)

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto

Prof. Dr. Léo Peixoto Rodrigues

Prof^a. Dr^a Rosangela Marione Schulz

PELOTAS – RS
2012

AGRADECIMENTOS

Neste momento, creio de vital importância assinalar todos os professores com os quais tive contato, nas aulas que presenciei no Instituto de Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas, o significado dos conhecimentos recebidos e a generosidade de como foram transmitidos. Trata-se de um grupo seleto de profissionais que desempenham suas atividades com empenho e que por isso possibilitaram um enriquecimento cultural e pessoal. Muito dos conhecimentos apreendidos com estes professores contribuíram para a elaboração desta pesquisa.

Dentre eles, não poderia de deixar de mencionar a importância para nós dos professores Dr. Daniel de Mendonça e da Dr^a. Rosangela Schulz, com os quais tivemos aulas como aluno especial e regular, em disciplinas que ampliaram nossa visão de mundo e de conhecimentos novos.

Ainda sobre o professor Dr. Daniel de Mendonça, somos eternamente gratos às suas críticas, sugestões e o crédito depositado na nossa capacidade de trabalho. Certamente foi imprescindível o seu acompanhamento, sem o qual o processamento de todas as ideias não atingiria nossa pretensão.

À minha família, minha mãe Marina Sandim Benites, a meus irmãos, agradeço o apoio recebido, ainda tendo o apreço e a estima de meus queridos sogros Nelto e Áurea e do meu cunhado Diego. Especialmente a paciência e o carinho da minha querida esposa Maristela e de minhas pequenas princesas Luísa e Laura que, por essa razão, deram-me forças para continuar diante dos eventuais obstáculos.

Desse modo, a todos, nosso muito obrigado e eterna gratidão.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CNI	Confederação Nacional das Indústrias
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MST	Movimento dos trabalhadores sem Terra
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PSD	Partido Social Democrático
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SNI	Serviço Nacional de Informações
UDR	União Democrática Ruralista

Resumo

BENITES, Luís Eduardo. **A CONSTITUIÇÃO DE DISCURSOS NA ELEIÇÃO DE 1989:** Os discursos de povo de Collor e Lula. 2011. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Pelotas.

A construção do estudo que se desenvolveu sobre as eleições presidenciais de 1989 teve, por foco, a constituição dos discursos dos candidatos Fernando Collor de Mello e Luís Inácio Lula da Silva, no período eleitoral compreendido entre o primeiro e segundo turnos do embate eleitoral. O trabalho de pesquisa foi realizado pela observação dos programas políticos eleitorais, exibidos no horário político eleitoral gratuito, obtido junto ao DOXA do IUPERJ (Laboratório de Comunicação e Instituto) da UCAM/RJ (UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES – RIO DE JANEIRO). Tiveram-se, por material de investigação, alguns documentos de propostas formuladas pelos candidatos, localizados nos arquivos do Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). Da mesma forma, alguns dados sobre o tema foram obtidos em edições do período em pesquisa, junto a edições da revista *Veja* e da literatura histórica sobre o governo de José Sarney. Desse modo, procurou-se elencar as condições do *status quo* na qual os discursos emergiram. As análises, a partir de categorias discursivas elaboradas no contexto da teoria de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, dentre outros seguidores, também serviram de instrumento de apropriação dos eventos políticos pesquisados, incidentes naquele espaço de tempo. Dentre os instrumentos de análise discursiva que operacionalizaram este estudo, encontram-se o antagonismo e as lógicas da diferença e equivalência, mecanismos que possibilitam uma verificação de como o discurso vem a ser construído ao longo daquele espaço temporal. Ainda se pôde destacar os trabalhos acadêmicos sobre populismo, como mentores das perspectivas de abordagem da pesquisa. Com destaque à categoria “povo”, sua construção é um dado essencial na compreensão deste fenômeno político. Enseja, ainda, a articulação de demandas, sentidos que, constitutivos de um meio social, podem resultar na formação de um discurso, quando trabalhados conjuntamente.

Palavras-chave:

Populismos. Povo. *Status Quo*. Sentidos. Política. Articulação.

Abstract

BENITES, Luís Eduardo. **A CONSTITUIÇÃO DE DISCURSOS NA ELEIÇÃO DE 1989:** Os discursos de povo de Collor e Lula. 2011. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Pelotas.

The framing of this study on the 1989 presidential elections was focused on the ideological speech construction of the candidates, Fernando Collor de Mello and Luiz Inácio Lula da Silva during the campaigning period between the first and the second election polis. The research was conducted after the observation of the pre-election political programs exhibited during the charge-free TV prime-time political features, which material was obtained from the DOXA IUPERJ (The Institute and its Communication Laboratory), a department of the UCAM/RJ (Universidade Cândido Mendes – Rio de Janeiro). Some documents on the proposais presented by candidates. Which were located in the Getúlio Vargas Foundation (CP.DOC/FGV) Research and Documentation Center archives were also investigated. Some additional data was obtained from copies of the *veja* magazine issues of that period and also from the historical literature pertaining to the José Sarney presidential administration. Then we tried to cast out the status quo condition during which both ideological discourses emerged. The analysis of discourse categories elaborated within the context of Ernesto Laclau's, Chantal Mouffe's, and their follower' also served as an instrument for the appropriation of the researched political events that shone upon that period. Among the discourse analysis elements operated along this study, the antagonism and the logical differences and equivalences can be mentioned, i. e., those mechanisms that allow for the verification on how the candidates respective ideological speeches were constructed along that timeline. A few academic papers on populism that helped us in the role of mentors to straighten our own research approach perspective can also be pinpointed. Paramount among these was the categorization of the concept, “people”, as its construction makes up for essential data on the articulation of the “demands” concept, in the sense of constitutive elements of a social environment that may influence the build-up of a political discourse whenever jointly worked upon.

Keywords:

Populism, People, Status Quo, Meanings, Politics, Articulation.

SUMÁRIO

Introdução.....	9
Capítulo I – O Populismo.....	18
1.1 Considerações Preliminares	18
1.2 Populismo: Um Conceito.....	20
1.3 O Populismo no Cenário Europeu	32
1.4 O Populismo e o Neopopulismo	39
1.5 O Populismo Midiático.....	44
1.6 O Populismo em Ernesto Laclau.....	51
1.7 O discurso de construção do povo	54
1.7.1 Considerações Preliminares	54
1.7.2 Conceito de Discurso.....	56
1.7.3 A Categoria do Antagonismo.....	60
1.7.4 A Lógica da Diferença e Equivalência	63
1.8 Considerações.....	65
Capítulo II - O Governo Sarney	67
2.1 Considerações Preliminares	67
2.2 Da Transição ao Governo Sarney	69
2.3 As Crises Econômicas, Planos e Frustrações.....	81
2.4 A Constituição de 1988 e a Governabilidade	89
2.5 A Crise Política de 1989	95
2.6 Considerações.....	99
Capítulo III - O Discurso de Povo de Collor	102
3.1 Considerações preliminares	102
3.2 A Formatação do Programa Eleitoral de Collor	105
3.3 Os Sentidos Gerais Enunciados no Discurso de Collor	112
3.4 Os Sentidos de Collor no Primeiro Turno	119
3.5 Os Sentidos de Collor no Segundo Turno e a Construção do Antagonismo	124
3.6 Considerações.....	136
Capítulo IV - Discurso de Povo de Lula.....	140
4.1 Considerações Preliminares	140
4.2 A Formação do Programa Eleitoral de Lula	143
4.3 Sentidos Gerais do Discurso de Lula.....	148

4.4 Os Sentidos de Lula no Primeiro Turno da Eleição.....	158
4.5 Os Sentidos de Lula no Segundo Turno e a Construção do Antagonismo.....	173
4.6 Considerações.....	184
Considerações Finais	188
Referências	194

Introdução

Após um longo período, no qual os Presidentes da República foram eleitos de forma indireta, por um mecanismo estabelecido na Constituição Federal de 1967, que previa a formação de um colégio eleitoral, no ano de 1989 houve o retorno à eleição direta para presidente. Pelo sistema eleitoral anterior, adotado após a instalação no país de um regime autoritário, o comando da administração era ditado pelos quartéis. Havia a previsão de que a eleição presidencial deveria ser realizada pelos integrantes do Congresso Nacional, ou seja, pelos deputados e senadores que compunham a formação legislativa federal. Também faziam parte desse colégio delegados eleitos, oriundos das Assembleias Legislativas Estaduais (Lei Complementar nº 13 de agosto 1973).

Notadamente, tratou-se de um episódio marcante, na história recente do Brasil, a volta ao sistema de eleição direta, no ano de 1989, do representante executivo da República. A essa eleição, incorporou-se um contingente de eleitores que não havia antes dela participado, como os analfabetos, cuja participação no processo de escolha de representantes só foi permitida a partir de 1985, através da emenda constitucional nº 25, de 15 de maio, daquele ano. Os maiores de dezesseis anos também foram incorporados ao eleitorado, e aqueles entre os dezesseis e dezoito anos, facultativamente, passaram a poder exercer esse direito, assim como os maiores de setenta anos.

O processo eleitoral de 1989 constituiu-se na primeira eleição direta à Presidência, em trinta anos. Lideranças expressivas do quadro nacional, como Ulisses Guimarães, um dos líderes da oposição durante o regime militar e condutor do processo constitucional, figurava como candidato, assim como Leonel de Moura Brizola, ex-governador do Rio de Janeiro, ligado ao trabalhismo, herdeiro da tradição varguista, que esteve exilado durante muitos anos. Outro expoente fora o ex-

governador de São Paulo, Mário Covas, um dos líderes de um partido emergente, o PSDB, tido como de centro-esquerda. Também o sindicalista e ex-operário Luís Inácio Lula da Silva, liderança ligada ao movimento sindical com base no Estado de São Paulo, em especial na região denominada como ABC paulista, lutava pelo cargo. Dentre esses candidatos, mais uma figura conhecida concorreu, o dissidente do regime militar e ex-vice-presidente da República, Aureliano Chaves.

Como novidade, no certame eleitoral, apresentava-se o jovem ex-governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, conhecido na época como “o Caçador de Marajás”, tendo sido considerado um grande operador da mídia televisiva. Isso ocorreu devido à sua proximidade com os meios de comunicação, uma vez que sua família era detentora de concessão de uma rede de emissoras de televisão no estado de Alagoas, base eleitoral inicial de sua carreira política.

Além desses, outros candidatos¹ fizeram presença na campanha eleitoral, todavia não apresentaram o mesmo destaque, muito embora desempenhassem papel significativo no processo.

As eleições se realizaram em dois turnos: o primeiro em 15 de novembro de 1989, e o segundo, em 17 de dezembro desse mesmo ano. Do segundo turno, participaram apenas os dois candidatos mais votados, Collor e Lula, cujos discursos eram dissonantes e estabeleciam diferenças profundas em relação à condução do país. Os aspectos relativos ao endividamento externo, o acordo comercial, a indústria nacional, a reforma agrária, as privatizações, entre outros temas, apresentavam-se de forma antagônica, o que preocupava setores do “mercado”, em virtude das opções postas em jogo.

No contexto da eleição, havia um apelo ao “povo”, buscando uma forma de identificação que abarcasse uma mudança no “*status quo*”. Da parte de Collor, um discurso contra a estrutura burocrática, contra a minoria opressora de privilegiados incrustada na máquina pública, contra os empresários que viviam à custa do Estado e não se submetiam à concorrência, forças essas que se oporiam à maioria

1 Dentre os candidatos que figuraram na eleição presidencial de 1989, estavam: Leonel de Moura Brizola (PDT), Mário Covas Júnior (PSDB), Paulo Salim Maluf (PDS), Guilherme Afif Domingos (PL/PDC), Ulysses Guimarães (PMDB), Roberto Freire (PCB), Aureliano Chaves (PFL), Ronaldo Caiado (PSD), Affonso Camargo Neto (PTB), Éneas Ferreira Carneiro (Prona), José Alcides Marronzinho de Oliveira (PSP), Paulo Gontijo (PP), Zamir José Teixeira (PCN), Livia Maria de Abreu (PN), Eudes de Oliveira Mattar (PLP), Fernando Gabeira (PV), Celso Brant (PMN), Antônio dos Santos Pedreira (PPB) e Manuel de Oliveira Horta (PDC do B). Ainda tiveram curta aparição, tendo em vista as candidaturas terem sido anuladas, Armando Correia e Sílvia Santos do PMB.

trabalhadora do povo e aos empresários modernos que sustentavam a nação. Por outro lado, Lula disparava não só contra o sistema financeiro internacional, como também às elites do país detentoras do capital, estas usurpadoras do povo trabalhador assalariado e as matrizes da desigualdade social do país.

Os dois discursos realizaram suas respectivas construções do “povo”, apresentando nítidas diferenças entre si. Cada um deles, ou seja, Collor e Lula procurava reproduzir sua concepção de povo e, simultaneamente, através do discurso proposto, formava um campo antagônico com seu oponente. Nesse sentido, a presente pesquisa atém-se no processo de construção discursiva do “povo”, em ambas as candidaturas acima elencadas.

As construções discursivas de “povo”, no contexto das Ciências Sociais e seus estudos, inserem-se no fenômeno do populismo. Os autores contemporâneos, de um modo geral, apontam o populismo como um dado crucial para o entendimento desse fenômeno social, que coloca em relevo o “povo” e suas lideranças. No entanto, muitas análises atribuem ao populismo um aspecto pejorativo. As atribuições do fenômeno apresentam-se de forma depreciativa ao líder, em geral um político, o qual recebe a pecha de “populista”, sem dúvida, por seus desafetos. Apesar do caráter difuso e de sua difícil conceituação, trata-se, na atualidade, de uma importante ferramenta teórica para a compreensão da ideia de “povo” elaborada politicamente.

O populismo que se propõe estudar, neste trabalho, tem outras bases que estão ligadas à visão de Laclau (2005) e Panizza (2009), dentre outros. Assim, visando romper com uma abordagem historicista tão-somente, buscam-se aqui outros caminhos, com sustentação nos discursos proferidos em 1989, registrados em imagens e em programas escritos. O problema de pesquisa, numa breve descrição que será detalhada ao longo da explanação, insere-se na preocupação de conhecer as distintas construções de “povo” nos discursos dos candidatos à Presidência da República, em 1989, especialmente assinaladas nas candidaturas de Collor e Lula. O processo eleitoral foi deflagrado em setembro de 1989, conforme a Resolução número 15.339, datada de 16 de junho de 1989, do Tribunal Superior Eleitoral.

O início da propaganda eleitoral gratuita ocorreu em 15 de setembro do ano referido, tendo seu término em 12 de novembro do mesmo ano. A eleição, em primeiro turno, aconteceu em 15 de novembro de 1989 e, no segundo, em 17 de

dezembro de 1989. Na disputa eleitoral, os comícios ainda puderam ser realizados no dia 13 de novembro, última manifestação autorizada aos candidatos em relação ao primeiro turno da eleição. Visto a proximidade do pleito, ocorreu esta vedação para controle das autoridades eleitorais.

No segundo turno da eleição, a propaganda eleitoral teve reinício no dia 28 de novembro do mesmo ano, e foi concluída no dia 14 de dezembro, não podendo mais, a partir dessa data, ser veiculada por televisões, rádios ou jornais. Entretanto, ainda no dia 15 de dezembro foram permitidos comícios. Deste modo, foi distribuída a organização do pleito que reintroduziu a forma de escolha direta do Presidente da República no Brasil. O discurso de Lula, como o de Collor, estariam baseados no embate à estrutura de poder vigente: ambos trabalhavam demandas da população. Na delimitação dos campos em que cada um dos oponentes buscou estabelecer suas fronteiras, poderá verificar-se a busca pelo espaço das propostas que tentam articular as insatisfações, intencionalidades que, em aberto, estão a construir o teatro político onde se desenvolveu o embate.

O escopo almejado por ambos está estruturado na busca de um bloco de poder, que, desse modo poderia se tornar hegemônico. Fundamentalmente, os candidatos Collor e Lula procuraram um distanciamento do “*status quo*” dominante, visando obter a simpatia da população, haja vista uma crise de representação que se constituiu a partir do governo de José Sarney. Para obter uma nova representação do social, cada qual realizou sua construção discursiva de povo, um discurso contrário ao “*status quo*” dominante. É o que ocorre no espaço político da eleição de 1989, onde, de um lado está o “povo”, como o oprimido, em oposição ao “outro”, o opressor (PANIZZA, 2009, p. 179)². O discurso proferido pelos candidatos será visto nos capítulos seguintes de forma personalizada, através dos pronunciamentos colhidos.

Abordando-se, especificamente, a proposta do problema já esboçado, pode-se afirmar que a presente dissertação busca responder o seguinte questionamento: Como foram construídos e quais foram os sentidos articulados acerca do “povo brasileiro”, nos discursos políticos das campanhas eleitorais dos dois principais candidatos à Presidência, Fernando Collor de Mello e Luís Inácio Lula da Silva?

2 Observação: Todas as vezes em que aparecer o autor PANIZZA, Francisco. **El populismo como espejo de la democracia**. Buenos Aires, Fondo de Cultura, 2009, considerar como tradução livre do autor deste trabalho, do espanhol para o português.

Como o povo brasileiro é significado, ao longo do processo eleitoral de 1989, por esses dois candidatos? Procurando responder como se deu esse processo de significação de “povo”, por Collor e Lula, é que será estruturada a resposta ao questionamento realizado – a partir da concepção de que o “povo” seria uma construção elaborada a partir de um discurso, e que este determinaria os parâmetros e alcance de sua significação. Desse modo, parte-se da proposição ora apresentada, tendo por base a teoria do discurso, a qual funciona como marco teórico para o desenvolvimento desta pesquisa, dentro da acepção de discurso firmada por seu principal articulador, que destacamos na seguinte tradução livre:

O discurso constitui o terreno primário de constituição da objetividade como tal. Por discurso não entendemos algo essencialmente restringido às áreas da fala e da escrita, como temos declarado, várias vezes, senão um complexo de elementos no qual as relações jogam um rol constitutivo (LACLAU, 2010, p. 168).

Pelos meios observados, ou seja, pelos pronunciamentos dos candidatos, tem-se, por objetivo geral de pesquisa, verificar como se deu a construção da noção de “povo”, na eleição presidencial de 1989, no Brasil, em especial através dos discursos eleitorais dos candidatos à Presidência da República, Fernando Collor de Mello e Luís Inácio Lula da Silva. Serão analisados, nesse sentido, os caminhos percorridos ao longo da pesquisa para atender a esta finalidade. Ainda, por objetivos específicos, verificar-se-á a forma como Collor nomeia o povo em seus pronunciamentos. Do mesmo modo, considerar-se-á a forma como Lula nomeia seu povo em suas manifestações. Assim, pretende-se confrontar como foram propostas as fronteiras antagônicas construídas pelas candidaturas capitaneadas por Lula e Collor, tendo sempre por norte a construção da ideia de “povo” apresentada por ambos. Poder-se-á comparar ambas as construções de povo, visando conhecer em suas estruturas os significantes flutuantes, ou seja, as percepções sobre ressignificação, conforme o sentido que é operado no meio social.

Nesse contexto, temos como hipótese geral, que pretendemos desenvolver na pesquisa, a ideia de que a construção discursiva de ambas as candidaturas depende da nomeação do seu polo antagônico, ou seja, a construção discursiva de povo de Collor, que nomeia Lula como seu polo antagônico e vice-versa. A razão dessa conjectura está no antagonismo entre ambos os campos que se opõem em decorrência do surgimento de fronteiras entre o “nós” e o “eles”, neste caso

específico, os discursos eleitorais de Collor e de Lula. Essa referência ao antagonismo é, também, a condição de possibilidade para a existência das identidades políticas que surgem a partir de um universo sistêmico comum, em que ambas buscam uma posição hegemônica, já referida.

O fenômeno do populismo apresenta nuances e perspectivas na vida política do país que conhece e reconhece a democracia do tipo liberal e burguesa, tendo esta como arquétipo de sua visibilidade do fenômeno social. A pesquisa do espaço histórico e político é imprescindível às Ciências Sociais no Brasil. A leitura que se tem de episódios como a campanha eleitoral de 1989, com sua ideia da construção discursiva do povo, possibilita a compreensão de processos que podem, de certa forma, sofrer uma análise do pesquisador.

Sobre esse panorama da construção discursiva de “povo”, nas eleições de 1989, para a Presidência da República, objeto da pesquisa, caracteriza-se o problema: determinar quem é esse “povo”. Tanto no discurso de Collor, como no de Lula, ambos os campos dos opostos estabelecem o terreno discursivo das demandas que se articularam e dos significados que prometeram. Há uma pertinência na verificação da medida em que estas construções se antagonizaram e produziram no espaço social polos discursivos opostos. A análise procura determinar a substância desses discursos.

Os dados que instruem a presente pesquisa foram obtidos por meio de informações resgatadas das imagens e discursos proferidos pelos candidatos à Presidência da República do Brasil, especificamente Fernando Collor de Mello e Luís Inácio Lula da Silva, no transcorrer dos programas do horário político gratuito, especialmente na mídia televisiva. Fontes de persecução estão materializadas nas manifestações documentadas nos seis meses de campanha política, realizada no período do horário político gratuito exibido pelas redes de televisão, autorizado pelo Tribunal Superior Eleitoral pelo regramento já citado. O material compreende as aparições em rede nacional de televisão, no espaço de tempo relativo ao período de junho a dezembro de 1989, obtido junto ao DOXA do IUPERJ (Laboratório de Comunicação e Instituto) da UCAM/RJ (UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES – RIO DE JANEIRO).

O que foi observado concentra-se na verificação contextual que engloba o gestual, a retórica, os programas eleitorais de televisão na forma de apresentação para construção do discurso dos candidatos. As concepções de “povo” de Fernando

Collor de Mello e Luís Inácio Lula da Silva referem-se ao período compreendido no segundo semestre de 1989. Além dos dados da propaganda eleitoral, também os debates televisivos realizados estão inseridos na pesquisa. Serão também objeto de análise, os programas de governo e as propostas dos candidatos, obtidos junto ao Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), mais especificamente, a carta de intenções dos referidos candidatos lançada no pleito eleitoral em questão. Responder-se-á à questão central desta proposta de pesquisa, sobretudo a partir da análise dos programas inseridos no horário político que estão gravados em *compact disc* (CD), os quais, observados pelo pesquisador, possibilitaram apreender o conjunto das propostas dos candidatos e da forma como o povo brasileiro é significado, por cada um deles, durante o espaço de tempo referido.

O processo eleitoral, constituído pela participação do eleitorado de aproximadamente sessenta e seis milhões, pode ser considerado como dos mais importantes da história republicana do país. Essa seria uma razão para um olhar nesse episódio, mas a questão de como o “povo” foi trabalhado, como seu discurso foi constituído, é algo que vem a ser destacado nesta proposta sobre o processo eleitoral.

A base que orienta este trabalho são as categorias analíticas desenvolvidas na teoria do discurso, inicialmente por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, como se verá no capítulo inicial. Para tanto, recorre-se aos estudos sobre o populismo desenvolvido por Laclau e outros autores, especialmente na Europa, o qual apresenta um desenvolvimento da categoria “povo” como base de discursos. A forma de construção desse discurso de “povo”, em especial, de duas propostas que se apresentaram antagônicas, em 1989 – os discursos de Fernando Collor de Mello e Luís Inácio Lula da Silva – interessaram para a aplicação das categorias à análise discursiva elaborada, à época, por ambos os candidatos.

Há nos processos sociais que se desenvolvem na objetividade, em seu cerne, um discurso “*anti status quo*”. Este se destina a atingir uma estrutura de poder político; ao emergir, constitui uma relação antagônica. Para tanto, as forças que se opõem, produzem um discurso do “nós” contra “eles”. Por essa razão, a estrutura, a ordem estabelecida toma relevo na construção discursiva, outro aspecto que passa a ser verificado na compreensão dos discursos de construção de “povo” dos candidatos mencionados. Encontra-se no Governo Sarney, estabelecido entre 1985

e 1989, esse momento histórico destacável, visto que consagra elementos da transição para a democracia com um modelo econômico em transformação, o qual denotou a formação de sentidos e novas identidades.

Vai ser abordado, na distribuição do tema, inicialmente, como o governo Sarney se instalou. Por essa razão, inclusive questões como a transição para a democracia no Brasil, o término dos governos dos militares e o reflexo nas condições políticas serão tratadas também: as articulações concebidas para a eleição do primeiro Presidente da República civil; o quadro resultante do processo da eleição indireta de Tancredo Neves, os desdobramentos políticos, a posse do Vice, o pacto político que constituiu a Aliança Democrática e a Nova República; a conjuntura herdada por Sarney; as fragilidades da administração; os erros apontados em relação à sua administração no campo político e econômico.

As dificuldades enfrentadas por Sarney contribuíram para elaborações discursivas “*anti status quo*”, como se verá no capítulo que trata do tema. A falta de solução de demandas da sociedade, associada ao processo eleitoral que denotava a eleição presidencial, conduziu a uma crise política de representação. O resultado do processo gerou um sentido de descrédito da população na capacidade de solução dos problemas de parte da administração. Como não poderia deixar de ser, a perda de popularidade, somada à falta de apoio político para tomada de medidas mais onerosas, chega ao seu final inoperante, em compasso de espera do resultado das eleições. Esse governo produziu, pelo processo de transição para os civis, pelas alianças de sustentação, pelos planos econômicos e demais elementos políticos, condições de emergência do discurso de formação de “povo”, que se instalou nas propostas firmadas pelos principais oponentes.

O segundo capítulo trata do discurso de “povo” de Collor, abordando este tema que é objeto de análise, onde, baseados nos pronunciamentos do então candidato, buscaram-se os sentidos trabalhados durante a campanha e a forma como seu discurso se antagonizou com os adversários, para, ao final, formar uma síntese do que foi apresentado discursivamente.

Da mesma forma, no terceiro capítulo, analisar-se-á o discurso apresentado por Lula, buscando os sentidos e como foi construído o seu antagonismo. Em ambos os casos, a apresentação do “povo” é destacada para as considerações finais que concluem a presente proposta analítica do discurso dos candidatos verificados no período eleitoral demarcado. Assim, o leitor vai encontrar uma perspectiva do

episódio, através de uma leitura específica desenvolvida sobre um marco teórico determinado.

A distribuição do tema em quatro blocos decorreu da necessidade de sistematização, que segue em consonância com a matriz teórica adotada. A exposição sobre o populismo, o conceito operativo, a importância da categoria povo na sua construção, em princípio, demonstram a opção de interpretação do episódio político estudado nesta pesquisa. Ademais, a abordagem do governo Sarney não poderia deixar de ser referida, uma vez que se tratou de dado essencial para o estabelecimento de cortes antagônicos dos discursos e das fronteiras estabelecidas pelos candidatos, em relação ao *status quo*. Completando o quadro de análise dos discursos de Collor e de Lula, surge a concepção de “povo” de cada um, o antagonismo, as lógicas da equivalência e da diferença que articulam sentidos e possibilitam a construção de um discurso que pretende constituir-se em hegemônico. Por fim, as considerações serão apresentadas diante da análise proposta, onde serão considerados o posicionamento sobre o processo eleitoral de 1989 e os sentidos e significados postados para o imaginário político brasileiro.

Capítulo I – O Populismo

1.1 Considerações Preliminares

A temática relativa à construção do povo nas Ciências Sociais tem grande afinidade com os estudos sobre as construções discursivas e o Populismo. A maioria dos autores contemporâneos destaca este ponto como crucial. O Populismo, sua conceituação e seu caráter de fenômeno político apresentam grandes dificuldades no detalhamento de seu conteúdo, devido ao caráter difuso de sua análise no ambiente acadêmico, o que tem resultado na sua aplicação como um termo pejorativo, atribuído aos desafetos em tom desqualificador e estigmatizante.

Na estruturação deste capítulo, vai-se encontrar, inicialmente, uma exposição sobre o conceito de populismo adotado como orientação desta proposta de análise sobre a construção do discurso de “povo”, efetuada por Collor e Lula, em 1989, na eleição emblemática que marcou a volta da escolha, pelo voto direto e secreto, de contingente eleitoral até então jamais visto na história recente do país, quando em torno de setenta milhões de eleitores compareceram às urnas. Foi inserido um tópico, nesta primeira parte, sobre o conceito operativo de populismo, justamente para se ter clara a posição teórica que acompanha esta proposição sobre o tema em apreço. A análise de eleição tão importante, certamente poderá ter outras visões e aplicações teóricas, contudo a escolhida está inserida no âmbito dos estudos de populismo de Ernesto Laclau, Chantal Mouffe, Francisco Panizza e outros.

O leitor poderá verificar a abordagem de uma visão localizada no cenário europeu, uma perspectiva clássica, desde Norberto Bobbio, até propostas mais atuais. Desse modo, é destacado novo populismo de direita europeu, que vem se constituindo na esteira dos problemas econômicos enfrentados no continente. Em especial, os índices de desocupação, que associados a uma xenofobia a imigrantes árabes, africanos, concorrentes no recebimento de seguros sociais e de vagas em empregos menos qualificados, os quais, em tempos de crise se apresentam atrativos para a parcela menos qualificada da população de países desse continente. Tal contexto estrutural vem ensejando um temor de analistas políticos, em relação à potencialidade do discurso de partidos que assumem esta postura, a qual apresenta simpatia de parte de segmento do eleitorado de países europeus.

Verifica-se que, nos casos europeu e norte-americano, os estudos apontam para a construção de “povo” como dado essencial nos discursos populistas. Essa conformação é abordada neste capítulo, que não pretende ser exaustivo sobre a questão. Apenas pretende-se lançar um olhar sobre o que vem sendo referido, apresentando essa visão que tem alcançado um reconhecimento acadêmico e que pode ser objeto de aplicação na análise que está se realizando.

Observa-se, através de leituras, uma grande preocupação no ocidente com o surgimento de elementos políticos que se utilizam de um discurso populista para ascender ao poder, principalmente os movimentos de maior radicalismo da direita europeia, em especial a partir da década de noventa do século XX. Nesse contexto, surgem discussões sobre o Populismo e o denominado Neopopulismo, ligadas a questões relativas às migrações, ao desemprego e à xenofobia, enquanto uma terceira vertente, surgida na Itália, pretende denominar uma forma nova de populismo midiático, decorrente dos meios de comunicação de massa, em especial do uso político da televisão.

A influência desses meios, como ressaltado nos canais televisivos, vem sendo acentuada por estudiosos italianos no que se refere às suas influências sobre o regime democrático contemporâneo. As mudanças patrocinadas por essa forma de comunicação, e seus reflexos na política, e ainda a constatação de que o Populismo da atualidade tem forte influência na forma de contato com o povo, refletem-se nos modelos tradicionais da política. Essas formas de atuar alteram, sobremaneira, o relacionamento com os eleitores/cidadãos, provocando o surgimento de novas formas de tentativas para viabilizar os partidos políticos já constituídos.

No âmbito do estudo sobre a ideia da construção discursiva de “povo”, apresenta-se, aqui, especial destaque para o pensamento de Ernesto Laclau, dentro dos conceitos formulados no contexto da teoria da análise do discurso, como o próprio conceito de discurso, e os das categorias de antagonismo, de lógicas da diferença e equivalência, que se apresentam como instrumentos importantes para a compreensão dos discursos de Lula e Collor, muito especialmente, no que tange às eleições de 1989, que constituem o objeto desta pesquisa e de análise. Marcada por posições diferenciadas, esta análise se opera, nessa perspectiva teórica, segundo a forma como os discursos foram construídos, a fim de compreender o processo discursivo que então se estabeleceu.

A priori, considera-se o Populismo como uma lógica de construção discursiva de “povo”. Nesse aspecto, é construído antagonicamente o “povo” *versus* seu “opressor”. Essas construções não são vistas do ponto de vista de categorias sociológicas essencialistas, mas são politicamente constituídas na forma simbolicamente estabelecida que vem caracterizar essa relação antagônica. Toda a contextualização da compreensão sobre o Populismo será analisada topicamente, buscando, desse modo, não rotular tal ou qual discurso, trabalhando em torno da lógica de constituição das relações políticas dos sentidos e significados detectados, apresentando uma perspectiva sobre o episódio narrado.

1.2 Populismo: Um Conceito

Percebe-se que entre os teóricos da Ciência Política há posições variadas sobre a determinação do conceito de populismo. De modo geral, como fenômeno político, pode ser apreendido no campo da objetividade social e apresenta reflexos na organização da sociedade, no que tange às relações de poder. É assinalada, pelos acadêmicos, sua repercussão nos sentidos sedimentados nos diversos grupos sociais que compõem uma sociedade. O campo de compreensão a que nos ligamos atribui significados que consideramos elementos de análise desta forma de condução política, que pode ser percebida nas mais diversas sociedades, independentemente de determinado tempo, local ou estágio de desenvolvimento.

Um dado essencial é que o populismo não é algo necessariamente negativo. O próprio termo, por exemplo, no Brasil sofreu um processo de ressignificação. Na origem da terminologia, segundo Ferreira (2001), as palavras “populismo” e “populista”, não faziam parte da linguagem do cotidiano do país. A leitura que o autor faz da introdução dos termos em nossa cultura política, é conjuntural. Lembra-nos o autor que, na primeira fase do governo Vargas, tais vocábulos não tinham o sentido que muitos lhe atribuem na atualidade, o de um aspecto pejorativo, ou seja, os termos sofreram processo de ressignificação.

O populismo vem sendo citado por Ferreira como algo de engendrado, através das ponderações de cunho histórico, ao ser referido o advento da propaganda política estatal e sua utilização como mecanismo eficaz de manipulação dos “trabalhadores”. A proposta é de Karl Loewenstein, inicialmente estabelecida em 1942 (2001, p. 111).

De acordo com o citado, na década de 1940, tivemos uma ideia de “populista”, em que é apontada diretamente a personificação, mais uma vez, a figura do líder, no caso a de Vargas. Ainda é acentuado o trabalho do governo através do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), até 1945. Um reflexo dessa estrutura na continuidade do governo foi referido por Ferreira, que assim comentou:

Nesse ano, em pleno processo de democratização, o país conheceu uma grande mobilização em favor da continuidade de Vargas no poder. O “Queremismo”, movimento de proporção grandiosa, somente comparável à Aliança Nacional Libertadora e à campanha das Diretas Já, irritou profundamente os grupos liberais de oposição ao Estado Novo (FERREIRA, 2001, p. 111).

Tal movimento, conforme Ferreira, teve grande dificuldade de assimilação pelas denominadas “forças liberais”, contrárias ao regime instituído por Getúlio Vargas, inclusive sobre sua forma de condução da propaganda do governo, na época. Tem-se a origem do Populismo em Vargas, ou mais exatamente, na forma de atuar de sua administração. A imprensa de oposição comparava a estratégia varguista às ações de Hitler e Mussolini.

Havia uma grande dificuldade de compreender a adesão dos trabalhadores em favor de Vargas. Tal fato era considerado paradoxal e de difícil aceitação para todos os campos de oposição. Para explicar a contradição percebida pela oposição liberal, gerada pelo apoio popular ao “Getulismo”, foi concebida uma resposta e atribuída às técnicas nazistas de manipulação de massas supostamente utilizadas, como foi destacado:

Portanto, a explicação liberal, em seu limite, denunciava a aplicação, nos anos do Estado Novo, das técnicas de propaganda política de massa pelo DIP, importadas da Alemanha nazista, sobre uma população pobre, analfabeta e ignorante, ensejando que, no ocaso da ditadura, surgissem tais constrangimentos (FERREIRA, 2001, p. 113).

Como afirmou Ferreira, nessa época, as terminologias “populista” e “populismo” não eram, a princípio, utilizadas pela oposição, não tinham o sentido negativo atual, da mesma forma que não eram vinculadas para explicar a capacidade de adesão popular ao governo autoritário do Estado Novo. Todo o processo de interpretação do fenômeno social era atribuído à manipulação pela propaganda de Estado e à defasagem cultural da política brasileira da época, sobre uma população preponderantemente sem capacidade de crítica.

Assim era constituída a compreensão do populismo varguista para justificar o encanto que o líder exercia sobre a população. Até mesmo Carlos Lacerda, um acirrado opositor, não utilizava, ao atacar Vargas, o qualificativo “populista”. Essa expressão, insiste-se, não estava no vocabulário dos ataques ao governo com a significação que tem na atualidade.

Dando continuidade à sua pesquisa em jornais, Ferreira (2001) menciona que no período de 1945 até 1964, os termos começaram a ingressar em algumas matérias. Contudo, a sua utilização era restrita e, às vezes, até elogiosa, pois ainda não adquirira o tom pejorativo que passou a receber posteriormente.

Conforme pontuado em jornais verificados por Ferreira (2001, p. 115), quando eram chamados de “populistas” líderes como Vargas e Goulart, tal evocativo nada tinha de ofensivo. Pelo contrário, tinha a intenção de ser tomado como elogioso. O sentido apurado do contexto era o de ser popular, quer dizer, de estar próximo aos trabalhadores e aos movimentos sociais, ou seja, ligado ao povo.

Outra palavra relacionada à época, destacada pelo pesquisador, foi “pelego”. A significação dada era altamente pejorativa, basicamente à forma com a qual a esquerda passou a qualificar o movimento sindical no período anterior a 1964. O discurso constitutivo dos “pelegos” era aplicado a todas as lideranças de trabalhadores que tivessem ligação com o governo e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Desse modo, expressões como “peleguismo” e “populista” foram tomando os sentidos que hoje se têm como algo pejorativo. O que se verifica, portanto, é que tais expressões foram utilizadas como instrumentos de desconstituição de poder.

Toda uma tradição retórica se construiu através da manipulação de tais palavras – verdadeiros anátemas da época: demagogo, caudilhismo, populismo, pelego etc. “A política de exclusão, patrocinada pelos liberais e veiculada pela imprensa, delineou a imagem de uma ‘democracia impura’, ou melhor, uma ‘democracia populista’ (*apud* LATTMAN-WELTMAN, 1997, p. 577-578).

Toda construção retórica, conforme se conclui das considerações acima, denotava uma intenção de infligir ao adversário tal desconstituição pessoal. Sobre essa afirmação, pode-se vislumbrar o ocorrido na década de 1960, quando do acerto de contas entre vários segmentos políticos de esquerda e direita no Brasil, com o denominado “trabalhismo”. Verifica-se essa pretensão, na menção infra sobre comentários a respeito desse segmento político:

E tão liquidado o queriam, que defunto sequer teve o direito de levar seu nome ao túmulo: “batizado pela sociologia paulista, foi como populismo que desceu os sete palmos de terra”. E, assim, seria ensinado às novas gerações, “nas escolas, nos quartéis e nas organizações políticas”. E como diz o autor, “temos as contas ajustadas” (FERREIRA *apud* REIS FILHO, 2001, p. 121).

A ideia prevalecente sobre a origem dessa ressignificação é que o “populismo” se constituiu em uma conotação pejorativa infligida ao adversário. Essa posição se verifica em Ferreira e igualmente em outros autores brasileiros que pesquisam o assunto. O interessante é que há uma compreensão de que o populismo que atravessa diversos períodos tem um caráter superficial, de uma análise limitada da questão, a qual não procura os fundamentos do fenômeno.

Tal percepção do sentido foi sendo reelaborada, como afirma Ferreira, tomando um aspecto pejorativo, como bem explica:

O populista, portanto, é o adversário, o concorrente, o desafeto. O populista é o outro. Trata-se de uma questão eminentemente política e, muito possivelmente, político-partidária, que poderia ser enunciada da seguinte maneira: o meu candidato, o meu partido, a minha proposta política não são populistas, mas o teu candidato, o teu partido e a tua proposta política, estes, sim, são populistas. Populista é sempre o outro, nunca o mesmo (FERREIRA, 2001, p. 124).

O conceito de populismo, apresentado em diversas obras, tem a conotação de uma ideologia; em outras, a de um credo, ou ainda como elemento de soberania popular, como já assinalou Bobbio (1997, p. 981). O mesmo autor refere-se a certa tendência, no meio acadêmico, de considerar o populismo no seu aspecto romântico, em virtude de que o elemento central trabalhado, a categoria “povo”, não é algo racionalizado, como se refere:

Para além de uma definição terminológica, o povo é tomado como mito a nível lírico e emotivo. O populismo tem muitas vezes uma matriz mais literária que política ou filosófica e, em geral, suas concretizações históricas são acompanhadas ou precedidas de manifestações poéticas, de uma descoberta e transfiguração literária de dados ou suposto valores populares (BOBBIO, 1997, p. 981).

O populismo assim apresentado carrega consigo a ideia de valores previamente existentes e não construídos através de um discurso. Ao longo do tempo, a categoria “povo”, dado essencial do conceito, foi relacionada com os camponeses, por sofrer menos intervenções externas, uma vez que no meio rural

estariam menos afeitos às questões políticas. Em outros momentos, pode, tal categoria, ser considerada no aspecto de sua formação, como constituída pela massa de trabalhadores urbanos e rurais. Tem-se, ainda, o “povo” como podendo ser constituído por um elemento social marginal ao sistema (BOBBIO, 1997, p. 981). Para ser “povo”, não depende da condição social ou profissional, conforme o autor, da mesma forma que o “povo”, no populismo, excluiria a luta de classes. Como diria Eva Perón, citada por Bobbio, “descamisado é aquele que se sente como povo”.

Por outro lado, temos o inimigo do “povo”, ou aqueles que não pertencem ao “povo”. Na definição de Bobbio, o “não povo” constitui-se no se dizer: o “não povo é tudo o que é extrínseco a um povo histórico, territorial e qualificativamente determinado” (1997, p. 982). Nesse sentido, o “povo” surge como uma homogeneidade interna. Já pela teoria adotada neste estudo, a categoria “povo”, internamente, é heterogênea, sofrendo modulações para poder se articular numa proposta que constitua uma identidade, da mesma forma que pela constituição de fronteiras (PANIZZA, 2009, p. 31). Sob outro aspecto, o “não povo”, o “outro”, também é uma diversidade que pode fluir da esquerda para a direita, tomando os mais diversos setores ou grupos. Assim descreve o autor antes referido:

O “outro” das identidades populistas tão diversas como a identidade do povo da qual constitui sua exterioridade: os plutocratas financeiros e os *insiders* de Washington tipificam o inimigo do povo para o populismo conservador estadunidense, tanto como a ameaça do gueto negro e o denominado estabelecimento liberal. A elite terrateniente (classe média) e os interesses estrangeiros representaram o inimigo do povo no populismo clássico latino americano, e os políticos corruptos se converteram no outro de sua versão do final do século XX (PANIZZA, 2009, p. 32).

Essa concepção antagônica é central nas relações populistas e constitui elementos políticos essenciais do conceito. Como afirma Panizza: “A divisão entre o “povo” e o “outro” define a natureza política do populismo” (2009, p. 46). Outro dado a se considerar, é que a categoria “povo”, trabalhada na compreensão do fenômeno político, constitui uma forma representativa de sentidos. De acordo com a concepção conceitual que estamos apresentando sobre a construção discursiva de “povo”, este não é algo unívoco. Para compreender essa perspectiva, é necessário assimilar que a ideia de “povo” é composta de vários sentidos localizados no social, como, por exemplo: grupos de defesa do ambiente, questões femininas, trabalhadores sindicalizados, entre outros, que vêm produzir uma unidade que vai se contrapor ao

bloco de poder vigente. É preciso observar que um desses sentidos, dessas identidades, que possuem também particularidades, tem que ser solucionado para poder tentar assumir uma função de representação maior. Essa concepção pode ser observada em Laclau (2009, p. 70). Quando ocorre essa superação, tem-se um dado basilar para a constituição do “povo” e para sua formação discursiva, podendo ensejar, desse modo, um discurso populista.

Como surge o populismo? Conforme se depreende das ponderações que nos orientam, este é resultante do fracasso das instituições sociais e políticas que deveriam dar satisfação a demandas não realizadas na sociedade. A falta de respostas de uma ordem que gera instabilidades é o ambiente para o discurso populista, o qual tende a produzir fronteiras e linhas que separam posições opostas. Tal processo pode gerar novas relações sociais e novos espaços de luta. Nesse contexto, têm-se apelações ao “povo” que buscam alterar o discurso político do social, até então ordenante. Mais uma vez, recorre-se a Panizza para o argumento:

As práticas populistas surgem a partir do fracasso das instituições sociais e políticas existentes para cercar (isolar) e regular os sujeitos políticos dentro de uma ordem social relativamente estável. É a linguagem da política quando não pode haver política em sua forma habitual: um modo de identificação característico de tempos de instabilidade e desalinhamento, que implica o restabelecimento das fronteiras sociais conforme o lineamento diferente daqueles que previamente haviam estruturado na sociedade. É uma apelação política que busca alterar os termos do discurso político, articular novas relações sociais, redefinir as fronteiras políticas e constituir novas identidades” (PANIZZA, 2009, p. 21).

A ordem estabelecida em crise é um dos dados de emergência do populismo, como foi diagnosticado por Laclau (2005) e mencionado por Panizza (2009). A crise, que coloca em xeque o “*status quo*”, vem contribuir para a alteração das estruturas sociais. Essa interpretação foi apreendida da análise das categorias que compõem o populismo denotado por esses autores. O despertar populista não está acompanhado somente de uma crise de representação de identidades, vai além: traz à tona outras identidades que não tinham espaço como atores políticos no âmbito da objetividade social, como assinalado abaixo:

Assim, o populismo não tem que ver só com uma crise de representação na qual se despoja a gente de suas antigas identidades para adaptar uma identidade “popular” nova. Também tem que ver com o começo da representação, e permitir que aqueles que nunca foram representados devido a sua classe, a sua religião, a sua origem étnica ou localização

geográfica são reconhecidos como atores políticos”³ (PANIZZA, 2009, p. 23).

Como têm sido detectadas as rupturas populistas da ordem, dentro da perspectiva da análise discursiva, neste sentido firmado há uma quebra da representação. Exemplificando, o autor acima enumera algumas situações que seriam o estopim para o populismo, embora não afirme ser um rol taxativo. Assim, dando margem ao fracasso de representação política estabelecida, teríamos a referida ruptura. Adotando-se essa consideração teórica, aconteceriam situações materiais não suficientemente percebidas pelo gestor político, que tenderiam a desencadear no social, profundas alterações. Tais situações são observadas quando da ocorrência de agitações políticas extremas, as quais podem gerar deslocamentos na estrutura social, produzindo fraturas (quebras), que, conseqüentemente, tendem a produzir um novo modo de identificação que passa a ser o dominante. A descrição deste fenômeno é assim composta:

Tradicionalmente o fracasso nas representações são características de épocas de agitação política, cultural, social e econômica, assim como também é nestas épocas quando relações de representação e subordinação antes relativamente estáveis se voltam incertas e alienadas, e, portanto, abertas as novas formas de identificação (PANIZZA, 2009, p. 24).

Dentre as causas de uma ruptura populista da ordem, podem ser referidas, como dado relevante, as questões relativas à economia (hiperinflação, desemprego elevado, estagnação econômica), guerras civis, conflitos étnicos e catástrofes naturais. Todas essas situações possibilitariam, em tese, gerar não só a falta de capacidade do sistema político vigente de representar os interesses da população, como também obter a composição da estrutura que garanta a estabilidade almejada da sociedade. Nessa percepção, os fatores econômicos e políticos seriam determinantes de crises, que, por sua natureza e profundidade, apresentam potencialidade de deflagrar deslocamentos sociais, como destacado no texto abaixo:

A primeira é uma ruptura de ordem social e perda de confiança na capacidade do sistema político para restaurá-lo. As crises econômicas que se manifestam em fenômenos como a hiperinflação são típicas destas situações. As crises econômicas sempre se referem a algo mais que a economia (PANIZZA, 2009, p. 24).

3 Observação: Todas as vezes em que aparecer o autor PANIZZA, Francisco. **El populismo como espejo de la democracia**. Buenos Aires, Fondo de Cultura, 2009, considerar como tradução livre do autor deste trabalho, do espanhol para o português.

As situações de hiperinflação, como a vivenciada no Brasil, em 1989, e a falta de confiança na própria moeda, afetaram as relações sociais, resultando na utilização de trocas não mais somente baseadas na moeda oficial, mas em produtos com valor de mercado (arroz, soja, milho) e escambos mercadoria por mercadoria.

Verificou-se, ao final do período governamental, como se poderá observar no capítulo que trata da administração de Sarney, uma parcial desinstitucionalização em relação à moeda nacional; tal situação atingiu drasticamente investimentos e o mercado de trabalho com falta de vagas para empregos fixos, bem como o corte de vagas de setores estratégicos. Tem-se, em consequência, uma crise institucional gerada pela perda de representação e de espaço discursivo, em face do abalo de confiança do poder instituído, mais precisamente o executivo, que perde credibilidade em relação à sua condição de administrar adequadamente. Tal situação vem a se refletir nas outras esferas de poder, como no legislativo, pela falta de suporte para tomada de decisões e, junto ao judiciário, que passa a contestar leis que inicialmente teriam sido aprovadas na esteira da aprovação popular e que perdem força material pelo desgaste governamental. O contexto gera uma profusão de incertezas que afetam as relações políticas e sociais.

Ainda sobre a falta de confiança no sistema político vigente, como ocorrido no Brasil, em 1989, verifica-se uma combinação de causas políticas e econômicas. Tais situações podem ser observadas em outros países, como em relação ao Peru, que da mesma forma, em período semelhante, verificou rupturas na ordem por causas diversas, que associadas tiveram reflexo nos deslocamentos de identidades e na construção de um discurso populista. Desse modo, foi assim interpretado:

A ruptura da ordem social também pode se produzir por guerras civis, conflitos étnicos ou catástrofes naturais. Mas a crise (momentânea) é uma combinação do econômico e do político. Estas circunstâncias podem se exemplificar mediante a conjuntura na qual Alberto Fujimori triunfou nas eleições do Peru em 1990 (PANIZZA, 2009, p. 25).

Sobre este aspecto, o autor comenta que, nessa eleição, a sociedade peruana enfrentava uma conjuntura de extrema instabilidade, produzida por problemas econômicos decorrente de descontrole inflacionário. No mesmo período, também se verificava a ação anti-institucional do grupo guerrilheiro Sendero Luminoso, com forte reflexo na quebra da confiança e na capacidade do governo de solucionar o conflito. Diante dessas circunstâncias, surge Alberto Fujimori, que

encontra a sociedade peruana numa situação de descrédito em relação às instituições. Apesar de não apresentar um programa político consistente, com linhas claras de como enfrentaria os problemas, mesmo assim ele atraiu a confiança da população, por se apresentar como capaz de solucionar as demandas da sociedade e como uma pessoa totalmente sem vínculos com os setores políticos tradicionais peruanos, os quais eram considerados ineficazes no trato das questões afetas ao interesse coletivo. Nesse sentido, também afirma:

Fujimori não foi escolhido pelos eleitores por seu programa político – fez poucas promessas específicas – mas porque se apresentou a si mesmo como uma pessoa completamente externa e sem vínculo com o estabelecimento político (PANIZZA, 2009, p. 24).

Na eleição de 1989, os candidatos, tanto Lula como Collor, como se verificará nos próximos capítulos, procuraram se apresentar como externos ao *establishment* político. O primeiro, como um homem do povo, um operário na presidência; já o segundo apresentava-se como sendo totalmente novo na política nacional, sem compromissos com os poderosos. Percebe-se que ambos disputaram quem teria menos vínculos com os “poderosos”, uma vez que os maiores males da nação eram atribuídos a eles. Como foi enfatizado nos trechos acima, essas questões não são exclusivas da ruptura populista; outras, como o esgotamento da classe política tradicional e o desprestígio dos partidos políticos, são também anotadas. Incluem-se, nessa concepção, os desqualificativos pela corrupção, abusos no uso do poder e a atuação de uma elite egoísta. Esses elementos alimentam um sentido contra a política e contra os políticos em geral. No sentido exposto, podem ser consideradas as seguintes situações elencadas:

As acusações de corrupção, abuso de autoridade ou, mais usualmente, o controle da vida pública por parte de uma elite política egoísta e que não é responsável por seus atos, são típicas da situação na qual o populismo toma forma da “política da antipolítica”, desde os políticos e os partidos políticos se convertem no “outro” do povo. Nestas circunstâncias, padrões ideológicos tradicionais, como esquerda e direita, perdem seu poder para organizar o discurso político, e partidos que talvez tenham estado no poder por um bom tempo são varridos do poder (PANIZZA, 2009, p. 25 -26).

Verifica-se que essa postura constatada em construções discursivas, que apresentam um viés populista, e são enunciadoras do “povo” contra o “não povo”, pôde ser vislumbrada nas eleições presidenciais de 1989, no Brasil.

O capítulo que trata do discurso de Collor, por exemplo, traz consigo mensagens que apelam a esse sentido. Tem-se, ainda, como terceiro fator que desencadeia políticas populistas, certas transformações decorrentes de processos de modernização econômica e alterações no equilíbrio demográfico entre classes sociais e grupos regionais, que teriam o condão de atuar criando condições à ação populista. Essas observações também são consideradas por Panizza, quando aponta alguns fatores que estariam a produzir a ruptura populista:

Uma terceira circunstância que favorece o surgimento da política populista se encontra nas mudanças em nível de economia, cultura e sociedade. Tal como ocorre nos processos econômicos de urbanização e modernização, também surgem mudanças no equilíbrio demográfico entre classes sociais e entre grupos regionais e étnicos, assim como também – mais recentemente – na globalização. A desordem social e a mobilização social alteraram as identidades estabelecidas, debilitam as relações tradicionais de subordinação e estabelecem novas formas de identificação (PANIZZA, 2009, p. 26).

Outro fator que possibilitaria a ruptura populista, analisado em torno das identidades que pode produzir, diz respeito ao surgimento de representações políticas externas às instituições políticas tradicionais. Tal situação se depara com o surgimento dos modernos meios de comunicação, como o rádio e a televisão. Neste mesmo capítulo, é abordada a questão do chamado populismo midiático, desenvolvido na Itália por Humberto Eco, como se verá à frente. Esta forma de populismo realiza o contato direto do líder com o eleitorado, suprime os partidos políticos que ficam a reboque do líder, por sua teatralidade, astúcia e sua capacidade de sincronia com os eleitores. Mencionada, essa forma também é descrita e exemplificada por Panizza, como se verifica na exposição abaixo:

O aparecimento do rádio como forma de comunicação maciça esteve associado à primeira onda de líderes populistas, tanto na América Latina como em outros lugares. No Brasil, Getúlio Vargas utilizou-se de um programa radiofônico, “A Voz do Brasil”, emitido diariamente por rede nacional obrigatória, para apelar ao povo brasileiro, em um país que, naquele momento, contava com muito poucos meios de integração nacional. O fantasma do cidadão Kane, nos Estados Unidos e, mais recentemente, os “infomerciais” de Ross Perot, que encontraram tanto sucesso, demonstram que os meios maciços de comunicação em massa são também um poderoso veículo para a política populista em um país de tamanho continental como os Estados Unidos (PANIZZA, 2009, p. 27).

Os fatores políticos e econômicos não seriam somente responsáveis pelo surgimento de políticas populistas, mas também pelo estabelecimento de condições de crise de representação à existência de governos autoritários, ditaduras militares, ainda sob condições de alterações em instituições políticas. Até agora, a questão da ruptura populista era algo destacável na compreensão da emergência de discursos populistas, mas Panizza assinala que o populismo é mais que uma simples resposta a uma ruptura política. Trata-se de cortes profundos na forma como se conduz a política, que se constrói a partir de uma fissura que se abre entre os líderes e os liderados de determinada sociedade. Se essa brecha que se estabelece encontra meios de mediar satisfatoriamente o conflito, resulta no populismo, como se pode observar na seguinte colocação:

O populismo é muito mais que uma resposta a uma ruptura política, é uma característica arraigada do modo segundo o qual se realiza a política, derivada da brecha que existe entre líderes e os liderados e das dificuldades encontradas pelas organizações políticas para mediar entre eles de forma eficaz. Não obstante, as crises de representação apresentam a possibilidade do surgimento de formas de identificação que possam transpor esse abismo entre os representados e os representantes em nome do povo (PANIZZA, 2009, p. 28).

Um conceito de populismo, na concepção trabalhada, aponta para uma ordem estruturada, que vem sofrer uma crise na sua representação política. Esta ocorre em nível de representantes e representados quando, entre ambos, por várias questões de ordem política, econômica, social e cultural, estabelece-se uma fissura de proporções, a qual não consegue ser costurada pelos meios políticos institucionalizados tradicionais, ensejando a emergência da política populista que deverá se apresentar ao povo.

Outro dado essencial desse conceito é a categoria “povo”, que só existe como algo construído discursivamente. Esta é percebida como o “oprimido” frente ao “opressor”, sua construção é sempre antagonicamente estabelecida, o que produz fronteira e linhas que dividem o “nós” e o “eles”. Também é elemento considerado essencial, mas não imprescindível. A continuidade do populismo é a figura do líder, o que se comunica com o “povo”, embora o populismo possa sobreviver a ele, como destacado por Panizza, ao tratar deste elemento importante ao conceito:

A maioria dos estudiosos considera o líder populista como um elemento essencial do conceito. Podemos dizer, não obstante, que o populismo não

depende necessariamente da existência de um líder. Os partidos populistas têm sobrevivido à morte de seus líderes, como é o caso do Partido Justicialista (peronista) na Argentina. Nestas circunstâncias, o partido se converte em uma tradição, enraizada em seus mitos, nas instituições e no discurso oficial do partido (PANIZZA, 2009, p. 33).

Como afirmou o autor, o líder é um dado importante do conceito de populismo, mas este pode ter continuidade mesmo após o afastamento do líder, seja por morte, exílio ou queda do poder. A presença física constitui uma relação significativa no imaginário do “povo”, mas não prevalece como elemento de manutenção do populismo, uma vez que o discurso populista, por sua ambiguidade e por sua abertura, permite interpretações até mesmo contraditórias, o que lhe garante permanecer sem a presença do seu propositor. Por essa razão, o autor que vem sendo referido processa a seguinte interpretação:

A presença física do líder não torna necessariamente o discurso político menos ambíguo ou menos aberto a interpretações contraditórias. O povo se identifica com um líder principalmente pelas histórias que relata, não somente com palavras, porém mais geralmente através do uso de símbolos, incluindo seu próprio corpo e sua vida particular. Como qualquer outra narrativa política, a do populismo articula uma variedade de mitos, símbolos, temas ideológicos e argumentos racionais, que contam ao povo de onde provém o povo e de que maneira se pode dar sentido à sua condição atual e ainda oferecem um caminho para um futuro melhor (PANIZZA, 2009, p. 36).

A política populista é uma hiperpolitização das relações sociais, afirma o autor acima (2009, p. 37), o que denota que é algo constitutivo da política, faz parte das relações políticas, não é algo avesso como possa a princípio supor. Interessante que, ao mesmo tempo em que é uma construção política extrema, é tida por seus proponentes como algo externo a ela, o que vem a ser referido por Panizza, que assim argumenta:

Para que isto ocorra, o líder populista com frequência situa a si mesmo fora da esfera política, afirmando não ser um político ou, pelo menos, “não ser um político como os outros”. A construção do líder como um *outsider*, ou seja, um elemento de fora do grupo dominante, pouco tem a ver com sua carreira política ou sua posição institucional (PANIZZA, 2009, p. 37).

Essa condição de *outsider*, destacada no líder, também o coloca como uma pessoa especial que faz parte do “povo”. Porém, sua condição pessoal de sucesso nos negócios ou na vida privada (2009), permite-lhe assumir uma situação de liderança na sociedade. O líder pode apresentar discurso contra os partidos políticos, a política institucionalizada (2009, p. 38), buscando o apoio do “povo” com

os que não seriam merecedores de confiança. O discurso pode, ainda, apresentar uma mensagem de fundo moral contra a corrupção generalizada e contra a traição do *establishment* político, conforme comentário do autor na mesma página, incluindo todos os elementos do discurso populista ensejado pelo líder, por seus seguidores, ao longo do processo de constituição do populismo.

Nas considerações sobre o conceito de populismo, leva-se em conta a teoria do discurso, da qual, ao longo deste capítulo, algumas categorias são trabalhadas. O que vem a ser considerado como conceito operativo está na fusão dos elementos mencionados neste tópico, ou seja, dentro da perspectiva desenvolvida: o discurso populista ocorre quando há uma ruptura ou corte profundo na estrutura (na ordem social) emanada da falta de resposta do sistema político vigente, a qual não consegue atender as demandas, ocasionando uma crise de representação e de identidades. Desse contexto emerge um discurso “*anti status quo*”, que evoca ao “povo” uma construção imaginária e real, que se propõe a uma relação antagônica do “nós” contra os “outros”. O populismo ocorre em situações extremas da sociedade, é algo intrínseco da política.

Diante da ideia de populismo apresentada e da noção de “povo”, da forma como é construído, seguem-se outros desdobramentos sobre o tema, como a compreensão do fenômeno no cenário europeu contemporâneo, ao lado de outras considerações, nos tópicos que constituem a proposta de análise, no aspecto teórico sobre os discursos de Lula e de Collor em relação ao “povo”, efetuados em 1989.

1.3 O Populismo no Cenário Europeu

A definição de populismo, na Europa, leva em conta, com frequência, a referência ao “povo”. Assim, encontramos-la em Bobbio (1997), no seu “Dicionário de Política”, onde destaca o caráter do seu chamamento como algo homogêneo, ou seja, como algo significativo de um posicionamento unitário. Essa ideia é relacionada com valores positivos de constituição da nação, da cultura, da tradição e dos costumes. Todos os autores, sem exceção, afirmam a dificuldade de estabelecer um conceito e determinar o seu epicentro epistemológico. Assim, verificou-se, entre os teóricos italianos, a mesma preocupação dos americanos e ingleses com a dificuldade de pontuação conceitual. Ilustra bem esta posição o que Norberto Bobbio acentuou, ao dissertar sobre o tema:

Alguém disse que o Populismo não é uma doutrina precisa, mas uma “síndrome”. O Populismo não conta efetivamente com uma elaboração teórica orgânica e sistemática. Muitas vezes, ele está mais latente do que teoricamente explícito, como uma denominação que se amolda facilmente, de resto, a doutrinas e a fórmulas diversamente articuladas e aparentemente divergentes, mas unidas no mesmo núcleo essencial, da referência recorrente ao tema central, da oposição encarnizada a doutrina e formulas de diversas derivações (BOBBIO, 1997, p. 981).

De forma semelhante, a dificuldade conceitual é assinalada por Panizza, que também procura demonstrar a inexistência de um acordo acadêmico sobre seu significado. Contudo, apesar dos entraves, identifica na análise sobre o Populismo, três elementos que são definidos como um modo de identificação, um processo de denominação e uma dimensão política. A identificação surge ora por generalizações empíricas, ora por explicações historicistas e por interpretações sintomáticas (2009).

Outra forma encontra-se no processo de identificação da questão como um discurso “*anti status quo*”, que divide a sociedade como sendo de um lado o “povo” em oposição ao “outro”; assim os debaixo estão contra os poderosos (2009). No aspecto da dimensão política, que é o palco por excelência do populismo, este é constitutivo do político. É interessante esta abordagem, uma vez que detecta uma ampla gama de posições sobre as tendências no ocidente a respeito da centralidade do tema atualmente. Faz-se referência, aqui, ao que está sendo comentado na América do Norte e na Europa Ocidental. As reflexões estão inseridas nas relações entre a política, o populismo e a democracia.

Foram diagnosticados, pelo referido autor, problemas de enfoque na conceituação, que estão nas generalizações empiristas, nas meras explicações historicistas e em interpretações sintomáticas, como veremos a seguir. (PANIZZA, 2009, p. 13). Nesse sentido, destaca-se a conceituação pela academia de atributos e tipologias, os quais são atribuídos ao populismo como forma de sistematização, procurando identificar elementos que estariam intrincados na sua definição. Seguindo esse caminho generalista, constata-se que ocorre uma perda de rumo, ou seja, os dados que são interligados apresentam falta de sincronia. A análise elaborada caminha para uma posição implícita e intuitiva como vem observando o autor:

Ao utilizarem o termo “populismo”, a maioria dos observadores supõe que exista um elemento comum, mas em geral o faz de maneira implícita e intuitiva, em lugar de fazê-lo de forma explícita e analítica. Todavia, tais

pressuposições não são em absoluto justificáveis por si mesmas (PANIZZA, 2009, p. 11-12).

À crítica à generalidade de certos autores que utilizam esse perfil, relacionam-se dados empíricos, através dos quais se atribui à manipulação um caráter expressivo ao estilo de fazer campanhas eleitorais com o escopo de atrair as massas com a promessa de obterem uma vida melhor. Realmente, é imprecisa tal formulação, pois como proposta política não tem, no fundo, essa finalidade. Ainda são mencionados e denominados de “historicistas” aqueles autores que relacionam o populismo com determinados períodos históricos, como é o típico caso de nossa literatura latino-americana.

Apresenta-se o populismo latino-americano como especialmente ligado ao período que vai de 1930 a 1960, dando evidência aos líderes que se apresentaram no período mencionado, tais como Juan Domingo Perón, na Argentina, Getúlio Dornelles Vargas, no Brasil e Lázaro Cárdenas, no México. Há aqui uma preocupação espacial, como se o fenômeno se restringisse a limites geográficos e temporais. É de todo procedente o alerta de Panizza sobre essa preocupação nas Ciências Sociais latino-americanas, como bem assinala:

Ainda que o grande número de regimes populistas que governaram na região precise ser explicado, esta interpretação limitada do populismo não consegue justificar seus limites geográficos e temporais estreitos e autoimpostos, que excluem casos anteriores e posteriores de populismo na América Latina e em outros lugares (PANIZZA, 2009, p.12).

Os cientistas sociais latino-americanos têm, por base, realizar uma associação dos governos nacionalistas (1930-1960) e de alianças com trabalhadores urbanos, notadamente sindicalizados, a uma forma populista de condução de poder, conforme foi anotado de certa forma nos tópicos iniciais deste capítulo, quando foi abordado o fenômeno nas instâncias brasileiras. Outra forma de análise destacada por Panizza diz respeito às leituras sintomáticas, em que o conceito centra-se em um ator político, qual seja, o “povo”. Nessa esteira, o mesmo é localizado como um discurso, acentuadamente “*anti-status-quo*”. Quando essa construção se apresenta, há como uma divisão de fronteiras entre o “povo”, os pobres, os descamisados, a gente humilde, enfim, “os de baixo”, obviamente em relação aos “outros”, que são seus inimigos, os exploradores do “povo”, o opressor.

As posições dos “de baixo” e dos “de cima” podem ser construídas das mais diversas formas, tanto no campo político, como no econômico. Essa promessa, numa expressão de Laclau, busca uma satisfação das demandas pendentes; há uma busca de plenitude, naturalmente inalcançável, tendo em vista que essa somente pode ser contingencial e precária, ou seja, totalmente ocasional e temporária. Tanto em Bobbio, como em Laclau e Panizza, a noção de “povo” vem a ser destacada; desse modo, todo o movimento que faça sua evocação teria um enfoque populista, visto ser esta ferramenta de afirmação popular.

De acordo com essa visão contemporânea, a constituição de identidades populares tem sido considerada como pontual nos apelos populistas; desse modo, Canovan, citada por Panizza (2009), tem afirmado que nas sociedades modernas a apelação ao “povo” constitui-se numa confrontação com as estruturas de poder preestabelecidas, estabelecendo, ainda, uma oposição às ideias e aos valores dominantes da sociedade (PANIZZA, 2009, p.15) a que se destinam. O povo é destacado nos estudos do populismo e a sua importância define a forma de atuação das identidades que se redefinem quando confrontadas.

A política moderna, nesta visão que se espalha, tem postulado que não existe nenhuma originalidade nessa forma de condução populista. O discurso populista vende a concepção de que os seus postulantes encarnam a vontade popular e que essa posição tem forte relação com o significado e a natureza da democracia (PANIZZA, p. 15). Toda centralidade dos discursos sobre a democracia está inserida na “vontade popular”, na sua “soberania”. Por essa razão, na atualidade, enfrentam-se dificuldades em distinguir uma entidade populista de uma não populista, nos termos em que vem expressa a compreensão acadêmica.

Sobre o aspecto de construção da “vontade popular”, já numa visão discursiva, apresenta destaque a categoria de antagonismo; para construção do “povo” é necessária a existência do “outro”, salientada essa dinâmica por Panizza, ao chamar a atenção para Chantal Mouffe, quando esta se refere ao papel da desconstrução e reconstrução de identidades populares, de acordo com o mesmo autor (p. 16), isto é, da essência do populismo e de seus articuladores para formação do elemento político que desencadeia o processo de nomeação e chamamento ao “povo”. Ainda citando Laclau, sobre a importância de nominação do “outro” como meio de construção de identidades e de identificação pelo antagonismo, é possível chegar à nomeação do “povo”. Nesse sentido, ele afirma:

“Em outras palavras, só podemos nomear o “povo” ao nomear o seu “outro”, deste modo parafraseando a Bowman, ao oprimir a todos eles, o opressor simultaneamente converte a todos nós “mesmos” (PANIZZA, 2009, p. 17).

Dessa forma, por essas relações se constroem as identidades populares, que, no embate, procuram conquistar sua hegemonia contra ao bloco de poder constituído. Os acadêmicos europeus e norte-americanos têm aceitado a existência de certas condições que possibilitam a emergência do populismo. Dentre as observadas pelos pesquisadores e assinaladas por Panizza, estão o fracasso de uma ordem social existente e a deficiência da política habitual de atender demandas que não encontram guarida nos mecanismos usuais das relações de poder.

Nesse contexto, volta-se novamente o autor citado, aos ensinamentos de Laclau, na obra “O populismo como espelho da democracia”, coletânea organizada por aquele quando comenta: “Laclau (capítulo 1) sustenta que a condição que conduz a uma ruptura populista é decorrente de uma situação na qual uma pluralidade de demandas coexiste com uma crescente incapacidade do sistema institucional para absorvê-las” (PANIZZA, 2009, p. 22).

O surgimento do líder é outro dado importante do populismo mencionado pelos acadêmicos, isto é, a capacidade de identificação com uma personalidade da percepção desse elemento, do cenário montado para seu surgimento, das carências não atendidas da população, da capacidade do núcleo de poder traduzi-las num discurso articulado. Essa figura que projeta um apelo aos menos favorecidos, aos despojados de direitos desponta com o conjunto de situações, formando o terreno para o populismo.

O resultado dessa interação é a construção de novas relações de representação, conforme se verifica no autor citado acima. Ele ainda faz referência a rupturas graves da ordem social, proporcionadas por fatores fortuitos, como catástrofes naturais, ou decorrentes de guerras civis, conflitos entre etnias e acentuadas crises de natureza econômica. Esses fatores, obviamente, podem estar combinados entre si.

Notadamente, outra circunstância atribuída ao fenômeno é o desprestígio da política e dos políticos tradicionais, já mencionados. Um discurso avesso à política, ou seja, que supostamente propor-se-ia ser um discurso apolítico, na verdade propor-se-ia a construir o “outro”. Este ao qual se opõe, seriam os integrantes da política tradicional. A ideia apresenta um alcance especial com relação aos

fenômenos que foram detectados em certos períodos eleitorais recentes, na Europa, em situações que afetaram instituições sólidas, como os partidos socialistas e democratas-cristãos, em países como a França e a Itália, que acabaram dando ênfase ao surgimento de lideranças como Jean-Marie Le Pen, no primeiro, e Sílvio Berlusconi, no segundo.

Nessa forma de atuação, com as bases de ataque à política desenvolvida nos parlamentos, tanto as forças de direita como as de esquerda são afetadas pelas construções populistas, considerando as críticas à distinção dicotômica da política. Principalmente após a crise do socialismo europeu, no final do século XX, ainda associada à relação dos programas políticos de partidos de orientações diversas no campo ideológico, contudo de idêntica abordagem, alguns intelectuais chegaram a propor o fim dos dois campos e a substituição pelos termos “progressistas” e “conservadores”. Tal classificação é refutada por Norberto Bobbio (1995), porque reafirma a tradição e a insere nos ideais liberal e socialista.

O povo, conforme destacado pelos estudiosos, é entusiasticamente acionado pelo líder populista, mas a conformação daquele é complicada, uma vez que a sociedade, de modo geral, é dividida, difusa e fragmentada. Para se verificar sua construção, como se observa em Panizza (2009, p. 28), o populismo se estabelece a partir de uma ruptura política, um corte entre líderes e liderados. Numa constatação de sua formação, ao longo da história, como unidade, foi vislumbrada em princípios do século XIX, como a relação entre oprimidos e opressores.

Ainda na esfera de categoria social, o “povo” é identificado com os setores mais baixos da sociedade, a “plebe”. De acordo com essa visão, podiam ser percebidos como aqueles componentes dos segmentos sociais ligados aos inferiores intelectual, cultural e economicamente. Desse modo, criava-se uma divisão entre os civilizados e os bárbaros, construção que era incentivada, de certa forma, quando ocorriam levantes ocasionais, estigmatizada como reações emocionais e irracionais da “turba” contra os “homens de bem”. A troca do imaginário de “povo” vem obter um novo significado com a democratização da vida política, quando, então, passou a ser identificado como possuidor da soberania popular. Diante da mudança os integrantes do “povo” se associavam à cidadania (2009. p. 29).

O núcleo do populismo, a figura do “povo”, pode ser demarcado como uma construção política que sempre tem sido projetada nos desprovidos de direitos.

Embora a figura do líder seja significativa, os dados históricos apontam para o fenômeno e o final de sua persistência a par do perecimento de seu capitão.

Os exemplos do Partido Justicialista na Argentina, ou “Peronismo”, são emblemáticos. Poderíamos considerar, também, o Partido Trabalhista Brasileiro e os herdeiros de Getúlio Vargas. Algumas considerações históricas de pesquisas apontam que parte desses líderes considerados populistas não eram necessariamente carismáticos. Outros estudos referem que alguns não se apresentavam como tiranos. Tais dados apontam para uma tentativa de definição de populismo, em Panizza, que vem expressa da seguinte forma:

Em outras palavras, se o populismo pode ser redefinido como um processo de nominação que determina retroativamente qual é o nome do “povo”, aquele que melhor preenche o vazio simbólico através do qual tem lugar essa identificação é o nome do próprio líder (2009, p. 35).

O nome que conduz o processo de identificação é ligado a pessoas de destaque, consideradas extraordinárias, como empresários ou indivíduos bem sucedidos em outras atividades privadas (PANIZZA, 2009, p. 38), algo que promete sentido. A relação do líder com o “povo” se estabelece de forma direta, havendo reconhecimento e respeitabilidade. Os dados apresentados vêm demonstrando a conformação do populismo na atualidade da Europa, considerado como uma hiperpolitização das relações sociais, que torna difusa a linha divisória entre o público e o privado, introduzindo na esfera política, desejos, tanto individuais como coletivos, que não eram detectados anteriormente na vida pública (PANIZZA, 2009, p. 41).

Na Europa, da mesma forma que nos Estados Unidos da América, os autores que estudam o campo político demonstram preocupação com o surgimento de lideranças mais radicais, especialmente a direita, avessas aos imigrantes que supostamente consumiriam postos de trabalhos de setores com menor nível de educação. Sobre essa postura mais radical, que afeta as relações sociais, a questão dos serviços prestados pelo Estado a essa população, é também objeto de apelações que tomam um sentido populista. Os dados empíricos sobre o fenômeno são destacados como a relação vertical entre o líder e seus seguidores, a notória apelação a emoções e ataques às instituições tradicionais do Estado de Direito. Tratando-se de tema atual, recebeu de parte da academia, o prefixo latino “neo”, de novo. Assim, o populismo, conforme detectado em alguns casos episódicos nos

países europeus e na política norte-americana, passou a ser denominado de neopopulismo. No tópico que segue, tratar-se-á não só desse significado, mas também de outros que o tema vem encontrando na atualidade.

1.4 O Populismo e o Neopopulismo

O alerta e o temor sobre o populismo, segundo Cas Mudde (2004), sobre o *Zeitgeist* populista (algo como o “espírito da época populista”), teria surgido na década de 1980, com o crescimento dos assim chamados partidos populistas, sendo estes denominados de “neopopulistas”, passando, assim, a ser considerados como uma ameaça à democracia liberal. Está-se falando aqui sobre o tipo de democracia dominada por instituições, como em Robert A. Dahl (2009), que atribui a democracia em grande escala a alguns elementos basilares⁴.

Nessa esteira de constituição de um regime democrático, estão incluídas as eleições livres, a liberdade de expressão, as fontes de informação diversificadas, a autonomia para associações e uma participação da cidadania no processo. Com esse mesmo sentido de democracia, Paul Taggart refere-se a um consenso para haver um regime democrático: assim, devem existir eleições que autorizem os representantes escolhidos à condução dos negócios do Estado. A nota da existência da possibilidade de escolha dos governantes e legisladores é dada como fundamental.

A rigor, não existem diferenças conceituais entre as expressões populismo e neopopulismo. As que são mais utilizadas, conforme Panizza (2000), em artigo para a Escola de Economia e Ciência Política de Londres, são as alusões históricas. Na leitura atual, o populismo tem sido identificado, segundo o mesmo autor, com a atribuição de uma estrutura epistemológica, de uma ideologia, de um discurso ou de um programa socioeconômico substantivo.

4 O autor destacado, em sua obra “Sobre a democracia”, afirma que contemporaneamente as democracias em grande escala, os modernos governos representativos democráticos são historicamente únicos, por esta razão seria merecedor de uma designação própria. Esta vem a ser denominada de “democracia poliárquica”. A expressão deriva das palavras gregas que significa “muitos” e “governo”, desta fusão surge o termo governo de muitos. Este sistema político demanda segundo o referido seis instituições que consolidaram ao longo da história que são funcionários eleitos; eleições livres, justas e frequentes; liberdade de expressão; fontes de informação diversificadas, autonomia para associações e cidadania inclusiva.

Tem sido destacada, pelo autor citado, uma diferenciação entre o que seria o populismo clássico e o denominado neopopulismo. No primeiro caso, vem sendo identificado com o período compreendido após a crise econômica da década de 1930, quando emergiram movimentos populistas em meio à crise do liberalismo econômico. Dentro do espaço geográfico de tal fenômeno, vem sendo incluída, nessa orientação, a América Latina, de modo geral. A base estrutural desse populismo centra-se no modelo econômico de desenvolvimento liderado pelo Estado, voltado para o mercado interno e centralizado, que teria vigorado no pós-guerra. São identificados, ainda, por exemplo, tópicos e personalidades. Na linha de eventos históricos tópicos, o 17 de outubro de 1945, na Argentina⁵ e a carta-testamento de Getúlio Vargas⁶ aparecem como referenciais. Como personalidades políticas latinas são citadas, com frequência: Perón (Argentina), Vargas (Brasil) e Cárdenas (México).

Na linha do neopopulismo, a reflexão de Panizza refere-se aos movimentos políticos do final da década de oitenta e início da década de noventa, na América Latina, em condições, a rigor, não propícias para o fenômeno. Tal consideração é devida ao panorama que se estabeleceu com o fim de regimes militares e a hegemonização da democracia do tipo liberal no continente. Desse modo, o modelo populista, caracterizado de modo geral por instituições verticais, por solidariedade interclassista e políticas de redistribuição, não se coadunava com a proposta de regime que se estabelecia.

O populismo novo coloca em risco a democracia conforme concebida no ocidente, tal qual vem sendo entendida, na argumentação de Mudde, desenvolvida para projetar o tema. Os populistas se apresentam contrários ao sistema partidário, contra os direitos das minorias, contra a imprensa livre (MUDDE, 2004). Em outras

5 O 17 de outubro de 1945 na Argentina é uma data especial para os peronistas, seguidores do político e Presidente Juan Domingo Perón. Em período anterior, após um golpe palaciano, o então encarregado da pasta do trabalho e assistência social, o Coronel Perón, foi preso. Este fato gerou uma grande comoção popular que produziu uma grande concentração de populares; segundo estimativas da época, cerca de 200 mil pessoas se concentram na Praça de Maio, em Buenos Aires, pedindo a libertação do Coronel. www.Anpocs.org.br\portal\publicações.

6 Carta Testamento de Getúlio Vargas. Segundo consta da história moderna do Brasil, em agosto de 1954, após uma profunda crise política comandada por uma oposição ferrenha de Carlos Lacerda, o Presidente Vargas isolado se suicida e próximo ao seu corpo deixa um documento político que eclode na população gerando grandes mobilizações populares para seu enterro e deixando herdeiros políticos que despontam após a sua morte. <http://cpdoc.fgv.br/producao\dossies\AEravargas\artigos>.

palavras, opõem-se a todos os valores das democracias da atualidade, em vigor no Velho Continente. Desse modo, foi a preocupação externada com a direita europeia, nos recentes casos do Partido da Liberdade Austríaco, de Jörg Haider, e também a situação da Frente Nacional Francesa, de Jean-Marie Le Pen, e da List Pim Fortuyn, na Holanda, que produziu uma série de estudos pelos acadêmicos do que alguns consideram como sendo uma “patologia”; nessa perspectiva se enquadram os alemães Scheuch e Klingemann, os quais são citados pelo autor.

A novidade, usando uma figura de linguagem, não é nova. Nas democracias liberais, o próprio Mudde (2004) refere-se ao Partido do Povo, dos Estados Unidos da América, considerado um exemplo de populismo americano, no decurso do século dezenove. Outros casos são citados nas décadas de 1940 e 1950: na Itália, com a Frente Italiana do Homem Comum e, na França, com a União Francesa para Defesa dos Comerciantes e Artesãos. Do mesmo modo, instituições surgiram em outros países europeus nas décadas de 1960 a 1980. Assim, a novel esquerda europeia, surgida a partir de 1968, e os movimentos verdes da nova política, demonstram que o populismo não é algo novo. No Brasil, o populismo é mencionado desde a década de 1930; na Argentina e no México, as décadas de 1940-1950 foram emblemáticas. Não há período fixo ou espaço territorial definido para práticas ditas populistas, como foi afirmado em tópicos anteriores.

Na visão de Paul Taggart (2000), o chamado “Neopopulismo” da contemporaneidade reflete uma ambivalência que se relaciona com a política representativa contemporânea. O que está sendo referido sobre a questão é que o movimento político rotulado dessa forma está situado como uma crítica ao regime representativo. Isso ocorre devido ao fato de que parte da opinião pública no mundo ocidental vem considerando como excessiva a representação das minorias, em detrimento do homem comum. Os partidos neopopulistas seriam, na sua essência, agremiações de protesto, as quais dispararam em vários sentidos, da esquerda à direita. Da mesma forma que atacam as minorias, as críticas são endereçadas aos interesses liberais, tanto políticos como econômicos, organizados pelo Estado. Por meio desse posicionamento, tenta-se atingir a política representativa e seu funcionamento; esses elementos se apresentam difusos, mas ao mesmo tempo são poderosos.

No Brasil, Gorender, citado por Ferreira (2001), em artigo sobre a história do Populismo no país, também faz alusão ao “Neopopulismo”, quando o primeiro foi entrevistado, em novembro de 1997, para a Folha de História:

Alguns estudiosos sugerem que estamos vivendo um período que poderia ser denominado de “Neopopulismo”, em que o poder executivo toma para si a ideia e a prática de uma acentuada personalização e autonomia, além de tentar, tal como nos moldes tradicionais do Populismo, harmonizar as diferentes classes sociais, capital e trabalho em torno de um compêndio comum. Nação, por exemplo (FERREIRA, 2001, p. 122).

A preocupação com o “Neopopulismo” é geral e atinge, inclusive, os intelectuais brasileiros. Encontram-se outras propostas sobre o mesmo tema, como a de Margaret Canovan (2005), que acentua o papel confrontador do “povo” que teve seus interesses ignorados pelos políticos e intelectuais, os quais somente buscam seus próprios interesses. Os desafiantes intitularam-se “populistas”, sendo sua palavra destinada ao povo nacional e soberano a que fazem um apelo. Atacam os formadores de opinião e os políticos profissionais, apresentam-se hostis às correntes de imigração e à sociedade multicultural. Nesse sentido, veem-se associados aos “extremismos de direita”. Os neopopulistas procuram assimilar o ambiente em que se encontram e suas críticas estão associadas a valores locais. Para burlar a representação, exigem que questões de interesse popular sejam decididas através de referendos, utilizando de linguagem de impacto, sem preocupação com a diplomacia externa.

Cabe relatar que as análises de acadêmicos europeus e norte-americanos denotam essa preocupação, ou seja, a do embate do populismo com a democracia, os reflexos dessas orientações na vida pública e a dificuldade de enfrentamentos. Apesar de análises interessantes, não se chega a um denominador comum sobre a definição de “Populismo”. Mas os trabalhos sobre o tema abordam, de maneira argumentativa clara, como a categoria de “povo” vem sendo construída, lembrando uma tendência populista.

Desse modo, como Canovan (2005) também refere, há um apelo ao “povo”, sendo tal apelo compreendido como uma reação ao poder estabelecido. O discurso populista, que procura ser identificado como aquele que fala “em nome do povo”, é ambíguo e hábil ao mesmo tempo. Uma de suas facetas estaria em apelar para uma homogeneidade, qual seja, o “povo unido” (jamais será vencido). A liderança fala ao

“nosso povo” ou “nossa gente”, estabelecendo uma divisão em relação àqueles que não são, isto é, aqueles que não correspondem ao modelo apresentado. No caso europeu, os imigrantes da atualidade, que disputam os empregos com os nacionais, são apresentados como o “outro”. A evocação de “povo” é comum através da história, conforme a autora, embora tivesse significados variados, desde a antiguidade clássica, até modernamente.

O povo, na terminologia grega “*demos*”, significava os cidadãos como um todo, mas se referia somente à classe superior. O outro lado, que seria a maioria significava os mais pobres; na denominação latina, “*populus*” fazia referência à antiga população dos cidadãos superiores em oposição à massa dos escravos, das mulheres e dos estrangeiros. Já na República Romana, o termo “*populus*” tinha o sentido de plebe desprezada e temida pelos patrícios, sendo essa conceituação ligada ao longo do tempo ao Estado Romano (BOBBIO, 1990, p. 986). A associação de “povo” às classes mais pobres, ocorrida ao longo do tempo, gerou um temor nos pensadores políticos, que se justificaria na medida em que estariam os pobres sujeitos a manipulações incitadas por demagogos, tão somente com o escopo de pilhar os ricos. Nesse ângulo, o “povo” se transformou num monstro de muitas cabeças que assombrava as elites. O “povo”, ainda, estaria sujeito à liderança militar populista, que poderia estabelecer uma tirania, como teria ocorrido com a ascensão de Júlio César, que, por adulação à “*plebs*”, ascendeu ao poder pela combinação de “*panem et circenses*”, a famosa expressão “pão e circo”.

No parlamento inglês do século XVII, o “povo” já se mostrava com uma nova proeminência, pois estava associado ao princípio da soberania popular. Apresentava, ainda, dois sentidos: num deles, o aspecto honroso de poder cobrar da realeza a prestação de contas dos negócios do Estado; no outro, era representado pela turba temida. Ao longo do tempo, a associação ao “povo”, pelos políticos britânicos, tomou um rumo reformista, visando à sua inclusão no sistema parlamentar já existente, ao invés de revolucionário como nos Estados Unidos e na França. Assim, foi tomando forma a ideia de “povo”, ora vinculada às liberdades civis e à limitação de poderes, ora relacionada com a violência que levaria à expropriação, à tirania e ao cesarismo. Por outro lado, no século XIX, o povo estava ligado a dois discursos: um, populista e radical, que propugnava resistência às mudanças e à defesa das sociedades tradicionais, da maneira de vida da gente comum; e o outro, vinculado à teoria marxista, tendo por eixo principal a classe

proletária, a vanguarda progressista, surgida das mudanças tecnológicas, predestinada a herdar os frutos da sociedade moderna. Desse modo, o “povo”, ora temido, ora abençoado, sempre é invocado.

A concepção de “povo”, como vontade geral, originária do processo histórico, acentua-se pelos denominados neopopulistas, na sua retórica e na construção de seu discurso (diferenças entre um e outro, no tópico III). O populismo definido por Mudde (2004) tem-se apresentado como um processo ideológico, no qual o social está separado em dois campos homogêneos e antagônicos; de um lado, o “povo puro”, em cujo contraponto haveria uma “elite corrupta”, devendo a política na ideologia populista ser considerada como expressão da *volonté générale* [vontade geral] do povo. Assim, o grande temor ao populismo seria o de um regime cesarista⁷, isto é, de um regime forte de poder sem possibilidade de contrapontos.

O chamamento ao “povo”, na atualidade, vem sendo realizado por meios de comunicação de massa. Tal fato pode ser considerado reflexo do que alguns estudiosos europeus vêm denominando de populismo midiático, composição que será analisada no próximo tópico que aborda essa preocupação, com ênfase, principalmente, na política italiana hodierna.

1.5 O Populismo Midiático

O tema adquire relevância principalmente na Itália da atualidade, em especial com relação ao polêmico Primeiro Ministro Berlusconi. Talvez para ingleses e franceses a modalidade de apelo do Chanceler estivesse na linha do que já foi abordado como o “neopopulismo”. Contudo, os intelectuais italianos apontam em outra direção, ou seja, para o que denomina Umberto Eco, de “populismo midiático”, na sua versão de uma ditadura dos meios de comunicação de massa.

Ainda sobre a mesma questão, a abordagem de Bernard Manin, referente ao que classifica como “democracia de público”, torna-se relevante na apreciação deste viés do populismo, uma vez que o autor menciona a importância do comunicador no

⁷ Cesarismo. Segundo o dicionário de política, trata-se de um regime de poder forte desvinculado de interesses de grupos e dos indivíduos e que tende a aliar-se com os militares; a fonte histórica do termo é o governo da Roma antiga por Júlio César. No sentido moderno do termo tem sido utilizado para designar os regimes instaurados na França pelos dois Napoleões, também denominado de Bonapartismo. BOBBIO, Norberto. Dicionário de Política, 10.ed. p. 159-160.1989.

atual estágio de democracia, estabelecendo a superação de outras etapas do governo representativo, no que chamou de suas metamorfoses, ou seja, as mudanças processadas na representação política, em artigo sobre a problemática.

No que se refere à representação, há uma constante de tempos em tempos, quando o governo representativo é colocado em cheque. Os analistas destacam, em países ocidentais, uma perda de confiança do eleitorado em relação aos partidos políticos. Em outras palavras, os eleitores celebram a lembrança de um período passado, em que os partidos exerciam uma forte influência sobre o eleitorado, representando clivagens sociais (MANIN, 1995, p. 01). Outrora, os partidos apresentavam programas, os quais se comprometiam a realizar caso chegassem ao poder; todavia, na atualidade, a realidade aponta para estratégias eleitorais ocasionais, com imagens vagas que destacam tão-somente e com primazia a figura do líder. Isso significa que, cada vez mais, o campo político vem sendo ocupado por técnicos, enquanto a política vem sendo realizada por pessoas que possuem maior desenvoltura à frente dos meios de comunicação, ou seja, que procuram estabelecer maior empatia com o eleitorado, ficando de fora aqueles que, em tese, teriam maior experiência e aptidões para a causa pública.

Na Europa contemporânea, vislumbra-se uma crise de representatividade, em especial dos menos favorecidos, daqueles trabalhadores de menor qualificação e, por essa razão, sujeitos a menores salários e a ocupações inferiores: aqueles que não puderam ou não se predispuseram a acompanhar a modernidade. Trata-se, portanto, de um eleitorado deslocado, que não encontra guarida nos partidos políticos tradicionais e, por essa razão, vem sendo denominado de “*underclass*”.

Os partidos europeus perdem terreno para os de ultradireita, que são avessos aos imigrantes, ao multiculturalismo, ao contrato de trabalhadores estrangeiros especializados, vislumbrando a perda de oportunidades e de uma suposta identidade nacional. A forma de governo representativo, usando um superlativo, é moderníssima, comparativamente ao seu surgimento e execução. De acordo com Manin (1995, p. 1), as principais mudanças foram detectadas na segunda metade do século XIX, o que, para uma forma de regime tão antiga quanto a democracia representativa, é algo muito recente.

O autor citado desenvolve, ainda, uma linha de raciocínio em que apresenta três etapas, ou gerações, do governo representativo. A primeira, denominada de tipo “parlamentar”, serve como modelo do sistema parlamentarista inglês; por esse

arquétipo, os representantes que formavam o governo eram eleitos por seus concidadãos, tendo por base a confiança que despertavam. Os candidatos eram considerados pessoas virtuosas, possuíam uma rede de relações, as quais lhes permitiam notoriedade e deferências. Assinala o mesmo autor que, no início do século XX, com o surgimento dos partidos de massa, surgiram os governos de partido.

A nova etapa provocou o término do governo parlamentar; as causas, além da já mencionada, incluem o aumento do contingente eleitoral, pela extensão ao direito ao voto. Essa consequência impediu uma maior proximidade do eleitor com o seu candidato, não se votando mais em quem se conhecia pessoalmente, mas no que era oferecido pela agremiação partidária. As máquinas partidárias passaram a mobilizar o eleitorado, dando fim ao elitismo parlamentarista.

Esse último modelo vigorou até há pouco tempo, quando começou a ser superado pela chamada “democracia de público” (MANIN, 1995, p. 12). Até a década de setenta, as preferências dos eleitores eram baseadas em suas condições sociais, culturais e econômicas. Pesquisas posteriores, conforme o autor Manin (1995, p. 12, nota 26), demonstram que os resultados eleitorais se modificam significativamente de uma eleição para outra, sem que as condições subjacentes sejam alteradas, havendo, assim, um retorno à personificação do candidato, a exemplo da democracia parlamentar.

Em especial, no regime parlamentarista, o Chefe de Governo também é o líder da maioria parlamentar: as campanhas concentram-se em torno dele e o partido passa a se constituir num seu instrumento. Verifica-se, dessa maneira, uma comunicação direta dos candidatos com seus eleitores, que se estabelece por meio do rádio e da televisão, dispensando a mediação da máquina partidária. Além disso, a mídia televisiva realça a personalidade dos candidatos, dando destaque a certas qualidades pessoais, afirmando nos vitoriosos a capacidade de comunicação e o domínio de técnicas de apresentação. Por essas razões, o autor em destaque conclui:

O que estamos assistindo hoje em dia não é um abandono dos princípios do governo representativo, mas uma mudança do tipo de elite selecionada: uma nova elite está tomando o lugar dos ativistas e líderes de partido. A democracia de público é o reinado do comunicador (MANIN, 2010, p. 13).

A análise dessa transformação, dessa nova etapa, não significa algo negativo ou positivo, mas simplesmente uma mudança contingencial. O processo conjuntural impôs uma mudança comportamental a que candidatos e partidos políticos tiveram que se adaptar. As plataformas oferecidas pelas instituições partidárias, que mobilizavam e produziam militância, tiveram que abrir espaço para as individualidades. Com a propagação da mídia televisiva, a capacidade de comunicação tornou-se decisiva. As atividades e compromissos estatais ficaram cada vez mais complexos, tendendo a agravar o entendimento do eleitor. Isso tudo vem dificultar a explanação de programas, a apresentação de propostas e o seu detalhamento.

Questões de economia interna e externa, diplomacia, segurança pública, relações institucionais entre poderes tornam-se assuntos cada vez mais complexos. Por conseguinte, a capacidade de transmissão de confiança da parte dos candidatos se sobressai, se bem que esse fator já era comum nos primórdios do governo representativo, como na democracia parlamentar. Agora o mesmo requisito retoma seu relevo perante o eleitorado.

Esse diagnóstico da democracia de público tem aproximação com o que Umberto Eco denomina de populismo midiático, em sua obra sobre a conjuntura italiana recente. Da mesma forma que autores antes mencionados neste trabalho, a questão do chamamento ao “povo” vem sendo destacada. Para Eco, não existe uma unidade de vontade e sentimentos iguais, essa encarnação moral e histórica que políticos procuram realçar nos seus pronunciamentos. O que contém a realidade é o conjunto de cidadãos de um determinado Estado que esposam ideias diversas e esses, através de um regime democrático (não é o melhor de todos, mas segundo as experiências da humanidade há outros piores), pela autorização da maioria, permitem que se realize a governabilidade.

Por essa perspectiva, o denominado consentimento do “povo” nada mais é que um mandato de uma maioria, diga-se, ainda, ocasional. As cifras pretendem estabelecer um cômputo majoritário, produzido na maior parte por um sistema de votação proporcional. Dessa forma, apelar ao “povo” nada mais é do que convocar uma entidade imaginária. O mesmo autor define, ainda, o populista como aquele que cria para uso próprio uma imagem virtual da vontade popular.

Modernamente, a vontade popular pode ser criada através da geração de consensos produzidos por dados de pesquisas de opinião, ou outro tipo de

sondagem, tanto quanto pela evocação desse “fantasma” denominado “povo”. Destaca o autor, inclusive, que uma nação, um Estado Soberano, não é constituída exclusivamente de um detentor da “vontade popular”. Outros corpos intermediários a compõem, como, por exemplo, o poder industrial, o exército, as organizações de profissões liberais, os sindicatos, o funcionalismo público, os meios de comunicação de massa.

Todos fazem parte da legalidade institucional. Ao comentar o panorama atual da Itália, governada por Berlusconi, Umberto Eco destaca algumas características do populismo midiático. Dentre as que refere, está o líder como uma espécie de “pedegê”, isto é, um “presidente diretor-geral”, o patrão, o gerente, o manda-chuva. Nas suas observações, acentua que a liderança não se comporta como um político tradicional, mas de acordo com técnicas de comunicação, apresentando-se como adequada a um regime democrático; todavia, torna seu operador mais perigoso que os caudilhos de antanho.

No que se refere às técnicas, estas são executadas através de estratégias complexas, calculadas e sutis, como aquelas desenvolvidas em canais de televisão destinados à venda de produtos. Nesse tipo de mídia, o vendedor procura falar muito e com insistência, com a finalidade de impedir objeções do cliente. O que apresenta o produto fala como uma “metralhadora”, pouco importando as suas contradições, mudando de tema conforme o que lhe parece ser a conveniência do consumidor.

Nesse sentido, o autor lembra um apresentador da televisão italiana, detentor de um programa em horário nobre, que prometia vantagens aos aposentados de baixa renda que lhe confiassem suas aposentadorias numa rede de pecúlios privados, prometendo em troca rendimentos de cem por cento de lucro. Desse modo, o populismo midiático promete aumentar as aposentadorias, ao mesmo tempo em que afirma que vai diminuir impostos, uma alquimia que pretende agradar gregos e troianos.

Esse populismo convive com o triunfalismo de suas promessas e ao mesmo tempo com o vitimismo dos ataques injustos da oposição. O processo de vitimização tem por escopo sustentar uma coesão, não só pela exaltação nacionalista, como pelo cultivo da frustração popular frente ao estrangeiro. Uma técnica política populista utilizada pela mídia consiste em lançar provocações, balões de ensaio, para detectar as reações. Caso a reação seja muito desfavorável, trata-se de

desmenti-la com o velho jargão “fui mal interpretado”. De outra forma, se a reação da opinião pública não for veemente, por mais ultrajante que seja, possibilita que a medida seja implementada.

Outro elemento do populismo midiático é o denominado “efeito-bomba”: sempre que uma questão política de relevância surge no panorama, procura-se algo que cause uma repercussão maior, embora não tenha expressão, com o objetivo de passar decisões que poderiam ser obstadas pelos meios parlamentares e pela opinião pública. No Rio Grande do Sul, pode-se denominá-la de “efeito quero-quero”, expressão popular gaúcha.

Na região da campanha desse estado brasileiro, quando alguém quer dizer algo com a finalidade de desviar a atenção, diz-se que age como a ave que tem o nome de seu grito, o “quero-quero”. Isso porque a ave, para afastar os possíveis agressores de seus filhotes, coloca os ovos para um lado do terreno e grita para o outro, com a finalidade óbvia de despistá-los. Chamar a atenção, como as técnicas possibilitam, permite inclusive o encaminhamento e aprovação de questões polêmicas de interesse do grupo governante.

Isso ocorre da seguinte forma: apresenta-se um tema divergente de interesse do governo, primeiramente, e depois as redes de televisão dão espaço para a oposição falar e expor seus argumentos. Sob esse ângulo, tudo está certo, vive-se numa democracia. Após o espaço da oposição, volta a situação e contradiz ponto por ponto. Levando-se em conta uma sociedade midiática visual, adquire valor de verdade aquele que fala por último. Os jornais podem falar o que quiserem, no outro dia estão descartados. A última imagem é a que fica na memória popular. Esse é um artifício retórico denominado de “concessão”.

O populismo midiático não precisa abolir a liberdade de imprensa, forma de agir esta antiquada e fascista. Chama a atenção a observação de Eco, que mesmo em um país desenvolvido, somente uma pequena parcela da população tem acesso aos jornais e revistas, pois a grande maioria recebe as notícias através da televisão. Em um país em que a televisão é controlada pelo poder, não há a menor necessidade de censurar notícias. Ocorre, no populismo concebido desta forma, uma relação direta entre o “chefe”, o “capo” (como na máfia) e o “povo”, um relacionamento realizado através dos meios de comunicação de massa, sendo o parlamento desautorizado.

Em primeiro lugar, lança-se a proposta ao público através da televisão; posteriormente, se for aprovada, busca-se o apoio do Parlamento, que somente a homologa. A lógica do Populismo midiático está em que, se uma proposta fosse lançada no Parlamento primeiro, esta sofreria um registro em ata. Feito isso, como proceder depois ao desmentido? Ao contrário, a televisão, possibilita o feito, deixando nas pessoas a impressão de uma coisa que lhes agrada ouvir. Se a declaração do governante não agradou a massa, procede-se ao desmentido e, como a maioria não lê jornais e somente assiste a noticiários de televisão, o que foi dito anteriormente é esquecido.

Vê-se, de um lado, a democracia de público como afirmação de uma transformação do governo representativo, uma volta ao passado, de certa forma, ao modelo de democracia parlamentar, cuja confiança do eleitor no candidato era fundamental. Embora se estabelecesse um governo de elite, de aristocratas, havia o dado fundamental da relação direta e da confiabilidade. O surgimento da democracia de partido trouxe as massas ao poder, e a relação estabeleceu-se de forma mediada pelas burocracias partidárias e seus programas.

A complexidade das sociedades atuais, a dificuldade de compreensão dos negócios do Estado, tudo isso gerou uma adaptabilidade do governo representativo, retomando-se a confiança como ponto essencial, ainda que seja desenvolvida pelos candidatos através dos meios de comunicação, em especial, pela mídia visual: a televisão.

De outro lado, surge a preocupação do domínio dessa forma de exercício de poder, visto que o seu monopólio impede que seja democrático o regime instaurado. Em países desenvolvidos e de tradição democrática, que têm abominação a ditaduras, a dominação pelo poder pode não gerar um regime autoritário de censura a meios de comunicação como rádios, jornais, internet, mas pode dissimular e conduzir a uma forma de populismo, em que políticos dotados de carisma conduzem a sociedade sem reflexão mais aprofundada dos parlamentos, a pretexto de se tornarem simpáticos aos telespectadores.

O dado essencial do “povo” ou dos “telespectadores” é a sua forma de construção que será abordada no próximo tópico, através do estudo de algumas categorias da teoria da “análise do discurso”, cujo maior expoente da atualidade é o cientista social Ernesto Laclau. Assim, segue-se à abordagem do discurso de formação do “povo”, o conceito de discurso, a categoria do antagonismo importante

para a compreensão dessa formação, da mesma forma que as lógicas da diferença e equivalência.

1.6 O Populismo em Ernesto Laclau

Inicialmente, Laclau (1979), preocupado com a falta de precisão sobre os estudos sobre o populismo, destacou a utilização do conceito de forma evasiva e de pouca precisão. O chamamento ao “povo” também é uma referência na interpretação do populismo no autor. Embora numerosos discursos façam uma alusão ao “povo”, nem todos podem ser qualificados de populistas; a presença dessa interpelação não induz à conclusão de forma sumária. Considerando o populismo uma forma peculiar de articulação de interpelações, o autor chega a esboçar uma conceituação, segundo a qual, o populismo “consiste na apresentação de interpelações populares-democráticas como um conjunto sintético-antagônico, com relação à ideologia dominante” (LACLAU, 1979, p.179).

A questão referente ao populismo para o autor destacado é algo mais que o sentido apresentado ao signo, à palavra. As relações sociais são permeadas por sentidos que são desenvolvidos no âmbito do político e da política, e o populismo é ínsito dessas relações, ou seja, é parte constitutiva. Por essa razão, é algo neutro: tanto pode ser utilizado numa escala axiológica positiva ou negativamente, conforme a compreensão do observador. Como um dado ontológico do político, o populismo insere-se naquelas questões que envolvem a análise da construção de determinada realidade política, de determinado discurso sobre o social.

Analisando a experiência Argentina de crise de bloco de poder e a articulação que se desenvolveu a partir da década de 1930 (1979, p. 184), os estudos do autor foram se aprimorando, tendo chegado a conclusões, como: “É precisamente este caráter abstrato do “populismo” o que permite a sua presença na ideologia das classes mais diversas” (LACLAU, 1979, p. 200). A noção de populismo, em Laclau (2005), como uma construção do povo, como um ato político, ocorre por aquilo que denomina de requerimentos, ou demandas, sentidos em aberto que estabelecem fronteiras antagônicas no campo social, implicando no surgimento dos sujeitos nessas trocas sociais.

A construção do “povo”, na formação de fronteiras antagônicas, entre discursos que se opõem, forma cadeias de equivalências das demandas que

procuram abarcar. Para que determinado projeto político seja considerado populista, vai depender da articulação de sentidos de sua extensão: “Não obstante, isto não significa que todos os projetos políticos sejam igualmente populistas, isto irá depender da extensão da cadeia de equivalências que unifica as demandas sociais” (LACLAU, p. 195, 2005). A unidade mínima do populismo, quando fragmentamos, são as demandas sociais quando não satisfeitas, ocorrendo uma acumulação delas nessas condições, da mesma forma que o sistema, que deveria dar conta de forma diferente a cada uma delas, não o faz. Dessa situação, poderá surgir uma relação equivalencial entre elas; caso não seja resolvido, resultará numa flagrante separação entre o institucional e a população (LACLAU, 2000). A relação em que elementos/momentos se jogam num rol constitutivo, estabelece o que o autor denomina de discurso (2005, p. 95); esses elementos não são preexistentes ao complexo relacional, mas, conforme o autor, constituem-se através dele.

A formação discursiva construída pode se constituir no populismo, através dos recursos retóricos (2005, p.96), que podem resultar de uma diferença, por exemplo, numa cadeia de demandas, uma delas para se tornar hegemônica, vindo a assumir a representação das demais naquilo que as excede. Essa configuração clássica da retórica é o “*sinécdoque*” (2005, p.97), ou seja, a parte que representa o todo, juntamente com outras figuras de linguagem, como a metáfora (comparações subentendidas) e a metonímia (designação de um objeto por outro).

Os elementos mencionados por Laclau (2005), na construção do discurso populista, apresentam, na sua perspectiva, pré-condições que enumera: “(1) a formação de uma fronteira interna antagônica, separando o “povo” do poder e (2) uma articulação equivalencial de demandas que torna possível o surgimento do “povo” (LACLAU, 2005, p. 99), a fronteira antagônica que separa os campos: de um lado, o “povo”, os oprimidos, e de outro, o núcleo de poder, opressores, somado à existência de demandas insatisfeitas, que, como tais, conseguem ainda se articular, desencadeando, assim, o discurso que proporciona o surgimento do “povo”, este sendo uma construção. Para tanto, exige-se ainda que as demandas que estavam dispersas se unifiquem num sistema de significação.

Essa forma de entendimento do populismo difere de posições que consagram determinados fatos como motivadores do fenômeno, sustentados numa base ideológica ou base social determinada. A ideia desenvolvida por Laclau (2005) relaciona o populismo com uma lógica política. Há aqueles que o relacionam com a

resistência do campesinato e de pequenos proprietários à modernização de ordem econômica. Por outro lado, há aqueles que o vinculam à manipulação de elites marginalizadas. Em todos ocorre um déficit, porque são superáveis pelas exceções diagnosticáveis (FERREIRA, 2001).

Dessa forma, esboça que o populismo se funda numa lógica política; esta surge de trocas que ocorrem no social, pelas demandas que em articulação de equivalências e diferenças, formam o campo político e as fronteiras, que, institucionalizadas, formam o “povo” e o “outro”. Tal configuração independe de conteúdos ideológicos ou sociais (LACLAU, 2005, p. 151).

Outro dado referido por Laclau (2005) diz respeito ao nome e afeto, que ligado ao populismo, que é uma construção de agentes sociais e que não condiz como uma unidade prévia, tem em vista que na base figura a heterogenia em relação às demandas inscritas, onde as identidades populares formadas procuram uma unidade que, todavia, é precária. Para Laclau, o momento de unidade dos sujeitos populares ocorre no nível nominal e não conceitual (2005, p. 151). O nome, que não está conceitual ou setorialmente localizado, vai se determinar pelos limites impostos pela própria demanda, quando então a linguagem do discurso poderá tomar-se de esquerda ou direita.

Como surge o afeto, é algo simbólico; dentro deste há um desnível constitutivo conferido pelo real, conforme Laclau (2005). Caso isso não ocorresse, haveria uma plenitude contínua, sem diferenças internas. Uma vez que não há uma harmonia pura, ocorrem catexias (representações mentais) diferenciadas, o que, na psicologia, denomina-se afeto. Eis, portanto, uma descontinuidade entre o objeto e o sentido que lhe é atribuído.

No populismo, Laclau passa a denominar de “uma plenitude mística”, a busca da restauração em vão: “A restauração da unidade mãe/filho ou, em termos políticos, a sociedade completamente reconciliada” (2005, p. 152); uma busca que se explica pelo afeto. O mesmo ocorre pela sublimação do objeto, que na linguagem política traduz uma demanda que excede algo que não pode se controlar por si mesmo, no dizer do autor: “[...] um “destino” a que não pode escapar” (2005, p. 153). No que se refere a essa sublimação, deve se transformar num ponto nodal (um ponto de fixação de sentidos). Nesse processo, dá-se a separação do significado do seu significante, pois sem esta não há populismo.

As identidades populares, no dizer de Laclau (2005, p. 155), são inscritas num jogo de variações entre equivalências e diferenças, entretanto, suas articulações não eliminam suas particularidades. Na raiz populista, existe um processo de deslocamento, independentemente da natureza do “povo”: a intenção de ruptura do “*statu quo*”, nas palavras de Laclau, que assim destaca:

Existe em toda sociedade um reservatório puro de sentimentos anti *statu quo* que cristalizam em alguns símbolos de maneira relativamente independente das formas de sua articulação política, e é a sua presença que percebemos intuitivamente quando denominamos “populistas” a um discurso ou uma mobilização (2005, p. 156).

Essa intenção antissistêmica é percebida pelo autor em qualquer espécie de mobilização, podendo ser tanto a “Longa Marcha” de Mao Tse-tung, como as ações políticas de Ademar de Barros, na década de 1950, com o lema “Rouba mas faz” (2005, p. 157). O populismo, dessa forma percebido, tem uma configuração heurística de cunho estrutural e ontológica, diferente do que se tem percebido em outros trabalhos sobre o tema. Segue-se a forma de construção do “povo”, desenvolvida no próximo tópico.

1.7 O discurso de construção do povo

1.7.1 Considerações Preliminares

A ideia de “povo”, ou “*people*”, é uma construção discursiva, visto que, como já foi mencionado por vários autores, neste capítulo, não existe como uma figura homogênea e unitária pela qual possa ser configurada. Trata-se, então, de algo formado ou construído. Pode-se vislumbrar sua construção a partir de onde foi constituído? De acordo com os que professam a teoria do discurso, pressupõe a existência de um “outro”. É por essa relação que se constitui num antagonismo de posições que veem a figura do “povo” como categoria discursiva. Deste modo, sua construção necessita na base, do surgimento de relações antagônicas, as quais produzem campos que se opõem, onde a identidade do “povo” se forma a partir do “não povo”.

O conceito de discurso, como se verá abaixo, destaca-se assim como sua concepção teórica, cuja importância se impõe para a compreensão do fenômeno populista. Aqui, a matriz teórica é a da análise do discurso desenvolvida por Laclau e

Mouffe, que será desenvolvida no tópico seguinte ao do conceito. Os elementos que constituem o discurso designam uma objetividade social que se apresenta de forma discursiva, desenvolvida através de elementos epistemológicos e categorias que alicerçam a concepção que tem um substrato teórico desenvolvido a partir da linguística, do marxismo, do estruturalismo e do pensamento da psicologia de Lacan; elementos que se somam na construção de um ponto de vista sobre o discurso.

A categoria de antagonismo desenvolvida por Laclau, junto à teoria de análise de discurso, é outro dado essencial, em face das identidades sociais que se constroem e a afirmação sobre a impossibilidade da sociedade⁸. Depreende-se a característica de possibilidades dessa categoria, na objetividade social, no plano material das relações e nos limites que estabelece como fronteiras no plano da discursividade.

As dinâmicas das relações sociais, que surgem nas articulações discursivas, apontam para as concepções de “povo” e à forma como ocorre a construção de um discurso, isto é, a lógica estabelecida durante a etapa articulatória e aquilo que representa no contexto do social. Essa compreensão, redimensionada de um social mutante, produz reflexões que transpassam as concepções essencialistas até então predominantes na academia. Como a sociedade não é algo estático, homogêneo, mas o oposto, o antagonismo das relações assume formas que seguem um caminho de articulação de sentidos, onde lógicas se constroem e são constituídas na forma de equivalência ou de diferença. Sobre isso, é afirmativa a visão de Laclau e Mouffe, como se observa nas ponderações que realizaram na obra *Hegemonia e Estratégia Socialista* (2010, p.170).

Todas as categorias da teoria da hegemonia, ou teoria do discurso político, têm grande importância para a análise da construção discursiva de povo na modalidade populista, nos termos da investigação que se estabelece sobre o discurso formatado nas eleições presidenciais de 1989. A perspectiva é a da averiguação das propostas apresentadas nas construções discursivas de Fernando Collor de Mello e Luís Inácio Lula da Silva. Esses instrumentos teóricos serão

8 Para Laclau, a sociedade não pode ser vista como uma totalidade, como um objeto dotado de positividade própria, como no modelo Altusseriano\Marxista, em que toda construção discursiva é estrutural. Em Laclau, a estrutura, o discurso é limitado por seu sentido, tem um caráter relacional, as coisas são altamente contingentes e precárias. Por esta visão, uma sutura final dos sentidos é impossível, visto que sempre permanecerá um jogo infinito de diferenças subjacente no social. (LACLAU, p.103).

analisados. Em face da complexidade da teoria, não se pretende esgotar suas possibilidades, visto que há um grande número de estudos sobre o paradigma da Escola de Essex, questões pontuais a respeito das formações discursivas voltadas para o fenômeno do populismo, o tema de dissertação que será desenvolvido nos tópicos que seguem.

1.7.2 Conceito de Discurso

A ideia desenvolvida aqui sobre o conceito de discurso é ampliada, não se refere somente à fala, aos aspectos argumentativos, vai além da escrita, que são somente componentes internos da totalidade discursiva. O discurso envolve palavras e ações (MENDONÇA, 2008, p. 27). O discurso relaciona-se, por esse enfoque, não somente com os elementos mencionados acima, mas abrange também a forma como são executadas e desenvolvidas as ações. Além da denominada dimensão linguística, traz consigo outra, que é extralinguística, que está no gestual, no comportamento.

Além da retórica, que tem significação, ainda é observado o aspecto do deslocamento de um termo literal por outro em sentido figurado (LACLAU, 2005, p. 95), assim como os sentidos que estes tomam no decorrer da construção discursiva. Como categoria, o discurso em seu sentido comum é apreciado nos aspectos de seus recursos linguísticos e, neste enfoque, é vislumbrado como uma fala, um pronunciamento, relacionado com uma construção estruturada que parte de uma pessoa, balizada por sua posição, como um político ou líder comunitário: este é um dos primeiros sentidos que vem a ser a ele associado (BURITY, 2008, p 37).

A aproximação do discurso com a linguística e o estruturalismo também é algo que se destaca na ideia sobre a categoria teórica. A linguística estrutural tem em Ferdinand de Saussure seu maior expoente; seus trabalhos inspiraram o estruturalismo que se originou com Claude Lévi-Strauss, que por sua vez também encontrou base para seus estudos no linguista Roman Jakobson, da “*New School*” de New York, sendo todos esses movimentos teóricos originados no início do século XX. Tanto a Antropologia Estruturalista como a Linguística Estrutural aplicaram a distinção de sentidos, pela diferenciação de significante e significado. O estruturalismo de Lévi-Strauss atribui ao significante outra percepção, isto é, a de estrutura, enquanto atribui ao significado a percepção de sentido.

A associação do termo “discurso” a um campo disciplinar das ciências humanas deve-se aos trabalhos de Saussure, no campo da linguística (2008, p. 37). Através desse conhecimento acumulado, foi possível desenvolver o conceito de discurso, proporcionando uma unidade de significação que transpassa o mero corpo de palavras de uma frase.

Criando categorias como o significado, tido como conteúdo do objeto, e o significante como algo que o representa, e com autonomia em relação ao primeiro, pela utilização de recursos heurísticos (teóricos), serve-se deles para desenvolver a noção de discurso. Desse modo, o discurso, primeiramente, passou a ser concebido como um sistema de relação de objetos ou de significados, estabelecendo, entre o significante, algo que representa uma unidade de significação, regras que, vistas em seu conjunto, produzem sentidos.

O discurso concebido na visão da teoria do discurso de Laclau, além de ser uma forma de comunicação social e de um sistema de regras de produção de sentido do social, realiza uma reflexão sobre a política e o sentido em que atua sobre o social, como bem descreve o autor, na obra, “A Razão Populista”:

O discurso constitui o terreno primário da constituição da objetividade como tal. Por discurso não entendemos algo essencialmente restrito às áreas da fala e da escrita, como já esclarecemos várias vezes, porém um complexo de elementos em que as relações exercem um papel constitutivo (LACLAU, 2005, p. 92).

O discurso surge como um sistema relacional e preexistente, que limita identidades sociais aos seus sentidos. No discurso, há um jogo de diferenças que, a rigor, não podem obter uma fixação definitiva, apesar de buscarem uma ordem. Esta sempre é precária e ocasional ou contingente, uma vez que a incompletude marca esta visão do discurso de inspiração no pensamento de Jacques Marie Émile Lacan.

Embora a fixação plena de sentidos seja uma impossibilidade, esta é um objetivo, caso assim não fosse, na linguagem de Laclau, teríamos um discurso inconsistente, ou seja, totalmente absurdo e gerando uma insegurança no social, conseqüentemente instabilidade e caos. A intenção discursiva é a de superação das diferenças, é tornar-se hegemônica. A hegemonia aqui é vista como uma diferença particular que, em determinado espaço de tempo e lugar, passa a representar uma totalidade que a excede (LACLAU, 2005, p. 97). A ordem ou estrutura surge de uma

articulação de sentidos, constitui uma totalidade estruturada que o autor referido denomina de discurso, formada de momentos e elementos, como explica o autor:

À totalidade estruturada resultante da prática articulatória chamaremos de discurso. Chamaremos de momentos, as diferentes posições, que surgem articuladas no interior de um discurso. Chamaremos, por outro lado, elementos, a toda diferença que não se articula discursivamente (LACLAU, 2010, p. 145).

A articulação de sentidos vai configurar o social e esta é uma configuração de significados, que são construídos socialmente. As relações articuladas constituem, assim, o discurso. De acordo com Laclau (2010), tanto um objeto como um sujeito, são constitutivos dessas relações, são construídos discursivamente. A fixação de sentidos de um discurso se realiza através do que se denomina de “ponto nodal”, (2010, p.152), isto é, um ponto que fixa sentidos sociais parcialmente, através de certos significados privilegiados que se destacam numa cadeia de significação.

O discurso se constitui de diversas categorias construídas. Assim, no âmbito da teoria, obviamente, alimenta-se de outras construções, que vão da linguística e do marxismo ao estruturalismo e à psicanálise lacaniana. Como toda teoria, vem alicerçada nesse conjunto de pré-informações, mas procura pela desconstrução de categorias e outros dados, elementos para explicarem o social. Desse modo, Laclau e Mouffe, desde 1985, vêm trabalhando mais detidamente, quando nas obras “Hegemonia e Estratégia Socialista” e “A Razão Populista” produziram uma teoria que procura atuar na ontologia do político, ou seja, no “ser” do político e sua atuação na construção do social.

Sobre a articulação de sentidos, outra categoria discursiva, no que se refere à sua prática, demanda a verificação de seus significantes. Estes são inseridos no social, que não pode ser concebido como algo homogêneo no seu conhecimento, pois seus elementos constitutivos estão em constante disputa. Por essa razão, não podem ser alcançados como unidades inexoráveis. Isso vem possibilitar a compreensão da sociedade como um complexo de demandas que a todo o momento surgem de diversos segmentos.

Essas demandas sociais somente se habilitam a formar uma identidade popular a partir de práticas articulatórias que possibilitam sua emergência como tais (LACLAU, 2005, p. 163), ou seja, como anseios populares produtores de identidades. A objetividade social, na qual o discurso se constitui, é formada por

cadeias articulatórias de demandas que buscam significação ou representação, tendo por objeto um processo que, dependendo das condições políticas, deve alcançar uma estruturação; dessa forma o discurso é construído.

Na construção discursiva, surge outro campo da heterogeneidade constituído de demandas (e não de particularismo de demandas), que não fazem parte do processo de significação construído numa cadeia equivalencial, por exemplo, demandas racistas ou excludentes de toda espécie. Esse heterogêneo se destaca pelo fato de que sua existência possibilita a constituição do homogêneo pela prática articulatória. Essas categorias constituem a formação discursiva, o conjunto articulado, heterogêneo, de unidades de significação que formam o discurso, enquanto este visa a uma hegemonização, que pode assim ser descrita:

Retornando, uma formação discursiva é um conjunto de discursos articulados, hegemonicamente, por uma particularidade, por um desses discursos que não é, em si necessariamente, o mais rico, o mais bem articulado, o mais representativo, ou talvez nem seja o mais combativo [...] (MENDONÇA, 2008, p. 44).

A possibilidade de significação de uma formação discursiva e sua razão está inclusa na dinâmica na qual os sentidos podem confluir ou sentir-se representados, abarcando as mais complexas diferenças, as demais demandas e seus particularismos. Desse modo, é também assim concebida:

Mas é aquele discurso que, naquele momento, é capaz de significar os fenômenos/interlocutores a que se dirige, de modo a oferecer-se como uma superfície de inscrição de diferentes demandas, em resposta a um desafio, uma crise ou uma ameaça percebida (MENDONÇA, 2008, p. 44).

Na concepção que o discurso vem sendo utilizado, é no sentido da teoria do discurso em que todo o social é uma configuração de significados. Para Laclau (2010), por exemplo, um objeto somente tem seu significado na medida em que estabelece um sistema de relações com outros objetos, sendo que essas relações não são dadas pela referência material, mas as significações são socialmente construídas. Nesse mesmo sentido, o discurso é visto como um conjunto de relações, e o seu caráter discursivo é visto independente de sua existência material do objeto. O discurso é que constitui a posição do sujeito como agente social, afirma Laclau (2010), e não ao contrário. Da mesma forma que para o mesmo toda identidade do objeto discursivo se constitui no contexto da ação.

Verifica-se pela ideia de discurso de Laclau (2010) que o discurso é uma busca de sentido de sua fixação, embora este somente possa ser obtido de forma contingente. A finalidade é buscar uma totalidade do social, mas como uma construção estrutural, esta é limitada por seu sentido. Por outro lado, o discurso é sempre cortado pelo antagônico, o que se procura relacionar no próximo tópico.

1.7.3 A Categoria do Antagonismo

Dentro da perspectiva teórica da hegemonia, o discurso se constitui num sistema, como vimos acima. Ressalta, dessa verificação, que a ameaça ou a perturbação surgida entre os diferentes campos da fronteira antagônica que os divide em campos que se opõem, é alicerçada numa ameaça a uma forma de identificação política (MENDONÇA, 2010, 7º ABCP). Surge, assim, o antagonismo como uma possibilidade de formação de identidades políticas, a partir de fronteira que se estabeleceu construindo o “nós” e o “eles”, uma relação política do tipo amigo-inimigo, segundo Bobbio (1990, p. 959), uma das mais conhecidas e discutidas definições de política de Carl Schmitt. Como em Laclau não lhe escapa ao comparar o “*dictum*” lacaniano (2005, p.111), conforme o autor as relações não podem ser sob uma única fórmula, num único conceito, como expressa textualmente: “O mesmo ocorre com o antagonismo no momento estrito do corte – o momento antagônico enquanto tal – escapa à apreensão conceitual” (p. 111).

O surgimento de fronteiras antagônicas dependem de um corte que resulta na sua não representabilidade social como identidades políticas não essencialistas, ou seja, previamente definidas. Desse modo, a própria experiência da falta proporciona o surgimento do antagonismo, do não atendimento de demandas sociais, surgindo o espaço para desarticular a harmonia social ocasional ou contingente. Na leitura desse fenômeno por Laclau, há na comunidade uma plenitude ausente (2005, p. 115), um sentimento de incompletude; por mais que se faça, haverá sempre algo não satisfeito, posto que tal sentimento é constitutivo da natureza humana, que se ressent de forma constante da busca pela completude.

A falta fundamental, segundo o autor, evidencia a construção discursiva de “povo” que vai em busca de um nome (referencial), um amparo de significado que represente o social, pelo qual se pretende obter uma ordem ou estrutura, em tese, que estabilize as relações. Ressalta-se que a diferença entre a teoria do discurso de

alcance pós-estruturalista e o estruturalismo está no fato de que o segundo parte de concepções essencialistas. As identidades políticas aqui, neste estágio da disputa, não estão acabadas ou prontas, sendo o antagonismo uma condição para a construção de significado entre elas e o que se pretende ser oposto. A compreensão desses fenômenos sociais se dá por uma lógica de articulação de diferenças. Não há como passar de um lado para o outro da fronteira e continuar sendo o “nós”, do mesmo modo que não há como vir para cá sem deixar de ser o “eles” (MENDONÇA, 2008, p. 45).

Como se verifica, o antagonismo é “uma experiência de negatividade” (MENDONÇA, 2010, 7º ABCP). Explica-se através da compreensão de que não há identidades previamente estabelecidas. O que realmente se estabelece numa lógica antagônica é a existência de identidades que são postas à prova por outras que as impossibilitam de uma constituição plena de identificação. É considerado também como um limite do social, isto é, da objetividade como tal (2010, p. 168). Isso se deve à impossibilidade de a sociedade se constituir plenamente, pois, como já se observou, resultaria na impossibilidade de representação de novos sentidos. Nessa linha, o antagonismo desempenha um papel fundamental na formação discursiva, em que o discurso radical se afirma.

A visão de antagonismo, apresentado como o limite de um sistema de representação de identificação política, em vista de um corte antagônico, foi assim desenvolvida e se constitui em Laclau, na “Hegemonia e Estratégia Socialista”, de 1985. Observa-se, contudo, que em obra posterior, “Novas reflexões sobre a revolução de nosso tempo”, de 1993, o autor muda essa concepção de discurso, passando a entender que a formação discursiva não se dá somente pelo corte antagônico externo ao sistema de representação discursivo, mas também no interior de suas estruturas, a partir de articulações e rearranjos (MENDONÇA, 2003, p. 136).

Nesse sentido da lógica antagônica, a tarefa a ser desenvolvida, na análise de discurso, elabora-se pela verificação das regularidades de sentidos dos sistemas de representação discursiva, pelas articulações do “corpus discursivo”, que disputam sentidos de representação de identidades. As relações de poder disputadas podem ser aferidas antagonicamente, pela observação das relações políticas. As mesmas possibilitam a formação das identidades políticas, introdução de uma nova categoria teórica, o “deslocamento”. Nessa nova heurística, o “antagonismo” surge como parte de um sistema de significação, como condição de identificação de uma forma mais

complexa. O “outro” é a própria possibilidade de simbolização e o deslocamento é o momento da impossibilidade da significação, quando a estrutura não pode mais processar algo novo e vem a ser colocada em xeque, posto que o deslocamento é externo à significação, é externo ao antagonismo (MENDONÇA, 2010, 7º ABCP).

O antagonismo, como categoria desenvolvida para este trabalho sobre a construção do conceito de “povo”, constitui uma ideia sobre a vertente de representação discursiva de cunho populista. Apresenta uma melhor caracterização para esta finalidade, vislumbrando o antagonismo como uma experiência de negatividade, isto é, quando se encontram identidades que, por suas próprias constituições negadas, em face da presença do outro, identificam-se como condição de impossibilidade plena de constituição da identidade negada. Embora na teoria do discurso o antagonismo tenha perdido sua centralidade para o deslocamento, conforme Mendonça (2010), ainda se constitui no universo laclauiano, uma “*conditio sine qua non*”, em relação à existência de discursos.

Como afirma Laclau, em “A Razão Populista” (2005, p. 112), para uma ideia de antagonismo constituído requer-se a existência de um espaço fraturado e a análise das diferentes dimensões da fratura e de suas consequências, para verificar como se deu o processo de formação de identidades populares. A fratura ocorre pela “falta” de atendimento das demandas, e isso é fundamental para a construção do “povo”; todavia, sem esta não há antagonismo, não haverá fronteiras (2005, p. 113). Assim, a constituição do espaço fraturado, pelo não atendimento de demandas é o campo das relações antagônicas. O populismo, nessa concepção, a partir deste campo teórico, vislumbra o seu surgimento quando elementos populares-democráticos surgem como opção antagônica, em face da ideologia do bloco dominante.

No campo das relações antagônicas, desenvolvem-se lógicas que são resultado de práticas articulatórias e estas tendem a fixar sentidos que são parciais, no que denomina Laclau de “ponto nodal”, conceito extraído do pensamento lacaniano, o ponto que fixa sentidos, como um constante processo de significação e ressignificação. As articulações funcionam através de lógicas de equivalência e diferença, segundo o autor, o que será desenvolvido a seguir.

1.7.4 A Lógica da Diferença e Equivalência

As construções discursivas que se dão no espaço político, isto é, na sua estruturação, fundamentam-se em lógicas que se opõem, ou seja, as lógicas da equivalência e da diferença. Conforme Laclau, a primeira trabalha a simplificação do espaço político, enquanto a segunda atua na sua expansão, a fim de torná-lo mais complexo. Nesta concepção, transmite uma noção clara de como esses processos constitutivos se estabelecem no social, reconceituado como uma prática discursiva, com relação às lógicas de estruturação desse espaço, como define: “Vemos, pois, que a lógica da equivalência é uma lógica da simplificação do espaço político, por outro lado a da diferença é uma lógica da expansão e complexação do mesmo” (2010, p. 174).

Ainda o mesmo autor, em “A Razão Populista”, refere-se às lógicas como sendo uma das primeiras formas de construção do social, sendo que a segunda forma estaria estabelecida no traçado de uma fronteira antagônica (2005, p. 104). Desse modo, o espaço político vem compreendido como um sistema de articulação de sentidos, estabelecidos em demandas que se situam em campos antagônicos, onde fronteiras são constituídas, não absolutamente numa linha marcante, mas borrada, passível de transposição pelos sentidos.

Inicialmente, no espaço de um discurso, os sentidos estão dispersos; posteriormente, a partir de dado momento, passam a se articular como resultado da frustração de demandas sociais. Neste terreno, quando aquelas se encontram em dispersão, ou após, quando amenizam suas diferenças e se articulam, ocorrem processos denominados de lógica da diferença e da equivalência, estas são categorias de significação para a construção do discurso populista.

O sistema discursivo no qual se inserem os sentidos (significados) que buscam uma fixação por imperativo político é parcial, visto não haver uma plenitude no social. Tende o discursivo a representar uma ordem ou estrutura, em contraste com uma desordem. Há no discurso uma articulação de momentos diferentes, vindo a constituir-los em momentos equivalentes. A articulação discursiva organiza as identidades, passando, desse modo, a representar a significação ao mesmo tempo. A construção de uma ordem é realizada por uma lógica de equivalência, em oposição a uma situação de isolamento identitário, que depende de uma lógica da diferença (MENDONÇA, 2008, p. 61).

Na articulação de uma cadeia discursiva, tem-se, numa fase inicial, uma série de sentidos (elementos) de demandas que não se apresentam articulados entre si. Esse momento é anterior ao da articulação discursiva. Na totalidade institucional da diferença, quando uma demanda é satisfeita, sai do seu isolamento, contudo, ainda é constituída de particularismos que permanecem latentes. Os sentidos identitários, nesta etapa, estão envolvidos numa lógica da diferença. Todos esses sentidos que se encontram dispersos, uns em relação aos outros, pertencem ao campo da discursividade (MENDONÇA, 2008, p. 62).

O desenvolvimento da prática articulatória transforma esses sentidos (elementos) em momentos diferenciais. Estes últimos sofrem nova articulação, que resulta na alteração de suas identidades. O processo se desenvolve numa lógica diferencial, de elementos dispersos, mas incluídos no discurso. Já por outro lado, a equivalência atua diametralmente de forma oposta, ou seja, quanto os sentidos (elementos) baseados em demandas sociais particulares não satisfeitas as quais possibilitam o surgimento de uma fratura que gera o estopim para a articulação com outras demandas igualmente não atendidas.

Assim, forma-se o caldo de cultura para uma cadeia de equivalências, que se estruturam numa lógica própria. Para que ocorra esse processo, as equivalências debilitam as particularidades das demandas (LACLAU, 2005, p. 105), contudo, sem acabar com as diferenças, posto que estas continuam a atuar dentro da equivalência. Desse modo, segundo o autor, quando numa cadeia de demandas ocorre o não atendimento, havendo a equivalência, o sistema discursivo acaba por formar fronteiras antagônicas e, por consequência, dar ocasião ao surgimento do populismo, visto apresentar-se como fratura na base de representação.

Pode-se exemplificar o funcionamento de modo simplista, como se procedeu no desenvolvimento dos processos de funcionamento das lógicas da diferença e equivalência. Imagine-se que determinados bairros de uma municipalidade intentem demandas, alguns por saneamento básico, outros por creches, e que outros apresentem a pretensão por postos de saúde ou de policiamento ostensivo/preventivo. Temos um *corpus* discursivo positivado, as demandas inseridas nesse sistema encontram-se inicialmente isoladas; opera-se nesse primeiro momento a lógica da diferença. Ocorrendo o atendimento, esvaziam-se as demandas, que saem do isolamento inicial, entretanto, no seu interior constitutivo ainda são compostas de particularidades que continuam.

De outro modo, quando essas mesmas demandas por saneamento, creches, policiamento e outras não são atendidas, surge a possibilidade da equivalência, ou seja, em determinado momento as demandas passam a ser articuladas e constituem uma fronteira, um inimigo comum, uma relação antagônica com a municipalidade. Nesse espaço de fratura, de falta de representação de sentidos, advém o espaço para o populismo, o qual fica no aguardo de um nome para representá-lo. Em todo esse processo de formação discursiva, tem-se a atuação das lógicas da diferença e da equivalência, que, embora sejam opostas, não são absolutamente estanques, visto que no interior da segunda permanece a primeira.

1.8 Considerações

Como vimos neste capítulo, o populismo apresenta diversas variações teórico-analíticas nas Ciências Sociais. Escolhemos uma proposta de análise que tem por suporte a teoria de análise de discurso. Nesses aspectos, algumas categorias de apreciação foram destacadas do “povo”: de que forma ele vem sendo compreendido no estudo do populismo, o discurso, sua conceituação e aplicação na análise, o antagonismo e as relações que se estabelecem em razão das posições que são estabelecidas, as lógicas da equivalência e da diferença como vêm sendo articuladas na construção discursiva. Elementos heurísticos utilizados na interpretação do suporte fático real que se trata dos discursos de Collor e Lula nas eleições de 1989.

Na Europa e nos Estados Unidos, o surgimento de movimentos políticos considerados populistas também foi ligado a certos episódios e figuras políticas. O argumento da teoria do desenvolvimento, que propugna a causa do populismo ao atraso, como se vê em algumas passagens da abordagem geral, que, por exemplo, Norberto Bobbio realiza sobre o fenômeno, demonstra perspectivas de compreensão até então. As visões tomam outro sentido a partir do escritos de Ernesto Laclau, que, inspirado na sua experiência particular com o Peronismo na Argentina, desenvolve outra linha de abordagem e busca um conceito de populismo mais centrado e técnico.

As conclusões de Laclau apontam para um populismo que integra o político de forma ontológica, não como uma simples deformação de um fenômeno social, mas como algo constitutivo deste. Numa análise depurada, verificar-se-á a origem

de todo o discurso político de constituição do social; na sua base haverá uma vertente populista na qual constrói o “povo”.

Os operadores da teoria do discurso inseriram várias questões que têm surgido com relação a categorias construídas por essa concepção, que pode ser utilizada por meio de suas categorias de análise. Através, e pela forma com que produzem o sentido do discurso populismo, desenvolvida por Laclau e seguidores, denotam pontos de observação que se sobressaem em diversas análises de situações concretas de natureza política, ocorridas nos mais diversos locais e tempos. Desse modo, sociedades absolutamente diferentes, como por exemplo, a da África do Sul e a da Áustria, podem apresentar pontos em comum, quando do surgimento de mobilizações populares, e a forma de articulação e construção discursiva do espaço político.

Sob esse aspecto de mobilização popular, da construção do “povo” como um discurso que constitui o social, a forma como é construído é focalizada nesta pesquisa, a qual tem episódio específico de análise, como as eleições para a Presidência da República, de 1989, em especial, e o que foi formatado pelos principais candidatos do período que se destacaram durante o embate: os agentes políticos Fernando Collor de Mello e Luís Inácio Lula da Silva.

Os instrumentos da teoria do discurso e das considerações sobre o populismo possibilitam indagações e busca de respostas. Também constituem os marcos que alicerçam a busca da compreensão do episódio objeto da pesquisa. Assim, foi construído o presente capítulo, com o escopo de apresentar as ferramentas pelas quais serão analisados os fatos que se sucederam e as conclusões que poderão ser obtidas sobre os discursos de formação de “povo”, como se desenvolveu a sua construção. Nos próximos capítulos, a construção de “povo” será abordada no seu aspecto desenvolvido pelos candidatos, o que será contemplado com as informações que se seguem no presente trabalho.

Capítulo II - O Governo Sarney

2.1 Considerações Preliminares

O capítulo que segue está em consonância com a proposição do projeto de pesquisa, que deu origem às observações e constatações no que se refere ao discurso de construção de povo, desenvolvido em 1989, para a eleição presidencial. Para tanto, a construção discursiva de “povo” prescinde de uma análise de fato dos atores sociais e do panorama político registrado no período. Tem sido destacada, nesta questão inicialmente formulada, a importância do que se denomina de um discurso “*anti status quo*”, desenvolvido no capítulo inicial, no que tange ao estudo do populismo.

Nessa concepção, um dos estudiosos do tema, Francisco Panizza, destaca a importância da proposição. A razão é que o discurso de “povo” contra a ordem estabelecida, quando constituído e estruturado, pode levar à ruptura da estrutura de poder, circunstância que é apreciável, principalmente no último ano da gestão de José Sarney como Presidente da República. As situações verificadas, naquela época, levaram à estruturação de uma nova conjuntura política. O discurso contrário ao governo Sarney, na simetria elaborada contra os “poderosos”, os “empresários”, os “políticos”, os “banqueiros”, os “proprietários de mídias de comunicação”, que serão estudadas nos capítulos seguintes, apresentam essa característica de contrariedade à ordem estabelecida.

A construção desses campos opostos necessita de um parâmetro para que a relação antagônica estabeleça a base de construção dos discursos dos contendores em disputa. E a situação social, política e econômica do Brasil fornece os elementos de significados e os sentidos que devem ser articulados na formação discursiva. Ademais, tratava-se de um processo eleitoral em que demandas existentes na sociedade estavam em busca de atendimento, dependendo substancialmente de os discursos tanto de Fernando Collor como o de Luís Inácio (Lula), no plano objetivo político e social em que vivia o país naquele momento, apresentarem suas proposições, as quais, em tese, tratariam a satisfação dos anseios de vários segmentos da população. Surge como relevância uma análise parcial do Governo Sarney, principalmente o seu aspecto de crise ocorrida em face de problemas

econômicos e de representação, decorrentes da sustentação e desenvolvimento dessa administração.

Num primeiro aspecto, deve-se tratar de como o governo Sarney se instalou. Por essa razão, vai-se abordar uma visão da transição para a democracia no Brasil: o fim do governo dos militares, as articulações para a eleição do primeiro Presidente da República civil, e ainda as regras do modelo político instalado pós 1964; o resultado desse processo, com a eleição de Tancredo Neves, sua morte antes de assumir o cargo e a posse de seu Vice, estabelecido no pacto político que constituiu a Aliança Democrática e a Nova República. Segue-se ao panorama que José Sarney herdou, o difícil começo com altas taxas inflacionárias, a falta de recursos para cumprir os compromissos externos e internos, a fragilidade política e a necessidade de suprir as deficiências de apoios, com liberação dos cofres para atender interesses regionais.

Trata-se, ainda, neste capítulo, da crise econômica que enfrentou a administração Sarney, do começo turbulento sob pressão de apresentar alternativa ao modelo até então executado, o qual seguia os moldes, no início de sua gestão, das políticas econômicas concebidas no governo dos militares. Surge, então, um plano desenvolvido por tecnocratas ligados ao meio acadêmico, o famoso “Plano Cruzado”: suas repercussões, durabilidade e reflexos políticos também serão abordados. Da mesma forma, os demais planos que lhe sucederam, os êxitos momentâneos, os fracassos e a estagnação resultante das suas aplicações. Tudo isto foi formando um panorama que virá a ser tratado.

O cenário de 1989 não estaria completo se não fosse abordada a questão do processo constitucional, findado em 1988. A convocação da Constituinte, os debates, as opiniões que se geraram antes e depois de sua instalação, foram elementos que aqueceram o plano político do país. Questões sobre reformas urbanas e rurais, o papel das forças armadas, a participação do capital estrangeiro, a fixação do mandato do Presidente da República, o sistema de governo, os compromissos sociais assumidos na Carta foram debatidos e regrados. Defendida e criticada, a Nova Constituição de 1988 gerou turbulências na relação política do governo com seus aliados, em especial com o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), como se verá adiante.

Ambos os elementos, o político e o econômico, produziram no último ano da administração uma verdadeira letargia. A falta de solução de questões pendentes no

campo econômico e social, associada a um processo eleitoral em marcha, denotaram uma crise política de representação. Tal impacto estendeu-se a toda a população envolvida na falta de poder aquisitivo pela defasagem de salários frente à crescente onda inflacionária, preços que sofriam reajustes diários quase da manhã para a tarde. De outro lado, a perda de popularidade ocasionava a falta de apoio político para a tomada de medidas. Assim, sem poder agir, o governo se arrastava até seu final, como foi detectado pelos relatos da imprensa na época. Tais considerações estão desenvolvidas no presente capítulo, nas páginas que se seguem ao argumento.

Ao término, trata-se de apontamento finais sobre os fatos e circunstâncias que denotaram o palco da antevéspera da eleição de 1989, no qual se constituiu a administração de Sarney, abrindo caminho para as estratégias discursivas dos principais oponentes, Collor e Lula, bem como aos elementos para a construção dos seus respectivos discursos de “povo”. Desse modo, foi traçada uma narrativa de fatos históricos, apontados como relevantes para o contexto de interlocução.

2.2 Da Transição ao Governo Sarney

O governo teve início em março de 1985, em caráter interino, causado pela situação de saúde do Presidente eleito pelo colégio eleitoral, Tancredo Neves, o qual se encontrava gravemente enfermo. A forma de ascensão ao cargo de Presidente da República, nos termos da então Constituição outorgada de 1967, pelo regime que se instalou no país após 1964, concebia uma forma de escolha pela via indireta. Essa mesma Carta sofreu novas alterações, em 1969, que, segundo estudiosos do direito constitucional, como Paulo Bonavides (2008), tratava-se de uma nova Constituição.

A par dessas questões, o modelo de eleição era o indireto, através de um colégio eleitoral composto de Deputados e Senadores, que elegiam o mandatário maior. Como já mencionado anteriormente, apesar da pressão popular por eleições diretas, estas não foram impostas, por condições específicas da constituição de forças presentes no Congresso Nacional da época. Esse processo de transformação política e social, de um marco autoritário para a democracia do tipo liberal, recebeu a denominação de transição.

O final dessa fase de transpasse de um sistema para outro notabilizou-se por eventos históricos para o país. Dentre esses, o movimento que se tornou popular,

celebrizado por “Diretas Já”, relacionava-se ao anseio da população pela aprovação de uma emenda à Constituição Federal de 1967, a qual permitiria eleger de forma direta o Presidente da República. Tal mobilização resultou frustrada, no entanto, as forças de oposição aglutinadas em torno da candidatura do então Governador de Minas Gerais, Tancredo de Almeida Neves, foram ao colégio eleitoral, obtendo êxito e, conseqüentemente, derrotando as forças de sustentação do regime, com a eleição do candidato da oposição.

O que possibilitou a eleição de Tancredo Neves foi uma aliança política construída com dissidências do regime, estabelecidas pela debandada de integrantes dos quadros políticos do então Partido Democrático Social (PDS). Nessa aliança, a vice-presidência estava a cargo de José Sarney. Os integrantes do grupo acabaram fundando um novo partido político, em virtude do fim do bipartidarismo, que teve vigência no Brasil. Tratava-se do Partidoda Frente Liberal (PFL), que, aliado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro, constituiu a chamada Aliança Democrática. Esse conjunto de forças políticas permitiu a chegada ao poder, em 1984, do primeiro Presidente Civil, após muitos anos de regime autoritário comandado por militares.

A posse de José Sarney como Presidente foi contaminada por uma suposta ilegitimidade, em decorrência de que Tancredo Neves havia falecido antes de assumir o governo. Vários juristas se pronunciaram à época, dentre eles, o ex-senador pelo PMDB, e, posteriormente, Ministro do Supremo Tribunal Federal, Paulo Brossard de Souza Pinto e o General Leônidas Pires Gonçalves, que eram favoráveis à posse de Sarney como Presidente da República. Um conjunto de forças que havia articulado a eleição de Tancredo manteve o apoio a Sarney, pela viabilidade de o vice assumir em lugar do presidente eleito, que, inicialmente, encontrava-se enfermo, vindo, posteriormente, a falecer, deixando o cargo vago. Os mais progressistas preconizavam a posse do Presidente da Câmara dos Deputados, Ulisses Guimarães, mas o apoio dos militares foi decisivo em favor do vice-presidente.

Essa nova fase da política nacional inaugurou o que se passou a denominar de Nova República, sob os auspícios da redemocratização, após um longo período de governos autoritários liderados por militares. A longa transição para a democracia, como afirmou o General Presidente Ernesto Geisel, seria uma abertura lenta,

gradual, que durou anos, chegando ao fim no Governo liderado pelo civil José Ribamar Sarney.

Nesse contexto, devem ser destacados alguns pontos importantes desse período, que serviram de substrato para a eleição direta para a Presidência da República, de 1989. Como firmado na introdução, dentre os elementos estruturantes da conjuntura política que se constituiu à época, estão as estruturas políticas e significantes, as crises econômicas e políticas, a nova Constituição Federal, de 1988 e o novo pacto fundante. Elementos esses já assinalados e que denotaram ao governo um patamar histórico e de ordem que produziu efeitos no processo eleitoral.

Os desgastes da administração de cinco anos se faziam sentir. A incapacidade de sanar o processo inflacionário e a perda de espaço de representação levou o governo a uma crise de natureza política, conduzida por pressões de natureza salarial, falta de produtos e descrédito na administração. Tais fatos foram articulados pelos opositores, produzindo um forte impacto entre os candidatos ligados à administração de alguma forma. Esse conjunto de fatores também serviu de base para estruturar discursos “*anti status quo*”. A relevância da situação fática vivenciada pela população brasileira produziu sentidos e demandas, as quais, insatisfeitas, alavancavam os discursos contrários à ordem.

No histórico da administração civil, que se instalou a partir de 1985, consta que o governo Sarney recebeu o país mergulhado num processo inflacionário galopante de três dígitos, segundo os economistas, como registra Míriam Leitão (2011). Para tentar equilibrar as contas, o governo inaugurou um processo de alteração de moeda, fixação de câmbio, preços e salários, conforme matéria apresentada em revista de circulação nacional, a “Veja”, de cinco de março de 1986, que assim estampava em sua capa: “Revolução na Economia”; tratava-se do famoso “Plano Cruzado”. Assim como esse órgão de comunicação, vários outros expressaram nítido apoio à iniciativa, contudo, com o passar do tempo, os erros na condução do processo levaram tais medidas ao fracasso. Seguiram-se os planos Bresser e Verão, dotados da mesma receita, com algumas alterações, todos igualmente não exitosos.

Casos de corrupção tomaram destaque nos discursos, como o relativo à concessão de emissoras de rádio e de televisão, supostamente fornecida em troca de favores políticos, os incidentes que geraram dossiês contra o Senador Carlos Chiarelli e o Ministro Ibraim Abi-Achel, dentre outros aliados, e os escândalos

relativos a superfaturamento na licitação da ferrovia norte-sul. Assim, a administração de Sarney foi perdendo o apoio popular obtido pelos diversos planos que desenvolveu no seu período de governo. Por agravo, na mídia, ainda, surgiram matérias com grande manchete, caso da revista “Veja”, de 12 de julho de 1989, cuja capa apresentava a manchete: “O vôo da guilhotina”. Nessa oportunidade, o então Presidente José Sarney, comandando uma comitiva de 150 pessoas, num pacote pago pelos cofres públicos, que incluía 50 carros e dois ônibus, foi a Paris para as comemorações do Bicentenário da Revolução Francesa. Enquanto isso ocorria, o país caminhava para outra escalada inflacionária.

Dentre os planos, o Cruzado foi o mais emblemático e mais polêmico de todos, principalmente, no que diz respeito às deficiências que surgiram ao longo de sua execução e à falta de providências para contorná-las. Apresentado à nação pelo Ministro da Economia Dílson Funaro, em 28 de fevereiro de 1986, foi executado com sucesso inicial. A inflação que se encontrava em patamares altíssimos recuou para índices civilizados, refletindo grande apoio popular e midiático. Posteriormente, as brechas começaram a surgir e as advertências de economistas como Delfim Neto e outros passaram a preocupar os mercados. As críticas se acentuaram com a proximidade das eleições aos governos estaduais, em face da negativa do governo de tomar medidas impopulares.

O resultado da manutenção do plano, apesar da necessidade de flexibilizar certos pontos, foi o retorno da inflação, entre outras questões, como o desabastecimento de produtos. A continuidade da política econômica durante o período eleitoral contribuiu para que os partidos políticos, da aliança de sustentação, obtivessem uma fragorosa vitória nas urnas. O resultado dessa estratégia levou à eleição todos os governos estaduais pelos aliados do governo. O PMDB ganhou em quase todos os estados-membros, com exceção de um que ficou com o aliado PFL. Tal ação do governo foi considerada, posteriormente, pelos opositores como um verdadeiro “Estelionato Eleitoral”.

A crise política que afetou o Governo Sarney foi resultante de um somatório de circunstâncias de cunho econômico e político. Havia uma luta interna entre progressistas e setores mais conservadores, além de uma oposição disposta a quebrar uma hegemonia obtida pela aliança de poder. Várias questões dividiam os aliados, desde as discussões pela Nova Carta Constitucional, as teses que nela seriam discutidas, até a forma de sua convocação. Nessa esteira, estavam aqueles

que preconizavam uma Constituinte exclusiva, ou seja, uma assembleia convocada exclusivamente para essa finalidade. Outra vertente que acabou vitoriosa, defendia um Congresso Constitucional, isto é, uma assembleia que, além de competente para elaborar um novo texto Constitucional, após sua conclusão continuaria legislando como um Congresso Federal.

A Assembleia Constitucional foi instalada em fevereiro de 1987, resultando na Carta Constitucional, promulgada em outubro de 1988. O próprio Sarney considerou o texto demasiadamente descritivo, o que teria produzido um engessamento da administração, tornando o país “ingovernável”. Pelo discurso de economistas, as obrigações sociais tornavam o custo muito elevado, diminuindo a competitividade do Brasil. Um ano antes, em fevereiro de 1987, o Brasil havia decretado uma moratória unilateral sobre os pagamentos da dívida externa. Tal situação perdurou até 1992, com um acordo aprovado pelo Congresso do Brasil, nos termos do chamado plano Brady, conforme matéria publicada, na época, no jornal Folha de São Paulo.

No final do governo de José Sarney, verificou-se um isolamento político, muito diferente da popularidade assistida em 1986, com apoio quase hegemônico da sua administração. Em 1989, com a proximidade das eleições à Presidência da República, sob a vigência do chamado Plano Verão, com a inflação nas alturas, o governo entregou ao sucessor a economia paralisada. Nesse meio tempo, uma série de demandas afloraram no meio social. O governo chegava ao seu limite de aceitação popular, profundamente desgastado por ataques dos principais candidatos que disputaram o Planalto em 1989. De todo desfavorável à administração que agonizava, encontrava-se, ao seu final, em compasso de espera do sucessor. Nessa situação, aclamava-se no sentido do retorno de um “Dom Sebastião”, para salvar a nação do caos.

A estrutura da base de poder esfacelada, em dissintonia com as demandas sociais, resultou nos cenários que forneceram elementos e sentidos que são desenvolvidos neste e nos próximos capítulos, em especial, por Collor e Lula, os disputantes que monopolizaram as atenções no certame eleitoral, relativo à disputa ocorrida na primeira eleição direta à Presidência da República, após anos de regime autoritário.

A transição do poder militar para o civil ocasionou circunstâncias que puderam ser percebidas no governo de José Sarney, referentes às alianças que possibilitaram a ascensão ao poder, do primeiro governo civil, após anos de generais no comando.

O principal partido de oposição era o herdeiro do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), este da época do bipartidarismo, que tomou a denominação de Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Nas articulações para o colégio eleitoral, o nome do governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, despontava como o mais viável numa eleição indireta. A aliança firmada com o então PFL (Partido da Frente Liberal) consolidou a chapa Tancredo e Sarney. Havia outros nomes no PMDB, dentre eles, o do deputado Ulisses Guimarães, que pelo seu histórico também se firmava, mas, conforme se manifestou Fernando Lyra, Ministro da Justiça de Sarney, localizava-se no velho político do antigo PDS a possibilidade de rompimento com o ciclo militar no processo de transição. O próprio Lyra assim afirmou:

Vi em Tancredo Neves um político capaz de superar as divergências internas do PMDB e conquistar apoio em todas as áreas. Ele era o meu candidato, independentemente de a eleição ser por via direta – como queríamos – ou ainda pelo Colégio Eleitoral. Eu trabalhava com as duas possibilidades. Mas, como conhecia bem a Câmara dos Deputados, nunca acreditei na vitória da campanha das “Diretas”. Porque, diante das vinculações e da proporcionalidade do colégio eleitoral, a emenda constitucional dificilmente passaria (LYRA, 2009, p. 95).

Assim sendo, Paulo Bonavides (2008), entre os integrantes da oposição, criou um círculo de apoio em torno de Tancredo, que habilmente obteve uma “conciliação para o alto”⁹, ocorrendo uma espécie de transação. A construção que se formou em torno dele trouxe consigo apoio popular que foi transferido para as ruas. Segundo Lyra, a sustentação a Tancredo era algo muito forte, e mesmo a perda e a frustração da população, com a não aprovação das “Diretas”, não teria o condão de mudar aquele momento histórico. A legitimidade da eleição de Tancredo estava assegurada; como consequência, vislumbrava-se o fim dos governos dos generais. Apesar da estrutura de aparências do Colégio Eleitoral, esse aliado assim descrevia a perspectiva daquele momento:

Eu não via nenhuma diferença na legitimidade de Tancredo, vencesse ele no Colégio ou pelo voto direto. O povo o queria presidente. Quanto ao regime, o Colégio Eleitoral era o mesmo – forma de manter a ditadura e as aparências daquela “democracia relativa”, na definição de um general (LYRA, 2009, p. 95).

9 A ideia que foi desenvolvida por cientistas políticos citada na obra História do Brasil Interpretada de Adriana Lopez e Carlos Guilherme da Editora SENAC, 2008.

Essa ideia sobre a democracia relativizada, a que Lyra dava ênfase na sua vivência do processo de transição, denota que havia toda uma necessidade de costuras ou articulações (linguagem discursiva) que permeavam o processo. Do grupo intitulado os “autênticos do PMDB”, foram sendo criados instrumentos que não se esgotaram na eleição de 1984, e na posse de um civil na presidência. Dentre as providências que visaram firmar o processo de democratização estavam, na ótica de Lyra, as seguintes alterações:

[...] uma conquista passo a passo que somente senti como irreversível com algumas mudanças práticas indispensáveis que foram: a eleição de prefeitos das capitais em 1986, a convocação da Assembleia Nacional Constituinte e a extinção da sublegenda, coisas que eram simbólicas do regime eleitoral-ditatorial, somados ao enfraquecimento intrínseco do regime que levou praticamente ao desaparecimento de suas lideranças, a consciência dos meios de comunicação de massa (LYRA, 2009, p. 295).

Nota-se, nos relatos de Lyra, que mesmo após a eleição de Tancredo e a posse de Sarney, o regime militar ainda se fazia presente como uma sombra. No panorama traçado, consta que o governo civil da chamada Nova República apresentava certa tutela de parte dos militares. Para sustentação do governo, houve intervenções pela aliança democrática, formada pelos partidos de sustentação que eram o PMDB e o PFL, os quais enfrentavam ainda embaraços que demandavam atuações para eliminação das marcas do regime anterior; o que, nos meios políticos da época, era denominado de “entulho autoritário”. As marcas do regime anterior ainda se faziam sentir, pelos sedimentos ainda existentes nos porões do sistema, como o próprio General Golbery chegou a criticar em registro efetuado:

O todo-poderoso, tomado de surpresa, também se tornara objeto de escutas telefônicas e já não coordenava com eficiência a máquina que montara. Sobre o SNI, o estrategista-mor da abertura lamenta meses antes à imprensa: “criei um monstro”. De fato, mesmo após a eleição de Tancredo, políticos, intelectuais, sindicalistas, e até militares continuavam a ser vigiados por agentes da ordem, vários deles semi-analfabetos (GOLBERY, 2008, p. 873).

O governo civil iniciado por José Sarney, em 1985, em tese teria concluído um ciclo do regime militar que, conforme os registros, teria perdurado por vinte e um anos. Os militares voltaram à caserna, afastando-se do poder político, resultando a sua subordinação às regras da democracia e a uma nova ordem política instalada no país. Sobre esse aspecto, trabalhos foram produzidos no âmbito das Ciências

Sociais, como o de Celso Castro e de Maria Celina D. Araújo. Apesar de ser governo civil, conforme os relatos históricos assinalados por esses pesquisadores, os militares apresentavam-se com forte influência na sustentação daquele governo que se iniciava.

Sobre a questão da posse de Sarney como Presidente, considerava-se que a atuação do então Ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, fosse significativa, na interpretação dada à Constituição de 1967, sobre a posse do vice-presidente, mesmo antes da posse do presidente eleito. O presidente eleito pelo colégio eleitoral, Tancredo Neves, não chegou a tomar posse, em virtude de seu falecimento, abrindo, conseqüentemente, a vacância do cargo. Estava vigente a Constituição de 1967, com alterações propostas pela emenda número “um” de 1969, a qual, segundo constitucionalistas, seria outra Constituição que fora outorgada ao país. Prevvia que, em caso de vacância do cargo de presidente, o rol sucessivo contemplava, na falta do titular do executivo federal, que o cargo deveria ser ocupado pelo presidente da Câmara dos Deputados. Naquela época, o cargo referido era de titularidade do deputado Ulisses Guimarães, mas este não tinha a simpatia dos militares. O histórico do deputado dava conta de grandes embates com o governo dos militares, inclusive na condição de anticandidato à Presidência da República, na disputa no Colégio Eleitoral, em 1974, além de ser um dos nomes que trabalhou pela redemocratização e o afastamento dos quartéis do poder político.

Este apoio militar é destacado pelos pesquisadores nomeados acima; dentre as questões relativas ao governo e sua sustentação, os quartéis tiveram significativa importância da posse às crises que se sucederam. Dentre as questões relativas ao governo e sua sustentação, os quartéis tiveram significativa importância da posse às crises que se sucederam. A gestão de Sarney teve um relativo sucesso inicial. Com o incremento do “Plano Cruzado”, quando experimentou uma grande popularidade, na continuidade da administração mergulhou a gestão em sucessivas crises econômicas. No momento de descrédito, o apoio dos militares foi importante, como assim foi registrado:

Sarney viveria seu auge de popularidade durante o plano de estabilização econômica conhecida como Plano Cruzado. Após este fracassar, no final de 1986, o presidente passou a buscar cada vez mais sustentação política nas Forças Armadas. O Almirante Sabóia, embora rechace a ideia de “tutela” militar, concorda que os ministros militares eram “fiadores daquele processo de evolução democrática que estava acontecendo” (CASTRO, 2001, p17).

Como se verifica, na pesquisa realizada, a influência dos militares no governo Sarney era muita acentuada, principalmente no que dizia respeito à falta de uma legitimidade política da administração, o que afetava a relação governamental com os demais poderes, em especial com o legislativo. Um Vice-Presidente que tinha assumido o lugar de um Presidente com amplo apoio político, como no caso da sucessão de Tancredo Neves, contudo, sem a mesma consideração dos setores que apoiaram a transição, denotava uma fragilidade inicial que somente poderia ser amenizada com apoio de uma estrutura de poder, já sedimentada por longos anos de experiência na condução do Estado. Outra adversidade enfrentada por Sarney decorria do fato da atuação de governo civil que sucedia um governo comandado por militares, cujo controle da máquina ainda estava sob o alcance deles, uma vez que sua influência não foi alterada com a simples troca de comando. Os militares, portanto, desfrutavam de muitas prerrogativas, do aparelho de informações, com a ocupação de três estamentos na esplanada dos ministérios em Brasília.

Como o governo se apresentou sob uma tutela militar, através de uma aliança entre civis e militares, foi definido como “democracia tutelada” o modelo que teria perdurado ao longo do período Sarney, nessa formatação em que haveria uma condescendência recíproca que visava a uma transição entre polos de poder, que se estabeleceu numa composição política que pode assim ser interpretada, conforme o grau de compreensão e perspectiva da questão:

Tal qual definimos a – Democracia Tutelada –, em nosso primeiro capítulo, ela se constitui numa espécie de conluio tácito entre militares e civis. Os militares comprometem-se em não dar golpe e apoiam o governo civil, e os civis, por sua vez, comprometem-se com os militares de manterem sua autonomia no aparelho de Estado, aprovando leis que lhes favoreçam e, dessa forma, mantendo as relações de dominação assimétricas no arcabouço institucional do Estado, fazendo com que os militares - parem como sombras sobre o sistema político. (SANTOS, 2010, p. 173).

A transição para a democracia, consolidada com a eleição de Tancredo Neves, em janeiro de 1985, foi marcante no sentido de amenizar os descontentamentos dos que deixavam o poder. Notadamente, através da habilidade do então candidato à sucessão do General Presidente João Batista Figueiredo, foi possível acalmar os militares quanto a um eventual revanchismo de setores, que foram oprimidos durante os anos em que supostamente estariam alçados a realizar atos nesse sentido. O governo do General Figueiredo, no seu final, entregou um país

à administração civil com altos índices inflacionários, ainda sob a tutela do Fundo Monetário Internacional (FMI) e um grande desgaste político ao longo de cinco anos de administração.

O balanço do período militar não é brilhante: dívida externa, até então a mais alta da história da República, inflação, desemprego, miséria e analfabetismo (60% da população do Brasil permaneciam analfabetos e semi-analfabetos). Nada obstante, registrem-se inegáveis avanços, resultantes do planejamento estratégico – para utilizarmos expressão da Escola Superior de Guerra, que difundiria até nas universidades em geral – que esses militares estadistas adotaram (MOTA, 2008, p 864).

A situação caótica ao término do regime militar acentuava questões de natureza social e econômica, as quais haviam sido trabalhadas pela oposição durante a transição. Contudo, a dimensão dos problemas que seriam enfrentados pelo governo civil denotava uma grande concentração de renda em favor dos mais ricos. Esses desajustes, na sociedade, alimentavam sérios descontentamentos, os quais a administração de Sarney teve que enfrentar, uma vez que as promessas da aliança democrática e da Nova República ainda se faziam sentir perante a sociedade. Assim, esse foi o panorama do país de 1984-1985, o Brasil da “Nova República”, traçado por Luiz Alberto M. Bandeira, como pode ser notado em suas observações, com base em números estatísticos que acentuavam as desigualdades da população:

O Brasil defrontava-se, porém, com enormes dificuldades econômicas, agravadas desde que a crise da dívida externa eclodira, alguns meses depois da Guerra das Malvinas, quando o México, por volta de agosto de 1982, declarou formalmente moratória unilateral transitória do pagamento da dívida pública. A sua situação social deteriorara-se e a dívida externa ascendera de US\$ 3 bilhões, em 1964, para cerca de US\$ 100 bilhões, em 1984, e a inflação recrescera, como nunca antes ultrapassando a taxa de 200% a.a. A imensa riqueza, que o Brasil produzira, não beneficiara toda a população. Ainda na primeira metade dos anos 80, os 10% mais ricos concentravam em suas mãos cerca de 46% da renda nacional, enquanto mais de 64% dos brasileiros resvalavam para miséria ou extrema pobreza (BANDEIRA, 2010, p. 455).

Oficialmente, o governo Sarney começou em 15 de março de 1985, quando então assumiu o comando da administração com um ministério construído por Tancredo. Entretanto era objeto da desconfiança de aliados, em virtude do seu passado de proximidade com os militares, e de uma conjuntura política e econômica desfavorável, mas sob as esperanças capitalizadas pelo arquiteto do governo.

Tratava-se de uma situação excepcional, na qual o Presidente eleito, mas não empossado, sofreu martirizado pela doença até sua morte. Sombreavam, assim, as expectativas significadas da população por mudanças, pelas melhorias na condição de vida, que se esperava da novel administração, pois, afinal de contas, o governo que se iniciava era alicerçado num compromisso com o regime que terminava, com escopo de manter a estabilidade entre o poder civil e democrático e os integrantes do sistema autoritário.

O período de administração, conforme a Constituição em vigor de 1967, com as alterações executadas ao longo da administração do General Figueiredo, resultou num longo mandato de cinco anos, que compreendia o ciclo de 1985 a 1990. Numa concepção de democracia pelo alto, em que a construção da saída do regime anterior fora alicerçada em negociações, entre setores da oposição e governo, foi permitido a uma oposição moderada programar um novo regime, porém, marcadamente comprometido com o “*status quo ante*”, visto que alterações profundas na ordem política não eram assimiláveis naquela quadratura histórica. Sobre o que está se comentando, citam-se as observações de Analúcia D. Pereira, que assim se manifestou sobre a política externa, traçando um parâmetro geral sobre o governo em si:

Ainda que o Governo Sarney fosse marcado por traços de ruptura com o regime militar, constituía, ao mesmo tempo, uma espécie de “etapa superior” da transição à democracia liberal no Brasil. Nesse sentido, são marcantes as linhas de continuidade, ainda mais visíveis, se atentarmos para a política econômica e as relações exteriores, onde os elementos de resistência se reafirmaram, mesmo que em uma conjuntura internacional que se alterava drasticamente. (PEREIRA, 2010, p. 137).

A composição ministerial assentava-se na aliança entre o Partido do Movimento Democrático Brasileiro e o Partido da Frente Liberal, este último formado da dissidência do Partido Democrático Social, que se constituiu na base de sustentação do antigo regime, herdeiro da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), o da época em que vigorou o bipartidarismo no país. Tal agremiação política chegou a ser considerada o maior partido do ocidente, segundo os seus próceres. O próprio Sarney era oriundo dessa escola, conforme se verifica em sua biografia partidária (RIBEIRO, 2004, p. 275).

Do Partido do Movimento Democrático Brasileiro figuraram como Ministros de Estado: Afonso Camargo, Aluísio Alves, Pedro Simon, Fernando Lyra, Almir

Pazzianotto, Renato Archer e Waldir Pires. Já pela Frente Liberal estavam: Hugo Napoleão do Rego Neto, Paulo Lustosa, Marco Antônio de Oliveira Maciel, Aureliano Chaves, Antônio Carlos Magalhães, dentre os mais destacáveis por sua influência política. Outras figuras como Francisco Dornelles, Carlos Sant'Anna, Roberto Gusmão, Roberto Cardoso Alves, Ronaldo Costa Couto, José Aparecido de Oliveira, Flávio Rios Peixoto da Silveira, Luiz Humberto Prisco Viana, Néelson de Figueiredo Ribeiro e Olavo Egydio Setúbal, também se inseriam entre os ministros. Os ministérios militares contavam na Aeronáutica com Octávio Júlio Moreira Lima, no Exército, com Leônidas Pires Gonçalves e na Marinha, com Henrique Sabóia (RIBEIRO, 2004, pp.278, 279 e 280).

Desse modo, era um ministério que revelava a aliança de sustentação, construída na etapa de transição. Com as expressões políticas da época, mencionadas acima, deu-se início ao governo de Sarney, que, ao longo do tempo, premido por necessidades políticas e institucionais, foi obrigado a efetuar alterações, no corpo ministerial. Tais mudanças foram devidas a questões de ordem econômica, como a política tradicional implementada por Francisco Dornelles, na Fazenda, que não obteve êxito em cortar a marcha inflacionária herdada do governo dos militares. Na sua esteira, para tentar debelar o dragão inflacionário, assumiu o Ministério da Fazenda o Empresário Dílson Domingues Funaro, atuando de agosto de 1985 a setembro de 1987.

Outro ponto importante da política de governo dizia respeito às Relações Exteriores, que foram inicialmente tratadas pelo Chanceler Olavo Setúbal, que adotou uma política de privilégio com os Estados Unidos e outros integrantes do chamado G7 (grupos dos sete – EUA, Japão, Inglaterra, Itália, França, Alemanha e Rússia). Setúbal esteve à frente do Ministério das Relações Exteriores, de março de 1985 a fevereiro de 1986, quando foi substituído por Roberto Costa de Abreu Sodré. Nessa alteração de comando das relações externas, houve uma mudança de enfoque, retornando a política desenvolvida já nos governos anteriores, com maior ênfase aos países do Conesul, como foi apreendido por Analúcia D. Pereira, que assim assinalou:

A partir daí a política externa brasileira desenvolveu-se sob a influência de um conjunto de linhas de transformação, tanto no contexto regional quanto na macroestrutura internacional, resgatando os princípios da exterior efetuada nos últimos governos militares. Esses momentos distintos na política externa apresentam-se em níveis de formulação e consolidação de

mecanismos viáveis de inserção internacional. A alteração de suas bases, portanto, foi entendida devido ao desgaste de uma proposta de alinhamento e a busca de uma relativa autonomia dentro do quadro político que se configurava (PEREIRA, 2010, p. 142).

Essas eram as impressões iniciais do governo de José Sarney, ao qual, no decorrer dos cinco anos em que se desenvolveu, somaram-se episódios que denotaram crises econômicas e políticas, com reflexo na governabilidade. Ficaram pendentes de reorganização questões de administração, do aparelho militar, das relações políticas internas da aliança de sustentação, da economia e das relações externas, esta última na dicotomia Norte-Sul, e que ensejaram a construção do “*status quo*” que foi trabalhado na campanha presidencial de 1989; fatores esses que influíram nas alianças, nas candidaturas e no voto da população. Outros elementos relevantes de observação da administração de José Sarney davam conta de sua política econômica, inicialmente ortodoxa, passando por soluções mais ousadas. No que se refere a essas questões e seus reflexos na esfera política, serão abordadas no próximo tópico.

2.3 As Crises Econômicas, Planos e Frustrações

Ao assumir o governo, José Sarney manteve no Ministério da Fazenda o sobrinho do presidente eleito e falecido Tancredo Neves. Tratava-se da figura de Francisco Dornelles, que já atuara no governo dos militares como Chefe da Receita Federal (1979), e que, em 1985, foi indicado por Tancredo e, posteriormente, mantido por Sarney no ministério citado. Adotando uma política econômica ortodoxa de combate à inflação, já no início da administração implantou um corte orçamentário geral de 10% nas despesas da União, seguido de um congelamento de contratos e empréstimos. Porém, tais medidas foram absolutamente insuficientes para conter a inflação altíssima, que se encontrava no patamar de 235.5% a.a. (SANTOS, 2010, p. 178).

O governo instalado em 1985 apresentava severas restrições dos aliados, os quais eram reticentes em relação à origem política do presidente em exercício. O que transparece é que Sarney não era o governante dos sonhos do PMDB, considerando-se a dificuldade política, o fato de um ministério montado por Tancredo Neves, tendo, na Fazenda Francisco Dornelles, sobrinho do presidente falecido e a

política econômica do governo de Sarney que seguia o ritmo dos governos militares. Assim, impunha-se uma troca de Ministro da Fazenda e de equipe econômica. Assumiu o Ministério, o Empresário Dílson Funaro, que se manteve no mesmo ritmo da gestão anterior, até 28 de fevereiro 1986, quando veio a ser implementado o chamado Plano Cruzado. Nessa data, as lideranças da aliança, que vinham se digladiando por espaço e por poder no governo, estabeleceram uma trégua, embalados com as ótimas notícias que vinham do Palácio do Planalto. A jornalista Míriam Leitão narra fatos ocorridos que denotam a instabilidade política da época:

Depois, no Palácio do Planalto, chegaram todos os outros líderes políticos. Dias antes eles haviam se recusado a comparecer às reuniões do presidente com o ministério, num sinal do desgaste do governo. Sentados em torno da grande mesa do Planalto, ouviram o discurso do presidente. Só duas pessoas tinham cópias do texto que o presidente lia: o ministro Dílson Funaro e a primeira filha, Roseana Sarney. Foi festa dos políticos. Só havia boas notícias. Nenhum sacrifício se pedia. Era a oferta do milagre do desaparecimento da inflação sem dor, através do congelamento de preços, tarifas e serviços, abono salarial e uma troca de moeda (LEITÃO, 2011, p. 41).

Observa-se que havia algo de precipitação na tomada de decisão do governo, encurralado com o desgaste político de uma inflação resistente que a seguir perde apoio político. Algo precisava ser realizado para dar sustentabilidade ao governo que se constituiu de um acidente histórico e necessitava de algo inovador. O que foi produzido pela tecnocracia acadêmica foi colocado em prática. Na sua famosa expressão, o Presidente Sarney, que se referia à população como – “brasileiros e brasileiras” –, anunciou o que Míriam Leitão denominou de “a lista de bondades”, assim constituída:

Na TV, Sarney anunciou as medidas. Criação de uma nova moeda, o cruzado; corte de três zeros, extinção do cruzeiro; conversão automática de todos os depósitos e contas na paridade de mil cruzeiros para um cruzado; extinção da correção monetária generalizada; conversão dos salários pela média; abono salarial de 8%; aumento de 15% do salário mínimo; congelamento total de preços, tarifas e serviços, criação de um gatilho que corrigiria os salários quando a inflação acumulada chegasse a 20%; criação do seguro-desemprego; início do mercado interbancário (LEITÃO, 2011, p. 42).

Percebe-se que a autora mencionada reflete também a situação política, que referiu anteriormente, sobre a fragilidade do governo de José Sarney, desde suas vinculações com o regime anterior à sua ascensão à presidência de forma accidental. Havia descontentamento com a eleição via colégio eleitoral e a frustração pela

derrota do projeto das “Diretas já”. Tudo isso alicerçava descontentamentos entre os aliados que formavam a aliança democrática que possibilitou a chamada Nova República. Desde o início do Governo Sarney, pouco se fez em relação às alterações de rumo da política econômica do regime anterior. Ainda, conforme a citada autora, a formulação do Plano Cruzado teria sido precipitada em decorrência de uma entrevista concedida pelo líder do governo no Senado, na qual se criticava a ação do governo em relação à inflação, tendo assim descrito os fatos:

O senador Fernando Henrique Cardoso, líder do governo no senado, concedeu entrevista criticando a política econômica do presidente Sarney. Uma demolidora entrevista que, em suma, acusava o presidente de não fazer nada, não mudar nada e não enfrentar a inflação. A acusação era de que a Nova República tinha prometido “Esperança e Mudança”, como dizia o lema do PMDB, na época o partido que abrigava também as lideranças que formariam o PSDB. E negava as duas promessas, ao manter a mesma política do governo militar (LEITÃO, 2011, p. 45).

Pelo exposto acima, vislumbra-se a dramática situação do governo; veja-se que havia na época uma preocupação acentuada com a política econômica, principalmente pelos compromissos assumidos pela aliança democrática e por todo o passado de embate do PMDB, contra o governo militar. A continuidade de uma política econômica, nos moldes do que vinha sendo executado pelos governos anteriores, caminhava de encontro às proposta de mudança e alteração do “*status quo*” que se estabeleceu, inclusive com a eleição indireta de Tancredo Neves. Acentua-se que, no ano de 1986, teríamos eleições para os governos dos Estados e para o Congresso Nacional, para a Câmara e para o Senado.

Desse modo surgiu o Plano Cruzado, com técnicas avançadas de controle de inflação, o que os tecnocratas da administração denominavam de plano heterodoxo, que propunha apagar a memória inflacionária do país. O que realmente aconteceu foi o deslumbramento da população em relação à mudança de política econômica. Uma das mais destacadas alterações foi o famoso “congelamento de preços”, o que motivou os consumidores a fecharem as portas de supermercados e assumirem a condição de “fiscais do Sarney”. A própria Míriam Leitão, na feliz expressão “Sarney de sapo a príncipe”, observa em um trecho de seu livro sobre a memória do ocorrido:

O congelamento seria o fato mais reluzente a se apresentar à população como prova que nasceu marcado para morrer, mas que enquanto existiu parecia pura mágica. A população se encantou. Omar Marczinsky estava num mercado em Curitiba olhando com atenção os preços. Tinha se animado com anúncio de que agora eles estariam congelados. De repente, ele notou que tinha um mesmo produto com dois preços. Foi ao gerente reclamar. - Se quiser compra, se não quiser, não compra – respondeu o gerente. Outros consumidores se aproximaram de Omar, atentos à discussão. Um deles gritou: Fecha este supermercado. Outros responderam em eco: - Fecha, fecha.... (LEITÃO, 2011, p. 56).

Houve um grau elevado de aceitação do Plano, contudo, as medidas adotadas não eram suficientes, tendo o congelamento proporcionado escassez de produtos no mercado. Após oito meses de implementação, a inflação retornou, e conseqüentemente, medidas impopulares tiveram que ser tomadas. Dentre essas, o reajuste da gasolina e demais derivados do petróleo, como se esperava de um governo fragilizado pela falta de apoio efetivo na área política, em face da conhecida origem do titular da presidência, que provinha dos quadros de sustentação do regime militar, sem apoio efetivo dos partidos da base, que se digladiavam por espaços. Um resumo do ocorrido pode ser visto em Éverton Santos, quando se refere ao período em evidência:

Entretanto, oito meses após a implantação do plano cruzado, as medidas do governo mostraram-se insuficientes. Os combustíveis tiveram reajustes do próprio governo, a inflação disparou, começou a ocorrer escassez de produtos no mercado e, mesmo com intenso apoio popular, através de grupos de “fiscais do Sarney”, a situação tornava-se cada vez mais adversa. O plano fracassara. “Ruída a base econômica do governo, ruída também sua base de sustentação política” (SANTOS, 2010, p. 179).

Toda a conjuntura econômica de descontrole das contas públicas levou o país a declarar uma “Moratória Soberana” da dívida externa, em fevereiro de 1987. O episódio foi narrado com pompa e circunstância. Sobre esse anúncio, Míriam Leitão relata a forma inusitada e os reflexos desastrosos para as relações econômicas do país no exterior (2011, p. 110). Tudo isso gerou um custo que somente melhorou em 1994, com o chamado Plano Brady, que reestruturou a dívida, porém não em condições muito favoráveis. Em 1987, houve outra troca no Ministério da Fazenda. Em lugar de Funaro, assumiu Luiz Carlos Bresser Pereira, recebendo a economia do país num verdadeiro caos. O que havia, naquela época, era novamente inflação e moratória externa, como assim descreve Éverton Santos:

Com o fracasso do Plano Cruzado, as reservas internacionais em baixa e uma dívida externa de 68 bilhões de dólares, a situação econômica do país estava cada vez mais adversa. Em fevereiro de 1987, o governo Sarney decretou a moratória suspendendo unilateralmente, o pagamento dos juros da dívida externa. Nesse período, os preços dispararam e a indexação foi incorporada como forma de “convívio” com a inflação. Ao mesmo tempo, a popularidade do Presidente caiu ainda mais e o ceticismo tomou conta da população (SANTOS, 2010, p. 180).

O que se seguiu foi o Plano Bresser, que voltou a congelar preços e salários, no ano de 1987. Conforme assinala Míriam Leitão, era o ano dos planos que duravam alguns meses, criando uma enorme confusão na economia (2011, p. 112). O governo Sarney entra num labirinto e se perde, em busca do encanto que foi o Plano Cruzado. O problema da perda de popularidade resultava na perda de apoio político, e a administração apresentava-se fragilizada desde seu início, pela forma como o Presidente Sarney assumiu o comando do governo. E assim foi a administração: aos trancos e barrancos. Com relação, ainda, sobre o Plano Cruzado, cabe trazer o ilustrativo comentário da autora acima citada:

Se o cruzado foi a mágica do encantamento, esse foi a revolta dos assalariados. Construiu-se uma unidade de conta para fazer a conversão dos preços e salários: a URP, Unidade de Referência de Preços. A URP foi entendida como usurpação. Anos depois, o que tinha sido tirado dos salários, calculado em 26%, começou a ser devolvido por decisão da Justiça. Primeiro para as categorias que tinham maior força e depois para todos, por decisão do Supremo Tribunal Federal. O plano durou pouco. Três meses depois a inflação tinha voltado a dois dígitos – o que levava nove meses para acontecer no primeiro plano (LEITÃO, 2011, p. 117).

Mais uma vez, troca-se o Ministro da Fazenda. Desta feita, é empossado no cargo o Secretário-Geral do Ministério, o Senhor Maílson da Nóbrega, fato que ocorreu no final de 1987, perseguindo a busca pelo frear a inflação e o descontrole. O receituário abolia os choques, em face da descrença nas soluções mágicas até então propostas, como uma nova tentativa para salvar a economia e a popularidade do Governo, e, por consequência, a busca de apoio político para sua sustentação. Contudo, a proposta também não foi bem sucedida. Como foi comentada e constatada, a volta da inflação e as práticas tradicionais somente aumentaram o problema. Nesse sentido, observe-se anotação feita sobre essa política:

Depois de dois choques fracassados, o país passou a ter medo de qualquer novidade. Melhor então é prometer o mesmo de sempre. Uma receita caseira. Nasceu assim o “feijão com arroz” do ministro Maílson da Nóbrega. Era a volta da mesma ideia de que com um apertinho de política monetária

aqui, um cortezinho de despesa ali, a inflação seria reduzida gradualmente. Só conseguiu levar a inflação paulatinamente para patamares mais altos: no fim de 1988, estava e, cerca de 30% ao mês (LEITÃO, 2011, p. 118).

No começo de 1989, a administração de Sarney está profundamente desgastada pelo fracasso de três planos econômicos e de uma inflação altíssima para padrões de países civilizados. O governo socorria-se de mais um Plano, o denominado “Plano Verão”, título atribuído em virtude de ter sido posto em execução em janeiro daquele ano, tendo sido construído no Ministério da Fazenda pela equipe de Maílson da Nóbrega. Outra vez, volta-se ao recurso de criar uma nova moeda, o denominado “Cruzado Novo”, que foi assim descrito:

O plano, que criou a moeda cruzado novo, foi anunciado no santo domingo de 15 de janeiro, foi chamado de Verão. Durou menos que um verão. Em março, a inflação foi 6% e quando anunciada pelo IBGE o ministro já sabia que tinha fracassado. Em seguida, a taxa voltou a dois dígitos e o país conheceu, nos 11 meses seguintes, a mais descontrolada inflação da sua história. E depois disso viria o mais truculento e inútil plano econômico da história do país. O que apenas alguns pressentiam, ao fim daquele verão de 1989, era que o pior estava por vir (LEITÃO, 2011, p. 119).

Mais um fracasso. Este com implicações sérias no campo político, uma vez que já havia um grande temor de que o mandato do presidente fosse, inclusive, encurtado, para que eleições fossem convocadas imediatamente, com a finalidade de que um novo governo, com maior legitimidade pudesse lançar mão de medidas que colocassem a “casa” em ordem. Contudo, o governo ainda tinha o apoio dos militares e com essa sustentação seguiu curso até o final. A situação econômica era dramática, tendo sido verificada, no período, inflação de 40% ao mês, chegando, ao final de 1989, a 55% ao mês (LEITÃO, 2011, p. 121). Os índices eram superiores aos de países em guerra constantes, como Israel.

O drama do governo, no ano de 1989, teve sua origem também na busca de apoio político de Sarney para obter mais um ano de mandato. Tal busca se deu ainda nas discussões realizadas na Constituinte, mas seus reflexos se fizeram sentir depois, como bem diagnosticou a situação no final da administração, a autora já referida:

Tudo foi piorando nos meses finais do governo Sarney, após o fracasso do Plano Verão. Sarney havia ampliado os gastos para conseguir no Congresso mais um ano de mandato. Depois do fracasso do plano, desinteressou-se pelo governo. O país ficou à deriva. Sarney passava mais

tempo em Curupu, a ilha da família, que no comando do navio que afundava. O Brasil continuava com grave problema fiscal. Com o fracasso do plano, restou aos ministros Mailson, da Fazenda, e João Batista de Abreu, do Planejamento, barrar quase fisicamente o ataque aos cofres públicos (LEITÃO, 2011, p. 119 e 120).

Todo esse contexto alimentava sentimentos de incerteza e medo, os quais assolavam a população, da mesma forma que no próprio governo havia uma sensação de inoperância, ou seja, o próprio presidente Sarney mostrava-se desinteressado, passando a maior parte do tempo numa ilha da família (LEITÃO, 2011, p. 120). O país encontrava-se num compasso de espera por nova administração, ao mesmo tempo em que, no final de 1989, ocorria o segundo turno da primeira eleição para a Presidência da República, quando, então, estavam na disputa Fernando Collor de Mello e Luiz Inácio Lula da Silva. O período histórico era da busca de alguém que transmitisse a segurança que o eleitor almejava, em face da imensa crise que atravessavam empresas e assalariados em geral. Numa leitura da época, o período foi assim descrito:

O Brasil estava a dias da eleição presidencial de segundo turno. A pergunta do leitor mostrava o sentimento corrente. O país queria um salvador. O que dava aquele sentimento era a crise econômica. Esse sentimento era manipulado por Fernando Collor de Mello na propaganda eleitoral, na campanha. Exibia-se como um salvador e dizia que o outro candidato, cujo nome não pronunciava – Lula da Silva –, iria tomar os bens, os imóveis da classe média. A classe média já estava em pânico, vivia diariamente a sensação de estar sendo expropriada pela inflação, lutava como uma leoa para manter o valor do dinheiro. Foi uma campanha eleitoral suja num tempo doido (LEITÃO, 2011, p. 129).

O quadro econômico do governo de José Sarney, indubitavelmente, estava ligado à sua fragilidade política. Desde o início, vinha sendo associado à falta de legitimidade, tanto no aspecto popular como no legal. Sustentado por um apoio vindo da caserna, vislumbraram nele alguém confiável e que não moveria retaliações, como o ocorrido em países vizinhos. Da mesma forma, buscavam manter suas prerrogativas e autonomia frente ao governo civil. Outro elemento observado, que se refletiu na elaboração de medidas, foi a precipitação em acalmar forças políticas que apoiavam a aliança de apoio ao governo, esta constituída dos partidos que ensejaram a “Nova República”, ou seja, o PMDB e o PFL. Algumas lideranças do primeiro ambicionavam mudanças no “*status quo*”, como os integrantes do PMDB, Fernando Henrique e Mário Covas, que vieram constituir, posteriormente, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

O presidente do PMDB, da velha guarda do partido, o deputado Ulisses Guimarães, que apoiava o governo, também se encontrava numa condição de proximidade e distanciamento, visto que segundo o modelo legal previsto na Constituição de 1967, seria ele quem deveria assumir o cargo de Presidente da República, em virtude de Tancredo Neves não ter chegado a assumir o cargo. Para garantir essa frágil estrutura, e manter-se no cargo, o presidente Sarney teve que lançar mão de soluções, na ordem econômica, que reduzissem o impacto do caos herdado do governo dos militares.

Desse modo, o governo passou a adotar propostas, que até então não eram vistas como viáveis pelo núcleo central de poder: o presidente e assessores próximos foram convencidos, ao longo do processo, de certas medidas como as executadas no Plano Cruzado. O país se tornou, a partir da política implementada, um laboratório de outras tantas, que foram executadas ao longo dos cinco anos da administração. Todas falharam, segundo analistas como Míriam Leitão, em decorrência da falta de adoção de outras questões complementares, e não menos importantes, como controle de despesas. Isso não ocorreu, uma vez que o governo de apoio frágil liberava recursos aos Estados da federação em troca de apoio político regional.

O nível de deterioração, ocorrido no período de 1985 a 1989 foi marcante, com a inflação batendo patamares absurdos no final da administração de Sarney: 55% ao mês. Esse panorama fomentou a primeira campanha à Presidência pelo voto direto, que ocorreu no último ano do governo de Sarney. Diante de toda essa situação complexa, teve-se a influência da economia no processo eleitoral com o fracasso dos candidatos ligados à base de apoio do governo, conforme Yan de Souza Carreirão, em levantamento realizado sobre a influência da situação econômica com os votos dos eleitores (CARREIRÃO, 1999, p. 214). Da mesma forma que os candidatos da base de apoio se vangloriavam em 1986, de apoiarem o governo, em 1989, queriam se desvincular da administração em franca queda de popularidade (CARREIRÃO, 1999, p. 215).

A conjuntura apontava, em 1989, para um discurso “*anti status quo*”, no campo da economia, que se associava ao campo político. Por essa razão, os candidatos à presidência não poupavam críticas ao governo, como forma de construir o seu discurso frente ao eleitorado. Em meio a esse tumulto de ordem política e econômica, foi concretizado o novo pacto fundante do Estado Brasileiro.

Tratava-se da Constituição Federal de 1988, na qual se efetuaram algumas considerações em face da importância do processo para a governabilidade.

2.4 A Constituição de 1988 e a Governabilidade

Durante o governo Sarney, retornara a busca de uma nova Constituição. Na verdade, desde o fim do governo militar, as alterações que se faziam visíveis para a configuração de um país democrático passavam pelo aspecto da formulação e aprovação de uma Carta Magna que estivesse alicerçada no consenso político da sociedade brasileira. A busca de uma Constituição democrática remontava ao início da década de setenta. Apesar de setores da sociedade apregoarem a necessidade de uma convocação para uma assembleia exclusiva, com a finalidade de elaborar uma nova Constituição, tal iniciativa não vigorou, optando o Congresso, da época, pela eleição de uma legislatura com essa finalidade, sem a exclusividade pretendida. Desse modo, pode-se verificar, no exposto abaixo, o contexto em que se insere o processo constitucional:

Inquieta e insegura, a sociedade – por suas associações de classe e pelos partidos mais progressistas – aumentou a pressão pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, para substituir a Constituição de 1967, legada pelos militares. A maioria dos deputados, porém, decidiu pela convocação do Congresso Constituinte, frustrando, mais uma vez, os anseios dos setores mais progressistas da sociedade, que vinham lutando desde meados dos anos 1970 e pretendiam realizar uma eleição exclusiva – uma verdadeira Assembleia Nacional Constituinte – para escolher seus representantes na elaboração da nova carta constitucional (MOTA, 2008, p. 906).

Muitas questões da estrutura de poder estavam na pauta de debates da Constituição, como a regulamentação da duração do mandato do presidente em exercício, o próprio regime de governo, se presidencialista ou parlamentarista, a regulamentação das Forças Armadas e a separação de poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário). A falta de uma Assembleia Nacional Constituinte não impediu a organização de uma Nova Constituição, embora congressual, razão por que até os dias atuais ainda sofre críticas de Juristas, no que tange à sua legitimidade.

Havia pontos importantes para a administração Sarney, como a manutenção do seu período de governo. Pela Constituição de 1967, a administração deveria ser

pelo período de seis anos, mas em face dos inúmeros problemas de ordem econômica e política, os quais já foram mencionados neste capítulo, havia a pretensão de segmentos da própria base de apoio do governo, como do PMDB, que vislumbravam a possibilidade de encurtar o mandato de Sarney.

Acuado por movimentos internos dos constituintes, o Presidente, em ato próprio, efetuou um discurso à nação, após a maioria da Assembleia aprovar o sistema presidencialista, em votação com 343 favoráveis e 213 contrários, além de três abstenções. Defendendo seu mandato, em 19 de maio de 1987, na fala presidencial, atribuiu-se cinco anos de governo, renunciando a um ano dos seis a que teria direito. Sua pretensão foi aprovada por 304 votos a favor e 223 contra (BONAVIDES, 2008, p. 468).

Ainda sob a liderança do Senador Afonso Arinos de Mello Franco, do PFL, foi trabalhada a substituição do regime de governo para o modelo parlamentarista, forma que suscitou grandes debates. Entretanto, o próprio presidente Sarney fez esforço para aprovação do sistema presidencialista. As ideias referentes ao parlamentarismo não agradavam a administração que buscou reverter as pretensões dos segmentos que defendiam a alteração sistêmica. Sobre o conjunto das injunções políticas, segue-se uma abordagem geral de todo o período:

Em 1988, após inúmeras negociações, marchas e contramarchas, o congresso promulgou a nova constituição, consagrando o regime *presidencialista*, com *cinco anos* de mandato para o presidente e a independência dos poderes. Era claramente uma vitória de Sarney e da conciliação conservadora (MOTA, 2008, p.907).

Como se pode verificar, havia uma crise política em torno da elaboração da Carta Constitucional, cujo movimento foi impulsionado por desavenças da aliança de sustentação de governo. A situação política já estava agitada com a crise econômica que assolava o país. Somava-se ao processo confuso, dos anos de 1987 a 1989, o desenrolar de uma Constituição em curso de formação. Havia símbolos ainda muito presentes do regime militar, aos quais o presidente Sarney era associado por sua participação, inclusive como integrante da base de sustentação do anterior sistema político que entrara em colapso. Como já assinalado em tópicos anteriores, houve uma transição por cima, que na época foi denominada de “conciliação”. O modelo de retorno democrático era a Espanha, com o seu famoso pacto de “La Moncloa”. Os

percalços e a trajetória da Assembleia Constituinte, bem como o panorama do período, são assim apresentados por Paulo Bonavides, no histórico da época:

Na conjuntura que atravessamos, o acesso à constituinte é ainda uma estrada pavimentada de obstáculos. Houve entre nós uma espécie de compromisso tácito de fazer a mudança do autoritarismo à liberdade, sem comoções profundas na ordem política e jurídica: com aquela prudência que caracterizou na Espanha a estratégia das reformas institucionais, ou seja, mediante um processo de transição, coroado ali de absoluto êxito e cuja fórmula tem sido, por analogia, também a que se busca aplicar no Brasil e cujos resultados se fizeram sentir há algumas semanas, quando instalamos no Planalto o primeiro governo da Nova República (BONAVIDES, 2010, p. 20).

Nesse diapasão sem traumas, na esteira de uma “consertación”, caminhou-se para um Congresso Constituinte, sendo muito criticada a opção adotada, devido à dualidade de atribuições, que, além do poder legiferante ordinário, conferia ao referido Congresso um poder constituinte. Vivia-se, na época, uma crise constitucional, em face da falta de legitimidade da Constituição vigente de 1967, que foi outorgada pelos militares e novamente reformada em 1969, pela famosa emenda número “um”. O ambiente político da convocação, as incertezas no plano social e econômico contribuíam para a construção de um discurso “*anti status quo*”. A preocupação com a Carta Magna a ser elaborada, demonstrada nas inquietudes da população e de juristas, verifica-se na posição abaixo destacada:

A constituição do Estado social deve ser basicamente o código do consenso e do pluralismo e não a bíblia de uma ideologia ou o programa de planejamento de um sistema centralizador que estatiza ou tenda a estatizar todos os poderes decisórios da Sociedade. Sem *consensus constitutionis*, não há normatividade constitucional. Esse *consensus*, por exemplo, faltou às Constituições outorgadas no Brasil em 1937, 1967 e 1969, e poderá faltar completamente em 1988, se a Constituinte nascer materialmente ilegítima das urnas de 15 de novembro vindouro, contaminada pelos vícios e corrupções do poder econômico, que para tanto já se mobiliza (BONAVIDES, 2010, p. 29).

Vislumbra-se a preocupação no texto acima, com a legitimidade do novo texto constitucional, mas o importante das linhas citadas é o contexto político. Havia o temor de aparelhamento de parte do governo ou de setores de interesses ligados ao poder econômico, com a formulação do novo texto constitucional que se avizinhava. Em 1986, houve a eleição para o Congresso, com dupla finalidade: a de produção legiferante e fiscalizatória e a de poder constituinte, num processo eleitoral considerado, pela oposição, como um “Estelionato”. A crítica resultou da

circunstância de o eleitorado ser movido pelo voto econômico. Insuflados pelos pendoros do plano cruzado, os partidos de sustentação do governo elegeram ampla maioria no Congresso Nacional.

A Constituinte foi convocada por uma emenda à constituição de 1967, proposta pelo Executivo, mais precisamente pela Presidência da República, em novembro de 1986, pelo presidente em exercício, José Sarney. Para confecção de um projeto que serviria de base para os trabalhos, foi nomeada uma comissão de notáveis, comandada pelo jurista Afonso Arinos de Mello Franco. Instalada em meio a uma das maiores crises políticas da história republicana, desenvolveu-se em clima de muitas pressões, com a formação de blocos de defesa de interesses, como o famoso “Centrão”, que atuou em grande parte no processo de elaboração da Constituição de 1988. A propósito desse bloco que se formou em torno da reforma do regimento de elaboração da carta, pode ser destacado o seguinte:

Formou-se no seio da Constituinte uma composição suprapartidária de caráter manifestamente conservador em conflito com os rumos que a comissão de sistematização vinha imprimindo à elaboração do novo texto constitucional, consoante as normas regimentais vigentes. Esse numeroso grupo recebeu o nome de Centrão e conduziu a campanha de reforma do Regimento, a qual acabou fazendo prevalecer na sessão de 3 de dezembro de 1987, o substitutivo do deputado Roberto Cardoso Alves, aprovado por 290 votos a favor, 16 contra (BONAVIDES, 2008, p. 464).

O referido bloco de parlamentares era constituído por muitos representantes da base de apoio do presidente em exercício, tendo atuado em ações de interesse da administração. No governo, que travou embates com a oposição para manter o mandato presidencial, havia também setores da sociedade civil, como a Ordem dos Advogados do Brasil, que trabalhava para a convocação de eleições diretas para Presidente da República, já em 1988. Por outro lado, Sarney se preocupava em manter pelo menos cinco anos de seu mandato e o regime presidencialista, sistema de simpatia da base de poder.

A par dessa disputa, o governo conseguiu o seu intento, obtendo êxito nas suas proposições, como a manutenção do regime presidencialista e o mandato de cinco anos. A constituição não teve um eixo base, foi construída por diversas comissões e posteriormente sistematizada, procedimento que fragmentou a discussão sobre temas importantes, aumentando a profusão de embates entre governo e oposição. Tal forma de elaboração foi também muito criticada pelo próprio Presidente Sarney, que, em discurso realizado ainda durante a fase de elaboração

da nova Carta, em 26 de julho 1988 (BONAVIDES, 2008, p. 469), teceu considerações referentes ao texto aprovado no primeiro turno, conforme foi expresso em pronunciamento à nação, registrado em jornais e revistas da época e assinalado pelo constitucionalista:

A previsão presidencial mais séria, pertinente ao futuro da Carta, era a que concluía pela “ingovernabilidade do País”, caso se mantivesse, sem alteração, o texto aprovado no primeiro turno, o qual, segundo ele, acarretaria ao Tesouro ônus insuportável, com reflexo imediato sobre o Orçamento Geral da União, sujeito a uma sobrecarga de 2 trilhões e 200 bilhões de cruzados, o equivalente a 12 bilhões e 600 milhões de dólares, trazendo para a Nação um cortejo de males que se estendiam desde o desemprego e a hiperinflação ao ócio e à improdutividade (BONAVIDES, 2008, p. 469).

As críticas de Sarney foram respondidas pelo deputado constituinte Ulisses Guimarães, no dia seguinte, 27 de julho de 1987, no mesmo período da abordagem. Tais debates geraram turbulências políticas que contribuíram para todo o processo de desgaste do governo, quando parcelas de integrantes do governo e da oposição manifestaram-se sobre as declarações do Presidente. Mas, sem dúvida, a manifestação de Ulysses foi marcante e demarcou embates que se sucederam ao longo da elaboração da Constituição e das pretensões do governo. Da mesma forma, o constitucionalista assinalou no seu relato histórico daquela época:

Assinalando que a Constituição tivera a coragem de não ouvir o *establishment* e que rompera com a rotina e o *statu quo*, Ulysses declarou a seguir: “Esta Constituição terá cheiro de amanhã, não de mofo”. Louvou o princípio da soberania nacional sem intermediação, cujo exercício ela admitia e concentrou também elogios nas inovações emancipadoras do quadro federativo, declarando: “Esta alforria do homem e de seus governantes, foi decretada pela transferência de 47 por cento dos recursos da União para os estados e municípios, 21.05 por cento àqueles e 22.05 por cento para estes. “Se não tivéssemos feito nada, só com isso teremos feito muito (BONAVIDES, 2008, p. 470).

A governabilidade para o presidente Sarney estaria afetada com a aprovação do projeto elaborado no primeiro turno, e isso gerou um atrito, através de seu pronunciamento, com o presidente da Assembleia Constitucional, o deputado Ulysses Guimarães, um dos mais importantes representantes do principal partido de sustentação do governo, o PMDB. Apesar das duras críticas ao projeto, este foi aprovado em plenário com expressiva votação de 408 votos favoráveis, 18 contrários e 55 abstenções. Dando curso ao processo constitucional, em 22 de

setembro de 1987, o texto final foi aprovado por 474 votos a favor, 15 contrários e 06 abstenções (BONAVIDES, 2008, p. 472). O ambiente entre governo e partidos de sustentação ficou afetado após o episódio. Em outubro de 1988, foi promulgada a nova Carta Constitucional Brasileira. No ato solene de promulgação, percebeu-se se o clima político existente no país, um ano antes das primeiras eleições presidenciais diretas. Sobre a promulgação, fizeram-se os seguintes registros pelos analistas:

O presidente Sarney não discursou no ato de promulgação da nova Carta. Não fora prevista fala presidencial. O chefe do Poder Executivo limitou-se durante a cerimônia a prestar o juramento solene à constituição, na qualidade de presidente da República. Mas na véspera da promulgação, no programa “Conversa ao pé do rádio”, definiu, o presidente, sua posição em face da Carta Magna, que ele combatera com tanta severidade em algumas ocasiões de feitura e tramitação do projeto (BONAVIDES, 2008, p. 475).

A Constituição de 1988 teve seu texto aprovado sem as alterações propugnadas pela administração de Sarney. Os 15 votos contrários à redação final foram prolatados por integrantes do Partido dos Trabalhadores. Essa atitude foi bastante cobrada, pelo candidato Fernando Collor de Mello, durante o processo do segundo turno da eleição de 1989, ao seu oponente Luís Inácio Lula da Silva, tendo gerado constrangimento ao candidato do Partido dos Trabalhadores, durante o embate da campanha política, como será visto nos capítulos que ilustram a perspectiva desenvolvida nesta pesquisa. A respeito da posição do Partido dos Trabalhadores sobre o texto constitucional promulgado, insere-se a seguir uma explicação:

Os 15 votos “não” foram da bancada do Partido dos Trabalhadores, que obedeceu a uma diretriz do Diretório Nacional. O PT considerou o texto “elitista e conservador” no conjunto. Um só de seus deputados, o constituinte João Paulo, de Minas Gerais, votou a favor. Essa atitude de oposição do PT à nova Carta era mais uma ressalva de cunho ideológico do que propriamente uma reprovação a tudo quanto ali se continha. Tanto isso é verdade que a bancada daquele partido não se recusou a assinar a Constituição por ensejo de sua promulgação (BONAVIDES, 2008, p. 473).

Toda a situação resultante do processo constitucional sedimentou questões no campo político, nas relações entre governo e oposição, e até mesmo no próprio campo interno do governo Sarney. Esses fatos contribuíram para a crise política que se viu instalar no último ano da administração, contaminada não só pelo descrédito e frustrações, como também pela própria apatia presidencial. No próximo tópico, serão

abordadas questões que circularam na mídia, apontando para o contexto das eleições de 1989, referentes ao panorama político da administração Sarney.

2.5 A Crise Política de 1989

O ano de 1989 chegou municiado pelo Plano Verão, como foi abordado em tópico anterior. Além de dúvidas e a falta de crença nos resultados das medidas propostas, o panorama político pré-eleitoral de uma campanha à Presidência da República complicava todo ou qualquer arranjo de sustentabilidade de um governo frágil. A falta de consistência política era deduzida desde o início da administração, pela acomodação de ministérios e projetos díspares num mesmo governo, sem o seu articular conceitual, falecido em circunstâncias emblemáticas para a nação.

A disputa política começava com o espaço de tempo que cada candidato iria ocupar no horário político eleitoral. Nada menos que trinta e quatro candidatos oficiais disputavam a cadeira de José Sarney. Uma matéria de revista intitulada “A partilha da Tribuna” (REVISTA VEJA, 1989), já se referia à busca de parlamentares para engrossar as fileiras de partidos com o fim de aumentar o horário de tempo na televisão. Tais iniciativas de candidatos, para a montagem do horário de apresentação, chegaram a situações dramáticas e cômicas, em especial, na televisão. Como exemplo desse feito, veja-se o que foi narrado à época:

A luta dos candidatos para aumentar suas bancadas, na última hora, teve momentos dramáticos – e outros de pura comichade. Para que o deputado mineiro do PTB, José Elias Murad ingressasse no PSDB, foi preciso que um contrerrâneo seu, o deputado Ziza Valadares, um tucano com mais tempo de casa, pedisse desligamento da vice-liderança do partido, na Câmara, a fim de facilitar as negociações (REVISTA VEJA, 1989, p. 35).

Como se pôde verificar, além dos problemas econômicos, a crise política que se intensificava, em 1989, dava-se pelo desinteresse de aliados iniciais, tanto do PMDB, nas mãos de Ulysses Guimarães, candidato à sucessão e procurando se desvincular do governo, como do PSDB, de Mário Covas, mais preocupado na busca de alianças e de apoio para suas candidaturas, do que com o governo e suas políticas. O isolamento ainda vinha de outros setores mais próximos de Sarney, como o PFL, enrolado com a candidatura de Aureliano Chaves (ex-vice-presidente no governo de Figueiredo). A mesma revista citada, assim denotava a situação:

Todos os dias, o candidato à Presidência da República pelo PFL, o ex-ministro Aureliano Chaves, é atormentado por uma preocupação – convencer os eleitores de que continua na corrida rumo ao Planalto. Na segunda-feira da semana passada, havia rumores de que Aureliano poderia renunciar à candidatura para apoiar a campanha do PMDB, do deputado Ulysses Guimarães (REVISTA VEJA, 1989, p. 38).

Assim, o fato de estar sem apoio de aliados, entreverados nas suas próprias questões, e o desgaste de ser governo, gerou reações que foram apontadas em relação ao ícone da redemocratização, o deputado e candidato Ulysses Guimarães, que abriu mão da Presidência em favor de Sarney, quando da transição, mas envolto no fardo do governo, como ficou anotado em matéria sobre sua viabilidade eleitoral:

A candidatura do deputado Ulysses Guimarães à Presidência da República tem obedecido à lógica de um teorema político. Quando ganhou a convenção que indicou o candidato do PMDB, em maio último, seus adversários previam que os governadores não trabalhariam por sua candidatura, que ele não empolgaria o eleitorado e que a campanha presidencial estralhará o partido, provocando uma debandada de prefeitos e militantes para candidatos com maiores chances de se eleger (REVISTA VEJA, 1989, p. 34).

O que se observa é que dois dos principais partidos de sustentação do governo, da chamada aliança democrática, o PMDB e o PFL, encontravam-se tremendamente desgastados, apesar de em 1986, após o Plano Cruzado, terem conquistado expressiva vantagem eleitoral. Contudo, os insucessos no campo econômico resultaram em desvantagens no campo político e eleitoral. A impopularidade do governo, no decorrer do ano de 1989, foi tomada de constrangimentos, inclusive com preocupações sobre a segurança pessoal do Presidente. Nesse sentido, em revista de circulação nacional foi veiculada matéria sobre os atos de protestos direcionados ao presidente Sarney, como se pode constatar a seguir:

A segurança do presidente não percebeu o que se passava, e Sarney sem saber de nada. Trêmulo, Trevisan ultrapassou o cordão de isolamento, postou-se a três passos do presidente e começou a escrever algo no chão com sangue. Não foi importunado por trinta segundos e ainda conseguiu escrever as letras F. O e R. Um agente da Polícia Federal, então, o agarrou e o arrastou para fora do salão. Trevisan ainda conseguiu balbuciar algumas palavras que poucos convidados ouviram – “Fora Sarney, este é o sangue do povo brasileiro (REVISTA VEJA, 1989, p. 40).

A par do desfecho inglório dos aliados na campanha eleitoral, como foi assinalado anteriormente, o próprio presidente Sarney recebia os reflexos da impopularidade que sombreava o seu governo. O fato acima diz respeito a um cidadão que adentrou numa recepção oferecida ao então presidente da Argentina, Carlos Menem, ocorrida no Palácio do Itamaraty, em agosto de 1989. Fatos como esse desafiavam a segurança presidencial e preocupavam o Gabinete Militar, o próprio General Bayma Denys, conforme foi assinalado na matéria sobre a segurança da Presidência da República:

Ao passar em frente à janela, o que faz várias vezes ao dia, sua silhueta pode ser vista a distância. Denys acredita que um atirador pode atingir com facilidade o presidente. Para proteger-se, Sarney tem a seu dispor um esquema grandioso. Somente para sua segurança, o Gabinete Militar dispõe de setenta agentes. Sarney nunca tem menos de dez homens armados por perto (REVISTA VEJA, 1989, p 41).

Nota-se, assim, a preocupação da segurança e o vazamento, na mídia, do número de agentes para guarnecer o então Presidente, tudo a indicar que o recado era para que atos de protestos fossem inibidos, pela presença de todo o suporte existente. Contudo, essa mobilização não impedia atos de protestos contra o governo e, em especial, ao presidente Sarney, como se verificou no encontro entre ele e Menem, na cidade de Uruguaiana (RS), ao firmarem acordos de cooperação referentes ao MERCOSUL, em agosto de 1989. Mais uma vez, ocorreram protestos que já se tornavam rotineiros nas aparições públicas, como foi registrado pela imprensa: “Na tarde de terça-feira, em Uruguaiana, Sarney, ladeado por Menem, foi recebido num clube local sob gritos de ‘ladrao’, ‘ladrao’” (REVISTA VEJA, 1989, p. 41). Em outro episódio, em setembro do mesmo ano, a segurança teve que remontar o tradicional Desfile da Independência, com a finalidade de evitar vaias ao Presidente que atravessava uma situação de insatisfações populares:

O presidente José Sarney protagonizou, na semana passada, mais um episódio que marca a situação de melancolia do seu governo. Para proteger-se da onda de incidentes que têm acompanhado suas aparições públicas, o presidente assistiu ao desfile militar de 7 de setembro, em Brasília, o mais longe possível da população da capital federal, num palanque instalado na frente do quartel-general do Exército, edifício chamado de Forte Apache, pela imponência de sua arquitetura, e distante 80 metros das arquibancadas e outro 40 metros da rua por onde passavam os soldados e os equipamentos bélicos (REVISTA VEJA, 1989, p.60).

Ao mesmo tempo em que a situação econômica se demonstrava nada favorável ao governo, os supostamente aliados, em baixa na campanha, aqueles que atacavam a administração e o presidente, obtinham mais êxito, conforme as pesquisas de opinião do momento histórico. Ademais, despontavam pelos institutos as candidaturas de Fernando Collor e Leonel Brizola, enquanto no terceiro lugar alternavam-se as posições naquilo que se intitulava a dança da sucessão. Nessa direção, reportagem de revista publicada nesse período, assim registrava:

Na sexta-feira da semana passada, o Ibope, o Gallup e o Datafolha divulgaram uma nova rodada de estatísticas, na qual o panorama da corrida presidencial permanece, em linhas gerais, igual às pesquisas anteriores. O candidato Fernando Collor de Mello mantém-se num folgado primeiro lugar, com mais de 40% das preferências nos três levantamentos. Seu concorrente mais próximo, Leonel Brizola, do PDT, encontra-se a uma boa distância – em torno de 14% das intenções de voto. Os demais candidatos participam de um minueto em terceiro lugar, que às vezes é de Paulo Maluf, às vezes é de Mário Covas, Lula e Maluf (REVISTA VEJA, 1989, p 30).

Apesar dos números das pesquisas terem sido muito questionados, de forma geral, o panorama era favorável àquele que se colocava em oposição à administração federal. O sentido apreendido era de que o governo de Sarney era representativo da estagnação econômica, da fragilidade política e da falta de apoio para medidas que demandassem maiores sacrifícios da população, esta já insatisfeita com a situação do país, que alcançava altos índices de custo de vida, como se verificou no tópico que tratou dos planos econômicos desenvolvidos ao longo do comando de Sarney da máquina administrativa. Recebendo ataques dos candidatos, não tendo apoio de sua base aliada, o governo encontrou no ano de 1989, sua mais profunda crise política. Ao final da administração, constatava-se o isolamento do Presidente, o que foi se tornando evidente nos corredores do Planalto.

Da transição à posse inesperada, e de constitucionalidade sob suspeição, por apoio dos militares, o Presidente José Sarney assume o governo, em 1985, em crise decorrente de altos índices inflacionários e pesada situação em relação ao pagamento da dívida externa do país. Passa a experimentar, em 1986, alguns meses de sucesso e popularidade com o Plano Cruzado; após, seu fracasso pela falta de medidas que deveriam ser tomadas para corrigir os rumos e garantir a estabilidade econômica. Toda essa conjuntura desencadeou instabilidades que, ao final do governo, no ano de 1989, produziram uma grave crise política, que se

arrastou até as eleições presidenciais. A situação não chegou de antecipação ao pleito eleitoral, mas ensejou uma grande adversidade para o então Presidente. Em face dessa conjuntura desfavorável, surtiram efeito aqueles que apelaram para um discurso “*anti status quo*”, na formação discursiva de “povo”, como se verificou durante a campanha eleitoral, principalmente entre os disputantes Fernando Collor de Mello e Luís Inácio Lula da Silva, os quais se firmaram durante embate pela presidência. O próximo tópico trata de considerações sobre essa etapa, em conformidade com o analisado.

2.6 Considerações

O governo de José Sarney foi construído sobre uma aliança que se constituiu naquilo que se considera uma conciliação pelo alto, ou seja, num acordo político entre forças de oposição moderadas e integrantes do regime militar. A finalidade dessa forma de condução da transição moldou a eleição no colégio eleitoral que deu a vitória a Tancredo de Almeida Neves. Da mesma forma, após a sua morte, possibilitou a ascensão do Vice-Presidente José Sarney ao comando maior.

Sob outra perspectiva, o apoio de setores militares à posse de Sarney foi algo emblemático, sendo a atuação daquele que teria sido seu Ministro do Exército decisiva para este desfecho. O país, além disso, vivia uma espécie de democracia tutelada, em que a sombra do regime anterior ainda pairava; era o temor de que uma oposição mais radical programasse uma “caça às bruxas”, ou algo parecido. Em países vizinhos, comissões de direitos humanos, julgamentos de presidentes e militares, traziam preocupações às casernas.

Havia certa antipatia à figura do presidente Sarney, no que se referia à sua origem, ou seja, como ex-integrante da linha de frente do regime anterior. Da mesma forma que, se fosse seguido ordinariamente o que determinava a Constituição Federal vigente de 1967, quem deveria assumir o cargo de Presidente da República, em face da morte de Tancredo, que não tomou posse, seria o Presidente da Câmara de Deputados, Ulysses Guimarães. Contudo, o deputado era um dos maiores desafetos do militares, à época, por sua oposição veemente ao regime. Assim, não tinha apoio suficiente para garantir a estabilidade de uma posse tranquila de um civil no cargo.

A herança da administração do último governo militar não era das mais gloriosas: inflação alta, estagnação econômica e grande endividamento externo, somados a uma conjuntura internacional desfavorável de quebras, na América Latina, como a moratória da dívida mexicana. O governo civil tomou posse envolto em grandes expectativas e temores; um ministério de conciliação nacional, montado por Tancredo e gerido por Sarney. Na economia, o sobrinho de Tancredo, Francisco Dornelles, seguindo uma receita tradicional, somente podia assistir aos índices inflacionários dispararem. Mudou-se o comando da economia, assumiu Dílson Funaro, que, com o apoio de economistas de relevo, elaborou um plano ousado. Embora tendo dúvidas, sem muito preparo, o presidente Sarney, necessitando de apoio político, lançou mão dessa cartada: adveio, então, o Plano Cruzado. A política econômica apresentava resultados exuberantes que projetavam a popularidade de Sarney, ao mesmo tempo em que inflava as expectativas e criava grandes frustrações na população, quando não alcançava o paraíso almejado.

Como se vivenciasse uma fantasia, o governo continuava à procura do elo perdido; seguiam-se sucessivas trocas de ministros da área econômica e de planos, todos infrutíferos. A causa disso era a falta de suporte político, uma vez que para garantir apoio à sua manutenção, Sarney cedeu aos supostos aliados, concedendo obras e realizando gastos. Como se não bastasse a situação econômica desfavorável, com o país atravessando um processo de transformação política através do Congresso Constitucional, o Presidente abriu nova frente de conflito com os trabalhos da Constituição de 1988. Mais uma vez, o próprio Presidente trazia para sua administração outra fonte de oposição, alimentando as articulações de sentidos contra o seu governo.

No ano de 1989, programada a primeira eleição direta ao cargo de Presidente da República, no último ano do longo mandato de cinco anos de Sarney, sua administração se arrastava carregada de desgastes, pelos insucessos econômicos, pela fragilidade política de sua sustentação e pela impopularidade alcançada. Num clima dramático, a população aguardava as eleições para colocar um término naquela administração já inoperante. Tal situação somente poderia servir de base para alimentar os discursos contra o *status quo*, o que realmente ocorreu, dando destaque àqueles que tiveram essa postura. Quanto àqueles que não conseguiram se desvincular, o governo resultou solapado em suas pretensões.

Tem-se que o governo de Sarney apresentou grande significado aos discursos dos principais disputantes, Collor e Lula, como se verá nos capítulos que seguem, nesta proposta de pesquisa.

Capítulo III - O Discurso de Povo de Collor

3.1 Considerações preliminares

O presente capítulo traz uma análise do discurso de construção de povo de Fernando Collor de Mello, desenvolvido no período compreendido pela campanha eleitoral de 1989, à Presidência da República. A construção discursiva tinha a pretensão de produzir um projeto de Brasil novo, ou seja, se propunha a mudanças no “*status quo*” vigente, elaborada de forma antagônica em relação à forma de condução da aliança que governava o país, naquela oportunidade, e distante do proposto por seu principal concorrente, o líder sindical Luís Inácio Lula da Silva.

Objetiva-se, aqui, encontrar os pontos destacados do discurso de Collor, dentro da perspectiva discursiva da teoria do discurso ensejada por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, conforme já desenvolvida no capítulo anterior, tendo por base a categoria de “povo” construída discursivamente. Alicerçados nessa concepção teórica e na ideia de populismo desenvolvida por teóricos na Europa, que trabalha acentuadamente a categoria “povo”, deve-se sublinhá-la para que o leitor possa verificar como se processou sua construção.

A concepção de discurso assinalada, neste capítulo, procura reconstruir o que foi apresentado por Fernando Collor, durante o embate eleitoral de 1989, quando da eleição à Presidência da República, nos dois turnos de votação. Trata-se da postura do candidato que desenvolveu num cenário político a forma de interação com o público, pela mídia televisiva, o comportamento que procurou introjetar na população, um sentimento especial que sensibilizasse o eleitor. O candidato Collor, naquele momento buscava um sentido, uma identificação com seu “povo”, ao mesmo tempo em que procurava um distanciamento dos concorrentes. Isso ocorreu num primeiro estágio da eleição.

Após a reconhecida vitória, no primeiro turno da eleição presidencial, em que sua proposta foi aceita por um percentual importante da população, o discurso de Collor voltou a se concentrar contra o seu oponente, Lula. Nesse segundo estágio do processo, que visava à obtenção do poder, uma nova linha de argumentos é proposta com o escopo de sobrepor vantagens ao “povo”, com a confirmação de seu nome à Presidência da República.

Encontrar-se-á nesse capítulo, um discurso que se propõe ser a “voz dos inconformados”, segundo Collor, ao mesmo tempo em que destaca, no seu conteúdo, um sentido moral, como: “declararei guerra à corrupção”. Apresenta, também, um sentido que se destaca na preocupação nacional com o social, quando também faz referências à distribuição da riqueza que se faz necessária no cenário brasileiro. No terceiro aspecto, aborda um sentido econômico, com reformas que são imprescindíveis à gestão do país, além de sua ligação com a vida do eleitor. Ainda se refere a um quarto sentido administrativo, que visa apresentar alterações no serviço público, quando aborda deformação do setor, oriunda da usurpação e da transação com o bem público em proveito particular, o que pretende mudar radicalmente. Esses são sentidos gerais esboçados e apresentados, conforme veremos.

A construção discursiva de Collor, desenvolvida ao longo do processo eleitoral, estimava abarcar demandas da sociedade, inseridas num contexto de descontentamentos com a inflação galopante, com problemas setoriais da indústria, da educação, da saúde e da segurança pública. Todas essas, demandas amplamente disseminadas na sociedade brasileira, carente de soluções, que não foram apresentadas ou não foram correspondidas pela aliança de sustentação da estrutura de poder que foi constituída, após a eleição no colégio eleitoral de Tancredo Neves, seguida pelo seu sucessor José Sarney, em decorrência da morte do primeiro.

O discurso firmado por Collor e analisado neste capítulo, apresenta uma contraposição à base estruturada de poder, representada na época pela aliança entre o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e Partido da Frente Liberal (PFL). O suporte discursivo se estruturou com base nos malfadados planos econômicos que não obtiveram êxito, nos escândalos de corrupção denunciados na mídia, os quais encetaram uma formação discursiva que procurou sentido junto às demandas latentes da população. Desse modo, demandas por educação, emprego, saúde pública, assistência social existentes na objetividade social, e não atendidas pelo governo em exercício, tornaram-se terreno fértil à proposta do “nós” contra “eles”.

As construções discursivas apresentadas, neste capítulo, envolveram a formação de sentidos que abrangeram conceitos firmados no primeiro turno da eleição, tendo se construído, também, frente aos seus principais adversários. De

mais a mais, procurando se destacar, o discurso de Collor pretende ser o novo no cenário político, transmitir segurança ao eleitor e ser o apóstolo da mudança tão desejada pela população, insatisfeita com as ações administrativas.

No segundo turno da eleição presidencial, o antagonismo se tornou evidenciado. O Partido dos Trabalhadores, e seu candidato Luís Inácio, tornaram-se o centro das atenções do discurso de Collor. Conforme expresso nos seus pronunciamentos, Lula seria representante do que vinha sendo denominado, à época, de esquerda atrasada. No período em evidência, final da década de 1980, e início dos anos noventa, a esquerda latino-americana era considerada desatualizada e desvinculada das grandes mudanças por que o mundo passava. Novos sentidos foram construídos.

Com a disputa acirrada, havia imputações de radicalismo, corrupção, atraso de concepções, incoerência comportamental, falta de patriotismo e irresponsabilidade na condição do trato da coisa pública, que poderia levar ao caos. Foram estes os argumentos utilizados nos programas e debates, por Collor, em relação ao oponente e seus apoiadores, na busca de obter um discurso que se identificasse com o eleitorado e sinalizasse o apoio às propostas apresentadas no horário político eleitoral.

O enfoque foi notadamente atribuído principalmente após a queda do “Muro de Berlim”, em 1989, quando se acentuava um discurso do fim da dicotomia esquerda e direita. Na época, o mundo político e a geopolítica internacional sofreram profundas alterações. Estas foram assinaladas pelo processo de decadência da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que ensejou uma crise nas propostas socialistas mais radicais. Alguns intelectuais falavam no fim da história e na vitória do capitalismo sobre o socialismo.

Com foco nas questões acima apresentadas, procurou-se analisar e demonstrar o esforço de Collor, na construção de seu discurso de constituição de “povo”. Isso pode ser percebido na concepção teórica já esboçada no primeiro capítulo, sobre discurso e a constituição de “povo”. Nessa perspectiva, com a finalidade de detectar os elementos que estruturaram o discurso de Collor, quais os sentidos que foram trabalhados, subsidiamo-nos dos pronunciamentos realizados durante o horário político eleitoral. Os substratos das exposições públicas apresentadas em programas de televisão, tendo como mecanismos de veiculação

uma rede nacional, firmaram a proposta ao “povo brasileiro”, intitulada “Um Brasil Novo”.

De outro ponto de vista, o contexto da formação discursiva de Collor, baseado na frágil estrutura de poder do Governo Sarney, com acentuada crise de representação política, deu origem aos sentidos que passaram a ser enunciados pelo candidato, no primeiro turno da eleição. A construção dos seus adversários e o distanciamento proposto esteve a fim de obter um sentido. Esse objetivo, com enfoque na obtenção de uma hegemonia, de uma consolidação, de uma ordem que se impunha, apresenta destaque nesta análise. Por fim, far-se-á uma análise desse discurso, além de considerações que deverão concluir o presente capítulo.

3.2 A Formatação do Programa Eleitoral de Collor

Deflagrada a campanha eleitoral, em junho de 1989, o horário político permitido por Lei, em espaço na mídia televisiva, foi utilizado pelas máquinas dos partidos políticos. A exposição discursiva teve início com apresentação de uma proposta inovadora, elaborada a partir do destacado *marketing* do candidato Fernando Collor. A utilização de recursos visuais gráficos, como vinhetas especialmente elaboradas para a campanha, no processo de exposição na televisão, foi operada com a finalidade de demonstrar uma nova liderança. Os valores da modernidade e a sintonia com a contemporaneidade chamaram a atenção dos espectadores.

O programa de Collor, apresentado no horário político eleitoral, buscou, além de se apresentar como moderno, valorizar símbolos da cultura nacional e da religiosidade da população. Esse fator é muito considerado entre os instrumentos de aproximação com o eleitorado, principalmente nas regiões norte e nordeste do país, onde a espiritualização e o culto arrastam grandes segmentos da população, em procissões de adoração. Para termos uma ideia, o programa político que abriu a campanha do candidato à Presidência, começou com a exposição de Fernando Collor realizando um pronunciamento do Monte Pascoal, na Bahia. Essa aparição, junto a uma cruz de madeira, que segundo registros históricos, no local teria ocorrido a primeira missa católica/romana no Brasil, apresenta um indício do simbolismo religioso da exposição.

Tal fator simbólico está relacionado com a compreensão de “povo” do candidato, apresentada na campanha. A ligação se justifica na medida em que, segundo o Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), acentuada parcela da população brasileira se intitula cristã. A fé, em especial, o catolicismo, é algo bastante destacado nos programas ao longo da campanha que prosseguiu no primeiro e segundo turnos da eleição presidencial de 1989. Em diversas oportunidades, o candidato acentua o seu lado espiritual e a sua crença, inclusive com aparições públicas junto a cultos religiosos cristãos. Esse aspecto fica demonstrado, por exemplo, na busca de bênção de religioso muito querido na região nordeste do país, o conhecido Frei Damião, já falecido. A mensagem passada é clara: o candidato era um homem de fé.

No que se refere ainda à ideia do moderno, foi trabalhada na abertura do programa de Collor, a arte gráfica. Naquela época, os recursos visuais bastante ousados e modernos, apontavam para o futuro. A utilização dos dois “LL”, do seu patronímico familiar, teve um destaque especial. Destacados nesse contexto, foram apresentados como uma logomarca, surgindo como instrumentos que indicavam os rumos das propostas e mensagens de Collor.

A vinheta inicial, apresentada nos programas do primeiro turno da eleição, e os “LL” derrubavam barreiras, que seriam problemas (demandas) que afligiam os brasileiros. Dentre as questões, destacava a escola, o transporte, a casa, a saúde e o emprego, problemas prementes de soluções. Após derrubarem essas barreiras, no término, os dois “LL” se colocavam em pé entre “CO” e “OR”, dando ênfase ao sobrenome do candidato “COLLOR”. Notadamente, este era apresentado como a solução para as questões que afligiam o eleitorado, essas tidas como prioridades. A mensagem subliminar assinalada era de superação e capacidade do líder.

A mesma técnica gráfica, utilizando os “LL” do patronímico familiar do candidato Collor, também foi usada no segundo turno da eleição presidencial de 1989. No primeiro turno, eles apareciam derrubando barreiras; no segundo turno, os programas apresentavam, na abertura, os “LL” inclinados sobre trilhos, como um trem-bala, que ao final se colocava em pé entre “CO” e “O” “O”, formando novamente o sobrenome “COLLOR”. A ideia que se procurava transmitir era de arrojo, modernidade de futuro, à percepção daquele que assistia ao programa. A mensagem que resultava era a do líder que conduziria o Brasil ao primeiro mundo, ou àquilo que o candidato acreditava ser esse conceito.

Na formatação do programa, na época, era permitida a utilização de entrevistas com eleitores, o que foi muito utilizado. Desse modo, o popular seria abordado por entrevistadores demonstrando o apreço pelo candidato Collor. As regiões muito pobres de Alagoas foram apresentadas, e seus moradores demonstravam estima ao seu ex-governador. O visual e as imagens do país, o seu aspecto continental era apresentado liricamente, como um “povo”, várias culturas, de norte ao sul, uma grande nação. A presença do candidato em comícios, realizando sua oratória ao “povo”, a vibração, as bandeiras da campanha, as camisetas com logotipo de Collor, apareciam no vídeo, procurando demonstrar sua popularidade.

O depoimento de personalidades a favor da candidatura, também foi algo utilizado no programa, ainda no primeiro turno. O apoio de Sara Kubitschek e de sua filha, a deputada Márcia Kubitschek, também foram veiculados no horário político. Nessa forma de condução, procurava o *marketing* político relacionar Collor com a mística do ex-presidente Juscelino Kubitschek, de saudosa memória para alguns segmentos, por seu perfil de dinamismo, com o qual procurou caracterizar o seu governo. A ideia era a de associar Collor à imagem de Juscelino, pois este último teria demonstrado a possibilidade de superação pela busca do desenvolvimento, num período que marcou a história nacional pelos símbolos produzidos, dentre estes, a indústria automobilística e a construção de Brasília, no planalto central.

Os cenários do programa para as aparições solo do candidato contavam com cores claras, boa iluminação e um monitor de computador ao fundo; isto, em 1989, procurava demonstrar o quão moderna era a apresentação. Verifica-se, nesta disposição, mais uma clareza do conceito da candidatura de Collor: a modernidade como evidência, moldagem esta que transpassa toda a campanha. Ao mesmo tempo em que patrocinava o tradicional, comícios públicos com grande concentração de pessoas e imagens dessas multidões, surgia a utilização de veículos nas famosas carreatas que foram realizadas em diversas cidades do país. O candidato era apresentado, também, tanto nas grandes áreas urbanas como no campo, algumas vezes na garupa de um motociclista, e outras, na carona de um trator ou de uma máquina agrícola. Por vezes, aparecia na porta de fábricas, com operários, e em outras, no meio de agricultores, falando sobre suas propostas para o campo.

A imagem pessoal do candidato na tela era algo destacável. Na busca de uma aproximação com o eleitorado, em especial com os mais humildes, apresentava uma certa informalidade na sua vestimenta. Nessa formatação, o programa trazia um

Collor descontraído e jovial, com camisas de manga curta, tanto em aparições no vídeo, sozinho, como acompanhado de populares.

No que se refere a esse aspecto, a forma de vestir, verificam-se modificações ao longo dos programas. No primeiro turno da eleição, há uma nítida preferência pela informalidade. O candidato do “povo”, aquele que luta contra os poderosos, os marajás, o homem de coragem que não teme os agressores, os quais podem inclusive atentar contra sua própria vida. Outro aspecto denotado: as injustiças, as calúnias proferidas por seus detratores, das quais teria sido vítima e poderia continuar sendo ao longo do processo que se estabeleceu, não eram mencionadas pelo candidato. Conforme o andar da campanha, alterações na forma de apresentação de Collor podiam ser notadas. Nos debates e nas aparições do segundo turno, nos programas na televisão, o candidato encontrava-se mais formal. Vestindo ternos bem cortados e gravatas de cores sóbrias, procurava não só assinalar a imagem de homem do “povo”, mas também destacar sua capacidade de governar. Surgia, então, o Collor estadista, acima das questões locais; seu currículo era destacado, assim como sua experiência administrativa na Prefeitura de Maceió e na condição de governador de Alagoas.

A capacidade de administração destacada procurava acentuar a confiança dos eleitores de que teriam um Presidente que saberia tomar decisões de extrema importância para a vida do “povo”. Nos pronunciamentos, na televisão, a formalidade de Collor sinalizava a imagem de seriedade, firmeza e competência. Nessa etapa, ocorriam inserções de imagens de Collor com líderes mundiais, como a ex-primeira ministra britânica Margaret Thatcher, o ex-presidente norte-americano Ronald Reagan e o Papa João Paulo II. Estes contatos demonstrariam a capacidade de articulação do candidato, que o seu oponente não teria.

Embora o programa de Collor, na televisão, tenha dado destaque ao “povo”, tendo este como “os verdadeiros artistas”, em oposição ao programa do seu principal adversário, sua proposta não abortava a participação da classe artística. Nesse sentido, foi apresentado depoimento da atriz Ísis de Oliveira sobre a candidatura de Collor, referindo-se a ele como um homem de “pulso firme” que o Brasil precisava. As aparições de humoristas prestando apoio também puderam ser vistas em curtas inserções. Apoio explícito em matérias de certa composição jornalística e em comícios, de parte da atriz Cláudia Raia, também foi apresentado,

assim como a cantora Simone Bittencourt de Oliveira pôde ser vista cantando em comício a música tema da campanha.

No programa de televisão de Collor, não faltaram inserções de trechos de falas e imagens de adversários. O fato é que era permitida pela legislação da época tal utilização. A edição dos programas do candidato muitas vezes selecionava depoimentos, entrevistas e trechos de falas de adversários, oportunidades em que eram assinaladas as incoerências e distorções entre oponentes. Assim, trechos de declarações e agressões entre candidatos eram utilizados, como nos primeiros debates, nas participações de Leonel Brizola e Ronaldo Caiado. Da mesma forma, entre Brizola e Paulo Maluf; depoimentos de Brizola, em entrevistas sobre a capacidade de Luís Inácio Lula da Silva para governar; do mesmo Brizola, sobre a integridade do candidato à vice-presidência de Lula, o senador José Paulo Bisol.

Fazendo paralelo entre as pessoas, o programa de Collor apresentava o candidato a vice-presidente, Itamar Franco. Seu currículo como favorável aos pobres e de conduta ilibada propiciava sua participação na chapa do “povo”. A dignidade e coerência seriam a marca de Itamar, que experiente, já fora prefeito da cidade mineira de Juiz de Fora, por duas vezes; sendo senador da República, teria apresentado projeto contra a Lei da Denúncia Vazia. Tal lei possibilitava ao locador retirar o locatário sem motivo justificado. A edição do programa informava ao eleitor que Itamar teria conduzido o processo de apuração de irregularidades no governo em exercício, à época, de José Sarney.

Pronunciamentos do candidato Collor denotavam sua contrariedade ao governo em exercício, a inabilidade no trato das questões econômicas. Tanto Collor, como o narrador do programa, insinuavam que teria havido uma perseguição de parte da administração de Sarney, em relação ao Governo do Estado de Alagoas e ao próprio candidato à Presidência, Fernando Collor. Este fez veladas acusações de corrupção à administração e, em entrevista, afirmou a falta de articulação do governo.

Os recursos gráficos também foram ilustrativos no segundo turno da campanha, quando as posições se tornaram mais antagônicas, entre as propostas de governabilidade. Nessa etapa, o programa de Collor deu ênfase ao hino e à bandeira brasileira. Procurou explorar, com imagens que ora descoloriam a bandeira do Brasil, tornando-a totalmente branca, o que simbolizava a paz que o candidato Collor buscava, em contraste com a proposta que o conceito do programa propunha,

de um Lula do caos, que seria proveniente de uma concepção ideológica de origem marxista. Nessa ideia, estaria a tomada do poder pelo proletariado, a estatização dos meios de produção, o fim da liberdade. Em outros momentos, a bandeira do Brasil era apresentada descolorindo-se e tornando-se vermelha, a cor que representava o comunismo e tudo que implicaria nessa assunção ideológica.

A adesão à candidatura de Collor era ilustrada por imagens comoventes, com cenários e pessoas mostrados em preto e branco, quando em determinado momento estas passavam a se tocar e ficavam coloridas (colloridas), assim como os cenários que estavam expostos. A ideia transmitida era da luz e das cores que chegavam à vida dos eleitores, através da adesão às propostas do candidato que conduzia todos a um patamar de felicidade, não antes atingido, visto que tudo estava em preto e branco e agora as cores traziam um novo olhar para o mundo. A beleza surgia como uma magia, com o toque entre as pessoas.

Durante essa fase mais abrupta da campanha, a programação de televisão passou a apresentar imagens de administrações do Partido dos Trabalhadores. Começou a dar ênfase à administração da Prefeitura de São Paulo, no período administrado por Luiza Erundina, pertencente aos quadros do citado partido. Todas as eventuais falhas em sua administração foram destacadas. A associação ao então candidato Lula era inevitável, com o propósito de demonstrar incoerências do opositor. O narrador do programa assim se referia: “a opressão desse pessoal”, seguido do depoimento de uma servidora da Prefeitura, supostamente demitida por não querer assinar ficha de adesão ao Partido dos Trabalhadores. A apresentação de imagens de filas em postos de saúde, tarifas de ônibus, reivindicações por salários de funcionários públicos municipais da capital paulista, tudo isso acompanhado pelos comentários do narrador: “a incompetência desse pessoal”.

Na guerra entre produções, o programa de Collor utilizava-se do próprio candidato, com recortes de entrevistas dadas em redes de televisão aberta, como a realizada por Collor ao jornalista Ferreira Neto, na Rede Record, na qual reafirma posições sobre Lula e a proposta de governo do Partido dos Trabalhadores, relacionando com a esquerda superada da Cortina de Ferro, com a violência, o racismo e o nazismo dos correligionários do opositor. Em muitos momentos, o narrador do programa de Collor se refere à “violência desse pessoal”, ao “nazismo desse pessoal”. Surgem, nessa etapa, imagens onde símbolos do Partidos dos

Trabalhadores são usados para ilustrar o antagonismo, seguidas pelas palavras do narrador: “quem conhece o PT não vota no PT”.

A desconstituição do adversário, no segundo turno, chegou a apelações que envolviam as condições pessoais e a ética do candidato, munidas de argumentos fornecidos em uma entrevista realizada ao Jornal do Brasil, antes do início da campanha, em que a ex-companheira de Lula, Míriam Cordeiro, fazia acusações de abandono e desamparo de parte do ex-companheiro, em relação à filha do casal. O argumento foi levado em depoimento gravado e veiculado no horário político em rede nacional, quando a denunciante afirmava que Lula teria supostamente proposto que Míriam fizesse um aborto, e mais, que ele não cumpria com suas obrigações de pai, deixando de prestar assistência material e emocional à menina, tendo relatado, ainda, que Lula teria aversão a negros, apresentando, assim, um comportamento racista.

Em contraposição ao adversário do segundo turno, a campanha de Collor na televisão, apresentava o candidato quase sempre acompanhado da esposa, seja nos comícios públicos, seja nas carreatas, algumas vezes também se fazendo acompanhar dos filhos. A formatação do programa dava ênfase ao Collor familiar e religioso. Já no segundo turno da campanha, verifica-se mudança tanto na apresentação de Collor como na de seu adversário. Com a aproximação do adversário, nas pesquisas, a mudança de rumos do programa ficou evidenciada: ataques pessoais e a inserção do “medo” *versus* “garantias” se destacavam

Desse modo, o programa de Collor mais acusatório e direto propõe ao eleitor que a eleição de Lula e do seu discurso representariam graves prejuízos à estabilidade da nação. Os reflexos de uma eventual eleição do rival seriam negativos para a economia do país, para sua credibilidade e resultariam em consequências que seriam sentidas pelos mais pobres. De outro lado, o discurso de Collor reafirmava, ainda, a péssima situação a que o país estaria sujeito, se cumprisse as propostas de suspensão de pagamentos da dívida externa, o não pagamento da dívida interna, desapropriações generalizadas para a reforma agrária, desapropriações em áreas urbanas e demais receitas de um socialismo radical.

Apresentando-se como a solução mais viável, o candidato Collor afirmava-se descomprometido com alianças de ocasião, dizendo-se livre de amarras que não o vinculariam, por exemplo, como no caso de seu oponente, em que as alianças induziriam à necessidade de repartição do poder. Essa situação o “povo” estaria a

repudiar, uma vez que tal já vinha ocorrendo no governo do Partido da Mobilização Democrática Brasileira (PMDB), comandado por Sarney e aliados.

Nesse contexto, a proposta discursiva de Collor foi se construindo ao longo da campanha, programa após programa, quando sentidos foram sendo construídos, o que passamos a analisar nos próximos tópicos deste capítulo.

3.3 Os Sentidos Gerais Enunciados no Discurso de Collor

Durante a campanha eleitoral, no espaço compreendido entre o primeiro e o segundo turnos da eleição presidencial, ou seja, de junho a dezembro de 1989, foram apresentados, pelo candidato Collor, sentidos que podem ser percebidos no seu conjunto. Os significados podem ser detectados nas proposições discursivas apresentadas, considerando-se esses sentidos como sendo percebidos durante toda a elaboração do discurso de Collor. Denominam-se esses sentidos de gerais, porque podem ser vistos ao longo de toda a apresentação discursiva trabalhada no horário político, assim como em debates que realizou com seus adversários, nos dois turnos da eleição.

Alguns sentidos visavam abarcar demandas dispersas no seu eleitorado, bem como alcançar o máximo de posições existentes no âmbito da objetividade social. O escopo era trabalhar um discurso que se configurasse hegemônico. Para tanto, concentrou-se em demandas que atraíssem desde muito tempo, como o apelo à moralidade, que envolve aspectos éticos. Essa evocação não é novidade em campanhas eleitorais, são sentidos que notadamente são desenvolvidos. Historicamente, a União Democrática Nacional (UDN), através de um dos seus grandes quadros, Carlos Lacerda, era pródiga em levantar escândalos de corrupção e usá-los contra os adversários. Também, coincidentemente, na última eleição para Presidente da República, de forma direta, em 1961, o candidato vencedor se propôs acabar/varrer a corrupção no Brasil e obteve grande êxito nessa construção de sentido discursivo.

O aspecto social, de há muito tempo vinha sendo ressaltado no país; significativamente, o Brasil era uma nação com grandes desigualdades sociais. Firmou-se como algo imprescindível a necessidade de políticas públicas que apresentassem soluções para a questão. Desde a campanha para a eleição indireta de Tancredo Neves à Presidência da República, a política brasileira enfrentava essa

demanda como relevante. O grande abismo social entre ricos e pobres, os números seguidamente publicados em boletins governamentais demandaram do candidato Collor manifestações que chamaram para si o compromisso de priorizar os mais necessitados.

No capítulo anterior, ressaltou-se a conjuntura do Brasil em 1989, em que o aspecto econômico demonstrava uma grave crise. Essa instabilidade conduzia a profundas desconfiâncias que aprofundavam debilidades institucionais. Nesse sentido, alteração monetária realizada, congelamentos de preços e salários, aumento de juros e a famosa ciranda financeira (especulação através de aplicações de curto prazo no mercado com altos rendimentos), incitavam à paralisia de investimentos no país, consequentes da falta de confiança dos capitalizados. O candidato Collor, confiante na sua trajetória e com o respaldo popular, afirmou-se capaz de resolver os entraves à estabilidade econômica do país.

Em tal grau, foram sendo construídos sentidos que foram utilizados com o escopo de constituir um ponto de ligação (ponto nodal na categoria de análise discursiva elencada por Laclau). Nessa elaboração, durante a campanha, pôde-se aferir a construção de um **sentido de moralidade**, bastante afetado por ondas de denúncias sobre corrupção, empreguismo, mordomias desfrutadas pelo governo federal. Para atender a essa demanda, o candidato procurou se apresentar como apto a mudar a condução dos negócios públicos. A corrupção foi destacada como um dos males do país que precisava ser extirpado, quando o candidato assim se referia: “aqueles que se aproveitam do povo brasileiro”.

Há uma preocupação de Collor de descolar do governo Sarney. No primeiro programa de candidato, a narradora já alertava para as desavenças entre ele e o Governo Sarney, da seguinte forma: “[...] no próximo programa iremos falar sobre a covarde perseguição do governo Sarney contra o governo de Fernando Collor em Alagoas”. A intenção era não se contaminar com a aliança de poder que prestava sustentação ao governo. Nessa linha, os ataques à moralidade da administração se tornaram ponto importante na distinção com a ordem existente. Os discursos proferidos pelo candidato, em 12 de julho de 1989, destacavam a necessidade de uma reconstrução moral; para tanto, assim proferiu:

Eleito Presidente da República, o meu primeiro compromisso será declarar guerra de forma permanente, obstinada e sem tréguas, aos dois piores males que infelicitam a Nação, desvirtuam a cidadania e afrontam o nosso patriotismo: a inflação e a corrupção, representada pela deterioração dos costumes, que graça em todo o país, paralisado pela descrença ante a impunidade que protege os que fraudam o fisco, se apropriam do dinheiro público e especulam com o poder do Estado (COLLOR, 1989, Discurso - Convenção do PRN).

Tem-se, aqui, um claro pronunciamento de aspecto moral, que tem por destinatário o governo, que responde pela fiscalização na arrecadação de tributos. Na declaração de Collor, percebe-se a existência de uma suposta conivência da administração com sonegadores. Essa negligência do Estado pode ser percebida como um ato de corrupção, pela inação que privilegia os que se aproveitam de recursos que deveriam ser destinados à população. O governo que vigia precisava de um governante probo e honrado, qualidades essas assim destacadas por Collor:

A probidade, a honradez pessoal, o equilíbrio, a serenidade, o devotamento às causas coletivas, a inteireza de caráter e a retidão moral no trato da coisa pública serão requisitos indispensáveis a todos os que participarem de meu governo. Serei inflexível com a impostura e intolerante com a desídia. Proclamo, solenemente, que aqueles que trabalham e se devotam ao serviço público com eficiência e operosidade, não têm o que temer (COLLOR, 1989, Discurso - Convenção do PRN).

Mais uma vez percebe-se um sentido de moralidade expresso pelo candidato que transpassa toda sua campanha. O aspecto individual de probidade e o devotamento à causa pública eram valores passados aos eleitores, associados à sua coragem pessoal para enfrentar os marajás de Alagoas, ou seja, funcionários públicos que perceberiam altos salários em razão de benefícios concedidos por governos anteriores ao de Collor, como governador daquela unidade da federação. Tratava-se da coragem para enfrentar o que fosse preciso para atender os interesses do “povo”. Para demonstrar esse destemor, o próprio Collor se pronunciou no seu programa, falando do alto da sacada de um prédio, no interior do Estado de Alagoas:

Foi aqui nesse município e desta sacada na campanha para Governador, em 1986, que foi registrada uma das cenas mais dramáticas de todo aquele período eleitoral. Ao chegar na entrada de Limoeiro de Aradir, fui avisado por companheiros e por amigos de que corria risco de vida se eu aqui chegasse e realizasse uma caminhada prevista para aquele dia (PROGRAMA DE COLLOR – DVD 1 – inserção diurna).

Em seguida, o programa de Collor remetia a 1986, quando o candidato discursava sobre a mesma sacada, de onde falara minutos antes, com braços erguidos e tom veemente, afirmando a sua coragem de enfrentar os poderosos, um sentido que transpassa toda a campanha do candidato, tanto no primeiro como no segundo turnos. Nessa direção, em discurso inflamado, Collor dirige-se a uma multidão na cidade já mencionada:

Me avisaram que se eu chegasse aqui, capangas armados, pistoleiros iriam atentar contra a minha vida. Pois bem, aqui me coloco contra as balas assassinas daqueles que querem calar a minha voz (PROGRAMA DE COLLOR – DVD 1 – inserção diurna).

A demonstração de coragem, da capacidade de enfrentamento aos poderosos era levada ao extremo. Como se verifica, segundo o discurso de Collor, para enfrentar o “poder” daqueles que eram contra o “povo”, seria capaz de sacrificar a própria vida. Um ato de coragem extrema, que o eleitor era conduzido a avaliar. Na sua manifestação seguinte, fica implícita essa perspectiva apresentada:

Nós entramos assim mesmo e fizemos a caminhada que tínhamos que realizar, e depois da caminhada ainda ameaçados por pistoleiros, fizemos questão de realizar o comício, embora não programado: não havia caminhão, não havia palanque armado. Então, viemos aqui para este patamar, da casa do meu amigo José Valmir e fizemos aqui o nosso comício num dia chuvoso como o de hoje (PROGRAMA DE COLLOR – DVD 1 – inserção diurna).

A questão do enfrentamento e da coragem que Collor proclamava estava associada ao combate a que se propunha, ou seja, a uma cruzada moral contra os que na conjuntura da época estavam em destaque, em face das questões de ordem econômica e da crise política decorrente desta. Da mesma forma, quando Collor se pronunciava sobre a abrangência do que se referia como “marajás”, naqueles dias:

Minha gente, os marajás que eu falo são muitos, são marajás os especuladores, são marajás os sonegadores, são marajás os grileiros de terras, são marajás os corruptos (PROGRAMA ELEITORAL DE COLLOR – DVD II – 1º TURNO)

Outra questão que apela aos sentidos é a da sua **sensibilidade ao social**. Sem dúvida que havia um consenso no país, de que o abismo social entre os mais ricos e os pobres não poderia continuar, sob pena de afetar as pretensões

nacionalistas do Brasil, no cenário internacional. Uma população subnutrida, nos níveis de países que vivem em extrema miséria, não teria condições de competição num mundo globalizado. Tal anseio não foi esquecido no discurso de Collor, que enunciou a necessidade de políticas públicas para resgatar a parcela significativa de brasileiros desvalidos. O sentido do social, que tanto sensibilizava aqueles afetos ao interesse nacional, assim foi expresso por Collor, em seu discurso:

Temos que mobilizar nossas energias, temos que despertar a Nação num esforço coletivo e solidário, para pôr fim, de uma vez por todas, aos vexatórios índices de desemprego social que nos envergonham perante nossos irmãos e toda a comunidade internacional. A remoção dos impasses da dívida, o estancamento do déficit do setor público e a adoção de regras claras e estáveis na Economia são apenas pré-condições para pagarmos, de uma vez por todas, a dívida contraída com a cidadania, responsável pela marginalização econômica e social de quase dois terços da população brasileira (COLLOR, 1989, Discurso - Convenção do PRN).

A questão do social e os sentidos que implicam, denotam significados que vão desde a atenção aos que têm menos, até a capacidade de produzir esperanças, o que naturalmente se espera de um bom governante. Afirmativamente, Collor, no seu discurso, tornou incisiva essa preocupação, o que procurava demonstrar em suas declarações públicas:

É preciso dizer aqui e agora, dizermos juntos depois da vitória nas eleições de 15 de novembro, dizermos no dia da posse, e dizermos sempre durante todo o nosso governo, que não nos conformamos com a fome por que passam diariamente milhões de brasileiros. Não nos conformamos com a miséria, com a desnutrição e com a mortalidade infantil. Não nos conformamos com o analfabetismo. Não nos conformamos com as condições sub-humanas de habitação, de falta de saneamento básico, e com a precariedade dos transportes coletivos [...] (COLLOR, 1989, Discurso - Convenção do PRN).

Em meio à crise econômica grave que o país atravessava, o **sentido do econômico**, no período, a capacidade de apresentar soluções que garantissem o emprego, melhores salários e, aos agentes que atuavam nas relações de mercado, uma estabilidade, eram vistas com preocupação pelo eleitorado que experimentara muitas frustrações desde o advento do governo civil de José Sarney. Havia um descontrole nos preços de mercado, a taxa inflacionária assumia números elevadíssimos. Tudo isso gerava uma grande insegurança para investimentos, os recursos da população eram aplicados em cadernetas de poupança e outros

mecanismos de investimentos a médio e curto prazo. Constituiu-se o que se denominava, na época, de a “ciranda financeira”.

Sem investimentos produtivos, a lógica induz que as possibilidades de emprego tendem a encolher. Sem estes, o desânimo e a falta de perspectivas assumiam relevo, principalmente para os mais jovens. Canalizando esse sentimento, o candidato Collor se propunha inverter os rumos econômicos, sem alterar as regras de mercado e manter os rendimentos depositados nas cadernetas de poupança. A renovação e a competitividade da indústria nacional eram evidenciadas por Collor. Com a legitimidade de um presidente eleito pelo voto da população, o candidato acreditava ser possível realizar reformas e mudanças sem que fossem necessárias quebras contratuais. Nesse sentido, Collor afirmava a poupadores e credores a segurança no seu futuro governo:

Não vamos confrontar, por consequência, nem os credores externos, nem muito menos os internos. Por isso, é oportuno dizer mais uma vez, o que mais uma vez já afirmei: não quero, não pretendo e nem desejo brigar com o FMI. Mas estou disposto, sim, a brigar dentro do FMI. Esses dois passos, porém, são apenas instrumentos para a retomada da racionalidade do sistema econômico, a fim de que possamos, paralelamente, resgatar a mais grave, a mais desafiadora e a mais angustiante de todas as dívidas brasileiras – a dívida da cidadania (COLLOR, 1989, Discurso - Convenção do PRN).

O discurso de Collor, que realça as suas pretensões de hegemonizar suas posições políticas junto ao seu eleitorado, no campo dos sentidos, dentro de sua concepção procura estabelecer um marco próprio de confiança nos vários agentes do sistema de relações econômicas imperantes na sociedade brasileira. Nessa linha, construir uma reputação de confiabilidade no governante era tida como fundamental para possibilitar negociações, que deveriam ser realizadas pelo eventual eleito. Desse modo ainda preleciona o candidato:

E isto só será possível com a retomada do crescimento econômico, para que possamos gerar anualmente os quase 2 milhões de novos empregos de que necessitamos. Só assim evitaremos o espetáculo a que nos dois últimos anos, quando 200 mil jovens brasileiros emigraram, em busca de oportunidades no mercado de trabalho de outros países (COLLOR, 1989, Discurso - Convenção do PRN).

Como se verifica, há uma demonstração de interesse tanto pelos jovens sem perspectiva, como em relação ao desemprego, nos últimos anos da administração

da aliança representada pelo PMDB e pelo PFL, no governo capitaneado por Sarney, que, por isso, foi objeto de muitos ataques de parte do então candidato Collor de Mello. A forma com a qual o governo federal se apresentava à época, a gerência dos negócios públicos, gerava sentidos detectáveis, e nessa significação, **o administrativo** é trabalhado. A forma de apontar a deficiência nos serviços públicos foi bastante destacada por Collor.

Procurou, dessa maneira, canalizar um sentimento na população de profunda insatisfação com o cumprimento das demandas da sociedade por saúde, educação, saneamento e transporte. Por essa razão, propunha alterações não só nesses serviços como em outros de atribuição do Estado. Para tanto, seriam necessárias reformas na administração, que suprimissem atividades que não fossem de atribuição do governo, como bancos estatais, empresas públicas e autarquias, uma vez que esses órgãos eram identificados como cabides de emprego que pesavam na máquina pública. Somente os bons servidores deveriam permanecer nos serviços essenciais ao “povo”. A redução do Estado já era bastante difundida nos meios midiáticos, sendo apresentada como sucesso administrativo em países de primeiro mundo, expressão referida seguidamente pelo candidato Collor. Nesta esteira, mostra-se a manifestação abaixo:

Asseguro, no entanto, que serei extremamente rigoroso na defesa do patrimônio público, sobretudo das estatais brasileiras. Sob meu comando, aquelas que são produtivas e mantêm rentabilidade compatível com o **sentido de modernidade**, que vamos imprimir à administração, serão livres para a gerência eficiente de seus atos, para fixar salários a preços de mercado e definir sua própria política de investimentos. Privatizar não significa necessariamente transferir o patrimônio público para a propriedade privada (COLLOR, 1989, Discurso - Convenção do PRN).

Tem-se, na interlocução acima, alguns dos sentidos que foram expostos no programa de Collor: a crítica à forma de uso do patrimônio público, na gestão de Sarney; a forma como o governo vinha conduzindo as estatais, através de intervenções que estabeleciam controles de preços, o que, segundo o candidato, tratava-se de uso político da máquina, em prejuízo das próprias empresas e; a incompetência das administrações, que seriam reformuladas como uma nova dinâmica considerada moderna.

Os sentidos apreendidos acima foram detectados nos programas apresentados no horário político eleitoral, no espaço de tempo compreendido entre junho a dezembro de 1989. Como já foi assinalado, trata-se de manifestações do

candidato Collor, pronunciadas na sua campanha, detectadas no seu conjunto. São considerados sentidos gerais que transpassam os dois turnos da eleição, toda a campanha e o discurso proferido pelo candidato. A análise discursiva continua e, mais amiúde, vão ser analisados os sentidos emanados de Collor para o primeiro turno da eleição, no próximo tópico.

3.4 Os Sentidos de Collor no Primeiro Turno

Outros **sentidos** foram observados e desenvolvidos propriamente no **primeiro turno da eleição de 1989**, que procuraram estabelecer uma posição de contraposição aos demais concorrentes, uma vez que Collor se apresentava como o “novo”, no cenário político nacional. Além desse **sentido do novo**, o que o eleitorado de certa forma buscava, havia uma crise de representação, vista no capítulo que tratou da conjuntura em que se desenvolveu a eleição. A aliança sustentava o governo federal presidido por José Sarney e a sua conjuntura de ascensão accidental, em decorrência do falecimento do Presidente eleito no colégio eleitoral, Tancredo de Almeida Neves. Na condição de vice na chapa, Sarney, pela formação da aliança e por destinação constitucional veio assumir a Presidência da República, dando ensejo a um governo dividido entre o Partido do Movimento Democrático Brasileiro e o Partido da Frente Liberal.

Em fevereiro de 1986, a administração Sarney, através de elaboração de um plano econômico oriundo do Ministério da Fazenda, instituiu uma nova moeda, o Cruzado, e, com esta, uma série de medidas, entre as quais o congelamento de preços de bens e serviços, da taxa de câmbio e dos salários. Como vimos em capítulo anterior, essas medidas foram, inicialmente, bem sucedidas, tendo, inclusive, possibilitado ao PMDB, nas eleições estaduais, eleger vinte e dois governadores, exceto em Sergipe, o único Estado que ficou com o seu aliado, o PFL. Essa capacidade eleitoral, beneficiada por medidas econômicas que foram mantidas até o advento da disputa, levou os opositores a considerar o fato um “estelionato eleitoral”.

Apesar disso, houve o desgaste do governo Sarney, em virtude dos insucessos inevitáveis dos planos econômicos. A falta de medidas não tomadas a tempo de corrigir os desníveis que surgiram, responderam por crises que se sucederam. Os escândalos de corrupção, enunciados na mídia, enfraqueceram a

credibilidade da administração. A política tradicional apresentava uma onda de descontinuidade em relação ao eleitorado descrente. Desse modo, Collor buscava um distanciamento da política e dos políticos. Com um discurso voluntarista, Collor procurou se colocar acima desse círculo, como demonstram suas palavras: “minha gente, minha aliança é com o povo” (PROGRAMA DE COLLOR – DVD III).

Nessa linha, Fernando Collor se apresentava como o “novo”, aliás, todo o seu projeto era para um Brasil Novo. Tratava essa questão como um compromisso com o futuro, com a modernidade e desse modo se manifestava no seu programa e no seu discurso, como no fragmento abaixo:

Reitero, mais uma vez, de forma solene e irretratável, o compromisso de preparar o advento do Brasil para a modernidade, para o salto qualitativo com que teremos de enfrentar o advento de um novo século e para as transformações tão longamente reclamadas pelo povo brasileiro. Para esta tarefa, não me faltam energia, entusiasmo, obstinação, paciência e coragem (COLLOR, 1989, Discurso - Convenção do PRN).

Os políticos e os partidos estabelecidos não davam conta das demandas urgentes. Como ficou explicitado, o governo da aliança PMDB e PFL, sob o comando de José Sarney, não obteve êxito econômico e político que produzisse a estabilidade almejada pela sociedade brasileira. Surgiu, então, no contexto histórico pré-eleição, uma crise de representação política. A população, de certa forma, após a eleição de Tancredo Neves, sofreu um trauma com sua perda precoce, que ocorreu mesmo antes de assumir o cargo de Presidente da República, como já foi explicitado anteriormente. A sustentação do governo tornou-se, assim, uma tarefa complexa, que denotava alianças com setores e grupos, os quais exigiam maior atuação do Estado. Esses setores da sociedade eram compreendidos como aposentados, pensionistas, assalariados da atividade privada e funcionários públicos.

A frustração com a morte de Tancredo Neves, sua doença e o longo período de martírio do líder, gerou certo sentimento de temor, que surgiu com a possibilidade de eleger-se um líder mais idoso. Esse preconceito afetou, por exemplo, o deputado Ulisses Guimarães, também candidato que disputou o primeiro turno da eleição. Tratava-se de um grande líder político de abrangência nacional, um dos mentores e avalista da aliança que possibilitou a um civil assumir a Presidência do país, de vasta bibliografia política, mas já de idade avançada.

Desse modo, a saúde e a força física assumiram um papel importante nessa eleição, dando conta de um **sentido de valorização da jovialidade**. Havia preocupação de que o escolhido tivesse condições não só de concluir seu mandato como também impor um ritmo mais efetivo à administração. O país, no ano anterior (1988), promulgara a sua nova Carta Constitucional, e vários sentimentos de mudança, na vida cotidiana, circulavam na sociedade, contudo, não atendidos. A democracia alcançada, a Carta Constitucional, as promessas de uma vida melhor, tudo isso estava em pauta. Entretanto, o Brasil não tinha alcançado, com a simples promulgação do texto de direitos, a efetividade dos mesmos.

O discurso se expressava não somente pela oratória do candidato, mas também nos seus gestos. A sua forma de apresentação ao eleitorado demonstrava o seu recado. As imagens do programa de Collor, em mangas de camisa, discursando para multidões, eram emblemáticas. Desse modo, Collor não descartou ou desconsiderou a sua juventude frente aos outros concorrentes. Pelo contrário, era algo que tomava destaque e relevo para a seleção do eleitorado. Um jovem Presidente se fazia necessário para a construção de um Brasil Novo. Assim, saudável em suas aparições públicas e televisionadas realizava um esforço físico, com gestos veementes. Essa apresentação era simbólica e procurava demonstrar o diferencial em relação aos seus oponentes. Um líder jovem e saudável para garantir que os anseios do eleitorado não fossem frustrados; um candidato viril para lutar contra os poderosos.

O **sentido de mudança** foi algo visivelmente utilizado por Collor, nessa fase da campanha. A população estava ansiosa por alterações no *status quo*, questões como distribuição de renda e reformas urbana e rural estavam sempre em pauta. Esse sentido é afeto na natureza humana, à insatisfação. A própria psicanálise, dentre seus principais teóricos, como Jacques Lacan, refere-se ao sentimento de incompletude. A falta é algo que jamais a satisfaremos. A questão da existência na sociedade de demandas por moradia, por emprego, por salário, é algo que está sempre em pauta. Isso gera um potencial de atuação de parte da atividade política de grande amplitude. A satisfação sempre será precária e contingente, porque somos movidos pela falta. A busca por melhorias de bem-estar, a mudança no *status quo*, também recebia do candidato Collor uma mensagem que se afirmava nos pronunciamentos, durante o horário político eleitoral: tudo deve mudar para melhor, como afirmou:

[...] com o início do meu governo, este país vai começar a mudar, as instituições serão sérias e respeitadas. Vamos restabelecer a credibilidade dos partidos e nos homens públicos. O Brasil vai voltar a crescer. O brasileiro voltará a ter orgulho de seu país. Acabou o tempo da corrupção e dos conchavos de políticos desonestos. Chegou, Senhor José Sarney, a vez dos homens de bem. Chegou a nossa vez (PROGRAMA ELEITORAL DE COLLOR – DVD II – 1º TURNO).

Esses foram sentidos discursivos construídos por Collor no primeiro turno. O novo que propôs tinha vários vieses. Primeiro, o de que não estava ligado a nenhum “cacique” político nacional, proclamando-se, assim, independente. Em certa inserção do Programa Eleitoral, o narrador afirmava: “Collor é contra tudo isto que aí está. Collor é contra Sarney”. Após, o candidato discursava efusivamente contra o governo de José Sarney e a pessoa do Presidente. Imputava um temor à sua eventual ascensão à Presidência, que levaria a uma devassa na corrupção governamental, estabelecendo o fim da impunidade de amigos do Presidente constituído.

O candidato se colocava acima dos políticos e da política cotidiana do país. Tudo o que era realizado, até então, era o velho, o corrupto. As alianças eram promíscuas, porque visavam tão somente à mera repartição de cargos e “boquinhos”, na expressão utilizada por Collor, que significavam apadrinhamentos políticos. Isso vinha ao encontro de uma parcela da população, já frustrada com as ações do executivo federal e dos congressistas. A ineficácia de soluções políticas consistentes, de parte de partidos tradicionais, como os integrantes da aliança que proporcionaram a Nova República, o PMDB e o PFL, deu substrato ao discurso da política da antipolítica. Essa modalidade de discurso também fora usada, na Europa, por alguns partidos políticos e por lideranças de extrema direita, como assinalado em capítulo anterior, quando se tratou da construção discursiva de “povo”.

Os sentidos aprimorados discursivamente pelo candidato Collor, durante a programação apresentada na televisão, evidenciavam a mensagem subentendida. Nos programas, observava-se o sentido de suas aparições públicas, empunhando o braço para cima: um gesto de força, de vigor, de saúde. O sentido era de que o país precisava de uma liderança jovem, com vigor, para enfrentar as duras tarefas que teria, referindo-se às atividades de governo e às qualidades que atribuída à administração do país, como proclamou numa rápida inserção de um discurso a populares: “[...] vocês podem estar certos que terão um governo sério, austero e correto” (PROGRAMA ELEITORAL DE COLLOR – DVD II – 1º TURNO). Incluía-se,

também, dentre as situações com que o chefe de Estado e de governo iria se deparar, o enfrentamento dos grupos de pressão que atentavam contra a “imensa maioria do povo brasileiro”, conforme as palavras do candidato (PROGRAMA ELEITORAL – DVD II – 1º TURNO). Essa postura, destacada no vídeo pela montagem da equipe de *marketing*, demonstrava a preocupação de apresentar esta vantagem pessoal de Collor: além de experiente, ele demonstrava que já enfrentara a corrupção e as mordomias de privilegiados. Nesse comparativo, em relação aos outros que disputavam o primeiro turno, o candidato em apreço seria superior. Por essa razão, o eleitor deveria depositar sua confiança em Collor. O narrador do programa ainda destacava: “Os outros são todos iguais” (PROGRAMA ELEITORAL – DVD II – 1º TURNO).

A mudança contra o continuísmo é algo inerente a discursos de campanha política na disputa pelo Executivo. Como esta foi trabalhada por Collor, é outra questão destacada na presente análise. Esse sentimento é alicerçado na questão econômica do Brasil, da época, mas não somente nos fracassos dos planos apresentados pelo governo federal e sua equipe econômica. O candidato procurava despertar a atenção da população para a falta de articulação e de operacionalidade do governo, ao mesmo tempo em que ressaltava a falta de competência pessoal do Presidente José Sarney. Como o governo federal foi alicerçado numa aliança para sustentabilidade da normalidade democrática, os principais partidos, teoricamente, estavam comprometidos com essa administração.

Toda a elite política da época, que constituía a base de apoio da administração de Sarney, encontrava-se vinculada com a governabilidade. Assim, o candidato Collor se afirmava fora desse círculo de poder. Por essa razão, a sua candidatura significaria a mudança desejada pelo eleitorado. Esse sentido de mudança se fez construir no discurso do candidato, como algo que se identificasse com o “povo”. Na construção da imagem do novo, da não contaminação com os políticos que faziam parte do processo eleitoral, o candidato Collor negou-se a participar de debates promovidos pela mídia televisiva.

Dentre os políticos de maior expressão eleitoral que concorreram à eleição presidencial estavam: Mário Covas (PSDB), Leonel Brizola (PDT), Paulo Maluf (PDS), Afonso Camargo (PTB), Aureliano Chaves (PFL), Ronaldo Caiado (PSD/UDR), Afif Domingues (PL), Luís Inácio Lula da Silva (PT) e Roberto Freire (PCB). Somente esses se apresentaram nos debates do primeiro turno da eleição

promovidos pela grande mídia: a Rede Bandeirantes e a Manchete. Já Collor, por sua estratégia de se colocar acima da política, não compareceu a nenhum dos debates promovidos pelas redes de televisão. Por outros motivos, o deputado e candidato Ulisses Guimarães, também não se fez presente no debate promovido pela Rede Bandeirantes de Televisão.

A plataforma de Collor, no primeiro turno, acentuava, além da preocupação com o moderno, a demonstração de seu otimismo em relação ao país. Esse sentimento, que em tempos passados levou o Brasil a saltos de qualidade e de desenvolvimento, necessitava ser resgatado. O “povo” de Collor era otimista em relação ao futuro do país, à modernidade que deveria ser resgatada na mensagem e nas ações. Nada mais representativo que isso a figura do falecido ex-presidente da República Juscelino Kubitschek. Nesse cenário, apoios como o de Sara Kubitschek, que prestou um depoimento afirmando sua confiança em Collor, como sendo o agente capaz de desenvolver um governo aos moldes de JK.

Dessa forma, foram destacados esses sentidos no discurso de Collor que se estabeleceram na conjuntura do primeiro turno. Por outro lado, no segundo turno, novos valores tiveram que ser destacados. A construção desses, que procuravam sentidos junto à população, serão analisados no próximo tópico.

3.5 Os Sentidos de Collor no Segundo Turno e a Construção do Antagonismo

No **segundo turno da eleição**, Collor superou vinte e duas chapas apresentadas à disputa, com uma expressiva votação de vinte e dois milhões e seiscentos e onze mil e onze votos, segundo o Superior Tribunal Eleitoral. Chega a essa etapa tendo como oponente o Sindicalista Luís Inácio Lula da Silva, que teve onze milhões e seiscentos e vinte e dois mil e seiscentos e setenta e três votos. Nessa nova etapa, novos sentidos foram esboçados no discurso de Collor, que seguiu outra lógica na disputa pela Presidência.

Esse novo perfil foi obtido através de valores apresentados pelo candidato, no sentido de imprimir suas qualidades ao eleitorado. A apresentação de Collor foi construída de forma antagônica ao adversário Luís Inácio. Por essa razão, ao mesmo tempo em que Collor dá sentido ao seu próprio discurso, procura difundir uma imagem do seu oponente de forma negativa.

As críticas que lhe são impostas pelos adversários, como foi muito difundida a época ser um candidato sem conteúdo, algo produzido pela indústria do marketing político, sem tradição política supostamente necessária, e com fortes vinculações com as elites que governaram o país há séculos e outros adjetivos. Estes argumentos enunciados por seus oponentes serviram também de base para construção do seu discurso. Desse modo, o próprio Collor pronunciava-se contrapondo e criando sentidos que passaram a ser emitidos durante os programas no horário político gratuito de televisão. Considerando as aparições de Collor e suas declarações, seguem-se algumas destas apreensões de suas intervenções públicas.

Dentre os sentidos produzidos pela candidatura de Collor, no segundo turno, está o da sua **religiosidade**. Esse sentido, desde o início da campanha eleitoral, foi bastante destacado por Collor. Todavia, no segundo turno, seu apelo foi maior, haja vista que grande parcela da população, segundo dados do IBGE, declara-se cristã. Tal fator é destacado em contraste ao adversário, que vem a ser relacionado com o comunismo do Leste Europeu. Para demonstrar sua religiosidade, Collor realizou demonstrações públicas de sua fé católica, em comícios, em aparições públicas, em cerimônias religiosas, em missas realizadas como agradecimento por ter conseguido ultrapassar o primeiro turno da eleição. Numa manifestação relâmpago, o programa do candidato apresentava-o, em momento de empolgação, demonstrando sua fé, como na declaração prestada no início do segundo turno, transmitida no horário político eleitoral de televisão: “[...] mas nós, minha gente, nunca perdemos a nossa fé em Nosso Senhor Jesus Cristo que chegaríamos lá” (PROGRAMA DE COLLOR – DVD III - 2º TURNO).

Após essa fala, Collor surge num culto religioso, com ênfase dada pelo narrador à sua presença na Igreja Virgem dos Pobres, em missa celebrada por Frei Damião, então famoso religioso, na cidade de Maceió. Na oportunidade, o candidato estaria agradecendo a Deus por ter conseguido chegar ao segundo turno da eleição. A mensagem, todavia, é bem maior. Notadamente, o oponente era de um partido político de esquerda, apesar da vinculação com setores da Igreja Católica. Como os demais possuíam uma proposta no campo socialista, havia uma vinculação com a máxima de que “a religião é o ópio do povo”, expressão tida como quase um dogma das esquerdas mais radicais. Isso, numa campanha eleitoral, é algo digno de significados. Um candidato temente a Deus deve respeitar a liberdade de religião que o seu oponente não poderia supostamente garantir.

A condição de defensor do “povo”, numa disputa com o candidato do Partido dos Trabalhadores, toma relevo na medida de quem tem melhores condições de atender aos “pobres”. A disputa por essa defesa é algo que toma significação, em meio à eleição, num país cujos índices de pobreza e exclusão se apresentam de forma muito evidentes. A defesa dos pobres e o aspecto do combate aos poderosos que fomentam a exclusão social é algo que tem um apelo muito importante numa eleição. Desse modo, declarações que apontem nesse sentido, como as formuladas por Collor, na época, ganham destaque:

Tenho certeza de que, correspondendo ao que espera o povo brasileiro, serei a voz dos inconformados, porque dentro de mim ferve de indignação a ira dos justos contra a miséria em que vive a maioria de uma população pobre, dentro de um território rico, ante a indiferença de alguns, o conformismo de muitos e a aceitação passiva de quase todos. Esta, seguramente, não é a sociedade de nossos sonhos (PROGRAMA DE COLLOR – DVD III- 2º TURNO).

Apostolar os excluídos é algo que se verifica de relevo, como já analisado anteriormente. A demonstração de indignação também impele significados ao eleitor, ou seja, alguém que se importa e que irá trabalhar para que tal situação tome outra dimensão. A liderança para almejar essa condição de protetor dos mais humildes tem que demonstrar outros valores, como o desprendimento e capacidade de superação, ao mesmo tempo em que propõe uma solidariedade entre todos, dos mais aquinhoados aos menos ungidos materialmente.

Para torná-la mais justa e fazê-la mais digna, como queremos, teremos que superar o egoísmo, vencer os preconceitos e superar o ódio, porque só assim poderemos, em nome da justiça e sob império da Lei, instaurar uma sociedade fundada na fraternidade coletiva de todas as classes e na solidariedade cristã de todos os homens (PROGRAMA DE COLLOR – DVD III - 2º TURNO).

A superação da luta de classes está ínsita nesse discurso; mais objetivamente, há uma intenção de agradar aos operadores das relações de mercado. Contudo, há que se realizar uma comparação emblemática desenvolvida na estratégia discursiva do candidato, quando afirma ser o mais capaz de proteger e administrar para os pobres. Nesse sentido, Collor utiliza, em suas declarações, no segundo turno, um tom mais veemente, não importando os apelos que faz contra os detentores do poder econômico, como apresentado na abertura da campanha, na televisão, aqui transcrita:

A minha voz não é mais somente minha voz, é a voz de milhões que possibilitará construir um Brasil novo, socialmente justo, um Brasil mais solidário. A minha voz agora é a sua voz. Começamos sozinhos: o povo e eu, sem apoio de nenhum grupo, de nenhum político, nenhum empresário. Sozinhos enfrentamos os marajás. Sozinhos lutamos contra tudo isto que aí está e que irá acabar para sempre em nosso país (PROGRAMA DE COLLOR – DVD III - 2º TURNO – Trecho do discurso de Collor).

A voz de Collor é a do seu “povo” humilde e trabalhador. Quem é esse “povo”? No segundo turno da eleição, o candidato aponta como seu principal artífice os “pobres”, a gente simples do campo e das cidades, ou seja, o trabalhador. Esse é o seu “povo” que deseja proteger dos poderosos. O candidato afirma manter uma relação direta entre ele e seu “povo”. Não há intermediários, seja no campo político, seja no campo econômico, somente Collor e o “povo”. Pode-se observar, no discurso, essa relação afirmada pelo candidato:

A nossa candidatura foi crescendo apenas com o apoio de cada um de vocês. Agora as urnas mostram que o povo compreendeu perfeitamente as nossas propostas. Provaram que o povo entendeu que em mim vibra a mesma indignação contra a miséria que vibra no peito de cada um de vocês. Em mim, minha gente, explode a revolta contra a injustiça social, contra o desprezo dos poderosos. Contra os que não têm meios de se defender. A maioria dos meus votos veio dos mais humildes, dos mais pobres, da gente simples das cidades e do interior (PROGRAMA DE COLLOR – DVD III - 2º TURNO – Trecho do discurso de Collor).

A estratégia de Collor, de abarcar o maior número de sentidos no âmbito social, este, junto ao “povo”, procura demonstrá-lo como detentor da tolerância e da transigência com os oponentes. Com esse discurso, procura se mostrar como sendo o único capaz de manter a ordem na sociedade. O apoio do “povo”, agora, “minha gente”, com mais ênfase, é ilustrativo dessa mudança mais acentuada no tom discursivo do candidato. Com esse tom, participa de um grande comício na cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná. O candidato, procurando demonstrar sua capacidade de trabalho, informa aos telespectadores (minha gente – o povo) que são três horas da manhã de domingo, quando, então, inicia sua fala referente aos dias que se aproximam da segunda consulta ao eleitorado. Afirmando-se como garantidor da ordem, assim se expressa:

Daqui exatamente uma semana, estaremos todos juntos na cabine eleitoral indevassável, depositando o nosso voto, para decidir a quem caberá governar os destinos de nosso país pelos próximos cinco anos. O nosso voto, minha gente, é arma que colocam em cada um de nós, cidadãos brasileiros, para que possamos dar a esta arma uma boa utilização. A nossa

arma não é a violência, não é a intransigência, não é a bagunça, não é a baderna, não é o caos (PROGRAMA DE COLLOR – DVD III - 2º TURNO – Trecho do discurso de Collor).

Como se verifica no texto acima, a arma do “povo” de Collor é a ordem e o progresso. Por consequência, não é a forma de atuar do “outro lado”, de acordo com a imagem concebida nessa retórica. A todo qualificativo da “gente de Collor” corresponde um depreciativo relativamente ao adversário e apoiadores. Ao mesmo tempo em que Collor se constrói, afirma o seu discurso e recria sua imagem de “povo”, antagonicamente produz o reflexo do oponente, contrário àqueles valores expressados. Ao optar pelo discurso de Collor, o eleitor estaria optando pelo caminho da prosperidade, da liberdade, da paz.

Ainda, nesse sentido, coloca-se como suporte para uma economia de mercado, garantindo aos pequenos e médios investidores a confiança no cumprimento dos contratos; em diversos momentos dos seus pronunciamentos o candidato afirma: “Não daremos calotes”; “Não haverá rompimento com credores”; “Eles não vão paralisar o país com suas greves políticas”. Portanto, o caminho do bem era assinalado por Collor, como declarou em um de seus pronunciamentos em programa eleitoral:

Em uma semana estaremos sozinhos, nós e a nossa consciência, na cabine indevassável para escolher o caminho que desejamos para o país. O caminho do crescimento econômico, da prosperidade, do trabalho bem remunerado, do salário digno, do aposentado tendo um provento condigno, da liberdade, da paz (PROGRAMA DE COLLOR – DVD III - 2º TURNO – Trecho do discurso de Collor).

Buscando identificar sentidos no eleitorado, Collor afirmava sua capacidade e experiência administrativas, bem como o seu sucesso nessa etapa, por suas sucessivas eleições a cargos públicos. São exemplos dessa afirmação, a assunção a prefeito da capital de Alagoas e, posteriormente, ao cargo de governador do mesmo estado. A experiência é algo destacável pelo candidato num comparativo com o seu oponente. Além dessa comparação, há um valor que se impõe: a da suposta capacidade decorrente desse valor. A aventura política é algo que deve ser temido pelo eleitorado: esta é a mensagem. O “povo” deve depositar sua confiança em alguém já experimentado pelas agruras da administração. Vejam-se as próprias palavras do candidato Collor, em trecho a seguir:

Como você acha que seria o Brasil se o candidato do PT fosse Presidente da República? Você acha que o PT iria fazer um bom governo? Este PT que perdeu em todas as cidades onde o Prefeito é do PT. Se eles não sabem administrar nem uma cidade, minha gente, como iriam administrar o país? Nós temos propostas, nós temos experiência e temos a aprovação pelo voto dos que conheceram nosso trabalho no nosso governo em Alagoas (PROGRAMA DE COLLOR – DVD III - 2º TURNO – Trecho do discurso de Collor).

Na perspectiva acima, Collor apresentou sentidos que o qualificariam e, de certa forma, implicariam um contraste com o seu oponente. No segundo turno, Collor reforçou o tom religioso, com seguidas manifestações em que apelava a Deus, a símbolos católicos, denotando um homem temente ao Senhor. Notadamente, os comunistas, ou seja, o oponente e seguidores, considerariam a religião, na expressão bastante conhecida, como o “ópio do povo”. Assim, Collor buscava uma identificação com a Igreja e com a população que na sua maioria declara-se cristã. Nos pronunciamentos, o candidato fazia, inúmeras vezes, invocação a Deus e a Cristo, um sentido que, pode-se dizer, impõe-se no seu discurso. A força que afirmava ter vinda “Dele”, ou seja, do “Senhor Deus”, que lhe permitia suportar as agruras impostas pelos poderosos. Somente Ele, o “Senhor Deus”, lhe permitia continuar e atender ao “povo”, este “descamisado” e de “pés descalços”.

A par dessa forma de apresentação, no segundo turno, Collor também acentuou o seu lado combativo. Isso significa que o candidato aqui buscava mostrar-se como um homem que não tinha medo. Essa coragem seria destinada a enfrentar os poderosos que oprimiam o “povo”. Quem são esses poderosos? No seu discurso, Collor apontava os empresários que viviam de subsídios do governo, da máquina estatal, que eram pouco eficientes, pois não se submetiam à concorrência. Como o candidato se referia: eles “vivem das tetas do governo”. A coragem de Collor também seria destinada a enfrentar a corrupção governamental, os desmandos, as mordomias e os marajás que utilizavam o bem público.

Da mesma forma que Collor acentuou a religiosidade e o seu caráter combativo, no seu discurso, outro sentido apurado é o seu otimismo e dinamismo. Nesse viés, sua imagem vem a ser associada à do ex-presidente Juscelino Kubitschek, já falecido. Este governou o país entre os anos de 1955 a 1960, período que ficou conhecido como o dos “anos dourados”. Naquela quadra, o otimismo campeava no Brasil; a indústria automobilística se instalava e a capital da República era transferida para o planalto central. O lema da administração de Kubitschek era:

“cinquenta anos em cinco”. Essa ideia de arrojo, projetada no imaginário e amplamente divulgada, o candidato Collor procurou assimilar no seu discurso. Para tanto, chegou a posar ao lado da viúva do ex-presidente, que prestou depoimento em favor de Collor, na campanha difundida pela mídia televisiva, como já mencionado anteriormente.

Houve uma preocupação de Collor em firmar-se como responsável pelos pobres. Nessa condução do seu discurso, no segundo turno, alguns programas procuraram entrevistar pessoas de poucas posses, em especial em bairros de grandes cidades. Uma senhora entrevistada, não identificada, afirmava: “–Eu sou pobre, “eles” dizem que pobre não pode votar no Collor, eu sou pobre e vou votar em Collor.” O sentido transmitido é o de que o candidato tinha preocupação com os mais humildes, que sua ação seria no sentido de protegê-los, de prestar-lhes assistência. Há no discurso quase um sentido paternal que procura dar uma sensação de amparo àqueles mais necessitados. Para tanto, nas entrevistas com populares, em especial na periferia de Maceió, outra senhora, com filhos ao redor, declarava: “– O Collor, quando Prefeito, fez muito por nós, por isso vamos votar nele para Presidente”.

Como já mencionado, na época em que se desenvolveu o processo eleitoral, o país atravessava uma grave crise econômica, com altos índices inflacionários, decorrentes do descontrole de preços executados no mercado. A par disso, os juros elevados também inflavam a dívida interna pública, proveniente de títulos dos governos, usados para capitalizar e cumprir com suas atribuições. Além desse fato, as aplicações em Caderneta de Poupança e “*open market*”, com juros altos para minimizar as perdas em decorrência da desvalorização da moeda, também contribuía para esse processo.

Em virtude dessa situação, os salários não acompanhavam a escalada inflacionária. Os sindicatos, seguidamente, tinham que apelar para reajustes com a finalidade de acompanhar as sucessivas perdas de ganhos. Os investidores tinham ganhos vultosos em aplicações. De outro modo, aqueles que viviam da atividade produtiva, preferiam deixar de produzir e aplicar em poupança ou em outros investimentos a trabalhar propriamente na produção.

A dívida externa alcançava valores significativos, acima dos cem bilhões de dólares. O país encontrava-se monitorado pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Clube de Paris, devido a empréstimos realizados para refinarçar a dívida. O Brasil,

nesse espaço de tempo, com relação ao pagamento de principal e juros, encontrava-se em “default”.

Notadamente, os investidores internos e externos, os poupadores de caderneta, o sistema financeiro, composto de bancos e outros agentes, encontravam-se bastante apreensivos com as designações da futura administração. Por essa razão, o candidato Collor apresentou-se como um garantidor dos sistemas existentes, afirmando que não proporcionaria calotes aos investidores, fossem internos ou externos. Essa nítida preocupação foi externada durante a sua campanha na televisão e nos debates dos quais participou.

Outra preocupação que assistia parcela de produtores componentes do que se costumou denominar de “agribusiness”, era com relação à possibilidade de uma reforma agrária radical. Da mesma forma, insuflava-se a ideia de uma reforma urbana, que também envolvia proprietários de imóveis. Nesse sentido, Collor também trabalhou, afirmando que, se eleito, garantiria o direito de propriedade. Tal recurso foi utilizado com o escopo de fazer um contraponto ao adversário Luís Inácio Lula da Silva que, conforme o discurso propagado, trabalharia em sentido contrário. Assim, Collor se colocava numa posição de assegurar a tranquilidade almejada pelos investidores, visando obter apoio, não somente destes como da chamada classe média, temerária de alterações mais radiais.

No embate, Collor também apresenta sentidos que desqualificariam o seu adversário para ocupar o cargo de Presidente da República. Nessa construção, Collor utilizou de expedientes ideológicos do tipo: a defesa da liberdade contra o autoritarismo estatizante de uma esquerda atrasada, descontextualizada das mudanças do mundo globalizado.

Para tanto, nos programas e debates realizados no segundo turno da eleição, forte em exemplos que subtraiu de administrações do Partido dos Trabalhadores, na cidade de São Paulo, evidenciou a intransigência e a inexperiência administrativa. Nessa construção de sentidos, destacam-se alguns pontos do discurso de Collor sobre o oponente Lula e seu partido. São sentidos antagônicos construídos por Collor em relação ao oponente.

Alguns desses sentidos podem ser percebidos diretamente ou de forma indireta. Dentre os qualificativos ao adversário, estão: o da intransigência e radicalidade de posições; a corrupção ensaiada com as relações articulatórias e alianças realizadas pelo adversário e; o atraso das propostas do oponente, sempre

relacionadas com um socialismo superado, do Leste Europeu. A questão da incoerência entre o que é proposto e o que é praticado tanto pelo candidato, como pelas práticas do seu partido de sustentação, a falta de experiência administrativa de Lula e a desconfiança na capacidade de trabalho, é algo testado.

Outro dado, objeto de significação também importante, diz respeito à falta de patriotismo do oponente e de seus apoiadores. Aqui se trabalha a questão do uso de bandeiras vermelhas, símbolos alienígenas em detrimento dos nacionais. Da mesma forma, a apresentação do hino brasileiro toma relevo na comparação entre os candidatos. Atemorizando o eleitorado, principalmente de classe média, de forte formação de opiniões, questões como calote de pagamento de dívidas interna e externa demandam apreciação e produzem significados, como também a eventualidade de projetar o país como um todo no círculo caótico de manifestações, greves e insatisfações que poderiam levar o novel governo democrático a uma crise de legitimidade. Impõe-se à sociedade civil evitar tal caos. Para isso, é preciso arregimentar forças do “povo”, declarava Collor em tom emblemático:

Minha gente, vamos lá, eu preciso de cada um de vocês. Estou muito satisfeito, porque voltei a andar pelo país afora e vejo que estamos cada vez mais unidos e que as pessoas estão com mais empenho e mais coragem para me acompanhar nesta nossa caminhada. Vamos lá minha gente. Somos nós ou serão eles. Somos nós com o Brasil novo ou então tudo isto que aí está. A desordem, a incompetência, a bagunça, a irresponsabilidade, o caos (PROGRAMA DE COLLOR – DVD III - 2º TURNO – Trecho do discurso de Collor).

Esse conjunto de sentidos é apreendido do discurso de Collor em relação a Lula. Verifica-se que o primeiro busca justificar o seu juízo e a radicalidade do segundo na sua trajetória política. Dessa forma, isso ocorre apresentando a vinculação de Lula com o sindicalismo. Neste sentido, Collor se refere à Central Única dos Trabalhadores (CUT), da qual seu oponente foi um dos fundadores. A referência diz respeito à forma de condução do exercício do direito de greve, patrocinado pelos sindicatos integrantes dessa Central.

Em alguns dos seus programas e em entrevistas concedidas a jornalistas e apresentadas no horário político eleitoral, o candidato Collor afirmava que a CUT realizava um sindicalismo selvagem, que não respeitava os cidadãos. Referia-se, ainda, a uma suposta perseguição de parte de integrantes dessa Central, que teriam realizado ameaças no sentido de que caso Collor fosse eleito Presidente da República, seriam desencadeadas greves contra o governo que tomaria posse.

Assim, o que seu discurso pretendia realizar era a demonstração da intransigência do grupo que apoiava Lula, naquela campanha.

Outro sentido trabalhado pelo discurso de Collor, desde o primeiro turno, é o da corrupção. O tema tomou os noticiários dos principais meios de comunicação, estando o eleitorado atento às considerações dos candidatos. Estes procuravam realizar vinculações com fatos ou circunstâncias que denotassem desvios éticos. A questão era abordada de forma mais abrangente e genérica, ou seja, não somente o fato identificado e pessoal de corrupção de determinado agente.

Tem-se a ideia transmitida de que aquele que se relaciona, mesmo que eventualmente ou circunstancialmente com alguém tido como corrupto, também o será. O oponente de Collor era proveniente de um partido político de esquerda e para chegar ao poder, teria que ampliar seu leque de alianças. Nessas articulações, desgastes ocorrem e aliados podem tornar-se fator de incompreensão pelo eleitorado. Aqui se faz referência ao caso da aliança entre o Partido dos Trabalhadores e o Partido Democrático Trabalhista, este capitaneado pelo ex-governador do Rio de Janeiro, Leonel de Moura Brizola. Este último insinuou, ainda no primeiro turno da eleição, que o candidato a vice-presidente da República, na chapa de Lula, o senador José Paulo Bisol, do Partido Socialista Brasileiro, com a finalidade de comprar terras, fizera um empréstimo junto ao Banco do Brasil, que, pela forma como foi realizado, induziria a irregularidades.

Em trecho de manifestação de Brizola, este afirmava: “Ol, ol , ol! Vamos fazer reforma agrária nas terras do Bisol” (fragmento de manifestação – DVD III). Essa manifestação foi aproveitada pela edição do programa de Collor, que através do seu narrador destacava: “Olha a corrupção desta gente”. Na esteira desse discurso, a edição do programa de Collor ainda apresentava imagens de José Sarney e de seu filho Zequinha, como apoiadores do candidato Lula. O governo de Sarney enfrentava uma avalanche política de denúncias, inclusive, algumas realizadas pelo próprio candidato Collor. Essas iniciativas denotavam atos de suposta corrupção de agentes do Estado, os quais seriam integrantes da administração. Nesse tom do discurso, o que se apresenta é que quem faz aliança com suposto corrupto e tem apoio de supostos corruptos, terá comprometimentos.

O discurso de Collor também identificava, no adversário, um posicionamento ideológico defasado. O que quer significar que Lula e o seu partido, correligionários, abraçavam concepções teóricas, que, naquele período histórico, enfrentavam fortes

críticas da própria esquerda. Em 1989, além da eleição para a Presidência da República, no Brasil, outro fato significativo, no âmbito mundial, foi o fim das restrições para os cidadãos da República Democrática Alemã de ingressarem no lado ocidental de Berlim, fato que levou populares a derrubarem o muro que separava ambas as partes, oriental e ocidental, da referida cidade.

A circunstância vinha acompanhada de algo maior que consistia na decadência da então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Tais episódios encetaram o que se chamou de o término do socialismo real. Assim, constituiu-se, no cenário internacional, o fortalecimento do discurso liberal, que preconizava a máxima dos mercados, da livre iniciativa, da redução da participação do Estado na economia.

Conforme se assinalava, naquela época, o moderno era o liberal, o arcaico era o socialismo. Os defensores de concepções ideológicas de origem marxistas estariam ao lado do que pelo discurso hegemônico era considerado como atraso. As ideias que se relacionassem como intervenção do Estado nos mercados, na propriedade, na liberdade individual, estariam afetas ao que se considerava como fora do contexto histórico. O programa de Lula preconizava uma forte intervenção estatal nos sistemas de educação, de saúde pública, na economia, no sistema financeiro. Tudo isso, segundo Collor, denotava o atraso do candidato Lula e de seus partidários.

Outro sentido trabalhado por Collor, em relação a Lula, era o da incoerência, que procurava destacar nas atitudes pessoais do adversário. De acordo com o discurso de Collor, seu oponente, ao mesmo tempo em que se declarava a favor dos pobres e dos trabalhadores, desfrutava de uma condição muito superior àqueles que seriam o seu “povo”. O próprio Collor declarou, em programa de televisão, no horário eleitoral, que o seu adversário teria bens superiores aos seus.

Em certa edição do seu programa afirmava: “Ele tem uma aparelhagem de som que não tenho condições de tê-la”. Ainda sobre a moradia do oponente, assim se referia: “Ele mora num apartamento de luxo em Brasília”. Da mesma forma que destacava: “De onde vem tudo isso?”. Collor prosseguia com suas falas, apontando situações factuais em que Lula se oporia à liberdade de imprensa, apresentando, dessa forma, a incoerência do oponente. Nessa perspectiva, ao mesmo tempo em que Lula defenderia a liberdade de manifestação, na realidade processaria órgãos

que registrassem matérias contrárias à sua candidatura, como em determinado artigo publicado pelo jornal “Folha de São Paulo”, não explicitado.

Em determinadas manifestações, Collor, no seu programa, imputa ao Partido dos Trabalhadores a condição de racista e de nazista. Tais imputações seriam decorrentes de declaração de integrante da entidade política realizada, à época, no Estado do Paraná. Nas declarações do correligionário de Lula, os nordestinos constituiriam um gueto, cuja falta não importaria em quaisquer prejuízos ao restante da nação brasileira. Aqui seria outro tópico de incoerência destacado por Collor, visto que Lula se intitulava também um representante da região nordeste do país.

A inexperiência administrativa também foi um sentido apontado por Collor. Para bancar essa consideração, o programa do candidato apresentou trechos de manifestações do aliado de Lula, no segundo turno, Leonel Brizola, em que este declarava: “O Lula ainda precisa de experiência, precisa ser prefeito de São Paulo, precisa ser governador de São Paulo. Ele não conhece a coisa, assim, vai ser como dizem, não é, vai comer pelas mãos dos outros”.

Outra questão levantada por Collor é que Lula jamais teria trabalhado ou administrado algo efetivamente, já que esteve dedicado, a maior parte do tempo, a atuar em sindicatos. Como ficou assinalado neste capítulo, no mesmo sentido que afirmava a falta de experiência administrativa do oponente, Collor enaltecia sua condição de empresário, de ex-prefeito de Maceió e de ex-governador de Alagoas, além de sua popularidade em decorrência de suas administrações.

Na desconstituição do adversário, a questão do patriotismo era utilizada por Collor de maneira efusiva, enquanto para Lula era afirmada ao contrário, o desapego aos símbolos nacionais como a Bandeira e o Hino do Brasil. Em várias manifestações de programas e fragmentos de comícios televisionados, o candidato Fernando Collor aparece ao lado da bandeira do Brasil, em posição de respeito ou demonstrando apreço emotivo ao símbolo.

Collor pôde ser visto beijando a bandeira, segurando-a com força. Com relação ao hino, a mesma determinação e apresentação pública. Por outro lado, a narração do programa de Collor afirmava que os correligionários de Lula não demonstravam o mesmo apreço. Nos comícios da Frente Brasil Popular, a primazia era da bandeira vermelha, com os desenhos da foice e do martelo, símbolos do comunismo. Em vez do hino brasileiro, ouvia-se nos congregamentos o hino da

internacional socialista. O sentido claramente desenvolvido por Collor era o da falta de patriotismo dos oponentes.

Seguindo a linha da produção de sentidos negativos do adversário, tem-se ainda a questão apontada da condução ao caos, o sentido do medo provocado pela eventual assunção ao poder de Lula e dos integrantes de seu partido. A exemplificação do que ocorreria era ilustrada por Collor com as próprias manifestações de Lula, realçadas por seu programa de governo, apresentado na televisão; em suas declarações a reportagens de jornais e debates a que esteve presente, nos quais declara-se a favor de calotes nas dívidas interna e externa, uma reforma agrária abrangente, intervenções na propriedade, no mercado, em bancos, no sistema de educação.

Todas essas estratégias da campanha de Collor procuraram impelir sentidos e significados, abarcar descontentamentos com o escopo de disputar o apoio do “povo”. Havia uma disputa ensaiada pelos concorrentes, pelos votos dos “pobres”. A narração do programa de Collor apresentou uma pesquisa em que este figurava com 52% da preferência dos mais “pobres”, e o oponente Lula, com preferência de 46% dos mais ricos. Conclui, ao final, afirmando que Collor tinha a preferência dos mais “pobres”. O “povo” de Collor estava entre os mais “pobres”, conforme essa apresentação proposta.

3.6 Considerações

A constituição do discurso de formação de “povo”, de Fernando Collor de Mello, pela elaboração proposta, é de uma grande complexidade, ao mesmo tempo em que se apresenta como o candidato dos “pobres”. Aqueles que nunca tiveram voz e atenção, pela simples adesão ao candidato haveriam de tê-las. Isso resulta numa certa estratégia de elaboração discursiva que se apresenta com o intuito de abarcar o maior número possível de demandas. Estas, notadamente, no âmbito deste percentual da população, a qual se relaciona, de modo geral, com setores do funcionalismo público, de baixos salários, como policiais e servidores dos mais diversos organismos da administração. Nessa relação, podem ser encontrados pensionistas e aposentados, cujos proventos não atendem às necessidades básicas; os trabalhadores da ativa, os assalariados que enfrentam uma economia altamente inflacionada, cujo valor do rendimento auferido não chega ao final do mês. Na

concepção de “minha gente”, ou de “meu povo”, estão todos esses e mais aqueles que não têm salários ou outro rendimento fixo. Aqui está se falando de parcela da população que vive de ocupações esporádicas, de atividades extrativas ou artesanais. O discurso se refere a eles: “os humildes”, “os descamisados”. Estes são o “povo” de Collor; o que vem enunciado nos seus pronunciamentos.

Para obter essa constatação, analisaram-se os discursos proferidos, as imagens e a narração da proposta, ao longo do espaço da campanha eleitoral de 1989. As entrevistas e debates realizados denotam também essa afirmação. Os fatos materializados nos vídeos produzidos para o horário político eleitoral demonstram, claramente, a formulação de uma proposta, de estratégias que denotam a construção de um discurso voltado para a identificação de sentidos e significados, fixando a intenção de um discurso de “povo”.

O texto apresenta as dimensões em que o discurso foi sendo construído, etapa a etapa. Num primeiro momento, a estratégia do candidato se apresenta como sua “gente”, como administrador, eticamente e moralmente capaz, um homem de sensibilidade social, identificado com as agruras dos menos favorecidos. Ao mesmo tempo, coloca-se como defensor da liberdade e da propriedade. Nessa esteira, produz um discurso para a classe média e alta, mas a importância dada a essa questão não pode afetar os mais pobres; por essa razão, propõe uma sociedade mais solidária. A jovialidade é algo importante na estratégia, visto que o Brasil da época era um país essencialmente de jovens.

A apresentação do novo, na política nacional, este potencial, foi articulada por Collor, construída em detrimento do velho, que era relacionado com a tradicional política partidária exercida no país. O candidato se apresentou inicialmente avesso às alianças, às articulações, no seu discurso, circunstância que teve que moderar, no segundo turno, para uma eventual governança. A sua proposta era a de uma relação direta entre ele e o “povo” ou a “minha gente”. Tais condições tiveram reflexo no eleitorado da época, produziram identificações. O partido de sustentação de Collor era o Partido da Renovação Nacional, um aparelho sem tradição, sem número de representantes no Congresso Nacional que permitisse aprovação de medidas ou de um programa de governo consistente. A par disso, o candidato conseguiu impor uma grande votação que o levou ao segundo turno da eleição.

Como foi referido, no primeiro turno da eleição, o então candidato buscou firmar sua pretensão, dando ênfase a fatores que se refletiam na população e se

constituíam em práticas e sentidos. Assim, o significante da mudança que foi assinalado, neste capítulo, torna-se um vetor importante: “somos contra tudo isso que aí está”. Sobre este, o “povo” de Collor está confiante numa mudança do *status quo* vigente. E a quem se destina toda esta indignação? A todos que integram o governo, no qual o “povo” deve promover uma alteração geral. E quem são esses que vão resolver essa questão? Serão todos aqueles que acreditarem na capacidade de Collor de atender às demandas não satisfeitas dos “pobres”.

Quem não atende a essas demandas? A estrutura de poder vigente, representada na época pela aliança de sustentação de governo, o PMDB e o PFL, além do PT e aliados. Da relação “nós” contra “eles”, surge o “povo”. Quem é o “nós”? Já respondemos, ou seja, os “pobres”, os “humildes”, os “descamisados”. Quem são o “eles”? Os poderosos e, nesse contexto, estão os políticos *lato sensu*, empresários que vivem às custas do Estado, especuladores financeiros, banqueiros, os “marajás do serviço público”.

No segundo turno da eleição, o “povo” de Collor sofre uma nova releitura, desenvolvida sempre a partir de suas manifestações na exposição televisiva. Na segunda etapa, há um oponente em específico, Lula: um oponente que provém da classe operária, defensor dos trabalhadores, com uma trajetória que informa sua condição de retirante nordestino, de uma das regiões mais pobre do país. Ao mesmo tempo, o adversário integra uma poderosa Central Sindical, a CUT, e um partido político de esquerda de maior expressão no nível nacional do que o de Collor. Ambos trabalham no mesmo campo para o qual visam capitalizar o apoio dos mais “pobres”. Nessa segunda etapa da eleição, estabelecem uma disputa por esse “povo”, isto é, os “pobres”. Quem tem melhores condições de representá-los? Quem tem mais vontade de representá-los? Quem realmente os representa?

O antagonismo é a categoria discursiva utilizada para a análise, neste capítulo, voltando ao “povo”, como referência. Como se constitui a relação de oposição entre os candidatos? Esta pode ser apresentada como os de “dentro” e os de “fora”. Quem são os de “dentro”? Conforme se deflui das declarações do candidato Collor, são os defensores da liberdade, da propriedade, da imprensa livre, da economia de mercado e, junto a estes, os “descamisados”, os “humildes”.

Já no outro sentido, deverão ser os de “fora”? Conforme o discurso de Collor formalizado destaca, serão aqueles que defendem a estatização dos meios de produção, os contra a propriedade, a livre iniciativa, os que seguem doutrinas

alienígenas, e mais os integrantes da rede de sustentação do governo Sarney, os que vivem à custa do Estado, recebendo benefícios indevidos, da mesma forma que os funcionários públicos que recebem altos salários, resultado de acumulações ilegais e que nada produzem. Há no discurso apresentado pelo candidato uma nítida fronteira de campos que se opõem.

No capítulo seguinte, analisar-se-á o discurso de “povo” de Lula, de que forma foram trabalhados os sentidos apresentados na campanha eleitoral. A construção discursiva do candidato mencionado será objeto da análise, que deve acompanhar a sistemática até aqui desenvolvida.

Capítulo IV - Discurso de Povo de Lula

4.1 Considerações Preliminares

Neste capítulo, passaremos a abordar a construção discursiva do então candidato Luís Inácio Lula da Silva, desenvolvida durante o pleito eleitoral de 1989, na condição de disputante ao cargo de Presidente da República Federativa do Brasil. Como já referido anteriormente, seguimos a perspectiva teórica desenvolvida por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, com suporte nas categorias de análise discursiva desenvolvidas por esses teóricos. Assim, com subsídios do conjunto de conceitos heurísticos, trabalhados pelo marco teórico utilizado neste estudo, tendo como suporte a categoria de “povo” destacada nos estudos sobre o populismo, sua forma de construção, como já abordada, implica uma elaboração discursiva que, de modo geral, vem alicerçada na interpretação sobre a relação oprimidos *versus* opressor, dando ensejo a sua forma.

Os comparativos discursivos que Lula utilizou durante a campanha eleitoral constituem o aspecto informado nesta abordagem, ou seja, uma análise de sentidos desenvolvidos ao longo da trajetória dos dois turnos eleitorais em 1989. Dessa forma, nessa mesma desenvoltura, prossegue-se com a questão das oposições estabelecidas, as suas fronteiras em relação aos demais disputantes. Inicialmente, situa-se a proposta de Lula em relação aos demais concorrentes e, *a posteriori*, com as proposições de Collor, observando-se os antagonismos que surgem em decorrência das nomeações de significados elaborados e como estes devem contribuir para a compreensão do discurso do candidato, assim como de sua proposição discursiva de “povo”.

A construção do discurso que nomeia o “povo” de Lula, dentro da perspectiva teórica esboçada no capítulo inicial, no qual se propôs o caminho de suporte para as análises que serão desenvolvidas, assim como a discursividade exposta, ou melhor, as complexas relações de sistemas e de práticas de identificação dos sujeitos produzidas no contexto político, serão objeto da persecução deste capítulo. A tradução desses movimentos na objetividade social, as articulações de sentidos e suas interações produzem/reproduzem significações que, percebidas, também serão destacadas.

As ações políticas que se desenvolveram, durante a campanha, apontaram sentidos construídos discursivamente por Lula. Esse desenvolver de sentidos, ocorrido durante a fase de disputa pela Presidência da República, resultou na constituição de uma série de significados que buscavam afirmar qualidades pontuais do líder. O destaque apresentado, nessa etapa da disputa, procurava demonstrar uma precedência sobre os demais oponentes, assim como, em outros momentos, antepunha-se aos sentidos realizados pelos concorrentes, condições pessoais específicas apresentadas que viabilizariam sua escolha em detrimento dos outros.

A participação de Lula, no embate eleitoral de 1989, teve um caráter de simbolismo muito acentuado. Líder sindical de expressão, participou de greves nacionais, tendo, inclusive, sido preso em razão desses episódios. O simbólico vem concebido, ainda, na perspectiva de que a eleição culminaria com o processo de redemocratização do país. No decorrer desse processo, superava-se o mecanismo institucional das eleições indiretas, que transcorria no Congresso Nacional perante um colégio eleitoral. O período também foi marcado por um *status quo* político comandado por militares na administração. A estrutura de poder sofreu variações decorrentes do apoio de setores de influência da classe política e econômica do país, os quais, pressionados interna e externamente, declinaram da sustentação ao modelo político vigente, já desgastado.

O candidato à Presidência, Luís Inácio, um dos principais líderes do Partido dos Trabalhadores, obteve êxito ao reunir os principais setores de esquerda: sindicalistas, intelectuais e funcionários públicos numa frente política de oposição. Notadamente, essa constituição política vinha sendo construída numa orientação socialista, desde meados da década de oitenta, para um país que atravessara quase três décadas de um regime autoritário, que se firmou durante a década de sessenta, ainda sobre os auspícios do embate entre OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) e Pacto de Varsóvia. Falar em socialismo e luta de classes era algo que se encontrava envolto em muitas resguardas, embora em democracias solidificadas, como as de países europeus, fosse alvo de embate político rotineiro.

A presença, na disputa à Presidência, de um candidato que, à época representasse a esquerda, ainda era algo que motivava preocupações dos chamados “mercados”, ou seja, havia temor numa eventual ascensão ao poder que pudesse impor interferências nas relações estabelecidas. A própria mídia, de modo geral, relacionava o candidato a um radicalismo, que seria observável nos seus

discursos nas portas das fábricas. Assim, o Partido dos Trabalhadores (PT) era alvo de críticas por sua vinculação com o movimento sindical, em especial no que se referia a sua relação com a CUT (Central Única dos Trabalhadores). Esse fator, também foi objeto de trabalho, por parte dos adversários, no decorrer da campanha, nos dois turnos em que disputou a Presidência em 1989.

Observando-se a forma como foi elaborado o programa eleitoral da candidatura de Lula, para a mídia televisiva, no horário político, tem-se por objeto de análise discursiva, deste trabalho, o empírico, com base nos pronunciamentos registrados, no intuito de verificar como foi desenvolvida a construção da categoria “povo”, na versão da proposta do candidato. A seguir, será feita a exposição do que foi possível observar nas apresentações durante o espaço político televisivo: a concepção visual do programa, os elementos informativos, a apresentação do candidato, seus pronunciamentos, ou seja, tudo que pôde ser detectado, nesse meio, será descrito informativamente.

Na segunda parte do capítulo, serão tratados os sentidos do discurso de Lula, no seu contexto mais abrangente, os significados apreendidos. Também serão apresentados, nessa análise, os sentidos gerais que foram demonstrados ao longo de toda a campanha. Ainda na busca de se destacarem sentidos, será dada ênfase inicial àqueles evidenciados no primeiro turno, que contou com número expressivo de candidaturas, uma vez que a liberdade partidária e o pluripartidarismo passaram a ser uma das marcas da redemocratização brasileira.

Claramente, o cenário do primeiro turno da eleição era um, e o do segundo, apresentava-se outro. Essa dicotomia precisa ser salientada para a compreensão do processo que resultou na construção discursiva do candidato. Já no segundo turno, em que o principal oponente de Lula era o candidato do Partido da Renovação Nacional (PRN), Fernando Collor de Mello, o discurso certamente teve que sofrer alterações, como se poderá observar em tópico específico deste capítulo. Como não poderia deixar de ser, sentidos construídos por Lula, que lhe eram favoráveis, foram destacados, da mesma forma que sentidos contrários ao adversário também foram incluídos. Neste segundo espaço, surge a construção do antagonismo, outra categoria discursiva que apoia a análise proposta.

Por fim, o capítulo traz considerações gerais sobre o que foi detectado na apresentação de Lula, no período de exposição na mídia televisiva: os principais sentidos percebidos e a forma como se configurou a sua construção discursiva de

“povo”, naquela época. Dentro do contexto apresentado, far-se-á a abordagem da análise proposta e referida nesta introdução, com os dados coletados e documentados, obtidos de programas políticos e debates.

4.2 A Formação do Programa Eleitoral de Lula

Neste tópico, a análise de como foi constituído o programa político eleitoral do candidato, na disputa das eleições presidenciais de 1989, toma relevo: sua forma de apresentação, sua estruturação, tornam-se objeto da observação. Ou seja, os seus mais diversos aspectos, passando, inclusive, pelos recursos gráficos também são destacados. O estilo de montagem dos cenários, as cenas captadas de comícios públicos, constituem o contexto discursivo, assim como é operacionalizado. As constatações, as inserções de Lula em debates, fotos e entrevistas de personalidades nacionais e internacionais compõem a estrutura do programa televisivo que apresenta o complexo discursivo. Também faz parte da mensagem e dos simbolismos da programação a participação de artistas na composição das ideias demonstradas. Desse modo, todo o conjunto de situações captadas ao longo dos dois turnos da disputa, é destacado, com a finalidade de demonstrar a construção do discurso elaborada em prol do candidato ao longo da disputa.

A elaboração de uma proposta e a execução de um programa político exige a participação de vários profissionais, tais como, redatores, cinegrafistas, repórteres de campo, ou seja, um conjunto do que vem sendo denominado de *marketing* político. O programa do candidato Luís Inácio Lula da Silva teve como suporte de aproximação com o eleitorado, o que foi denominado de “Rede Povo”. Tratava-se de uma clara alusão à rede de televisão aberta, o conglomerado de comunicação “Rede Globo”. Na vinheta de abertura do programa, transparece uma versão mais simplificada daquela utilizada pela poderosa rede de televisão. A semelhança movia-se, inclusive, na direção da sonoridade do famoso “plim-plim”.

O programa de Lula, nas suas apresentações iniciais, dava destaque à aliança que conduzia e patrocinava sua candidatura ao cargo de Presidente da República. Denominada, pelos aliados, de “Frente Brasil Popular”, reunia o Partido dos Trabalhadores, o Partido Socialista Brasileiro e o Partido Comunista do Brasil. Já com relação ao candidato Luís Inácio, nos programas iniciais, este se apresentava vestido de terno e gravata, visando transparecer seriedade para sua figura, embora

seus pronunciamentos fossem no sentido de destacar o significado da eleição à Presidência da República, realizada diretamente pelo voto da população, após vinte e nove anos de escolhas indiretas.

A estética do cenário em que Lula se apresentava, destacava, ao fundo, um mapa estilizado do Brasil. Da mesma forma que a vinheta inicial de abertura do programa, a configuração do cenário era semelhante à dos programas de telejornalismo das grandes redes de televisão da época. Na apresentação do programa, Paulo Betti, ator conhecido nacionalmente por participar da mídia televisiva, ressaltava a importância da “Rede Povo”, denominação esta escolhida para as inserções televisivas da coligação capitaneada pelo candidato, pronunciando a seguinte frase: “A principal figura é você”.

No programa de Collor, destacava-se a modernidade, o arrojo. De outro modo, na montagem do programa de Lula, a imagem projetada era de populares, líderes da esquerda e artistas. A musicalidade do programa, por sua vez, era algo que sobressaía, com o famoso jingle que se perpetuou em diversas variações do “Lula lá...”. O programa se intitulava como sendo uma estação de televisão diferente, pelo fato de dar destaque àqueles que estariam ao lado do “povo”.

Na apresentação de episódios históricos, o programa procurava mostrar a importância da liderança de Lula no seu passado. Assim, cenas do candidato comandando greves na famosa região industrial, conhecida como ABC paulista na, região metropolitana da capital de São Paulo, sua participação em negociações, a resistência que ofereceu ao regime militar, a prisão de Lula em razão da luta em favor dos trabalhadores, a defesa das eleições diretas à Presidente da República eram enfatizadas nas apresentações ao longo dos programas.

Em outros momentos, o programa apresentava um Lula mais informal, em mangas de camisa, fazendo pronunciamentos destinados ao chamado eleitor comum ou mediano. Nessas oportunidades, verificam-se discursos que se preocupavam em esclarecer as posições ideológicas de sua candidatura, uma posição de esquerda, salientando sua tarefa na luta de classes em defesa dos trabalhadores.

A veiculação de imagens de comícios com grandes concentrações de pessoas, também constituiu a tônica da programação, assim como o apoio de segmentos foi igualmente outra articulação desenvolvida. Nesse diapasão, entrevistas e depoimentos, relatos de religiosos e de lideranças rurais, em apoio à

candidatura, ao lado de reportagens em assentamentos, como na fazenda Anoni, no Estado do Rio Grande do Sul, eram utilizados pelo programa de Lula.

No primeiro turno, como já mencionado, a apresentação da “Rede Povo” estava a cargo do ator Paulo Betti, que, no segundo turno, foi substituído por outro ator, Nuno Leal Maia, personalidade conhecida nacionalmente, também por suas atuações na mídia televisiva e que passou a se desdobrar na apresentação do programa. Nesta segunda etapa da eleição, o programa de Lula ampliou o leque de abrangência. Já não se tratava tão-somente da aliança com o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B), pois outros aliados passaram a integrar o circuito de apoio ao que se denominou de “Movimento Lula Presidente”: o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), dentre outros.

Foram apresentados, no programa de televisão, no horário político eleitoral, pela “Rede Povo”, uma série de depoimentos de personalidades políticas da época como: o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, o senador Mário Covas, o ex-governador Leonel de Moura Brizola e o deputado Roberto Freire. Todos eles manifestavam apoio à candidatura de Luís Inácio à Presidência da República, ao mesmo tempo em que alertavam a população para a sintonia das forças de esquerda no país. A demonstração de unidade dessas forças políticas era algo importante, no sentido de ampliar a base de apoio de Lula. Desse modo, a veiculação de imagens, de abraços e apertos de mão era simbólica de união.

De outro modo, imagens de empresários também foram mostradas na programação, contudo com outra conotação: não de apoiadores, mas de oponentes. Assim, em espaço do programa, a ideia que se procurava transmitir era de que os poderosos integrantes da elite industrial e comercial do país estariam contrariados com a desenvoltura e a popularidade alcançadas por Lula, em razão das propostas do Partido dos Trabalhadores, naquele quadro eleitoral.

Dentre as pessoas apresentadas como representativas desse quadro estavam o empresário Mário Amato, então presidente da poderosa Federação Industrial do Estado de São Paulo, Eduardo Rocha Azevedo, que dirigia a Bolsa de Valores de São Paulo e Flávio Telles de Menezes, então presidente da Sociedade Rural Brasileira. Na mesma linha, também foram apresentados, no programa de Lula: Romeu Trussardi, então presidente da Federação do Comércio de São Paulo,

o industrial Albano Franco e o político e empresário de comunicação, Antônio Carlos Magalhães.

A programação ainda contou com uma série de reportagens, as quais abordavam a questão da distribuição de renda, em relação não só a trabalhadores de áreas rurais e urbanas, de grandes centros, como também de pequenas cidades nordestinas. Nesse sentido, diversas cenas de moradores de favelas pobres, que denotavam a injustiça social, foram lançadas, em âmbito nacional, na rede do horário político, acompanhadas de depoimentos de moradores que enfatizavam suas condições precárias de vida. Surgia, assim, uma série de demandas por saúde, educação, emprego, oportunidades. As frustrações com o governo e o *status quo* tiveram espaço, ao lado da esperança de dias melhores que certamente adviriam com a mudança.

Alguns artistas, conhecidos nacionalmente, também foram utilizados no programa para infundir princípios considerados importantes pelo discurso da candidatura, tendo sido apresentado, nesse sentido, um monólogo adaptado sobre o analfabeto político de Berthold Brecht, com narração de Nuno Leal Maia. Na mesma linha, foi o depoimento pessoal do ator Paulo Betti, sobre sua infância pobre e a capacidade de seus pais de discernirem sobre o melhor candidato, o que se constituía, possivelmente, num apelo sentimental ao eleitorado. Todas essas incursões teriam a finalidade de incutir no eleitorado a grande responsabilidade sobre os destinos que estavam em jogo naquela eleição.

Nessa direção, ainda cabe acrescentar que também alguns atores consagrados em programas humorísticos, como os da TV Pirata, que era apresentado em horário nobre na Rede Globo de televisão, disponibilizaram-se, permitindo fornecer suas imagens associadas à de Lula. Em determinados momentos, eram feitas inserções apresentando brincadeiras com os candidatos Lula e Collor, dando ênfase à superior qualidade do primeiro. Músicos e cantores de destaque no cenário cultural e artístico brasileiro, por sua vez, demonstravam apoio a Lula. Muitos, inclusive, apresentaram-se cantando o *jingle* da campanha em outras versões que não a usual. Dentre essas personalidades estavam Chico Buarque de Holanda, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Djavan, entre outros.

A equipe de produção do programa de Lula teve preocupação em acompanhar a evolução da disputa, contra-atacando e atacando o adversário, através de reportagens realizadas diretamente nos locais detectados como pontos

frágeis do oponente. Sobre esse aspecto, reportagens na capital do Estado de Alagoas, a cidade de Maceió, abordavam problemas não só em hospitais, especialmente na distribuição de remédios, como também na limpeza urbana, além de outros problemas administrativos encontrados e associáveis a Collor.

Essa atuação incluía, ainda, apresentação de depoimentos de ex-empregados de empresas da família Collor de Mello, como os de pessoas com ações na Justiça do Trabalho. Reportagens sobre condições de estradas e supostos benefícios foram articulados, também, na apresentação de imagens e depoimentos. Grande destaque na campanha, e que gerou muitas imagens e versões, foi um comício de Collor na cidade de Caxias, no Estado do Rio Grande do Sul. Nessa oportunidade, brigas entre militantes da Frente Brasil Popular e seguranças de Collor tomaram o aporte de fatos utilizáveis por ambos os candidatos.

Outro episódio forte da campanha decorreu do depoimento prestado no programa de Collor, da ex-companheira de Lula, Míriam Cordeiro, com referência a aspectos pessoais do candidato, como sua responsabilidade enquanto pai de uma adolescente. No depoimento, foi dado destaque a acusações de racismo de parte de Luís Inácio, assim como ao fato de ele ser favorável ao aborto, inclusive da própria filha com Míriam. Tal episódio obrigou uma resposta em que o candidato apareceu abraçado à filha, apresentando sua versão das imputações.

Para os debates, tanto no primeiro como no segundo turnos, eram aproveitados e veiculados, ao lado de cenas e fragmentos de discussões, posicionamentos favoráveis ao candidato, da mesma forma que as contradições dos adversários eram expostas ao máximo, na mesma ideia de desconstituir o discurso deles. Essas operações, pode-se dizer, tinham o objetivo de apresentar a melhor face do candidato, sempre que possível.

Todos esses elementos aportados na campanha de Lula e operados pelos articulistas que formataram as exposições ensejaram sentidos que foram construídos, os quais serão objeto de análise e destaque nos tópicos que seguem. O que já se afirmou, inicialmente, passar-se-á a apurar, com a finalidade de detectar o discurso de formação de “povo” de Lula.

4.3 Sentidos Gerais do Discurso de Lula

Na campanha eleitoral à Presidência da República de 1989, o candidato Luís Inácio realizou atos simbólicos representativos da imagem que se propunha transmitir, como: visitas a portas de fábricas e a assentamentos rurais de integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, a desassistidos pelo poder público, a desempregados, ou seja, ao “povo”, a quem sua mensagem desejava atingir. As manifestações do candidato denotavam sentidos que foram sendo elaborados e reelaborados durante a campanha, numa relação de construção e desconstrução de sentidos, na medida em que relações antagônicas com os adversários foram estabelecidas. O que está sendo referido aqui pode ser apreendido das manifestações do candidato, fatos que ocorreram no horário político apresentado no seu programa de televisão.

Alguns desses, podem ser considerados como sendo **sentidos gerais** que foram percebidos do conjunto de manifestações do candidato. Nessa condição, trata-se de significados que se apresentaram no âmbito geral de tudo o que foi apresentado na televisão, em ambos os turnos, uma vez que, como ficou firmado, a eleição em análise ocorreu em dois turnos. No primeiro turno, não foi obtido percentual necessário para a consagração de um dos candidatos como legitimado ao cargo de Presidente, sendo necessária, por essa razão, uma segunda votação em que concorreram somente os dois mais votados no turno inicial. Dentre os que obtiveram os percentuais necessários para a participação nessa outra etapa, encontravam-se Luís Inácio e Fernando Collor.

A temática desenvolvida buscava abarcar demandas dispersas no eleitorado, da mesma estratégia que era levada a termo pelos adversários de Lula, os quais almejavam alcançar o máximo de apoio. Tendo o candidato um campo de trabalho já existente no quadro político da objetividade social, ou seja, os trabalhadores assalariados, novas alianças e articulações demandaram um discurso mais inclusivo. Para obter tal finalidade, percebe-se claramente um discurso que procurava construir sentidos mais abrangentes. Dentre os sentidos apontados por Lula estava o de ser um homem do “povo”, um retirante da região nordeste do país. A ideia transmitida era a de que o candidato era um homem de origem humilde, um trabalhador, a de que seria um operário na Presidência da República: o **humilde** que conseguiria ascender, como se pode observar na própria fala de Lula:

Nós temos motivos para estar felizes, porque chegamos lá, porque alguns setores não acreditavam que nós chegássemos. Nós chegamos ao segundo turno e hoje estou mais convencido ainda que nós vamos ganhar estas eleições. Para mim, as eleições no segundo turno são mais fáceis que no primeiro turno, porque os dois lados estão definidos, os dois discursos estão claros (LULA - DVD IV – 2º TURNO – dezembro de 1989).

Na manifestação acima, o candidato Luís Inácio demonstra sua satisfação e começa a esboçar sua diferença com relação ao seu adversário. Desses termos, o que se depreende é o “nós” contra “eles”, uma relação que se antagoniza. A sua condição de trabalhador é destacada por ele mesmo, como uma determinante que promete sentido:

Agora só depende de nós, não sei se vocês estão percebendo que não depende de mais nada. Depende da nossa competência, da nossa vontade de ganhar e da nossa disposição de ganhar. Se cada um de nós colocar nossa bandeira para fora, se cada um de nós resolver a partir de hoje, em cada rua, em cada local de trabalho, em cada escola, em cada reunião a gente convencer os companheiros. Eu tenho certeza que vamos fazer a virada do século. Nós vamos dar a maior lição política que este país já teve, onde um operário chega ao poder (LULA - DVD IV – 2º Turno – dezembro de 1989).

Todo o entusiasmo da militância, dando ênfase à sua especial condição de ex-operário, é um dado fundamental na construção discursiva de Lula. A posição de trabalhador abre um leque de possibilidades de assimilação de sentidos dispersos no meio social, pelo processo de identificação com a maioria da população que inclui trabalhadores, assalariados, os quais poderiam sentir-se representados com a ascensão do candidato ao posto máximo do poder de Estado.

De outra forma, demonstrava-se um indignado com a situação de homens e mulheres do “povo” que viviam na miséria e não tinham o que comer. O candidato, em suas falas, referia-se às necessidades do “povo”, ao mesmo tempo em que afirmava ser seu sonho que todo trabalhador pudesse fazer um número suficiente de refeições, que pudesse ter vida tranquila. A indignação partia da situação do “povo” pobre, da falta de condições que levava as crianças a perderem a infância para ajudar no sustento da família. No seu discurso, não só destacava as carências da população, mas também os poderosos como culpados. Outro foco de indignação que aponta o sentido, era o destinado ao modelo econômico do país, que somente privilegiava alguns em detrimento da grande maioria da população brasileira. Surge,

então, um novo sentido que transpassa no seu discurso, o **indignado**, que viria a ser trabalhado nas suas manifestações na televisão:

Eu conheço perfeitamente bem as necessidades de uma reforma urbana. Eu lembro quando em 1958, eu morava na Vila Carioca até 1964, no bairro Ipiranga em São Paulo. Eu lembro as enchentes que eu enfrentava, lembro quando em 1969, eu morava na Ponte Preta, divisa com São Caetano em São Paulo e lembro quantas noites a gente acordava à meia noite, oito da manhã com a água que já molhava o colchão e a gente tinha que levantar e nem sempre tinha tempo de subir as coisas que estragavam tudo, e depois não tinham reparo por parte do poder Público (LULA – DVD IV – 2º Turno – dezembro de 1989).

Observa-se aqui, claramente, que Lula demonstrava sua indignação com a situação do seu “povo”, que, como ele, não recebia a assistência devida do Estado. Para ele, o poder público, com responsabilidade nesses casos tão comuns país afora, deveria reparar o cidadão lesado, oportunizando a reconstrução de suas vidas. Porém, a sua indignação não se resumia à falta de assistência apenas nessas situações, ia além, como ao desamparado cidadão, sem o calçamento da rua, e a tantas outras demandas, nesse sentido, sem atendimento. O discurso oferece esta questão:

Lembro quando casei pela primeira vez em 1969 e fui morar no Parque Beija em São Paulo. Eu sei o que é levantar de manhã para ir trabalhar numa rua que não tem sarjeta, mas que tem um metro de barro quando chove e que a gente sai de casa limpo e chega no ponto de ônibus que nem um porco de tanto barro que carrega nas barras das calças. É por esta razão que entendo que a reforma urbana é necessária para dar ao trabalhador que produz a riqueza deste país o mínimo de decência. Para permitir que o trabalhador viva como gente. Para permitir que o trabalhador brasileiro saia de casa, pise no asfalto, na guia e não na sarjeta (LULA – DVD IV – 2º Turno – dezembro de 1989).

Tratando de questões plausíveis ao eleitorado, o discurso de Lula procurava assimilar as demandas da sociedade, pretendendo ser didático ao tratar de questão altamente complexa, como a reforma urbana, traduzindo-a para a compreensão do público em geral, com seu próprio exemplo. Ao mesmo tempo em que ressaltava essa realidade ainda tão presente, apresentava, também, sua opinião, esta representativa de sua insatisfação com o resultado da atuação dos órgãos de Estado, no trato dessas questões. No discurso a seguir, prossegue com sua manifestação, emblemática, no imaginário do eleitorado:

[...] e não tenha que sujar sua roupa de barro e para permitir que nossas crianças tenham uma casa com água encanada, esgoto, coisas que possam lhe causar doenças. Para permitir que a escola seja perto da casa, que dê condições para que as crianças tenham uma boa condição de educação, um bom sistema de saúde, ou seja, é preciso evitar que o trabalhador fique três horas dentro de um ônibus para ir para o trabalho e três horas para voltar. O trabalhador não tem direito a vida, é só dentro de um ônibus (LULA – DVD IV – 2º Turno – dezembro de 1989).

Lula demonstrava, nesse fragmento, sua preocupação com as crianças, questão essa de grande sensibilidade, pois atingia o futuro, as famílias, o bem-estar e a saúde da população menos favorecida, que morava e trabalhava nos subúrbios dos grandes centros urbanos do país. Seguindo essa fala, o candidato apresentava, ainda, outra situação da realidade:

[...] é só dentro de uma fábrica, ele precisa viver decentemente. Na hora que ganharmos, isto vai ser possível, porque eu conheço o sacrifício do “povo brasileiro” e a necessidade de uma reforma urbana, não é por tese, não é por livro de algum assessor, mas é porque eu vivi 20 anos da minha vida como vive a maioria do meu povo (LULA – DVD IV – 2º Turno – dezembro de 1989).

Observa-se que a preocupação externada de Lula era com o trabalhador, com sua situação ao executar jornada de trabalho extensa e ainda ser obrigado a permanecer no local de trabalho, por falta de transporte adequado. Tal discurso destinava-se a uma grande parcela de eleitores que viviam em tal situação, tratando-se, assim, de mais uma demanda que procurava abarcar. Da mesma forma que apresentava essa indignação, propunha a esperança de que tudo mudaria com sua ascensão ao poder.

Em outro aspecto, nos seus pronunciamentos, Lula se manifestava no sentido de que desejava um país melhor, a construção de uma utopia, a “redenção” do “povo”. Trata-se de uma “revolução” pacífica a ser realizada através do processo democrático, pelo voto popular, que iria possibilitar as alterações profundas na forma de vida do eleitor. Têm-se, dessa maneira, os aspectos de algo que era almejado para o futuro, um sonho a ser alcançado, sendo o sentido que aqui desenvolve o do “**sonhador**”, a esperança a que todos são chamados a compartilhar:

Dia 17 de dezembro é o dia de sua “redenção”, é o dia de você fazer a sua revolução, a sua arma é uma caneta e o golpe mortal que você vai dar nesta vida desgraçada que leva “nosso povo”, é o xis que você tem que fazer na Frente Brasil Popular, no Lula para presidente (LULA – DVD IV – 2º Turno – dezembro de 1989).

Observa-se, aqui, que o candidato Lula se apresentava como aquele que seria digno de confiança, uma vez que todas as propostas até então executadas, não tinham atendido ao “povo”. Nesse sentido, Lula criticava os partidos que se mantiveram no poder, até então, inclusive os integrantes da denominada aliança democrática: o PMDB e o PFL, fato que atingia, conseqüentemente, os integrantes do governo Sarney, os herdeiros do regime militar que estavam na disputa. Realizando uma reflexão, no início da campanha, o ator Paulo Betti, que fazia parte da narração do programa de televisão, assim chamava a atenção do eleitor:

O horário político está com tantos candidatos e tantas promessas vão rolar que é capaz de confundir o eleitor. Por isso, nós da Frente Brasil Popular e da rede “povo” vamos recordar um pouco de História para você saber quem realmente está do lado do “povo e quem está tentando enganar Você”. Vamos ao Brasil, ao tempo da ditadura militar, de prisões, torturas, assassinatos. Foi nesse tempo, quando fazer greve era crime e dava cadeia, é que estouraram as greves dos metalúrgicos do ABC paulista (PAULO BETTI DVD I – 1º Turno – setembro de 1989).

Percebe-se, assim, um discurso que remete à história para acentuar quem inspirava confiança e quem não poderia ser contemplado com esse sentimento. As lembranças do regime militar ainda estavam muito presentes em 1989. O governo de Sarney, como apresentado em capítulo anterior, sofria um grande desgaste, oriundo da falta de apoio político. Os integrantes do governo estavam contaminados pelo mau desempenho da administração, como foi exposto nas páginas que abordaram a situação. O apoio dos militares ao governo de Sarney foi explícito, desde sua posse, com a influência do Ministro do Exército. A narração do programa, por Paulo Betti, chamava a atenção para Lula e sua posição nesse contexto:

Luís Inácio da Silva o “Lula” era o líder dos metalúrgicos. O partido que apoiava a ditadura era o PDS. José Sarney era o líder do PDS no Senado. Figueiredo nomeou um jovem membro do PDS para a Prefeitura de Maceió, seu nome Fernando Collor de Mello. Na greve do ABC de 1980, a polícia militar de São Paulo reprimiu violentamente o movimento dos operários. Junto com vários companheiros, “Lula” foi preso pela polícia de São Paulo. Nesse tempo, o Governador indireto de São Paulo era Paulo Maluf, ele também era do PDS (PAULO BETTI – DVD I – 1º Turno – setembro de 1989).

Esses comentários históricos, seguidos de imagens de policiais militares e grevistas em confronto, ilustravam a preocupação de lembrar ao eleitor a origem

dos adversários e o que representavam naquele momento. Contudo, segue-se a narração do ator Paulo Betti, noticiando outros fatos mais recentes para a época:

Em 25 de janeiro de 1984, quinhentas mil pessoas reuniram-se na Praça da Sé, em São Paulo, clamando por eleições diretas. Lula foi um dos principais líderes desta campanha. Na votação do Congresso, a emenda das diretas foi derrotada. José Sarney comandava os votos dos parlamentares do PDS contra as diretas. Para isso, contou com o apoio do seu colega do PDS, Paulo Maluf. Fernando Collor de Mello, Prefeito de Maceió, continuava no PDS e apoiava Maluf (PAULO BETTI – DVD I – 1º Turno – setembro de 1989).

O grande movimento pelas eleições diretas, o qual ficou conhecido pela denominação de “Diretas já”, propugnava pela aprovação de uma emenda, a Constituição Federal de 1967, que instituiria a forma direta de escolha do presidente da República. O movimento, ocorrido em 1984, teve grande participação popular, tendo equilibrado com as estruturas do governo militar. Tal movimento teve o mérito de reunir as mais diversas tendências políticas em prol de uma causa, tendo ficado marcado na história recente do processo de redemocratização do Brasil. A atuação de Lula, nessa mobilização, contribuía para sua biografia, a qual foi acentuada na narração de Paulo Betti, em relação à sua atuação política:

Em 1986 “Lula” foi consagrado nas urnas, eleito Deputado Federal com a maior votação. Torna-se a maior liderança popular do Brasil. Na Constituinte, Lula e seus companheiros do PT, do PC do B e PSB e de outros setores populares, uniram-se para defender os direitos dos trabalhadores e a liberdade e o progresso do ‘povo’. Agora, mantendo-se unidos, o PT, o PC do B e o PSB, formaram a Frente Brasil Popular que lançou a candidatura de “Lula” à presidência. Sua vida de lutas, sua coerência, sempre ao lado do “povo” fazem dele o candidato natural da esmagadora maioria da população brasileira. Por tudo isto, quando “Lula” diz que vai fazer no governo, você pode acreditar nele e nesses outros você acha que pode acreditar? (PAULO BETTI – DVD I – 1º Turno – setembro de 1989).

A trajetória de Lula era destacada: sua atuação política, sua votação, sua expressão popular, todos esses elementos indicativos de confiabilidade do eleitor, um sentido explorado pelo discurso que procura uma identificação com o eleitorado. Ao mesmo tempo em que estabelecia uma diferença de postura com relação a fatos relevantes da política nacional, as afirmativas sobre o candidato informavam que nesse o “povo” poderia acreditar e depositar sua confiança.

Outro impactante de significados, abordado em toda a extensão da campanha, foi o sentido da perseguição, a injustiça que seria patrocinada pelas classes dominantes, contra o movimento popular, capitaneado por Lula e pelo seu

partido. O sentimento de perseguição era algo, segundo o candidato, desencadeado por ações contra os núcleos de poder alçados pelo Partido dos Trabalhadores. Aqui, Lula aponta para o movimento popular que ele liderou para as vitórias obtidas em Prefeituras pelo país afora, que sofreu uma intensa perseguição. Esse movimento seria desenvolvido pelas classes dominantes temerosas das conquistas dos trabalhadores, como o próprio candidato assim refere:

Depois da vitória do movimento popular, das greves, das vitórias nas prefeituras, está acontecendo neste país uma guerra ideológica contra o Partido dos Trabalhadores. Você deve estar percebendo que a mesma classe dominante que parabeniza as greves na União Soviética é contra as greves no Brasil. Você deve estar percebendo que a mesma classe dominante que parabeniza o fato do 'Solidariedade' ter chegado ao poder na Polônia, tem ódio pelo fato do PT ter ganho algumas prefeituras no país, no Brasil, principalmente em São Paulo (LULA –DVD I – 1º Turno – setembro de 1989).

Tanto a perseguição, em outro sentido desenvolvido, como o preconceito à sua candidatura eram movimentos que teriam como origem a denominada classe dominante. O candidato insurgia-se em relação às críticas às administrações municipais do Partido dos Trabalhadores, em especial a da capital paulista, administrada pela Prefeita Luiza Erundina, uma vez que esta sofria constantes críticas, que atingiam a própria candidatura de Lula. Haveria, segundo o candidato, um viés notadamente ideológico que não permitia reconhecer o papel de seu partido e de suas lideranças, naquele momento histórico. O **perseguido** é o sentido desenvolvido neste paradigma, como segue na sua interlocução:

De que a classe dominante tem medo? Ela tem medo exatamente por estarmos promovendo que nós somos capazes de administrar este país de forma diferente do que ele foi administrado até hoje. Nós estamos provando que não existe mais necessidade das propinas nas concorrências públicas. Nós estamos demonstrando que não existe necessidade dos 10% para pagar as empreiteiras que fazem a obra. É por isso que a classe dominante começa a ter medo, ela sabe que no dia 15 de novembro a Frente Brasil popular, composta pelo PT, PC do B e PSB, vai ganhar as eleições neste país (LULA –DVD I – 1º Turno – setembro de 1989).

Destacando a corrupção que estaria inserida nas outras administrações, que não as do Partido dos Trabalhadores, havia críticas de Lula aos demais setores políticos tradicionais, da mesma forma que acentuava as razões das perseguições que as administrações de seu partido vinham sofrendo por determinados setores, os quais identificava como sendo da chamada classe dominante do país.

Verifica-se, nas manifestações de Lula, outros sentidos desenvolvidos, como o da confiança afirmada não só pelo próprio candidato, como também pelo conjunto de imagens e história pessoal. Assegurava ser o candidato, o único capaz de cumprir com o “povo”, ou seja, as demais forças políticas não teriam compromisso com o trabalhador e sim com outros interesses. Demonstrava, ainda, intolerância ao comportamento das elites detentoras do poder econômico, que continuamente criticavam o Partido dos Trabalhadores, em razão de sua conquista de espaço. Esse ocupar político de poder pelo partido, em especial, a Prefeitura de São Paulo, segundo Lula, teria gerado uma onda de ações contra a administração de forma injusta.

A esperança é algo destacável entre os sentidos apresentados por Lula. Este significante é usado como parâmetro contra o medo, no sentido de que um partido como o dos trabalhadores, com uma proposta de esquerda, possa representar no imaginário do eleitor o temor de suas políticas por setores médios da sociedade. De outro modo, a esperança também é alçada nos termos da confiança no esforço e na capacidade de superação do “povo brasileiro”. Nas letras das músicas que faziam a sonoridade do programa, nas interlocuções de artistas, a esperança compõe o discurso.

O conjunto acima denota os aspectos gerais de significados apontados pelo candidato. Desse modo, o discurso de Lula apresentado no horário político e nos debates dos quais participou, denota a exposição desses valores preñhes de sentidos. Ao transmitir sua humildade, Lula procurava se aproximar do seu eleitorado, demonstrando que a condição de grande líder sindical, de expressão nacional, não tinha mudado sua personalidade: tinha seus amigos, seus familiares, o seu “povo”. Ao visitar sua cidade natal, abraçou efusivamente uma tia, comparando sua aparência à de sua mãe. Sempre cercado de populares, apresentava-se como um homem do “povo”.

Em vários momentos, ao longo da campanha, o candidato Lula mudava o tom de voz para destacar sua compreensão sobre a situação de miserabilidade da população. Assim, procurava destacar em seus pronunciamentos, a necessidade de mudar o Brasil. Para tanto, o candidato expressava sua indignação em relação à falta de alimentos, à necessidade de as crianças terem que deixar de estudar para ajudar no orçamento familiar, à situação de famílias que acabavam permitindo que meninos e meninas se prostituíssem para ter o que comer.

A utopia do possível, o sonho de um país de classe média, era transmitida nos discursos de Lula. Nesse sentido, proclamava a superação da miséria, a partir de uma melhor distribuição de renda, em que banqueiros e grandes empresários deveriam diminuir seus ganhos em favor dos mais pobres. A possibilidade de uma família efetuar refeições, de poder ter um lazer saudável, era colocada pelo candidato, como um sonho que podia ser alcançado. Nesse sentido, bastaria a participação de todos na construção dessa proposta que atenderia às demandas que emergiriam da vontade do “povo”.

Todas as propostas afirmadas, até então, somente tinham enganado o povo, segundo Lula. De acordo com o discurso do candidato, o salário dos trabalhadores brasileiros encontrava-se extremamente defasado, portanto, deveria sofrer reajustes que possibilitassem ao “povo” ter poder de compra. No entanto, o aumento do salário não era tido, pelo candidato, como causa de aumento da inflação. Defendia, ainda, o candidato que os trabalhadores somente poderiam confiar nas propostas firmadas por ele, pois na condição de trabalhador, o salário seria prioridade de sua política econômica. Ou seja, aumentar a renda do trabalhador constituía sua meta principal.

Outra proposta política em jogo, que estava em discussão em 1989, nos meios políticos, que foi tomando relevo no segundo turno, e foi destacada pelo candidato Lula, teria sido a falha do modelo de país construído pela aliança democrática, formada pelo PMDB e o PFL. Os construtores da Nova República não atenderam às emergências dos trabalhadores. Por essa razão, não havia por que o povo confiar neles e nos que estivessem vinculados direta ou indiretamente a esse núcleo de poder. Somente Lula e aliados eram confiáveis nesse processo, e poderiam resgatar o “povo” das péssimas condições de vida, como se pode perceber no discurso declarado em seu horário de exposição na televisão:

O nosso povo não tem memória curta. Você está lembrado das promessas que nos faziam em 1984, com a criação da Aliança Democrática e o projeto da Nova República. O que deu o projeto da Nova República? Não deu em nada e o meu adversário espertinho como muitos políticos brasileiros costuma trocar de partido como se troca de camisa. Entra no barco até a hora que começa afundar e na hora em que ele já tirou proveito deste barco, ele pula para outro e as promessas começam a ser feitas ao nosso “povo”. É importante neste instante da história política brasileira em que estamos próximos de um Presidente da República (LULA - DVD III – dezembro de 1989 – 2º Turno).

Observa-se que Lula buscava chamar a atenção dos eleitores sobre o quadro político, notadamente o do governo Sarney, conforme verificado em capítulo anterior, em que a situação política e econômica atravessada pelo país apresentava um grande processo de desgaste numa administração que, pode-se dizer, arrastava-se, em 1989. Os quadros ligados ao projeto da Aliança Democrática e da Nova República não desfrutavam de apoio popular, conforme pesquisas de opinião. O principal adversário de Lula, também efetuava um discurso “*anti status quo*”, com fortes ataques ao presidente Sarney e a toda a conjuntura. Com relação ao candidato Lula, preconizava no seu programa eleitoral uma nova atitude dos trabalhadores em relação à política:

Que cada um de nós, sem ódio, sem rancor, sem premeditação, faça uma avaliação correta porque as coisas acontecem tão ruim para a classe trabalhadora. Por que que a classe trabalhadora é tão sufocada, é tão arrochada? Por que que a classe média é empobrecida e proletarizada? Por que que o pequeno e médio empresário estão sendo sufocados? É porque o Estado foi colocado a serviço de meia dúzia de pessoas, meia dúzia de representantes do poder econômico e que conseguem extrair do Estado os benefícios que deveriam ser colocados à disposição do povo (LULA - DVD III – dezembro de 1989 – 2º Turno).

Na análise do quadro político, o candidato Lula convidava à reflexão sobre a situação da classe trabalhadora, da mesma forma em relação à classe média brasileira e aos pequenos e médios empreendedores. Relacionava a situação desfavorável pela qual estavam passando à distribuição concentratória dos recursos arrecadados pelo Estado. Tais recursos seriam disponibilizados somente para uma parcela de privilegiados em detrimento da grande maioria e, em razão desse desequilíbrio, a situação estaria desfavorável para essa população.

A condição de metalúrgico, de ex-operário da indústria, de trabalhador e sindicalista foram instrumentos de aproximação com o “povo”, ao mesmo tempo em que foram operados como sentidos que buscavam significados. Fixaria no eleitorado a ideia de que poderiam eleger um “igual”. A igualdade colocada era nos termos de que a eleição de Lula era a de um trabalhador como qualquer outro. Tratava-se de uma representação colocada ao extremo, de uma pessoa igual a mim. Um sentido de sentir-se representado no mais alto cargo da República.

Foi observada, ainda, no discurso de Lula, a necessidade de justificar administrações de peso, como a da Prefeitura de São Paulo, naquele período sob o comando do Partido dos Trabalhadores. Ao mesmo tempo em que se tratava de uma

grande vitrina para o partido, tal administração servia de ponto de ataque dos adversários. Assim, na defesa das administrações de seu partido, o candidato alegava uma suposta perseguição que seria imposta de forma contínua pelas classes dominantes, com a intenção de manchar a reputação administrativa de seu partido, dessa forma desqualificando-o indiretamente.

A par das dificuldades impostas diuturnamente ao “povo brasileiro”, o candidato Lula afirmava-se um homem de esperança. Sua confiança seria proveniente da força de superação demonstrada pelo “povo”, sentido que pode ser apreendido no fragmento de manifestação, aqui apresentado:

Tenho andado por todos os estados. Vejo como, em meio às dificuldades do país, se comportam os homens e mulheres do povo. Faz hora extra e biscate. Esforçam-se para construir mais um cômodo e acomodar melhor a família que cresce. Aguardam notícias dos parentes que viajaram para muito longe, equipados com a simples coragem de trabalhar, como fizeram meus pais quando eu era criança. Veem, desapontados, seus filhos fora da escola para ajudar no orçamento. Adiam a compra de uma bicicleta ou aparelho de rádio e se esforçam para que a comida não falte. Mas não perdem a alegria de viver e têm represada uma esperança que é a nossa esperança (LULA - PROGRAMA BRASIL URGENTE – 07/12/1989).

Apreendem-se, assim, sentidos que foram proferidos no discurso de Lula durante a campanha à Presidente da República de 1989. No entanto, os significados sofreram variações no decorrer do processo político que se estruturou nos dois períodos da eleição, tendo sido detectados outros sentidos no primeiro turno, o que se passará a abordar no tópico seguinte.

4.4 Os Sentidos de Lula no Primeiro Turno da Eleição

Da forma referida no tópico acima, vimos que o candidato Lula produziu sentidos que foram operados durante dois turnos da eleição. Contudo, cabe destacar que esses, de caráter geral, não tiveram o condão de esgotar as significações desenvolvidas pelo candidato. Por essa razão, sentidos de maneira específica podem também ser detectados durante o primeiro turno da eleição. Como no processo dessa eleição, ou seja, na primeira etapa, havia um grande número de disputantes, a estratégia, obrigatoriamente, deve ser adaptada a essa situação.

Tivemos no primeiro turno, como já foi referido, vinte e dois candidatos, muitos de partidos de pouca expressão ou densidade de eleitores, tão-somente

integrantes de legendas que ocuparam pouco espaço na mídia. Há um destaque para figuras como Ulisses Guimarães, do PMDB, Roberto Freire, do PCB, Afonso Camargo, do PTB, Aureliano Chaves, do PFL, Afif Domingues, do PL, Leonel Brizola do PDT, Ronaldo Caiado, PSD, Mário Covas, do PSDB e Paulo Maluf do PDS. Estes, por possuírem uma maior inserção nos meios de comunicação, destacavam-se dos demais, na conjuntura da época.

Um sentido bastante trabalhado por muitos candidatos foi o da lisura, o não ser conivente com a corrupção. Tal significante também foi usado por Lula como referencial de sua candidatura. A não aceitação de práticas que não vão ao encontro do interesse coletivo toma destaque no discurso de Lula.

A participação coletiva no governo daqueles que considera o “povo”, é outro dado essencial. Aqui, faz-se referência à sua perspectiva de “todos no poder”. Em entrevista, Lula afirma que não estará sozinho, por isso poderá governar, sua capacidade de administrar advém do “povo”, ou seja, dos trabalhadores, dos denominados setores médios da sociedade brasileira. Inserem-se nesses setores, conforme Lula, os funcionários públicos, os pequenos e médios produtores rurais, os operários, os comerciantes de pequeno e médio porte.

Nas diversas oportunidades de manifestação de Lula, ele acentua sua preocupação não só com os salários, mas também com o egoísmo de setores detentores do grande capital. Nessa esteira, não poupa críticas aos capitalistas nacionais e ao capital internacional aplicado no país. Ao lado disso, a crescente desvalorização dos salários e a situação da classe trabalhadora é algo trabalhado intensivamente, nessa etapa do processo eleitoral.

Outro fator de grande significação é a desconfiança de Lula e de seus aliados, com relação aos contratos com organismos financeiros internacionais. Nesse sentido, a questão da dívida externa toma um significado importante no discurso do candidato. A origem da dívida, os valores atribuídos são fatores que são seguidamente falados como algo digno de auditorias. Isso é transmitido de forma categórica ao eleitorado na forma de uma grande preocupação que deve ser assumida por toda a sociedade brasileira.

Ainda durante o primeiro turno da campanha, Lula é bastante cobrado a respeito da posição de trabalhadores sobre o cumprimento de decisões judiciais. Estas envolviam não somente a questão de greves realizadas por sindicatos vinculados à Central Única dos Trabalhadores, consideradas, por vezes, ilegais ou

abusivas, mas também as atuações de movimentos relativos à ocupação de terras e à manutenção de posse irregular de frações de campo. Isso denota outro sentido trabalhado pelo candidato, o da injustiça dessas decisões e a falta de autonomia do Judiciário brasileiro.

A questão agrária no Brasil era tema de destaque na campanha de Lula. A questão da necessidade de uma reforma agrária que contemplasse a distribuição de terras e políticas agrícolas era algo constantemente salientado pelo candidato. Tal posição gerava um constante “bombardeio” de críticas de setores empresariais, sobre a possibilidade de um governo liderado pelo candidato vir a realizar desapropriações de terras consideradas como produtivas.

No primeiro turno, nos debates realizados entre os principais candidatos, um dos temas que mereceu especial atenção foi a condição da mulher. Nessa oportunidade, ao ser questionado sobre sua contribuição doméstica, nas tarefas do lar, Lula afirmou, com desenvoltura, não ter condições naquele momento de contribuir com sua companheira nas tarefas domésticas, contudo, informava que desde sempre se inseria na rotina familiar. A ideia transmitida era a da sinceridade sobre a qual o candidato não faria ilações não verdadeiras em relação à sua condição pessoal.

Nas interlocuções do primeiro turno, havia um propósito de transmitir ao eleitorado a mensagem de que Lula conhecia a situação dos excluídos, conhecimento esse que decorria de sua experiência de vida, da sua convivência no seu local de trabalho e na sua atuação política e sindical. Ou seja, o candidato compreendia a situação daqueles e daquelas que enfrentavam a discriminação.

O tema sempre polêmico do aborto também foi tratado pelos candidatos à Presidência. Nesse sentido, o posicionamento de Lula é objeto de sentidos e significados, procurando afastar-se da linha da defesa ou não da vida. A relação moldada pelo candidato era a de que a questão se impunha não por sua vontade, mas por uma realidade a que não se podia fugir. Desse modo, a perspectiva sobre o aborto foi desenvolvida no debate entre candidatos, realizado pela Rede Manchete, ainda durante o primeiro turno. Em pergunta efetuada pela coordenação nacional do Movimento das Mulheres, Lula foi questionado sobre sua posição, pela interlocutora, Doutora Jaqueline, após esta ter realizado uma breve explanação sobre o tema de caráter geral, a ser respondida:

Calcula-se que no Brasil sejam realizados em torno de três milhões de abortos anualmente. Pela magnitude desta cifra e, sobretudo, pela problemática que ela encerra. Problemática tanto a nível da saúde em termos de mortalidade feminina, quanto pela carga de emoções vivenciadas por uma mulher que procura a interrupção da gravidez na clandestinidade, o debate sobre o aborto se impõe. Sem hipocrisia, sem tabus e com respeito pelas milhares de mulheres que são levadas não por prazer, mas por necessidade a interromper a gravidez (DVD A – DEBATE FEMINISTAS – LULA - 1º Turno).

A essa explanação da debatedora convidada, segue-se uma pergunta, realizada por Jaqueline, destinada a todos os debatedores na sua ordem de resposta. A pergunta realizada resume-se ao seguinte: “-Eu pergunto aos senhores candidatos: – Qual é sua posição diante da gravíssima questão do aborto no Brasil”? Ao seu tempo, Lula responde:

Eu penso que a questão do aborto não é uma questão de ser contra ou a favor, porque no Brasil existe (pausa), acontece umas hipocrisias que nós não mais podemos conviver com elas por mais tempo. O Jogo do Bicho é uma delas e tudo mundo sabe que ele existe. O aborto é proibido. E como disse a Jaqueline existe quase quatro milhões de abortos por ano. A lei diz que todo mundo é igual, mas somente o pobre é preso e o crime de colarinho branco não é punido. Eu acho que a questão do aborto deve ser tratada como uma questão de consciência. É uma questão que o casal e que a mulher têm que decidir isto (LULA – DVD A – DEBATE FEMINISTAS – LULA – 1º Turno).

Ao firmar sua posição, Lula remeteu à interlocutora as questões afirmadas na fala inicial dela, para destacar sua opinião sobre o tema. Prosseguiu, na mesma linha, mas realizando comparativos com a realidade e a necessária atenção do Estado ao problema, através do que considerava uma atitude realista sobre o aborto:

Eu penso que o Estado deve aproveitar e fazer um processo de educação, porque nenhuma mulher faz aborto porque gosta. Nenhuma mulher faz aborto por prazer. Nenhuma mulher faz aborto porque é bonito. Olha, quando alguém chega à necessidade de fazer um aborto é porque existe condições reais e objetivas que obrigam. A diferença básica é que o contingente muito grande das mulheres pobres, das empregadas domésticas ficam se maltratando, porque não podem pagar oitocentos cruzados para uma clínica. Ficam tentando furar, fazer com uma agulha de tricô. Ficam tentando tomar chá de erva sem nenhuma receita científica. Então leva o pobre para pagar um preço muito caro. Eu acho que tem que ser tratado como uma questão de saúde pública e tem que ser tratado como uma questão de foro íntimo da mulher e do casal (LULA- -DVD A – DEBATE FEMINISTAS – LULA -1º Turno)

Tratando do tema como questão de saúde pública, Lula buscava se afastar das questões morais, pronunciando-se a favor do aborto, contudo, relatava que não

era uma questão de ser contra ou a favor, era uma realidade. Trata-se de um sentido que impõe uma significação, ou seja, o candidato afirmava que a questão era algo maior que sua vontade, os fatos da vida estabeleciam a necessidade da realização do aborto. O sentido que aqui se apreende é o do realista, o qual procura uma identificação com seu eleitorado.

Outra percepção, é o sentido que Lula apresentava, em relação às mulheres, quando desprovidas de reconhecimento nas mais diversas esferas, apesar da evolução a que se assiste na contemporaneidade. Desse modo, o sentido em relação à situação é o compreensivo, como se pode apreender do seu pronunciamento no debate realizado na rede Manchete, patrocinado pelo Conselho Nacional da Mulheres:

Eu vivi durante quase quinze anos à frente do sindicato o problema mais duro e mais cruel da mulher ser tratada como cidadão de segunda classe e penso que a uma hora da manhã, possivelmente não possamos conversar com todas as mulheres para mostrar o alto grau de deterioração do tratamento que a mulher brasileira recebe. Em primeiro lugar, a mulher brasileira, hoje, está quase proibida de ser mãe. Se tiver pensando ter um filho, tiver grávida e ao mesmo tempo precisar trabalhar. Ela sabe que está marginalizada do processo de trabalho, ela sabe que está marginalizada do processo de ter um bom atendimento médico durante toda a gravidez (LULA -DVD B – DEBATE FEMINISTAS – LULA -1º Turno).

Tem-se, aqui, a externalização da compreensividade que Lula desejava transmitir ao eleitorado feminino, um sentido que impõe uma identificação com a causa feminina, com as demandas por reconhecimento das diferenças e especificidades da condição de gênero. Procurando um contato mais direto com esse segmento, ilustrava seu pronunciamento com fatos reais, detectados naquela oportunidade, como o próprio candidato relata:

Nós acabamos de assistir no Rio de Janeiro uma coisa maluca publicada pela imprensa. A questão do tratamento que a De Millus dava as empregadas. E muita gente ficou perplexa! Nossa! Uma empresa maltratando as trabalhadora! Fazendo revista! Que coisa absurda! Como se fosse uma novidade do século e aí a gente pega um jornal e constata que esta denúncia da De Millus foi feita há onze anos atrás. A mesma denúncia da revista hipócrita, de fazer com que a mulher tire as calças e mostre se estiver menstruada, a ponta do 'modess'. Isto há onze anos atrás, foi feita esta denúncia e não foi tomada nenhuma atitude (LULA – DVD B – DEBATE FEMINISTAS – LULA -1º Turno).

A sensibilidade demonstrada buscava, à época, uma identificação com um segmento. Trata-se de um discurso que procura articular sentidos contra uma

situação premente de soluções, que diz respeito à condição da mulher, à discriminação em várias questões, às condições de trabalho e de saúde, inclusive aspectos culturais do comportamento masculino. Mais uma vez, Lula trazia exemplos reais vivenciados para ilustrar sua compreensão, sua percepção da realidade a que se assistia, em relação à causa da mulher, conforme se deflui de sua fala no debate:

Mas mesmo quando a mulher faz a opção de trabalhar, por conta própria, a gente percebe que o tratamento que tem dentro da fábrica é um tratamento de terceira classe, seja do ponto de vista salarial, seja do ponto de vista do relacionamento. Eu lembro de uma história fantástica em 1979, quando uma moça numa empresa que não vou citar o nome aqui, procurou o sindicato para se queixar que estava sendo assediada, que tinha abortado e tinha se obrigado a faltar uns dias e tinha contado para o chefe e a partir do momento que contou para o chefe que tinha abortado, o chefe achou que tinha o direito, porque era o gostosão da fábrica, de ficar perseguindo a moça... (LULA – DVD B – DEBATE FEMINISTAS – LULA -1º Turno).

Outra demonstração de Lula do seu conhecimento da realidade que procurava externar ao público, é que, nessa contextualização, buscava alertar sobre as questões de natureza comportamental que influenciavam na condição das mulheres, notadamente pressionadas por uma sociedade em que a primazia masculina ainda está muito presente. Inclusive no aspecto da liberdade em relação ao corpo, objeto de exploração, uma vez que, pela sociedade, ao gênero masculino lhe é permitido tomar liberdades. Essas mesmas liberdades podem ser tomadas em sentido depreciativo pelo gênero feminino, mas, por um aspecto cultural, acabam sendo aceitas como um fato normal. Isso também é apresentado pelo candidato na sua argumentação em defesa da imagem feminina:

[...] Então estas coisas que acontecem hoje, que acontecem na rua com qualquer mulher passando, os gracejos, às vezes nem sempre pertinentes, colocam que efetivamente a questão não é somente da lei, que a questão é de cabeça do homem no Brasil que coloca a mulher como cidadão de segunda classe no Brasil. Eu quero dizer uma coisa. Eu tenho dito nos comícios o seguinte, se a mulher quiser participar em liberdade, por favor não peça para seu marido. Sai à luta. Porque é difícil na maioria dos casos o marido permitir esta liberdade que a mulher necessita ter (LULA – DVD B – DEBATE FEMINISTAS – LULA -1º Turno).

Apregoando a liberdade feminina, o candidato afirmava que se fazia necessária a participação feminina para obter a independência política, para uma posição que apontasse caminhos de superação da condição secundária, em todos

os aspectos. Dentre esses, o da desigualdade salarial. Quando questionado sobre essa questão de gênero, assim se manifestou sobre o tema:

Eu penso que parte desta pergunta estava respondida na primeira resposta que eu dei. Veja, eu tenho tido uma vida de participação no movimento sindical tentando fazer com que as mulheres elevem o nível de consciência e que não sejam discriminadas no seu local de trabalho, seja a partir de um chefe, seja a partir de um departamento de contratações de mulheres, seja a partir do pagamento de salário, que normalmente a mulher ganha cinquenta por cento ou no máximo sessenta por cento do que ganha um homem. Nós entendemos que a participação da mulher na vida política não é mais uma dádiva é uma necessidade da sociedade de ter a mulher representada enquanto ser político (LULA – DVD B – DEBATE FEMINISTAS – LULA -1º Turno).

As diferenças salariais, no mercado de trabalho, é algo histórico em relação à mulher; trata-se de uma demanda que impõe sentidos que se articulam com o movimento feminista e acentuado na esfera privada. A participação e a conscientização da mulher eram fatores que o candidato defendia como imprescindíveis para a tomada de posição e conquistas do gênero. Entretanto, Lula não atribuía a discriminação somente à falta de atuação política da mulher, mas às próprias condições naturais que não possibilitam a mesma capacidade de mobilização do homem. Tem-se, a seguir, uma resposta formulada pelo candidato, na qual expõe a questão:

A réplica feminista do Rio Grande do Sul me dá uma oportunidade extraordinária de poder dizer que o que discrimina a mulher não é a concepção do Sindicato é a própria situação do trabalho, é a própria dupla jornada que faz com que a mulher não tenha mobilidade de participação que tem o homem. Eu tive oportunidade e a felicidade de fazer o 1º Congresso da Mulher Metalúrgica, depois de 1964, em janeiro de 1978. E hoje, eu constato que em alguns sindicatos existem comissões de mulheres participando ativamente da vida política. É logicamente que temos aí um problema cultural a vencer e não apenas um problema de lei, um problema de Constituição, um problema de Código Penal. É um problema cultural (LULA –DVD B – DEBATE FEMINISTAS – LULA -1º Turno).

A questão cultural esboçada pelo candidato era apontada, antes de tudo, como a relação principal da discriminação da mulher no mercado de trabalho. Mesmo as leis não seriam suficientes para aplacar essa situação, a qual exigiria uma mudança comportamental, segundo se deflui dessas suas declarações. Além dessa questão, Lula aborda outro signifiante, a justiça do país, a atuação do Poder Judiciário em relação às greves e à sua própria condição pessoal. Tem-se, então, outro sentido desenvolvido: o da injustiça de certas decisões judiciais, vinculada a

questões de natureza política, à falta de autonomia do judiciário brasileiro frente ao executivo. Quando perguntado sobre essa questão, em debate realizado na Rede Bandeirantes de Televisão, ainda no primeiro turno da eleição, afirmava:

Pobre do país que o Presidente da República puder meter o dedo nas decisões do Poder Judiciário. Eu acho que o Poder Judiciário tem que ser autônomo, que o Poder Judiciário tem ter autonomia suficiente para suas deliberações sem precisar da intromissão do Poder Executivo, sem precisar a intromissão do Poder Legislativo. E falo muito à vontade, porque fui vítima desse Poder Judiciário, fui condenado a três anos e meio de cadeia pela Justiça dos Militares, quando era inocente. Eu fui cassado de um sindicato, quando era inocente, eu vi centenas de trabalhadores serem mandados embora, inclusive, antes da própria justiça se manifestar (LULA – DEBATE DA BAND – DVD A – 1º TURNO – Lula).

Trabalhando a questão da injustiça das decisões emanadas do Poder Judiciário e da própria inércia deste, o candidato exercita outro sentido, o que aponta para o **injusticado** pelo sistema. Essa injustiça é trabalhada, politicamente, como defesa e como ataque aos detentores do núcleo do poder. Envoltas pela perseguição, as decisões que o prejudicaram teriam, por suas declarações, um caráter político e não jurídico. Desse patamar, sinalizava para a necessidade de maior autonomia do Poder Judiciário, que tratava de interesses das denominadas “classes dominantes”, uma generalização empírica, utilizada no discurso. Na continuidade de suas declarações, no debate mencionado anteriormente, assim relatava:

De forma que eu acho que o Poder Judiciário hoje, não age com a independência correta que deveria agir. Acho que o Poder Judiciário quando disseram que representa interesses da classe dominante e não da sociedade brasileira como um todo, não tem autonomia suficiente para isso. Quando nós acabamos de assistir uma briga vergonhosa do ex-ministro da Administração, Aluizio Alves, que ficou brigando com o próprio Poder Judiciário para ser Ministro do Supremo Tribunal Militar, vê-se que não há independência suficiente do Poder Judiciário. Eu espero e tenho a convicção que num governo administrado por mim, o Poder Judiciário será autônomo e será respeitado em toda a sua plenitude (LULA – DEBATE DA BAND – DVD A – 1º TURNO – Lula).

Referindo-se à falta de autonomia do Poder Judiciário, o candidato confiava que em sua administração, incidentes como o referido acima, não iriam ocorrer, dando ainda a entender que o judiciário, com mais independência, deveria atender mais aos interesses dos trabalhadores em relação aos da denominada classe dominante. Na perspectiva apontada, um Judiciário afinado com os interesses

majoritários deveria se originar a partir de um governo conduzido por sua representação. Tal fato significaria interesses mais gerais da população na assimetria verificada pelo candidato, da realidade com que se deparava naquele momento.

As significações apelam para a capacidade de ser Governo. O sentido desenvolvido é da viabilidade, ou seja, o candidato é viável. Para tanto, tinha-se a preocupação de insistir na proposta de que o governo somente teria êxito com a participação do “povo”. O sentido apreendido é o de que com o apoio de expressiva maioria, o candidato poderia governar, o que significa, em tese, que poderia executar suas proposições para a administração: o povo no poder. Desse modo, em pronunciamento realizado no primeiro turno da campanha, na cidade de Juazeiro, na Bahia, Lula, junto ao Bispo Dom José Rodrigues, tratando ainda sobre a questão agrária, declara:

Eu saí daqui mais convicto de que a reforma agrária é uma necessidade hoje premente. A reforma agrária junto com a dívida externa são as coisas mais graves que temos que enfrentar. A reforma agrária enfrentando, somente fazendo a reforma agrária. (pausa) Ainda me perguntam: Se você ganhar terá condições de governar? Gente, não é o Lula que tem capacidade, não é o Lula que vai governar, é o meu “povo” que tem capacidade e é o meu “povo” que vai governar. Por isso, gente, nós vamos ganhar. Muito obrigado e até a vitória em 15 de novembro, se Deus quiser (LULA –DVD II – Programa eleitoral – 1º Turno – Outubro de 1989).

Desenvolve-se, assim, o sentido de que o “povo” é o responsável pela assunção de Lula ao poder. O candidato é o representante do “povo” nesta relação direta entre representante e representados, que se localiza. A sua representação é a representação do coletivo no núcleo de poder. Com essa mensagem, conclama os eleitores a votar na sua candidatura.

A questão da terra e da produtividade, da reforma agrária, é algo significado na proposta de Lula, em relação à propriedade e à modalidade de apropriação existente no país. O sentido desenvolvido pelo candidato é relacionado com a propriedade da terra. Declara-se contra a propriedade improdutiva, a favor da desapropriação de terras que não contemplem um limite espacial e de produtividade. Tal sentido é destinado a abarcar aqueles que se opõem ao modelo agrário vigente, então, no país. Pode-se perceber essa compreensão na declaração prestada pelo candidato, após a veiculação no seu programa eleitoral, na televisão, de uma reportagem da “Rede Povo” sobre um assentamento no Rio Grande do Sul, na

cidade de Ronda Alta, no local denominado Assentamento do Holandês. Nessa ocasião, Lula manifesta sua contrariedade em relação aos grandes latifúndios rurais existentes no país:

Depois desta reportagem seria desnecessário fazer qualquer pronunciamento meu aqui nesta televisão. Porque você telespectador, porque você telespectadora, começou a perceber o que é terra produtiva. Você pode perceber claramente que o Brasil poderia dar ao “povo brasileiro” um mundo muito melhor. Nesta reportagem nós podemos ousar em dizer que governo nenhum tem o direito de impedir a felicidade de um “povo”. Que latifúndio nenhum, que UDR nenhuma [...] (LULA- DVD II – 1º turno – Programa eleitoral de televisão – LULA – 10/10/1989).

A expressão da produtividade era a que vinha a ser desenvolvida sobre a terra produtiva, a melhoria da qualidade de vida da população, o aumento da produção de alimentos, a diminuição dos preços. Nessa questão, todos esses elementos são associados ao discurso que procura abarcar sentidos. Aqui, os “sem-terra” são agrupamentos que surgiram no país, após uma série de desapropriações, que acabaram deixando trabalhadores rurais sem suas propriedades. A essa situação, foram agrupados outros segmentos urbanos, que, em face das alterações resultantes das migrações do campo para as cidades incrementaram a população, mas não perderam o sentimento em relação às suas origens. Para esses, a mensagem tinha uma grande assimilação.

Algo de destaque na construção discursiva de Lula dizia respeito à necessidade de redistribuir lucros. Em outras palavras, não era possível que as classes produtoras continuassem acumulando riquezas e não pensassem no trabalhador. Afirmava-se, assim, defensor de uma parcela significativa da classe trabalhadora. O **defensor do trabalhador**, ao mesmo tempo em que assumia uma postura de defesa de classe, procurava fugir do rótulo, com a finalidade de ampliar significados, o que transparece da sua declaração em resposta à pergunta introduzida no Debate das Feministas, como assim ficou conhecido, no episódio realizado na Rede Manchete de Televisão, no primeiro turno da eleição de 1989, quando então respondeu:

Eu não quero me autointitular o defensor da classe trabalhadora, porque eu acho que todo mundo imagina que é defensor da classe trabalhadora. Eu quero, isto sim, fazer parte daqueles que defendem uma parcela significativa da classe trabalhadora e tenho tentado fazer da campanha um instrumento para conscientizar a classe trabalhadora (LULA – DVD A – FEMINISTAS – 1º Turno).

Na defesa dos interesses dos trabalhadores, é necessário firmar que a distribuição de renda, no discurso de Lula, tomava relevo, podendo essa observação verificar-se no conjunto da retórica apresentada:

Interessa aos trabalhadores combater a inflação com muita firmeza. Mais ainda: ela se encontra de tal forma arraigada na vida do país, que será preciso atenção especial do novo governo e do povo para evitar que a alta dos preços anule todos os esforços e as conquistas obtidas com uma política de distribuição de renda (LULA – Brasil Urgente: Lula Presidente – 07/12/1989).

O destaque para a concentração de riqueza e sua maior causa, as altas taxas de juros, expressavam, no Brasil da época com inflação galopante, altos lucros do setor financeiro, como se observa na posição de Lula sobre o assunto:

Por sua própria natureza, o capital tende a concentrar-se nas atividades em que a taxa de lucro é maior. Sob hegemonia do setor financeiro, consegue-se, em plena crise, altas taxas de lucro para todos. O povo está em péssimas condições e o país vai mal, mas de modo geral, as grandes empresas bancárias, industriais, agrícolas e comerciais nunca estiveram tão bem. Elas se adaptaram à crise: paralisaram investimentos, fizeram rotatividade de pessoal e estacionaram recursos nos mercados monetários garantidos pelo governo (LULA – PROGRAMA BRASIL URGENTE: Lula Presidente – 07/12/1989).

No aspecto econômico, conforme Lula, alguns segmentos se encontravam bem, com lucros exuberantes, enquanto os setores médios da sociedade brasileira e os assalariados, em geral, deparavam-se com as altas taxas de inflação mensais. Os números inflacionários debilitavam o poder aquisitivo dos que dependiam de salários, e a famosa marca dos cem dólares de renda histórica média não era alcançada. Vivendo esse quadro, o país enfrentava uma grave crise que afetava a credibilidade interna. Desse modo, a esperança era algo que simbolizava a busca de uma sociedade mais solidária. Por outro lado, o candidato detectava, no que denominava de “elites”, toda a responsabilidade pelo caos econômico e pelo egoísmo resultante de um comportamento desprovido de força moral, como assim se manifestou:

Que diferença em relação às elites! Vivendo em ambientes onde o egoísmo é a regra, são tão ricas quanto as mais ricas elites do mundo. Mas perderam-se num caminho sem volta, de especulação e desinteresse pelo próprio país. A taxa de juros, o preço do dólar, a negociata esperta, o

subsídio estatal – é este o seu universo. Não têm solidariedade e sequer se dão conta disso. Aumentar os números de gordas contas bancária, aqui e no exterior, é o que confere sentido a seus atos e forma a base de seus valores morais (PROGRAMA BRASIL URGENTE: Lula Presidente – 07/12/1989).

Como solução à grave situação que os trabalhadores enfrentavam, o candidato Lula já propunha, deste o primeiro turno das eleições, auditorias na administração federal e renegociações de dívidas, tanto internas quanto externas. Em resposta à jornalista Marília Gabriela, em debate de presidenciáveis no primeiro turno, explicou quais seriam suas primeiras medidas:

Acho que a primeira medida que qualquer um teria que fazer é ter acesso a todas as informações possíveis para poder anunciar as primeiras medidas de governo. Eu penso que nós deveríamos estabelecer um conjunto de auditorias nas empresas estatais. Acho que fazer um levantamento real da situação do país e teríamos como medida básica, primeiro tentar criar uma comissão para negociar com os credores internos a questão de nossa dívida pública. Tentar suspender o pagamento da dívida externa para ver se tira o país do sufoco que se encontra e ao mesmo tempo estabelecer uma política de recuperação do poder aquisitivo dos salários dos brasileiros (LULA – DVD A – Debate da BAND – 1º Turno).

Através dessa posição estabelece uma linha em que aponta como deveria proceder um governo conduzido por seu partido, o qual, para a época, estabelecia propostas de corte profundo no modelo até então desenvolvido. E mais, coloca a sociedade na condição de vítima da política desenvolvida, denotando os inimigos do “povo”, nos quais deve se concentrar sua força, conforme a continuidade de sua resposta:

Acho que a sociedade brasileira não pode continuar sendo vítima de uma política econômica que interessa, sobretudo, aos credores externos, sobretudo hoje, aos credores internos, em detrimento da situação da sociedade brasileira dos aposentados e dos trabalhadores que vivem numa situação de sufoco quase completa. Nunca se perdeu tanto como os trabalhadores têm perdido agora. Eu acho que qualquer governo que quiser governar terá que estabelecer uma prioridade básica de recuperação do poder aquisitivo de quem vive de salário neste país (LULA – DVD A – Debate da BAND – 1º Turno).

Esse discurso de Lula procurava apoio em aspectos éticos e comportamentais, mas não somente no aspecto que trabalhava o “povo”; buscava transmitir originalidade e sinceridade em suas palavras. O homem **sincero** é outro significativo utilizado na sua estratégia de alcançar o eleitorado e atingir o seu

“povo”, como se pode observar na resposta afirmada a uma jornalista, sobre seu conhecimento a respeito do valor de um produto no comércio:

E em segundo lugar, eu ajudei muito em casa, eu fui a supermercado com a mulher e fazíamos as coisas em comum. Hoje eu quero aproveitar a telespectadora para dizer que é humanamente impossível, um candidato a Presidência da República, com a atividade que nós temos de dizer publicamente que está em casa ajudando, porque é uma mentira deslavada. Segundo lugar, é importante dizer que não sei quanto que é o quilo do arroz, nem com a inflação a 30% ao mês. Eu duvido que alguém aqui consiga saber, porque já aumentou de quando eu saí para vir ao debate (LULA-DVD A – FEMINITAS – 1º turno).

Sobre o “verdades e mentiras”, quando perguntado qual seria o tratamento que iria deferir ao Estado de Alagoas, o candidato respondeu afirmativamente ao “povo” que não contaria inverdades. Como pessoa sincera, denotava outra preocupação com relação à região nordeste como um todo e não somente a uma de suas unidades, como apresenta sua retórica ao questionamento:

Primeiro nós vamos contar a mentira do que foi feito em Alagoas, a nível nacional. Segunda coisa, o projeto não é para Alagoas é um projeto para o nordeste brasileiro dentro de uma política de desenvolvimento do nordeste brasileiro e Alagoas está lá. Compatibilizar um processo de desenvolvimento industrial com um de desenvolvimento agrícola. Eu acho que é preciso estabelecer uma política de reforma agrária, uma política de irrigação para o Estado de Alagoas e para o nordeste [...] (LULA – DVD B – FEMINISTAS – 1º Turno).

Apesar de posições que seriam consideradas profundamente diferentes, com relação ao modelo administrativo do governo Sarney, o candidato se preocupava com as relações de mercado, procurando demonstrar flexibilidade à sua versão de esquerda, quando questionado pelo seu adversário, o candidato do PSDB, Mário Covas, no primeiro turno da eleição presidencial de 1989, sobre sua compreensão das regras a respeito da permanência do capital estrangeiro no país. Na sua resposta, mais um sentido perceptível, o **homem flexível**, como se observa de sua reposta:

O companheiro e Senador Mário Covas sabe que este é um dos temas mais extraordinários e até utilizado pela Federação do Comércio de São Paulo e pela CNI, como tentativa de comprometer os candidatos ou Deputados naquela ocasião, Eu fui convidado, inclusive, para gravar um videotape para a FIESP, e gravei de bom gosto, porque eu tinha (pausa). Eu queria que a FIESP veiculasse através dos meios de comunicação, a minha posição a respeito da visão sobre o capital estrangeiro e, naquela época, inclusive, eu

disse que eu acho que hoje a interdependência internacional é tão grande do ponto de vista econômico que seria imbecil qualquer pessoa tentar evitar a participação do capital estrangeiro na economia do país (LULA – DVD A – Debate da BAND – 1º Turno).

A participação do capital estrangeiro, fato de grandes polêmicas na política nacional, em especial na esquerda brasileira, era enfrentado por Lula. O candidato apontava sua compreensão sobre a temática e as soluções que propugnava. Na continuidade da resposta a Mário Covas, sua retórica apontava para a necessidade de regras, que considerava indispensáveis para assimilação do capital alienígena:

Ora, quais as regras que nós queremos estabelecer e que nós defendíamos antes da Constituição. Nós entendíamos que era necessário, por exemplo, você evitar a remessa de lucro tal como se dá hoje. Entendíamos que era necessário criar condições objetivas de que o capital estrangeiro não sufocasse o capital nacional. Que você não permitisse que uma empresa estrangeira pudesse vir fabricar aqui no Brasil, produto similar ao já fabricado no Brasil, até como ponto de defesa do capital nacional (LULA – DVD A – Debate da BAND – 1º Turno).

Veja-se que o candidato buscava esclarecer sua posição quanto ao ingresso e a permanência de capital estrangeiro no Brasil. Na resposta a Mário Covas, procurava demonstrar que não era radicalmente contra essa modalidade de recursos, como poderia ser percebido por uma parcela do eleitorado. As regras seriam o balizamento necessário para a operacionalização desses capitais no país, contudo, demonstrava uma especial preocupação, ainda, com a concorrência do capital nacional, os empreendimentos nacionais em concorrência com o internacional.

A importância da militância é outro fator de destaque no discurso de Lula. No início do ano de 1989, sua candidatura assinalava uma ascensão, porém, com a campanha no primeiro turno, já em agosto, as pesquisas apontavam um decréscimo. Isso foi percebido e no debate na Rede Bandeirantes, a jornalista Marília Gabriela o interpelou sobre a questão, tendo o candidato respondido:

Eu não atribuo a queda, nas pesquisas de opinião pública, nem às prefeituras, nem às greves, nem à questão da escolha do Vice, da mesma forma que quando eu estava com 17% ou 18% em janeiro, também estava até viajando e estava crescendo nas pesquisas de opinião pública. Eu acho que uma pesquisa retrata o pensamento momentâneo de uma parcela da sociedade e que pode mudar de acordo com o discurso, de acordo com a imagem, de acordo com o ato político que você possa causar em determinado momento (LULA – DVD B – Debate da BAND – 1º Turno).

Ao explicar sobre sua posição, sobre as pesquisas de opinião, dava uma ideia inicial de conformação, contudo, no decorrer da resposta, assumiam importância relevante os militantes. Disso surge um outro signifiante, o **mobilizador**, que segue no desenvolvimento da resposta:

Eu estou convencido que agora que começamos a fazer campanha, estou convencido que poucos candidatos ainda estão indo pra rua fazer campanha, nós começamos ir à rua fazer campanha, inclusive, com o “vice”. Acho que o problema do “vice” não teve nenhuma implicação nas quedas de opinião pública e das pesquisas. Acho que vamos recuperar isto no debate. Eu estou convencido que na medida em que começamos a levar a proposta do partido e da Frente Brasil Popular, na medida em que começamos a apresentar o “vice”, inclusive, com o apoio dos companheiros do PV que mesmo tendo um candidato, eles vão apoiar a candidatura Lula pela Frente Brasil Popular, nós entendemos que vamos crescer (DVD B – Debate da BAND – 1º Turno).

No perfil de mobilização pelo qual evocava os demais apoiadores a selarem defesa ao “Vice”, o então Senador José Paulo Bisol, do PSB, envolto em denúncias no início da campanha pelos adversários da Frente Brasil Popular, mais uma vez o candidato Lula reafirmava sua condição de mobilizador e entusiasta da campanha que se iniciava:

[...] É engraçado que alguns candidatos estão evitando ir para a rua fazer comícios, porque percebem que as pessoas não têm a menor condição de ir para a rua fazer comício. Nós vamos para a rua fazer comícios nas estações de trem, de metrô, seja ponto de ônibus, aonde houver aglomerado de pessoas, nos vamos fazer comícios. Acho que isto é uma militância política que nós temos. Uma militância política da Frente Brasil Popular. Eu penso que nós não temos que estar preocupados com pesquisa. Eu vou dar apenas um exemplo, se pesquisa valesse, a companheira Luiza Erundina não tinha ganhado aqui. Se pesquisa valesse, o nosso companheiro Artur Virgílio não tinha ganhado as eleições em Manaus (DVD B – Debate da BAND – 1º Turno).

Esses são sentidos que foram construídos discursivamente por Lula, que denotam uma perspectiva, qual seja, a sua ideia de “povo”, para quem a mensagem era destinada e para quem se propunha construir uma fronteira antagônica, numa linguagem discursiva. Aqueles que estavam ao lado do líder na concepção firmada, seriam, como o próprio declarou, os ditos setores médios da sociedade brasileira. Tinha, por objeto, abarcar com o discurso, os funcionários públicos atacados por outros setores políticos, da mesma forma que os pequenos e médios produtores rurais, espremidos, pode-se dizer, por dificuldades de estrutura para se manterem no campo; os trabalhadores assalariados que enfrentavam dificuldades por se

manterem num processo de perda de poder aquisitivo, que ocorria de forma contínua pela deterioração da economia. O discurso ainda procurava agregar os pequenos e médios comerciantes e empresários desse porte, com a finalidade de alcançar a classe média.

Do outro lado, contrários aos discursos propostos estariam os grandes empresários, que, historicamente, teriam recebido as benesses dos governos que se sucederam ao longo do tempo. Nesse rol, estariam os grandes industriais, os proprietários de grandes redes de comércio e de meios de comunicação privados: todos componentes da chamada elite dirigente, da denominada classe dos poderosos.

Os presentes sentidos tiveram uma projeção de significação, sofrendo variações, que, ao longo do primeiro turno contabilizaram resultados, proporcionando ao candidato Lula, após o transcurso dessa etapa, chegar ao segundo turno da eleição. A partir de então, outros embates foram travados com sentidos e ressignificados construídos, com afluência de adesões e confrontos ideológicos que se constituíram. Nessa linha, traçou-se o tópico que trata do segundo turno nas páginas que seguem.

4.5 Os Sentidos de Lula no Segundo Turno e a Construção do Antagonismo

Os pronunciamentos de Lula, no segundo turno, eram iniciados com um agradecimento àqueles que votaram na Frente Brasil Popular, composta pelos partidos PT, PSB e PC do B. Procurando, por outro lado, lançar mão sobre possíveis eleitores dos apoiadores de Leonel Brizola, agradecia também aos que tinham votado no Partido Democrático Trabalhista. No início da campanha, Lula apontava para a constituição de dois lados antagônicos. De um lado, a direita conservadora que, segundo ele, assim se configurava na descrição de egoísta e arrogante. Na linha dualista, apresentada na abertura dos trabalhos do horário político eleitoral, também havia destaque para a esquerda progressista composta por eventuais aliados, conforme exposto no seu pronunciamento inicial:

Eu quero dedicar este primeiro programa do 2º turno aos eleitores brasileiros, aos mais de 70 milhões de eleitores que garantiram a democracia neste país, mas, sobretudo, eu quero agradecer nos eleitores que votaram na Frente Brasil Popular, aos eleitores que fizeram o “xis” no número 13, no nome de Lula. Aos eleitores que votaram no PDT, que

votaram no PSDB, no PC do B, no PCB. Aos eleitores que votaram nos candidatos progressistas da sociedade e agora no segundo turno a nossa tarefa aumenta de responsabilidade. Nós vamos ter que trabalhar um pouco mais para construir o Brasil de nossos sonhos (LULA – DVD III – Programa de Televisão – 2º Turno).

Nessa proposta, Lula afirmava-se como líder de uma ampla corrente política de esquerda, a qual procurava abarcar todas as lideranças dos homens de bem do país, com o objetivo de enfrentar os poderosos, que, aglutinados em torno do seu oponente, também buscavam o poder. Na concepção de progressistas, como o candidato, estariam os integrantes do PC do B, PCB, PSDB, PDT, e, inclusive, os integrantes da ala esquerda do PMDB, conforme declarou no seu programa no horário político eleitoral. Tem-se, agora, a concepção dos chamados progressistas, ou seja, todos aqueles que são identificados como atuantes no mesmo campo político. Surge, assim, o sentido da **candidatura progressista**, que passou a ser requerida na disputa.

O começo traçado por Lula procura estabelecer fronteiras antagônicas. De acordo com essa condução discursiva, tem-se em jogo um embate proposto, já inicialmente, entre as forças populares e progressistas de esquerda e da direita reacionária, representada pelo seu oponente, Fernando Collor de Mello. Havia um embate ideológico, mas não era somente isso que era proposto na introdução do programa político do segundo turno; as manifestações do primeiro implicavam sentidos que propunham, nesta esteira, significados que pretendiam atingir o eleitorado. A divisão é declarada em depoimento:

Nós vamos ter que trabalhar um pouco mais para evitar que a direita conservadora se mantenha no poder travestida de candidatura moderna. Agora os dois lados estão mais nítidos. Agora não mais pode persistir a dúvida com aquele monte de candidato na televisão. Agora de um lado você tem um candidato que representa o poder econômico, que representa os latifundiários, que representa os interesses dos empresários, que representa os interesses dos banqueiros, que representa os interesses de alguns donos de grandes cadeias de comunicação, de alguns donos de cadeias de supermercados [...] (LULA – DVD III – Programa de Televisão - 2º Turno).

A dicotomia direita e esquerda era trabalhada por Lula, que se intitulava representante dos despossuídos, dos setores médios da sociedade brasileira, apresentando-se como um contraste à candidatura de Collor que, segundo o primeiro, seria o patrocinador dos interesses dos poderosos naquela disputa. Nesse contexto, suas afirmações ficaram assim registradas:

E do outro lado você tem um candidato que representa o conjunto da sociedade brasileira. Representada pelo “povo” oprimido deste país, os camponeses, os setores médios da sociedade, os intelectuais, o funcionalismo público, o pequeno e o médio lavrador, o pequeno e o médio empresário, o pequeno e o médio comerciante, o descalço, o despossuído deste país. Aqueles que por mais que trabalhem não conseguem conquistar o direito à sua cidadania (LULA – DVD III – Programa de Televisão - 2º Turno).

A construção desse discurso antagônico sofreu o reforço do terceiro colocado no primeiro turno, o ex-governador do Rio de Janeiro, Leonel de Moura Brizola. O líder do PDT também foi utilizado no argumento da campanha de Lula, no segundo turno, que em apoio prestado durante uma entrevista coletiva veiculada pela “Rede Povo”, assim se manifestou:

Nós trabalhistas, juntamente com todas as demais correntes democráticas e populares, ombro a ombro com o “povo brasileiro”, precisamos derrotar o candidato do conservadorismo e de tudo isto que aí está que queremos mudar. Que é este candidato Fernando Collor. Derrotar esta candidatura é a nossa grande prioridade é a causa principal deste momento. É aquilo que mais nos preocupa e tudo faremos para que esta união seja ampla, afirmativa e majoritária (DVD III – Programa de Televisão - 2º Turno).

Ao mesmo tempo em que há nesta interlocução pontualmente apresentada, na articulação percebe-se que a candidatura de Lula é a progressista. Em sentido contrário articulado notabiliza o oponente Fernando Collor como a candidatura que representa o conservadorismo, ou seja, esse representante é **conservador**, o que significa que é um representante do *status quo*.

Na construção de uma imagem, o candidato Luís Inácio Lula da Silva tinha apoio de lideranças expressivas de âmbito nacional, como a o governador de Pernambuco, à época, Miguel Arraes, que também era interlocutor; como no programa do candidato, referia-se a sua grande capacidade de articulação com a sociedade brasileira:

Perguntado Arraes: “– Governador, por que o senhor decidiu pelo apoio à Frente Brasil Popular?” Resposta: “– Porque entendo que Lula representa a tranquilidade para o país. Explico, ele tem condições de ampla negociação com a população brasileira que na sua maioria é pobre e está inquieta com a situação do país. Ele vem do meio dessa população e pode dialogar com ela, representá-la e negociar uma transição no plano econômico para que o país saia da crise e os problemas sociais possam ser enfrentados com muita força para reduzir as condições extremamente difíceis em que está vivendo o “povo” da nossa terra” (DVD III – Programa de Televisão - 2º Turno).

Surge, então, outro sentido articulado por Lula, o **negociador**, o único candidato no cenário político capaz de conduzir negociações entre os mais diversos setores da sociedade brasileira; o indutor da tranquilidade necessária para propor sacrifícios, realizar reformas no plano econômico contaminado por uma crise profunda e de estagnação política a que o povo assistia, em relação à administração de Sarney, como se observou em capítulo anterior.

Os sentidos que Lula apresenta neste segundo turno, no qual ele se constrói, dão-se principalmente pelo antagonismo em relação ao que é apresentado de Collor. Dessa forma, desconstituindo a imagem do adversário, inserções de supostas brigas produzidas pelo oponente eram apresentadas. Quando o narrador perguntava: “– Este é o comportamento de um homem equilibrado?” No mesmo momento, o programa apresentava Lula conversando com Brizola ou com Mário Covas. “O que isto quer significar?” A resposta era óbvia. O candidato Lula sabia dialogar com aqueles que momentos atrás eram seus oponentes, demonstrando que o candidato era um bom negociador e tinha equilíbrio para trato político.

Por outro lado, Collor é apresentado como **descontrolado**. Nesse sentido, cenas eram destacadas no programa de Lula (DVD IV – 2º Turno – dezembro), através de uma narração e apresentação com imagens e música dramática, ao fundo, mostrando Collor supostamente agredindo fotógrafos, repórteres e populares. A cada imagem, o enfoque no desequilíbrio, no descontrole do oponente. Ao final, a conclusão sobre Collor: “–Ele tem desprezo ao povo”.

Apesar das críticas contínuas à posição ideológica de seu partido, colocado na linha de defesa do socialismo, Lula se defendia afirmando que não havia qualquer documento, desde a fundação do Partido dos Trabalhadores, nesse sentido. O partido, fundado no início da década de oitenta, segundo o candidato, estaria mais voltado à linha política desenvolvida pelo sindicalismo polonês do Solidariedade. De acordo com Lula, respondendo a Collor em debate: “Aqueles que acusam o PT de marxista falam inverdades, não há nenhum compromisso partidário neste sentido em qualquer documento do partido” (DVD – DEBATE – 2º TURNO – *Pool* de redes de televisão). Dessa forma, o sentido propagado por Lula é o de **democrata** e favorável ao pluralismo político e sindical. Na resposta formulada ao jornalista Boris Casoy, mediador do debate realizado por um *pool* de emissoras de televisão, apresentou a seguinte posição:

Eu queria agradecer ao *pool* de canais de televisão por este debate, e ter mais esta oportunidade dos candidatos poderem provar que é possível num debate como este, tentarmos elevar o nível de consciência política do “povo”. Em segundo lugar, meu caro Boris, acho muito complicado, muito difícil, tentar comparar o que está acontecendo no Leste Europeu, com o que acontece no Brasil e com que precisa acontecer no Brasil (DVD – DEBATE – 2º TURNO – *Pool* de redes de televisão).

A resposta formulada por Lula, inicialmente aponta para diferenças intrínsecas entre o Brasil e o Leste Europeu, em face das peculiaridades brasileiras de país com extremas desigualdades sociais. Na continuidade da resposta, procura deixar claro que o seu partido, o Partido dos Trabalhadores, tinha surgido sob outras concepções, conforme declarou, que o diferenciavam daquelas originárias da região europeia citada. A justificativa segue a exposição do candidato:

É preciso saber de antemão que, desde 1980, portanto, já há dez anos atrás e quando foi fundado o Partido dos Trabalhadores. Foi fundado na base da liberdade política, na base da autonomia sindical, na base do pluralismo político. Nós entendíamos que não haveria socialismo possível se não houvesse uma sociedade democrática. Se não houvesse vários partidos políticos. Eu acho que há razão de ser na luta no Leste Europeu. Acredito piamente que o conjunto da sociedade tem razão, porque o Estado não pode efetivamente fazer ingerências em toda atividade da economia (LULA – DVD – DEBATE – 2º TURNO – *Pool* de redes de televisão).

Como se verifica na narrativa de Lula, o Partido dos Trabalhadores teria surgido com outra perspectiva, com outra visão sobre a participação política, sobre a economia, bem como no que se referia à liberdade de mercado. Contudo, o entendimento de seu partido não excluía a atuação do Estado, que era visto, ainda, desempenhando um papel importante nesse contexto:

O Estado precisa ter ingerências nos setores considerados estratégicos da economia. Nos setores essenciais da população e permitir que a própria sociedade crie mecanismos para se autofinanciar, para se autodeterminar, em nível de inovações tecnológicas, em nível de inovações de investimentos. Eu acredito no que está acontecendo no Leste Europeu e começou em 1980, com a criação do Sindicato Solidarietà, é um exemplo concreto ao mundo. É um exemplo a América Latina, é um exemplo ao terceiro mundo (LULA – DVD – DEBATE – 2º TURNO – *Pool* de redes de televisão).

Tem-se, aqui, a posição oficial de sua linha política, quanto à atuação do Estado, diferente do que era propagado pelo adversário Collor de Mello, em seus pronunciamentos, como se verificou no capítulo antecedente, ou seja, não pregava o Partido dos Trabalhadores a estatização dos meios de produção. Essa era a posição

clássica verificada na maioria dos partidos socialista latino-americanos, nas décadas de oitenta e noventa. A proposta de um socialismo democrático é apresentada por Lula da seguinte forma:

É preciso continuar lutando pelo socialismo, mas é preciso lutar por um socialismo democrático, por um socialismo pluralista, por um socialismo que não negue a liberdade da autonomia sindical. A necessidade de greve, a necessidade da classe trabalhadora se organizar livremente no local de trabalho. Esta briga foi a briga que fez com que o PT nascesse. Esta briga fez com que nós criássemos o sindicalismo combativo no Brasil. Esta briga fez com que nós (pausa). Serviu para acontecer a CUT no Brasil (DVD – DEBATE – 2º TURNO – *Pool* de redes de televisão).

A concepção democrática do socialismo do PT de Lula ampliava, assim, a participação da sociedade e dos trabalhadores, atribuindo à liberdade sindical um papel relevante no cenário político. Em continuidade ao seu depoimento, prestado no debate, afirmou sua posição sobre as mudanças que vinham ocorrendo no Leste Europeu:

Daí porque minha tranquilidade, a minha solidariedade ao que está acontecendo no Leste Europeu. Da mesma forma que os alemães derrubaram o “muro da vergonha” que era o “muro de Berlim”. Nós vamos nos eleger dia 17 e vamos derrubar o “muro da vergonha” no Brasil, que é a fome que campeia na casa de cada brasileiro (LULA – DVD – DEBATE – 2º TURNO – *Pool* de redes de televisão).

O adversário estava do lado dos banqueiros, dos latifundiários, não dos trabalhadores e com esse apontamento Lula afirmava que a verdade estava com a Frente Brasil Popular (DVD IV – 2º Turno - 1989). Como o próprio Lula afirmava: “Somente nós seremos capaz de libertar o nosso povo” (DVD IV – 2º Turno - 1989). Em comício ao lado de Brizola, o candidato Lula declara: “Collor, você é a maior mentira política deste país” (DVD IV – 2º Turno – 1989), mencionando ao mesmo tempo que: “Collor é o velho e mente”. Assim, o **verdadeiro** e o **novo** na política nacional eram o próprio Lula, como falou em discurso proferido em comício no segundo turno da eleição, em dezembro de 1989, conforme trecho em destaque:

Olha, o Collor sabe e se não sabe eu tô dando este recado para ele. De novo na política brasileira, não é um “filhote da ditadura” se travestir de progressista com um discurso mentiroso na televisão brasileira. Porque isto eles fazem há quase 500 anos. O novo, na política brasileira, e o que causa medo para ele é a possibilidade do “povo pobre” deste país através de um torneiro mecânico chegar à Presidência da República pelo voto livre e direto (LULA – DVD IV – dezembro de 1989 – 2º turno).

A modernidade prometida por Collor, segundo o discurso de Lula, é apresentada antagonicamente como atraso pelo vocativo **“O trem do atraso”**. O trem-bala do adversário na representação gráfica do programa de Collor é apresentado como uma velha “Maria-fumaça”. Nesse trem, estariam embarcados uma grande quantidade de servidores, funcionários públicos nomeados sem concurso, de acordo com fontes apresentadas no programa de televisão de Lula, quando Collor estava no governo de Alagoas.

Dados sobre mortalidade infantil, relativos à população do Estado de Alagoas, também são apresentados, procurando demonstrar a inépcia da administração do oponente. Na cidade em que Collor foi prefeito, segundo o que foi apresentado no programa de Lula, haveria mais de cem mil pessoas morando em favelas. O sentido apresentado em sentido antagônico à modernidade de Collor é o seu atraso. Em trecho do programa, após serem apresentadas cenas de lixo nas ruas de Maceió, hospitais fechados, acordos com usineiros, o narrador enfaticamente dizia: “Esse homem (Collor), que arruinou Alagoas, pode arruinar o Brasil” (DVD IV – dezembro de 1989 – 2º turno).

A par desses sentidos, outro fator que teve grande repercussão no segundo turno da campanha, foram as bombásticas declarações de Míriam Cordeiro. Na defesa ao ataque produzido pelo adversário, alguns elementos foram destacados por Lula. O primeiro deles foi a desqualificação das declarações da acusadora, como já mencionamos no capítulo anterior. A ex-companheira tinha acusado Lula de propor a realização de um aborto da filha, além de outras imputações graves que se somaram, inclusive a de ser racista. Essas declarações foram contestadas, através de informações que circularam na imprensa, que teriam partido de ex-assessora da campanha de Collor de Mello. Em matéria apresentada, a “Rede Povo” denotava que Maria Helena Amaral, que atuara no comitê eleitoral do oponente de Lula, informara que Míriam teria recebido uma importância em dinheiro para dar um depoimento contra Lula. A resposta do candidato ao lado da filha foi um ponto importante de significados no segundo turno:

Esta é minha filha Luriam. Ontem eu fui surpreendido no programa do meu adversário com a mãe da minha filha criando uma imagem negativa a meu respeito. A verdade é que quando eu comecei esta campanha à Presidência da República, eu imaginei que o debate pudesse se dar num alto nível. Imaginei que o debate pudesse se dar no campo das ideias, nunca no pessoal (DVD IV – dezembro de 1989 – 2º turno).

Nessa etapa, a campanha se tornava mais agressiva, tanto em comícios, como em depoimentos, que induziam a ataques pessoais. Envolto em acusações provenientes de pessoa que fora de sua intimidade, o candidato Lula via-se obrigado a responder ao ataque; numa demonstração de surpresa, recusa a forma do debate proposto. Ao mesmo tempo em que desconsidera a agressora, defende a relação com a filha:

Eu não vou responder à mãe da Luriam, porque a Luriam é resultado de amor, não é resultado de um gesto de ódio. A Luriam é resultado de um gesto de amor num determinado momento da minha vida e para mim não importa o julgamento que meu adversário faça de mim e nem tampouco o julgamento que a mãe da Luriam faça de mim (LULA – DVD IV – dezembro de 1989 – 2º turno).

O programa de Lula publicava depoimentos de populares sobre o artifício apresentado pelo adversário, em que foi apresentada a declaração de Míriam Cordeiro. Nos depoimentos de pessoas, apareciam comentários críticos à postura de Collor. O que transparece é um Lula **vítima** de uma armação e isso é trabalhado. Numa campanha onde fatores os mais convencionais e não convencionais são utilizados, o discurso tem que se adaptar. Na sua resposta, conclui a posição:

Para mim, o que importa é o julgamento que a minha filha faz de mim e eu tenho certeza absoluta que ela saberá mais do que ninguém julgar o pai que ela tem (LULA _ DVD IV – dezembro de 1989 – 2º turno).

Para ilustrar os sentidos detectados nos pronunciamentos de Luís Inácio Lula da Silva, no segundo turno da eleição, buscaram-se as manifestações que no seu conjunto compreendem sua construção discursiva, no sentido de auferir uma identificação. Dentro dessa perspectiva, apontamos, conforme a narrativa acima, alguns pontos do discurso que aproximam a trechos que atendem a significados junto aos eleitores. Dessa forma, segue-se a argumentação fragmentada que se propõe alcançar a hegemonia dos sentidos que foram apresentados.

A construção dos sentidos favoráveis apresentava uma imagem do antagonismo que desencadeou sentidos que, como vimos, forjaram uma imagem de Lula. Esta propõe sentidos e significados compostos de defesa e ataque, estabelecidos na disputa por interlocuções formuladas por ambos os candidatos, em seus programas apresentados no horário político eleitoral, na mídia televisiva, assim como nos debates reproduzidos no mesmo meio de comunicação. A partir de então,

tinha-se um conjunto de valores apresentados que visavam enaltecer qualidades do postulante, no primeiro caso acima, as de Lula. Entretanto, não se resume a isso tão-somente: há a preocupação de imputar ao adversário defeitos que, se observados e levados em consideração, poderiam prejudicá-lo na disputa, como supostas relações com segmentos que seriam identificados como representantes da “classe dominante”, nomeados no discurso:

Votar é tão importante para presidente, é tão sagrado que faz exatamente 30 anos que a gente não vota. E agora depois disto, de muita luta, prisões, perseguições, muitas greves, muitas reivindicações, a sociedade brasileira conquistou o direito de votar para presidente. Mas você, depois de tantos programas de televisão, de tantos comícios, de tantos programas de rádio. Você já deve ter distinguido quem é que está falando a verdade nesta campanha, quem está ao lado do “povo” e quem está contra o “povo”. Quem é que tem aliados ao lado do “povo” e quem tem aliados ligados à classe dominante (LULA – DVD IV – dezembro de 1989 – 2º turno).

Tem-se, então, dois sentidos desfavoráveis inseridos no discurso: o primeiro, o da verdade que está com Lula e seus aliados, enquanto ao oponente resta-lhe a mentira. O segundo sentido é o do aliado do “povo” em detrimento do adversário que é o aliado dos dominantes. Acompanhado num comício na cidade de Caxias do Sul, por Leonel Brizola, o candidato Luís Inácio utiliza a expressão popular muito usada, por Brizola em outras oportunidades, qual seja: “A raposa tomar conta do galinheiro” (DVD IV – dezembro de 1989 – 2º turno), apelando aos eleitores para que meditassem sobre as reais condições de Collor como governante, sua capacidade de atender às expectativas dos mais pobres, uma vez que ele, Collor, pertencia à classe que já de muito explorava o “povo”, o aliado dos poderosos.

A narrativa do programa eleitoral de Lula, na televisão, em interseções apresentava o oponente como um apadrinhado. Assim, Fernando Collor era alguém que recebia as benesses do poder e passara a vida usufruindo somente. Uma pessoa que não tinha que fazer qualquer esforço para obter os cargos pelos quais respondia, as empresas que dirigia. Alguém que sempre tinha sido favorecido por sua classe social, ou seja, a dos poderosos. Com isso, pretendia significar: como poderia uma pessoa nessa situação compreender o “povo”? A resposta somente poderia ser negativa.

Como alguém, nessas condições, sem experiência das dificuldades da existência poderia governar o Brasil? A construção desse sentido é feita por narrativas do apresentador do programa de Lula. A trajetória de Collor é

apresentada: em 1979, foi nomeado Prefeito “biônico” (alusão a um seriado americano), de Maceió, capital do Estado de Alagoas e continua, assim, informando o apresentador que, em 1980, Collor teria recebido a direção de empresas do pai milionário, Arnon de Mello (DVD II – 1ºTurno). Surge, então, a figura do **apadrinhado**, o *playboy*, o magnata.

Sobre as alianças efetuadas, Lula expunha o seu orgulho em relação àqueles que estariam lhe prestando apoio. As articulações em torno do seu nome, os acordos que haviam sido estabelecidos, seriam públicos e notórios conforme dava a entender. Em suas declarações, afirmava não ter constrangimentos em relação aos seus aliados, os quais identificavam-no como sendo do campo progressista, não estão vinculado, assim, às maracutaias do poder vigente até então. Desse modo, em pronunciamento na televisão, expõe seu entendimento:

Do meu lado, você já viu Lula, Brizola, Mário Covas, Miguel Arraes, a esquerda do PMDB, PSB, PCB e PC do B. Do outro lado, você já conhece as pessoas já manjadas: Delfim Neto, Roberto Campos, Maluf, Ronaldo Caiado, Roberto Cardoso Alves, Roberto Marinho, da Rede Globo, ou seja, você vê do lado da Frente Brasil Popular aqueles que lutaram durante 30 anos para conquistar a democracia e de outro lado você tem aqueles que durante 30 anos fizeram todo o tipo de maracutaia para evitar que nós conquistássemos a democracia (LULA –DVD IV – dezembro de 1989 – 2º turno).

Como se pode observar acima, Lula apontava os apoios de Collor que estariam implícitos em face da própria situação da campanha. Tal situação traria constrangimentos a Collor, que buscava significar o novo, contudo. Seria apoiado por Paulo Maluf (PDS), intitulado por Leonel Brizola, à época, num debate ainda no primeiro turno, como “Filhote da Ditadura”. Outra figura defenestrada na campanha era o presidente das Organizações Globo (grande conglomerado de comunicação), intitulado como “Dr. Roberto Marinho”, inicialmente por Brizola e, posteriormente, pelo aliado Lula. Ainda na lista dos “malfeitores”, outro apoiador de Collor, o político baiano Antônio Carlos Magalhães, de alcunha “Toninho Malvadeza”, proferida por seus inimigos políticos. Tem-se Collor, nesse sentido antagônico, como o **envergonhado**, situação que fragilizaria o seu discurso modernizante.

A dinâmica do programa de televisão de Lula apresentava o oponente como uma **embalagem**. A crítica ostensiva de que Collor era mero produto de propaganda foi veiculada no discurso de Lula, no conjunto. Para apresentar o sentido, alguns artistas de um programa humorístico muito famoso da Rede Globo de Televisão,

denominado de TV Pirata, veicularam sátiras de Collor, utilizando expressões do candidato como a famosa: “– Não me deixem só!”. Na oportunidade, faziam um comparativo entre Lula e Collor com um também famoso comercial de televisão sobre sabão em pó. A atriz, fazendo uma paródia de dona de casa na lavanderia de sua casa, afirmava que Collor era só embalagem, enquanto Lula rendia muito mais, o que vinha significar que Lula tinha conteúdo, enquanto Collor era vazio. Sobre a utilização de artistas fazendo campanha, ambos se utilizaram desse artifício para implementarem seus discursos de “povo”.

Dentre os apoiadores no meio artístico, o ator Paulo Betti teve um importante papel, na narrativa do discurso apresentado por Lula. O sentido esboçado, antagônico em relação a Collor, em depoimento prestado pelo ator denotava a preocupação de que o “povo” pudesse ser enganado, num relato incrustado de significados:

Minha mãe é analfabeta e trabalhou quase toda sua vida cortando cana na roça. Quando ela foi obrigada a mudar para a cidade, já com quase 50 anos de idade, ela teve que ainda trabalhar mais 15 anos como empregada doméstica numa casa de família. Ela teve 15 filhos e 8 morreram na roça. Sete sobreviveram, eu sou o mais novo. Graças a Deus, meu pai e minha mãe são vivos e moram no interior de São Paulo. Eu não gostaria que ninguém tentasse enganar o meu pai e minha mãe para roubar o voto deles. Como não gostaria que ninguém tentasse enganar você para roubar o seu voto. Na hora de votar presta atenção. Presta atenção em tudo. Vota em alguém que foi trabalhador, que foi pobre e que pode te ajudar a mudar este país. Sem medo de ser feliz. Vota Lula (LULA – DVD IV – dezembro de 1989 – 2º turno).

Claramente o oponente era intitulado de **enganador**, uma espécie de indução ao erro, ao qual estariam sendo levadas pessoas com nenhuma ou com pouca educação formal. O outro, rico, não teria condições de mudar o *status quo*, ou seja, somente Lula poderia realizar transformações que melhorariam a condição de vida dos pobres.

O equilíbrio psicológico do candidato Collor também foi trabalhado como significante. Foram observadas cenas, no programa de Lula, em destacados eventos, em que o oponente se apresentava com os punhos fechados, como foi mostrado em reportagem e foto de Collor. Em outra matéria, vinculada ao jornal Folha de São Paulo, nessa oportunidade, o adversário de Lula apresentava-se como se estivesse dando uma “banana” para alguém, expressão essa popularmente utilizada em tom ofensivo. O narrador falava sobre imagens de Collor que com

gestos veementes sacudia os braços. Tal ato era interpretado como gestos frenéticos que incitavam as “pessoas à violência”. Em outra oportunidade, Collor foi apresentado supostamente agredindo um fotógrafo e um repórter. Todos esses episódios, narrados e apresentados com destaque, pretendiam significar a falta de capacidade psicológica do oponente de Lula para ser ocupante da Presidência da República.

Por essa composição de sentidos, decorrentes da forma como Luís Inácio compunha o seu campo antagônico, passou-se a elaborar o quadro abaixo, dentro das perspectivas obtidas da análise discursiva, apresentada no segundo turno da eleição, quando a condição de fronteiras entre os discursos se tornou mais expressiva e perceptível ao observador. Diante do panorama exposto, considerações e inserções de declarações possibilitaram a obtenção dos sentidos ora apresentados.

Tem-se, assim, a construção discursiva do segundo turno da eleição com base nas formulações desenvolvidas nos programas. A busca de um perfil do candidato Lula tem por base a análise de sua discursividade, que vem a ser construída em relação às críticas que recebeu, como ainda das que formulou em relação ao seu oponente. Por esses termos, após a análise e apresentação dos vários sentidos detectados nessa campanha, no espaço de tempo assinalado entre os dois turnos da eleição de 1989, chegamos ao término da verificação. Entretanto, ainda há que se apontar alguns elementos que seriam merecedores de destaque, o que vem a ser realizado no tópico final deste capítulo, nas considerações que a seguir serão apresentadas.

4.6 Considerações

Este capítulo teve por escopo apresentar, através da análise, o discurso de Lula nos dois turnos da eleição à Presidência de 1989, diante do quadro estabelecido de uma disputa inicialmente com vinte e duas candidaturas. Dessas, somente nove candidaturas receberam visibilidade na mídia e em programas de televisão, da mesma forma que na participação de debates patrocinados pelas grandes redes de comunicação do país existentes na época. As demais candidaturas somente surgiram no horário político eleitoral de forma esporádica e sem qualquer relevo.

A imagem de Lula foi trabalhada durante a campanha, surgindo inicialmente como líder sindical, em virtude de sua representação como trabalhador e ex-operário. Posteriormente, o candidato assume-se na condição de líder de um partido popular emergente: o Partido dos Trabalhadores, fundado no início dos anos oitenta. Trata-se de um partido de orientação de esquerda, apoiado por grande central sindical, a CUT, por integrantes de alas progressistas da igreja Católica e pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), numa época em que se falava em fim do socialismo, da supremacia dos mercados e do modelo liberal. Numa outra fase da campanha, surgiu como um “homem do povo”.

Observa-se que, no primeiro turno da eleição, o candidato Lula, do PT, com o vice de sua chapa, do PSB (Partido Socialista Brasileiro), e apoiado pelo PC do B (Partido Comunista do Brasil), apresentava um discurso representado pela luta de classes, que dava ênfase aos trabalhadores do campo e da cidade. Com o fluir dos programas, essa leitura foi sendo substituída pelos setores médios da sociedade, isso representando uma alteração para abarcar o maior número de apoios possíveis. Assim, a discursividade de Lula passou a abranger o funcionalismo público, os pequenos e médios comerciantes, empresários e industriais, ou seja, o “povo” do candidato é ampliado na sua abrangência.

A flexibilização discursiva de Lula, o seu apelo popular, o sentido do homem do “povo” no poder tomavam destaque. Seria um operário na Presidência da República, o que se tornaria mais relevante que a luta de classes. O sentimento de esperança que venciam o medo de o “povo” ocupar o seu espaço no poder, tornava-se mais importante. A força da campanha, a emoção transmitida por artistas no vídeo, a sonoridade do *jingle* empolgavam a militância partidária e os aliados. Uma identificação com setores da sociedade demandantes por mudanças assumia força. Mas a disputa ainda foi travada com um futuro aliado, o Partido Democrático Trabalhista e seu líder Leonel Brizola. Superado esse estágio, as contradições e os preconceitos passaram ao segundo turno, onde outra história foi traçada e outra construção discursiva alinhada.

No segundo turno, foi necessário buscar uma ampla base de apoio que se costurou no campo do que se denominou, na época, de “progressistas”. Para ganhar a eleição, seria necessário conquistar votos do PDT, assim como uma aliança com Brizola impunha-se como imprescindível, o que foi realizado. Outros apoios não menos importantes, porém não com a dimensão do primeiro foram obtidos, como o

do governador de Pernambuco, Miguel Arraes, uma forte liderança na região nordeste do Brasil. Do mesmo modo, o apoio de Mário Covas e do PSDB, com forte votação em São Paulo, e a expressão nacional de Roberto Freire, do PCB, foram pontos importantes na campanha.

Com o acirramento da disputa entre Lula e Collor, os campos ideológicos também se fizeram bem demarcados. As propostas entre ambos estabeleciam uma fronteira entre opostos. Nota-se que Lula absorvia muito do discurso de Brizola, dentro da posição expressada por este: “Somos contra tudo isto que está aí”. Na análise do discurso de Lula, verifica-se a utilização de muitos dos termos apontados por Brizola, como seu chamamento ao “povo brasileiro”, que Lula também passou a fazer.

A condição política de Collor e de seu partido, o PRN, são apresentadas no discurso de Lula. A falta de uma história política, de uma tradição, era motivo de debate, bem como as manifestações do oponente contra a classe política. Ressalte-se que Collor era somente um produto de *marketing*, algo que foi construído pela grande mídia televisiva: o famoso “Caçador de Marajás”. A candidatura de Collor nada mais seria que um produto de qualidade duvidosa, oferecida ao “povo brasileiro” em virtude dos desgastes da classe dominante, sem outras alternativas para oferecer.

Conforme Lula, nos seus pronunciamentos, o seu oponente não tinha condições de atender os pobres pela simples razão de que era integrante da chamada classe dominante do país. Desse modo, nada faria para melhorar as condições do “povo”. Em comício na cidade de Caxias do Sul, apresentando fragmento no seu programa de televisão do horário político, o candidato Lula fez apelo ao “povo” para meditar sobre essa situação.

De acordo com o apresentado no capítulo relativo aos sentidos construídos discursivamente por Fernando Collor, havia uma preocupação em se apresentar como a novidade no cenário político, e mais, como o moderno e arrojado. Na abertura do programa político de Collor, era utilizada uma construção gráfica de um trem-bala, como citamos no capítulo anterior. Esse trem, que seria o oponente de Lula, derrubava barreiras que passavam pela educação, pelo emprego e pela saúde.

Todas essas demandas prementes da população, acima referidas, que aguardavam soluções seriam resolvidas numa eventual administração de Collor, de acordo com a forte figura apresentada pelo adversário, que simbolizava sentidos

junto ao eleitorado. De outro modo, eram apresentadas reportagens pelo programa de Lula em hospitais de Maceió, mostrando as péssimas condições encontradas. Da mesma forma, eram apresentados documentos de nomeações de parentes por Collor, quando Governador de Alagoas, além de supostas benesses a usineiros (industriais da cana-de-açúcar), bem como a situação da educação no Estado de Alagoas, que tinha sido governado pelo adversário. Esse era o conjunto de informações sobre a imagem produzida pelo oponente do “trem-bala”, que, na produção do programa de Lula, surgia como uma velha “Maria-fumaça”, como são conhecidos os trens antigos.

A falta de coerência era apontada por Lula em relação a Collor apresentando as duas faces do oponente. Segundo manifestação do candidato Lula, seu oponente fazia um discurso para o “povo” de dia, e à noite, realizava conchavos com os poderosos. O discurso de Collor para os pobres era falso: ao mesmo tempo em que se dizia contra as elites dirigentes do país encontrava-se com elas e fazia acordos.

Mas, afinal, quem é esse “povo” mencionado no discurso de Lula? Quem são os de “dentro” e quem são os de “fora”? O próprio Lula responde quem são os de “dentro”: são os trabalhadores, os pequenos proprietários de terras, os pequenos empresários e industriais, os assalariados, os funcionários públicos. Da mesma forma, afirma que os de “fora” são: os grandes empresários, os donos de redes de televisão, de cadeias de supermercados, os especuladores da bolsa, os banqueiros, os latifundiários. Nesta concepção, esta é a construção discursiva apresentada pelo candidato.

Eis é conjunto de informações apresentados que envolvem a formação de “povo” de Collor e a de Lula, na eleição de 1989. Na disputa pelo cargo de Presidente da República, far-se-á referência às conclusões relativas à proposta desta dissertação.

Considerações Finais

A proposta de análise sobre as eleições à Presidência da República, ocorridas em 1989, teve por escopo verificar os discursos de construção de “povo” das principais candidaturas da época. Conforme demonstrado nos capítulos anteriores, o destaque foi dado aos candidatos Fernando Collor de Mello e Luís Inácio Lula da Silva. Ficou firmada, também, a proposta analítica que teve o suporte da teoria do discurso, mais precisamente dos estudos efetuados na Europa sobre o populismo.

A eleição de 1989, como destacada neste estudo, por todo o seu contexto histórico, representativo de uma profunda alteração política no sistema de alternância de poder, por sua importância já denota a necessidade de se verificar a incidência de categorias de análise discursivas que foram operacionalizadas para observação do discurso. Desse modo, o “povo”, tão especialmente trabalhado no conceito de populismo, serve de parâmetro para identificação dos sentidos e identidades construídas ao longo de todo o processo eleitoral.

O populismo apresenta diversas orientações, como assinalamos no primeiro capítulo, que tem por referência um discurso “*anti status quo*”. Toma relevo a categoria do antagonismo e as relações que se constituem, em razão das posições que são estabelecidas, as lógicas da equivalência e da diferença como vêm sendo articuladas na construção discursiva, elementos heurísticos utilizados na interpretação do suporte fático real: os discursos de Collor e Lula nas eleições de 1989.

Na Europa e nos Estados Unidos, o surgimento de certos movimentos políticos considerados populistas, principalmente os de direita, têm preocupado teóricos que se referem a um neopopulismo, o que, na verdade, nada mais é que um discurso com uma roupagem adaptada às questões de crise de representação dos Estados modernos.

As conclusões de Laclau apontam para um populismo que integra o político de forma ontológica, não uma simples deformação de um fenômeno social, mas uma forma de constituição de uma lógica política. Os discursos populistas apresentam pontos em comum quando da sua emergência. Formam-se em decorrência de mobilizações populares por demandas não atendidas e a forma de articulação e construção discursiva no espaço político é um dado típico para sua produção.

Sob esse aspecto de mobilização popular da construção do “povo” como um discurso em que se constitui o social, na forma como é construído, observam-se esses elementos nos pronunciamentos dos candidatos Collor e Lula.

Utilizaram-se as manifestações realizadas pelos candidatos nos programas eleitorais gratuitos de televisão do horário político, efetuados no primeiro e segundo turnos da eleição presidencial, passando-se a formatar o discurso das duas opções políticas constituídas. Estas se firmaram, como procuramos demonstrar, no segundo capítulo, que tratou do Governo de José Sarney, a partir de uma conjuntura em crise de representação, tal qual foi a situação ocorrida no final de 1989, para administração do país. O governo da Aliança Democrática, que se constituiu a partir de 1985, estruturou-se numa conciliação pelo alto, relativa a um acordo de transição para a democracia produzido por uma determinada elite política, ou seja, numa concertação política entre forças de oposição moderadas e integrantes do regime militar.

A finalidade dessa forma de condução da transição moldou a eleição no colégio eleitoral que deu a vitória a Tancredo de Almeida Neves. Da mesma forma, após a sua morte, foi possível a ascensão do Vice-Presidente, José Sarney, ao comando maior; ressalvas a Sarney, em face de sua origem como ex-integrante da linha de frente do regime anterior. De igual modo, se fosse seguido ordinariamente o que determinava a Constituição Federal vigente de 1967, quem deveria assumir o cargo de Presidente da República, em face da morte de Tancredo, que não tomou posse, seria o Presidente da Câmara de Deputados, Ulysses Guimarães. Contudo, Ulysses era um dos maiores desafetos dos militares, à época, por sua oposição veemente ao regime e, por essa razão, não possuía apoios suficientes para garantir a estabilidade de uma posse tranquila de um civil no cargo.

No ano de 1989, o último do longo mandato de cinco anos de Sarney, sua administração se arrastava carregada de desgastes pelos insucessos econômicos, pela fragilidade política de sua sustentação e pela impopularidade alcançada. Num

clima dramático, a população aguardava as eleições para colocar um término naquela administração já inoperante. Tal situação somente poderia servir de base para alimentar os discursos contra o *status quo*, o que realmente ocorreu dando destaque àqueles que tiveram essa postura crítica ao governo. Quanto àqueles que não conseguiram se desvincular do governo, resultaram absorvidos pelo desgaste da administração.

O terceiro capítulo trata da constituição do discurso de “povo” de Fernando Collor de Mello. Nele, há uma apresentação desse candidato como sendo o representante dos “pobres”. Este era o seu “povo” ou a “minha gente”, como se expressava em determinados momentos contra os “poderosos”. Quem é identificado nesse sentido? Os políticos *lato sensu*, empresários que vivem às custas do Estado, especuladores financeiros, banqueiros, os “marajás do serviço público”. O discurso de Collor também se destinava aos trabalhadores da ativa, aos assalariados que enfrentam uma economia altamente inflacionada, cujo valor do rendimento auferido não chegava ao final do mês. Nessa concepção de “minha gente” ou de “meu povo”, estão todos esses, segundo esse ponto de vista, e mais aqueles que não têm salários ou outro rendimento fixo. Aqui está se falando de parcela da população que vive de ocupações esporádicas, de atividades extrativas ou artesanais.

O discurso se refere aos “humildes”, aos “descamisados”, estes são o “povo” de Collor, o que vem enunciado nos seus pronunciamentos. Nessa construção, o candidato afirma-se capaz de atender às demandas insatisfeitas pela administração de Sarney. Quem não atende a essas demandas? A estrutura de poder vigente, representada, na época, pela aliança de sustentação de governo, o PMDB e o PFL inicialmente, e o PT e aliados, num segundo momento, visto que também foram enquadrados nessa estrutura. Da relação “nós” contra “eles”, surge o “povo”. Quem é o “nós”? Já respondemos, ou seja, “os pobres”, “os “humildes”, “os descamisados”. Quem será o “eles”?

Por outro lado, cabe referir outra percepção do “povo”, no segundo turno da eleição: nesta segunda etapa, há um oponente específico, Lula. Esse oponente é proveniente da classe operária, defensor dos trabalhadores, com uma trajetória que informa sua condição de retirante nordestino, de uma das regiões mais pobres do país. Ao mesmo tempo, o adversário integra uma poderosa Central Sindical, a CUT, e um partido político de esquerda de maior expressão a nível nacional que o de Collor: o Partido dos Trabalhadores. Ambos trabalham no mesmo campo com o qual

visam capitalizar o apoio dos mais “pobres”. Nessa segunda etapa da eleição, estabelece-se uma disputa por esse “povo”, isto é, os “pobres”. Quem tem melhor condições de representá-los? Quem tem mais vontade de representá-los? Quem realmente os representa?

As fronteiras discursivas são utilizadas por Collor, voltando ao “povo”, na perspectiva dos de “dentro” e dos de “fora”. Quem são os de “dentro”? Conforme se deflui das declarações do candidato, são os defensores da liberdade, da propriedade, da imprensa livre, da economia de mercado, e junto a estes, os descamisados, os humildes. Por outro lado, os de “fora” quem seriam? Conforme o discurso de Collor, formalizado nas suas declarações, durante seu programa eleitoral, podem ser destacados nessa categoria aqueles que defendem a estatização dos meios de produção, são contra a propriedade, a livre iniciativa, seguem doutrinas alienígenas. E mais, os integrantes da rede de sustentação do governo Sarney: os que vivem às custas do Estado recebendo benefícios indevidos. Da mesma forma que os funcionários públicos que recebem altos salários, resultado de acumulações ilegais e que nada produzem. Há pelo discurso apresentado dos candidatos uma nítida dicotomização de campos que se opõem.

No quarto capítulo, o discurso de “povo” de Lula é apresentado. Para sua construção discursiva, a imagem de candidato foi trabalhada durante a campanha, surgindo, inicialmente, como líder sindical, em virtude de sua representação como trabalhador e ex-operário. Posteriormente, assume-se o candidato; era a condição de líder de um partido popular emergente. O discurso apresentado, primeiramente, afirmava luta de classes, que davam ênfase aos trabalhadores do campo e da cidade. Com o fluir dos programas, essa leitura foi sendo substituída pelos setores médios da sociedade, o que representa uma alteração para abarcar o maior número de apoios possíveis. A discursividade de Lula passa a abranger o funcionalismo público, os pequenos e médios comerciantes, empresários e industriais, ou seja, o “povo” do candidato é ampliado na sua abrangência e busca uma flexibilização discursiva, um apelo popular, no sentido do homem do “povo”, que, no poder, toma destaque. É um operário na Presidência da República, fato que se torna mais relevante que a luta de classes. Os sentimentos de esperança que vencem o medo: este é o *slogan*. Trata-se da oportunidade de o “povo” ocupar o seu espaço no poder, o que é mais importante que a questão ideológica. A força da campanha, a emoção transmitida por artistas no vídeo, a sonoridade do *jingle* empolgam a

militância partidária e os aliados. Uma identificação com setores da sociedade demandantes por mudanças assume força em todos os setores.

No segundo turno, para a apresentação de Lula foi necessário buscar uma ampliação da base de apoio, que se costurou no campo do que se denominou, na época, de “progressistas”. Com o acirramento da disputa entre Lula e Collor, os campos ideológicos voltaram a ser demarcados. As propostas entre ambos estabeleciam uma fronteira entre opostos, como proposta conflitante. Nota-se que Lula absorve muito do discurso de Brizola, dentro da posição expressada por este: “Somos contra tudo isto que está aí”, tendo-se verificado, na análise do discurso de Lula, a utilização de muitos dos termos apontados por Brizola como seu chamamento ao “povo brasileiro”, que Lula também passa a fazer.

Conforme Lula, nos seus pronunciamentos, o seu oponente não tem condições de atender aos pobres, pela simples razão de que é integrante da chamada classe dominante do país. Desse modo, nada faria para melhorar as condições do “povo”. Em comício na cidade de Caxias do Sul, apresentado fragmento no seu programa de televisão do horário político, o candidato Lula faz um apelo ao “povo” para meditar sobre essa situação. Qual é o “povo” mencionado no discurso de Lula? Quem são os de “dentro” e quem são os de “fora”? O próprio Lula responde quem são os de “dentro”: são trabalhadores, os pequenos proprietários de terras, os pequenos empresários e industriais, os assalariados, os funcionários públicos. Da mesma forma, afirma que os de “fora” são os grandes empresários, os donos de redes de televisão, de cadeias de supermercados, os especuladores da bolsa, os banqueiros, os latifundiários. Nessa concepção, está a construção discursiva apresentada pelo candidato.

Notadamente, os discursos de Collor e de Lula fazem apelações ao “povo”, ambos constroem os que são de “dentro” e os que são de “fora”. A construção discursiva, como assinala o marco teórico, é ao mesmo tempo imaginária e real, trabalha sentidos e busca identificações que ambos reproduzem cada qual no seu estilo de “povo”. Não podemos deixar de afirmar a existência de um discurso “*anti status quo*”, que é trabalhado por ambos, uma vez que o cenário do embate político foi produzido num quadro de profunda crise de representação originária do governo de Sarney. Esse absorveu um somatório de insatisfações históricas, as quais eclodiram de forma mais abrupta na sua administração.

Havia um corte profundo de identificação entre a população e o governo. Somando-se à falta de condições de atender às crescentes demandas, de parte da administração de Sarney, estabeleceu-se o quadro político sujeito a deslocamentos da estrutura de poder, que caracteriza, nos termos da teoria do discurso, as condições de emergência de um discurso de formação de “povo”. Por essa razão, temos o “povo” de Collor e o “povo” de Lula, antagônicos entre si e entre o *status quo* vigente. Podemos, com isso, inferir que ambos processaram, durante a campanha eleitoral de 1989, discursos populistas.

Sobre a **hipótese geral** desta pesquisa, tem por pressuposto a ideia de que a construção discursiva de ambas as candidaturas depende da nomeação dos seus polos antagônicos, ou seja, a construção discursiva de “povo” de Collor nomeia Lula como seu polo antagônico e vice-versa.

Verificando esse quadro político de disputa, contata-se a presença de antagonismo entre ambos os campos que se opõem, como nessa eleição em que se dá o surgimento de fronteiras distintivas entre o “nós” e o “eles”, como no caso específico em estudo: os discursos eleitorais de Collor e de Lula. A referência ao antagonismo realizada no projeto comprova-se pelos discursos construídos ao longo da campanha eleitoral, que se constituem em condições de possibilidade para a existência dessas identidades políticas, que surgem a partir de um universo sistêmico comum, no qual ambas buscam uma posição hegemônica com a finalidade de constituir uma ordem.

A hipótese encontra-se comprovada na medida em que o objeto dessas construções que são antagônicas é a constituição de uma ordem que lhes proporcione estabilidade para sua estruturação de poder. O antagonismo, que se instituiu na relação política, sem sombra de dúvidas, é construtor de significados, que impõem a nomeação dos polos. Todo esse processo analisado possibilita apreender a suposição inicialmente proposta no projeto que se encontra plenamente comprovada.

Trata-se de uma visão específica, dentro de um enfoque determinado no âmbito do conceito de populismo esboçado em Laclau e Panizza, que se acompanhou nesta análise do processo eleitoral, firmada nesta proposta, sobre uma visão relativa a esta questão, que certamente poderá apresentar outras nuances e enfoques teóricos e operacionais.

Referências

BANDEIRA, M. Luiz Alberto. **Brasil, Argentina e Estados Unidos**: Conflito e integração na América do Sul (Da Tríplice Aliança ao Mercosul). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. V 1 – 2. Brasília: UnB, 1990.

BONAVIDES, Paulo. ANDRADE, Paes. **História Constitucional do Brasil**. 9. ed. Brasília: OAB Editora, 2008.

BONAVIDES, Paulo. **Constituinte e Constituição**: a democracia, o federalismo, a crise contemporânea. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

CANOVAN, Margaret. **The People**. Cap. 4. Cambridge: Polity Press, 2005.

CASTRO, Celso. D'ARAÚJO Maria Celina. **Militares e Política na Nova República**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

ECO, Umberto. **A passo di gambero** – Guerre calde e populismo mediático. Milano: Bompiani, 2006.

FERREIRA, Jorge. **O populismo e sua história** – debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FURTADO, Celso. **Brasil**: tempos modernos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y estrategia socialista – Hacia una radicalización de la democracia**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.

LACLAU, Ernesto. **La Razón Populista**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2000.

_____. **Nuevas Reflexiones sobre la revolucion de nuestro tiempo**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1990.

_____. **Política e Ideologia na Teoria Marxista – Capitalismo, Facismo e Populismo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEITÃO, Míriam. **Saga brasileira:** a longa luta de um povo por sua moeda. Rio de Janeiro: Record, 2011.

LYRA, Fernando. **Daquilo que eu sei:** Tancredo e a Transição Democrática. São Paulo: ILUMINURAS, 2009.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 29, outubro de 1995.

MENDONÇA, Daniel e RODRIGUES Peixoto. Léo. **Pós-Estruturalismo e Teoria do Discurso:** em torno de Ernesto Laclau. Porto Alegre: EDIPURS, 2008.

MENDONÇA, Daniel. A noção de antagonismo na Ciência Política contemporânea: Uma análise a partir da perspectiva da Teoria do Discurso. Curitiba: **Rev. Social Política**, 2003.

_____. **Qual antagonismo?** Uma análise teórica no âmbito da teoria do discurso. 7º Encontro da ABCP – 04 a 07/08/2010, Recife, PE.

MOTA, Carlos Guilherme. LOPEZ, Adriana. **História do Brasil:** Uma interpretação. São Paulo: SENAC, 2008.

MUDDE, Cas. The populist Zeigeist. **Government and opposition**, v. 39, nº 4, 2004, pp. 541-563.

PANIZZA, Francisco. **El populismo como espejo de la democracia.** Buenos Aires: Fondo de Cultura, 2009.

PEREIRA, Danilevicz Analúcia. **Relações Exteriores do Brasil III (1964-1990):** Do regime Militar à “Nova República”. Petrópolis: Vozes, 2010.

RIBEIRO, Uchôa Valdir. **Brasil-República:** Os presidentes. Fortaleza: Premium, 2004.

REVISTA LUA NOVA: Carreirão, Souza Yan. Avaliação do governo e “voto econômico”. p. 213. **Revista de Cultura Política 1999.** Nº 48.

REVISTA VEJA. Ano 22. N. 33, p. 35, 23/08/1989.

RODRIGUES, Peixoto Léo. **Pós-Marxismo, pós-estruturalismo e elementos da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau.** I Encontro Internacional de Ciências Sociais/III Encontro de Ciências Sociais do Sul: DEMOCRACIA, DESENVOLVIMENTO, IDENTIDADE. Pelotas – UFPEL – 9 a 11 de abril de 2008.

RODRIGUES, Vélez Ricardo. **Pensamento político brasileiro – O Castilhanismo – O trabalhismo após 30.** Brasília: UnB, 1982.

SANTOS, Éverton Rodrigo. **Poder e Dominação no Brasil: A Escola Superior de Guerra (1974 – 1989)**. Porto Alegre: Sul, s/d.

TAGGART, Paul. **Populism**. Buckingham/Philadelphia: Open University, 2000.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na Política Brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

13 CD'S (Campanha eleitoral de 1989 – programas de televisão) DOXA do IUPERJ (Laboratório de Comunicação e Instituto) da UCAM/RJ (UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES – RIO DE JANEIRO).